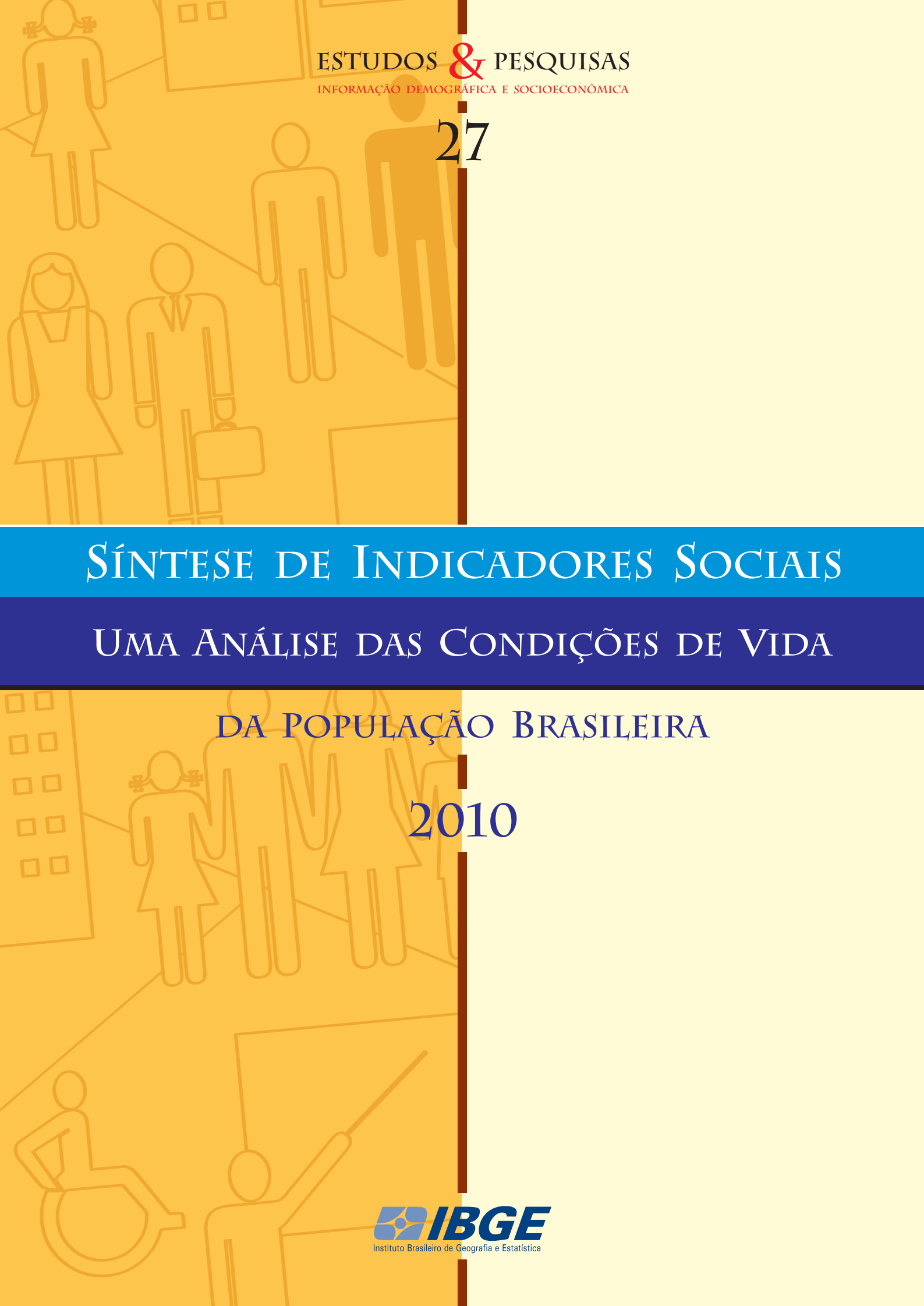




ESTUDOS & PESQUISAS
INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

27

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2010

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 27

Síntese de Indicadores Sociais

**Uma Análise das Condições de Vida
da População Brasileira
2010**

Rio de Janeiro
2010

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4144-0 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4143-3 (meio impresso)

© IBGE. 2010

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar- Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Aspectos demográficos

Educação

Domicílios

Famílias

Casamentos

Crianças, adolescentes e jovens

Idosos

Cor ou raça

Mulheres

Saúde

Referências

Anexos

1 Nota técnica

2 Notas sobre a PNAD

3 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

4 Grupamentos e divisões de atividade

5 Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio, segundo o tamanho da estimativa - Brasil - 2009

Glossário

Lista de tabelas

1 Aspectos demográficos

1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

1.3 - Taxa de urbanização, razão de sexo e razão de dependência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009 41

1.4 - Taxa de fecundidade total, taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

1.5 - Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2009

1.6 - Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2009

1.7 - População residente, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2009

1.8 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2009

1.9 - Emigrantes, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2009

1.10 - Imigrantes, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2009

2 Educação

2.1 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.2 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.3 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por características selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.4 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

2.5 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

- [2.6](#) - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009
- [2.7](#) - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por nível e rede de ensino frequentados, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- [2.8](#) - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 17 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- [2.9](#) - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- [2.10](#) - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- [2.11](#) - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- [2.12](#) - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- [2.13](#) - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- [2.14](#) - Estudantes da rede pública e da rede particular no ensino médio e no superior, total e respectiva distribuição percentual, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2009
- [2.15](#) - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de curso, grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009
- [2.16](#) - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 15 a 17 anos de idade, por quintos do rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009
- [2.17](#) - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009
- [2.18](#) - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total, pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.19 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total, pessoas de 25 a 64 anos de idade que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.20 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total, pessoas de 25 a 64 anos de idade que frequentam escola, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.21 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.22 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo e mais de 11 anos de estudo, por frequência à escola, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.23 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por grupos de idade, total e economicamente ativas, com indicação dos anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

2.24 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo o nível de ensino e a dependência administrativa - Brasil - 2005/2009

2.25 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e o nível de ensino - 2009

3 Domicílios

3.1 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

3.2 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

3.3 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e proporção de domicílios urbanos com propriedade do terreno, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

3.4 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e proporção de domicílios urbanos com propriedade do terreno, segundo as Grandes Regiões - 2009

3.5 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de mais de 2 salários mínimos, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e proporção de domicílios urbanos com propriedade do terreno, segundo as Grandes Regiões - 2009

- 3.6** - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 3.7** - Domicílios particulares permanentes urbanos com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita*, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 3.8** - Domicílios particulares permanentes urbanos com mais de 2 salários mínimos de rendimento domiciliar *per capita*, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 3.9** - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 3.10** - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de abastecimento de água por rede geral, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 3.11** - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 3.12** - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 3.13** - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva proporção, por acesso a alguns serviços e posse de alguns bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 3.14** - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e por acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

4 Famílias

- 4.1** - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.2** - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.3** - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

- 4.4 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.5 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* das famílias com rendimento, em reais e em salários mínimos, dos 10% e 40% mais pobres e dos 10% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.6 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e unipessoais, por sexo da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.7 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.8 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.9 - Famílias com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.10 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2009
- 4.11 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2009
- 4.12 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2009
- 4.13 - Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência e posição na família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.14 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

- 4.15 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 4.16 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.17 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 4.18 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 4.19 - Casais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 4.20 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2009
- 4.21 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes, e arranjos familiares conviventes com uma família principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 4.22 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2009
- 4.23 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2009
- 4.24 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2009
- 4.25 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2009
- 4.26 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2009

4.27 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2009

4.28 - Famílias, total e respectiva distribuição percentual, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

4.29 - Famílias com muita dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento total mensal familiar, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

5 Casamentos

5.1 - Taxa de nupcialidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1999/2008

5.2 - Idade média dos solteiros, por sexo, segundo as Unidades da Federação - 2008

5.3 - Proporção de casamentos, por estados civis selecionados do homem e da mulher, segundo as Unidades da Federação - 2008

5.4 - Proporção de separações concedidas sem recurso, por sexo do requerente, segundo as Unidades da Federação - 2008

5.5 - Proporção de divórcios concedidos sem recurso, por tipo, segundo as Unidades da Federação - 2008

6 Crianças, adolescentes e jovens

6.1 - Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.2 - Famílias, total e proporção de famílias com pelo menos uma criança, adolescente ou jovem de 0 a 24 anos, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.3 - Taxas de mortalidade infantil em menores de 1 ano de idade e em menores de 5 anos de idade, por 1 000 nascidos vivos, segundo os países selecionados e as respectivas posições ocupadas em mortalidade de menores de 5 anos - 1990/2008

6.4 - Crianças nascidas, total e crianças nascidas com baixo peso, total e respectiva proporção, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

6.5 - Crianças de 0 a 14 anos de idade em domicílios sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

6.6 - Alunos na educação básica, total e proporção de alunos em escolas sem água filtrada para o próprio consumo e sem saneamento adequado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

6.7 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção de escolares com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada nos últimos sete dias, por sexo e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

6.8 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção de escolares que experimentaram cigarro alguma vez, por sexo e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

6.9 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção dos que já sofreram algum episódio de embriaguez, por sexo e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

6.10 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção dos escolares que tiveram relação sexual alguma vez e que usaram preservativo na última relação sexual, por sexo, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal

6.11 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção dos escolares que receberam orientação na escola, por tipo de orientação e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

6.12 - Taxa de frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

6.13 - Taxa de frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.14 - Taxa de frequência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

6.15 - Taxa de frequência escolar dos jovens de 18 a 24 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

6.16 - Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

6.17 - Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.18 - Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por cor ou raça e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.19 - Crianças, adolescentes e jovens de 7 a 24 anos de idade, total e proporção, por grupos de idade, que não sabem ler e nem escrever, segundo as Grandes Regiões - 2009

6.20 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de idade ocupados, total e taxa de ocupação, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.21 - Jovens de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.22 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.23 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por número de horas trabalhadas por semana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.24 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade que tiveram filhos nascidos vivos, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

6.25 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental expostos a diferentes tipos de violência, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

6.26 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, total e respectivadistribuição percentual, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.27 - Famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.28 - Distribuição percentual das famílias com pessoas de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares, por condição de ocupação da pessoa de referência e cônjuge, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

6.29 - Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - período 2008-2009

6.30 - Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por avaliação da quantidade de alimento consumido pela família, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - período 2008-2009

6.31 - Municípios, total e com política para crianças e adolescentes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

7 Idosos

7.1 - População residente total e pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.2 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.3 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.4 - População residente de 60 e 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.5 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.6 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.7 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.8 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.9 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.10 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.11 - Domicílios particulares, total e proporção de pessoas de referência de 60 e 65 anos ou mais de idade residentes nos domicílios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

7.12 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.13 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.14 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.15 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.16 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.17 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.18 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.19 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

7.20 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

7.21 - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

7.22 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por sexo e algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

7.23 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por cor ou raça e algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

7.24 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por classes de renda domiciliar *per capita* e algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

7.25 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008

- [7.26](#) - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.27](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.28](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição, por cor ou raça e percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.29](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por classes de renda domiciliar *per capita* e percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.30](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.31](#) - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.32](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.33](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.34](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, por classes de renda domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.35](#) - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade em domicílios cadastrados no Programa de Saúde da Família, com plano de saúde ou sem nenhum dos dois, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2008
- [7.36](#) - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e proporção de pessoas de 75 anos ou mais de idade em domicílios cadastrados no Programa de Saúde da Família, com plano de saúde ou sem nenhum dos dois, segundo as Grandes Regiões - 2008
- [7.37](#) - Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade moradoras em domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e/ou tenham plano de saúde ou nenhum dos dois, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008

7.38 - Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade moradoras em domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e/ou tenham plano de saúde ou nenhum dos dois, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2008

7.39 - Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade moradoras de domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e/ou tenham plano de saúde ou nenhum dos dois, por classes de renda domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2008

8 Cor ou raça

8.1 - População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

8.2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

8.3 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

8.4 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões - 2009

8.5 - Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

8.6 - Média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

8.7 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade e pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo, total e sua distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

8.8 - Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

8.9 - Razão entre o valor do rendimento-hora do trabalho principal que as pessoas de cor preta ou parda recebem, em relação ao valor recebido pelas pessoas de cor branca, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e por grupos de anos de estudo, as Regiões Metropolitanas - 2009

8.10 - Distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

8.11 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2009

8.12 - Proporção das pessoas de 18 a 25 anos de idade frequentando curso superior, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

8.13 - Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade que não frequentam escola e concluíram curso superior, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

8.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e cor ou raça da pessoa de referência e tipo de arranjo, segundo as Grandes Regiões - 2009

8.15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2009

9 Mulheres

9.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

9.2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, total e respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

9.3 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

9.4 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

9.5 - Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

9.6 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

9.7 - Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

- 9.8** - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas, em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 9.9** - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 9.10** - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 9.11** - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009
- 9.12** - Municípios, total e com estrutura na área de política de gênero, por caracterização do órgão gestor e com orçamento próprio para a política, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 9.13** - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 9.14** - Municípios, total, com serviço de assistência jurídica e com juizado especial, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 9.15** - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 9.16** - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de atendimento - Brasil - 2009
- 9.17** - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de informação - Brasil - 2009
- 9.18** - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de relato - Brasil - 2009
- 9.19** - Registros de Atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de encaminhamento - Brasil - 2009

10 Saúde

- 10.1** - Nascidos vivos, por número de consultas pré-natal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

- [10.2](#) - Óbitos infantis, por componentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008
- [10.3](#) - Óbitos infantis, por causas selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 1999/2008
- [10.4](#) - Óbitos, por grupos de causas selecionadas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008
- [10.5](#) - Óbitos, total e respectiva distribuição percentual, por sexo, segundo os grupos de causas - Brasil - 2008
- [10.6](#) - Óbitos, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 1999/2008
- [10.7](#) - Óbitos das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as causas externas de mortes - Brasil - 2008
- [10.8](#) - Óbitos de causas externas dos jovens de 15 a 19 anos de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os indicadores apresentados neste volume da *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010* têm como objetivo possibilitar um conhecimento mais amplo da realidade social do País.

São informações sociodemográficas, organizadas tematicamente, dando continuidade à produção e sistematização de relevantes estatísticas sociais.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD para o ano de 2009, cuja cobertura abrange todo o Território Nacional. Foram também utilizadas informações de outras fontes do IBGE, como a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009. Além dessas, foram utilizadas informações oriundas das bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, relativas ao ano de 2009.

O CD-ROM que acompanha a publicação contém, além das informações do volume impresso, em formato PDF, as tabelas em formato Excel.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

A construção de um sistema de estatísticas nacionais, no Brasil, seguiu as transformações e tendências políticas, sociais e econômicas observadas ao longo da história do País. De acordo com Schwartzman (1997), até a década de 1950, a questão geográfica era prioritária, na medida em que “descrever a terra, definir suas fronteiras e identificar os recursos disponíveis para a construção de uma poderosa nação-estado” era tarefa fundamental na identificação dos “elementos culturais que estavam transformando o País em uma sociedade moderna, nos moldes ocidentais”. Ainda segundo o autor, nos anos 1960 e 1970, a economia passou a ter precedência sobre a geografia. Dessa forma, além do mapeamento e das informações demográficas usuais, o IBGE, criado na década de 1930:

[...] tornou-se responsável pela organização das contas nacionais, e a sua peça central passou a ser uma ambiciosa matriz de insumo-produto que permitiria a identificação de gargalos no sistema e a avaliação do impacto potencial dos investimentos em energia, transporte, produção de aço, petroquímicos e outros insumos na economia do País (SCHWARTZMAN, 1997).

Reconhecidamente, o crescimento econômico, verificado na “era de ouro” dos países desenvolvidos (décadas de 1950 e 1960) e no “milagre econômico” no Brasil (anos 1970), não foi capaz de promover o desenvolvimento social esperado e parcelas significativas da população permaneceram à margem dos frutos desse crescimento econômico. A crescente demanda por estatísticas sociais que pudessem avaliar as condições de vida da população e que fossem além da usual ótica economicista do Produto Interno Bruto - PIB *per capita* suscitou uma mobilização para a elaboração

e organização sistemática de indicadores sociais. A literatura internacional, em geral, aponta para a configuração do “movimento dos indicadores sociais”, na década de 1960, como ponto de partida dessa mobilização, consubstanciada com a publicação do livro *Toward a social report*, que traça um painel de indicadores sociais dos Estados Unidos, país onde mais claramente essa demanda foi colocada (JANUZZI, 2001). A partir de então, entidades internacionais, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e a Comunidade Econômica Europeia, passaram a incentivar programas de estudos e a propor temas específicos para a construção de indicadores na área social e para que o movimento propriamente dito transpusesse as fronteiras americanas (INDICADORES..., 1979).

A década de 1970, portanto, presenciou a difusão e a implementação de sistemas de indicadores sociais em vários países. No Brasil, o IBGE criou, em 1973, o Departamento de Indicadores Sociais, o que levou à coexistência, numa mesma instituição, de departamentos de elaboração, coleta e análise da informação estatística. Em 1979, foi publicado o primeiro relatório brasileiro na área – *Indicadores sociais: relatório 1979* – com tabulações sobre populações e famílias, divisão do trabalho, mobilidade ocupacional da força de trabalho, distribuição de renda, despesa familiar, habitação, educação e saúde. Para a construção desse painel, foram utilizadas as bases de dados do Censo Demográfico 1970, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, de pesquisas industriais e de registros administrativos. Como havia uma perspectiva analítica em períodos mais longos, em função da disponibilização e processamento ainda lentos das estatísticas coletadas, um segundo trabalho foi publicado somente em 1995 – *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980* – também na forma de robustos relatórios, seguindo as mesmas temáticas abordadas no anterior e preservando a diversidade das fontes de informação.

A década de 1990 foi emblemática para a consolidação e institucionalização dos sistemas de indicadores sociais. Para Januzzi (2001), diversos fatores contribuíram para essa difusão crescente do uso de indicadores sociais na sociedade brasileira, em particular, nas últimas décadas. Primeiramente, há os fatores relacionados à natureza político-institucional do País, tais como: avanço da democratização; maior acesso a fontes de informação pela sociedade; surgimento de organizações sociais mais compromissadas; e pressão popular por maior transparência e por maior efetividade social do gasto público. Por outro lado, Jannuzzi (2001) cita os fatores de natureza econômico-social, como: a persistência dos problemas sociais históricos; da pobreza e desigualdade; e o aumento do risco ao desemprego e à exclusão social. Vale chamar atenção, ainda, para a maior divulgação dos resultados de pesquisas socioeconômicas realizadas por parte da mídia que contribuiu sobremaneira para a “popularização” dos indicadores sociais.

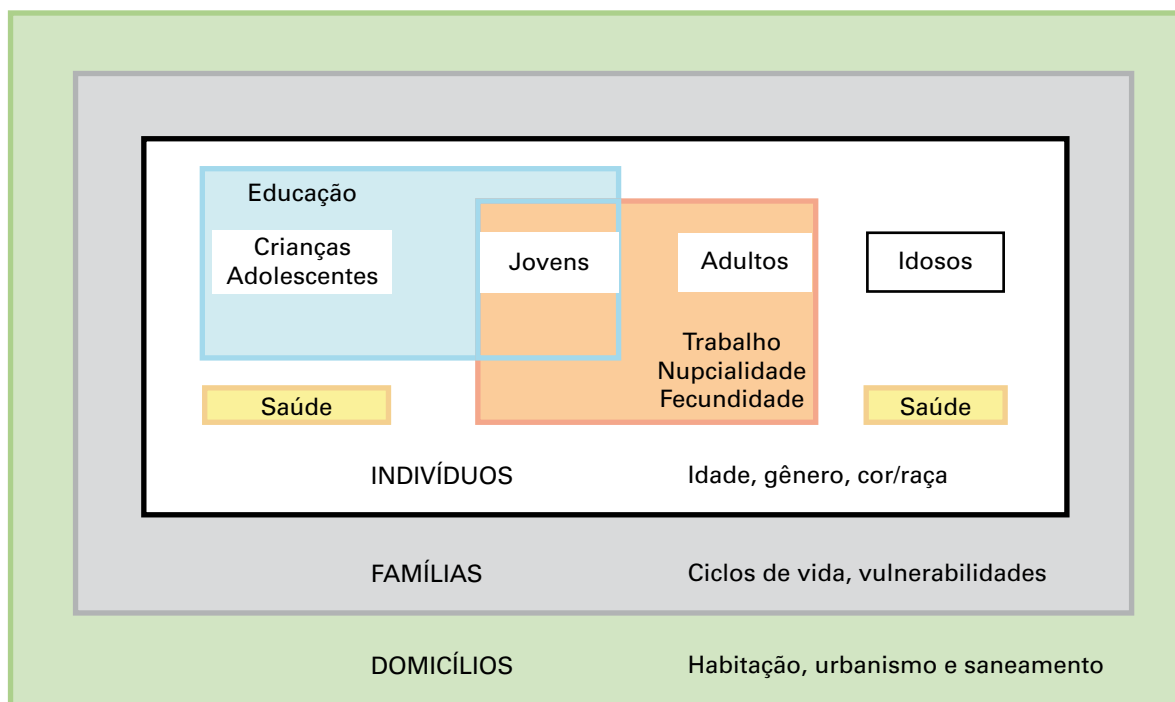
No plano internacional, a crescente globalização impõe a necessidade de comparações internacionais e a elaboração de indicadores conceitualmente iguais ou próximos àqueles escolhidos pela Organização das Nações Unidas - ONU nas diversas conferências globais realizadas ao longo da década nos temas presentes na agenda social contemporânea. Tais conferências assinalaram, em seu conjunto, a necessária implementação, por parte dos países, de políticas e programas que caminhem em

direção ao desenvolvimento, à paz e segurança, à equidade de gênero, à erradicação das muitas dimensões da pobreza e ao desenvolvimento humano sustentável. Ainda na década de 1990, o IBGE inicia a publicação da *Síntese de indicadores sociais*, um amplo conjunto de indicadores sociais para Brasil e Unidades da Federação, em um formato mais sumarizado visando atender à demanda por informações rápidas, anuais e diversificadas para acompanhamento sistemático das condições de vida da população brasileira.

Nesse contexto, a pressão pela oferta de estatísticas sociais ocorre, por um lado, por meio da sociedade civil, seja em termos do próprio conhecimento das tendências e problemas sociais enfrentados, seja no sentido de pressionar os governantes por respostas aos problemas detectados, como também por parte dos próprios formuladores de políticas públicas, interessados em adquirir o maior número possível de informações para elaboração e avaliação de políticas e programas sociais. As áreas mais demandadas têm sido tanto as tradicionais, como: educação, habitação e saneamento, desenvolvimento social, mercado de trabalho e saúde; como ainda informações referentes às metodologias mais recentes de pesquisas sobre o uso do tempo e avaliação subjetiva dos informantes sobre diversos aspectos sociais.

Atualmente, as principais fontes de informação para construção dos indicadores sociais em nível nacional e estadual apresentados na *Síntese* do IBGE são: primeiramente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (anual) e seus respectivos suplementos temáticos (de periodicidade não regular); as bases de dados do IBGE referentes aos Censos Demográficos (de periodicidade decenal); a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF; a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC (anual) e seus respectivos suplementos (periodicidade não regular); a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária - AMS (periodicidade não regular); a Pesquisa sobre Saúde do Escolar - PeNSE, realizada pela primeira vez em 2009; e as Estatísticas do Registro Civil. Somam-se, ainda, registros administrativos igualmente importantes para análise da integralidade dos fenômenos sociais, como as informações do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC e do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, o Censo Escolar, do Ministério da Educação, entre outros.

Embora a *Síntese* esteja organizada em capítulos, para melhor sistematização e apresentação das informações, é de conhecimento da equipe da Gerência de Indicadores Sociais [transversalidade dos temas tratados e a complementaridade entre os capítulos para análise dos fenômenos sociais. Famílias são constituídas no interior dos domicílios, cuja infraestrutura afeta diretamente o bem-estar de seus moradores. A composição familiar caracteriza os diferentes ciclos de vida pelos quais passa a família ao longo de sua existência. Cada ciclo apresenta vulnerabilidades específicas a serem objeto de medidas ativas de proteção social, em particular, a presença de crianças e idosos (relações de dependência), comprometimento de renda familiar (situação de pobreza) e relações de gênero. Famílias são formadas por indivíduos, com suas características básicas em termos de idade, sexo e cor ou raça. Os indivíduos que ao participarem da vida social e laboral, vão, em primeira instância, influenciar a sua situação familiar (ilustração a seguir).



Por fim, vale ressaltar, que tratar de temas sociais no Brasil significa observar sempre a questão das desigualdades espaciais, de renda e de oportunidades, características da sociedade brasileira. Esta tem sido, portanto, a tônica da análise de todos os capítulos, por meio de tabulações que refletem as diferentes condições de vida em função do nível de renda, sexo, idade e cor ou raça dos indivíduos.

Aspectos demográficos

Os indicadores demográficos revelam, prioritariamente, as características da reprodução da população em termos de sua composição etária, padrões de mortalidade e comportamento reprodutivo, além de registrar os movimentos migratórios e sua distribuição pelo território. O conjunto de informações e indicadores gerado pelos estudos demográficos tem especial relevância para as análises das condições de vida da população.

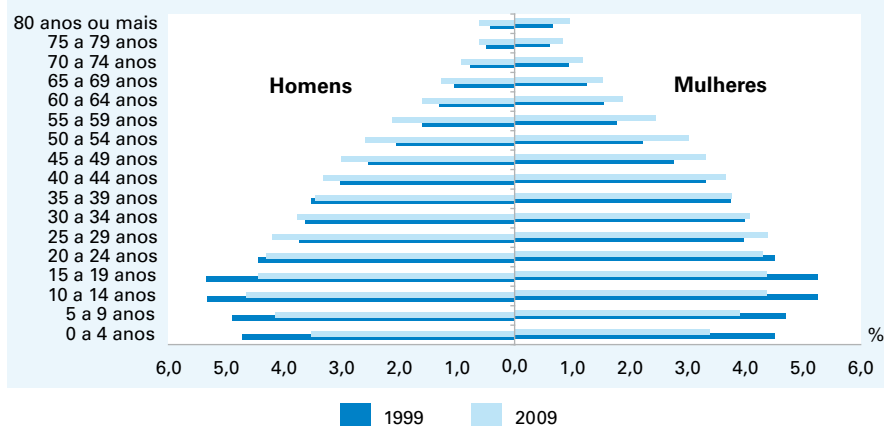
Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, a população brasileira contava com cerca de 191,8 milhões de habitantes cuja densidade demográfica média é de 22,5 habitantes por quilômetro quadrado (km²). A comparação da densidade entre as regiões, mostra grandes disparidades. A Região Norte, que possui 45,2% da área total do País e 8,1% do total da população brasileira, tem apenas 4,0 habitantes por km². Em contrapartida, a Região Sudeste com 42,0% da população total apresenta densidade de 87,0 habitantes por km².

A maior concentração de população no Brasil encontra-se no Estado de São Paulo. O peso relativo da população residente neste estado corresponde a 21,4% do total da população do País.

As metrópoles são também áreas de concentração populacional. A Região Metropolitana de São Paulo contava, em 2009, com o maior volume de habitantes com 19,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 47,8% da população do estado. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o peso relativo da população metropolitana em relação ao estado é o maior do País, 73,3% (Tabela 1.1).

A diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade pode ser observada a partir da análise da composição etária da população brasileira. O estreitamento significativo ocorrido na base da pirâmide aponta para a redução do contingente das crianças e adolescentes de até 19 anos de idade. Enquanto, em 1999, a proporção desse grupo na população total era de 40,1%, em 2009, esta participação diminuiu para 32,8%.

Gráfico 1.1 - Composição da população residente, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1999/2009



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

Outro ponto que merece ser destacado refere-se ao considerável incremento da população idosa de 70 anos ou mais de idade. Em 1999, a PNAD apontava para um total de 6,4 milhões de pessoas nessa faixa etária (3,9% da população total), enquanto para 2009 a população atinge a um efetivo de 9,7 milhões de idosos, correspondendo a 5,1%. A redução da população de crianças e jovens e o consequente

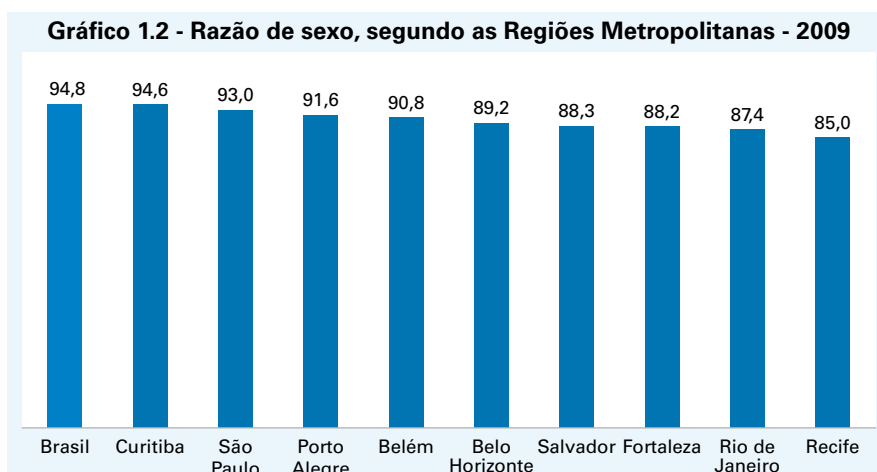
aumento da população adulta e idosa estão associados à queda continuada dos níveis de fecundidade e ao aumento da esperança de vida (Gráfico 1.1 e Tabela 1.2).

A razão de sexo é um indicador que aponta o equilíbrio dos sexos numa população na medida em que há uma divisão proporcional entre homens e mulheres. Expressa o número de pessoas do sexo masculino para cada grupo de 100 pessoas do sexo feminino. Em 2009, havia, para cada 100 mulheres, 94,8 homens. Esta razão vem declinando ao longo do tempo em virtude da sobremortalidade masculina.

Entre as regiões metropolitanas, a mais baixa razão de sexo foi encontrada em Recife, 85,0 homens para cada 100 mulheres, enquanto a maior em Curitiba, 94,6 homens para cada 100 mulheres, valores abaixo da média nacional.

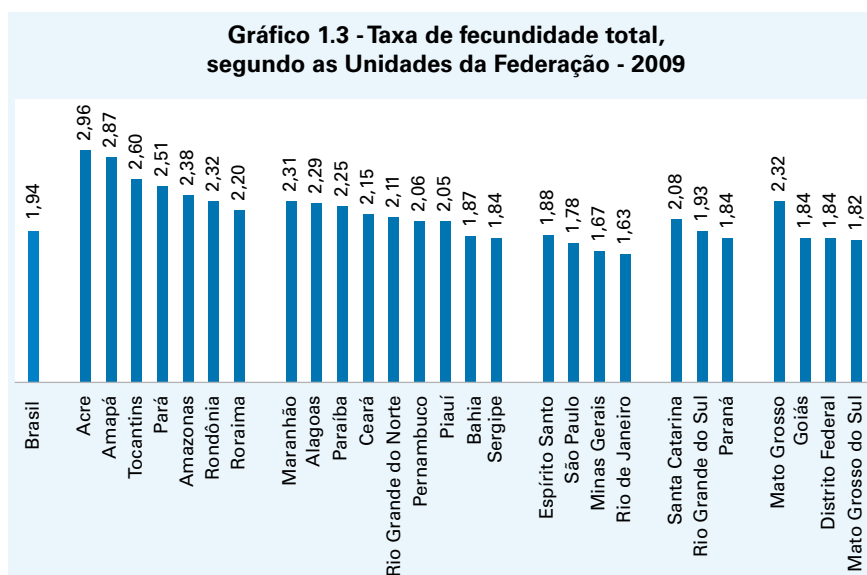
A taxa de urbanização para o País (proporção de pessoas residentes em áreas urbanas) foi de 84,0%. A maior concentração de população urbana foi registrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 99,3%. A taxa de urbanização fluminense pode ser contrastada com a piauiense, cujo valor é o mais baixo do País: 61,9% (Gráfico 1.2 e Tabela 1.3).

A razão de dependência é um indicador demográfico bastante utilizado para fins de análise socioeconômica, como os de mercado de trabalho. Esse indicador expressa a proporção de pessoas em idade potencialmente inativa de uma população, em relação a 100 pessoas em idade potencialmente ativa ou disponível para as atividades econômicas. Em 2009, a razão entre as populações de 0 a 14 anos e de 65 anos ou mais de idade e o segmento populacional de 15 a 64 anos de idade era de 47,2%. Entre as Unidades da Federação, a menor razão de dependência se encontra em Santa Catarina, 39,9%, seguida do Distrito Federal com 40,0%, enquanto, no Acre, tem-se o maior valor com 61,5%, o que expressa desigualdades territoriais bastante significativas. Tais resultados são frutos de processos reprodutivos diferenciados (Tabela 1.3).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Em 2009, a taxa de fecundidade total (número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil) foi de 1,94 filho. Tal valor traduz o resultado de um processo intenso e acelerado de declínio da fecundidade ocorrido na sociedade brasileira nas últimas décadas. Essa redução significativa reflete a mudança que vem ocorrendo no Brasil em especial com a urbanização e com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Os níveis mais baixos da taxa de fecundidade se encontram nos estados da Região Sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro e Minas Gerais com valores um pouco acima de 1,60 filho por mulher (Gráfico 1.3 e Tabela 1.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A introdução de alguns condicionantes socioeconômicos, tais como os anos de estudo das mulheres e a cor ou raça, nas análises da fecundidade, permite elaborar um diagnóstico, ainda que sucinto, de como essas variáveis demográficas se comportam ante essas dimensões sociais.

Antecedendo as análises dos níveis da fecundidade das mulheres segundo os condicionantes introduzidos, é importante frisar que a experiência universal tem mostrado

que os aumentos na escolaridade feminina guardam estreita relação com reduções nas taxas de fecundidade, de forma a se situarem em patamares muito próximos, independentemente da região geográfica de residência.

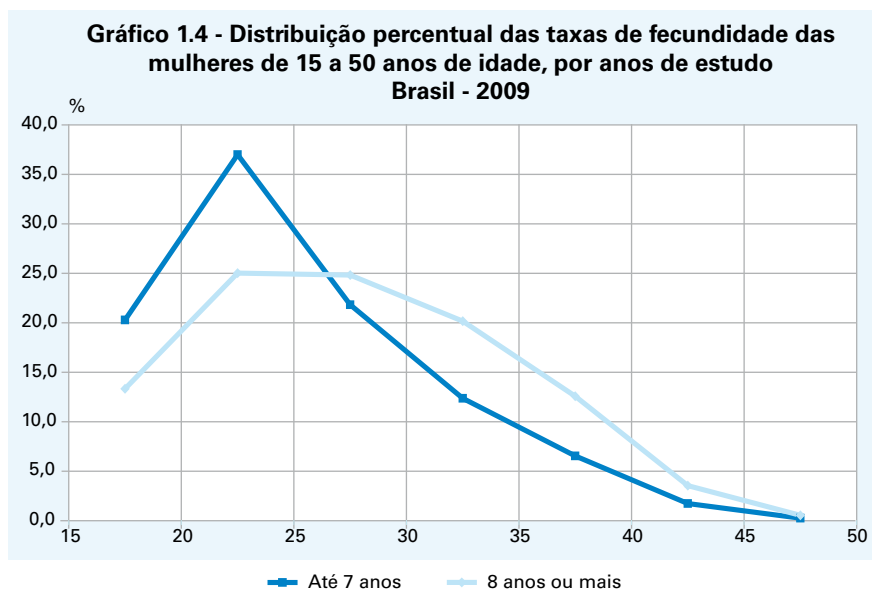
A distância que separa a fecundidade das mulheres menos instruídas da Região Norte da fecundidade das que possuem alta escolaridade da Região Sudeste é de 2,01 filhos. Mesmo dentro de uma mesma região, as mulheres com até 7 anos de estudo chegam a ter, em média, quase o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo. Ao considerar a cor ou raça, invariavelmente, são observados, no segmento de mulheres brancas, níveis mais baixos de fecundidade com respeito ao conjunto de mulheres pretas e pardas. Os diferenciais dentro de uma mesma região não se apresentam tão marcados, porém destaca-se a Região Sudeste com a mais baixa fecundidade das mulheres brancas (1,55 filho por mulher), enquanto na Região Norte a taxa mais alta corresponde às mulheres pretas e pardas, com 2,67 filhos por mulher (Tabelas 1.5 e 1.6).

O padrão de fecundidade, fornecido pela distribuição relativa das taxas específicas de fecundidade por grupos quinquenais de idade dentro do período reprodutivo, revela diferencial marcante quanto à forma de as mulheres terem seus filhos, levando-se em consideração o número de anos de estudo das mulheres.

No Brasil, mulheres com menos de 7 anos de estudo apresentam um padrão de fecundidade extremamente jovem (o grupo de 20 a 24 anos de idade concentra 37,0% da fecundidade total). A partir dele, a fecundidade declina rapidamente. Mostra-se, porém, mais dilatado o padrão de fecundidade de mulheres mais instruídas, com tempo de estudo superior a 8 anos: grupos de 20 a 24 e de 25 a 29 anos de idade próximas ou bem mais elevadas que as adjacentes. Concentram 25,0% e 24,8%, respectivamente.

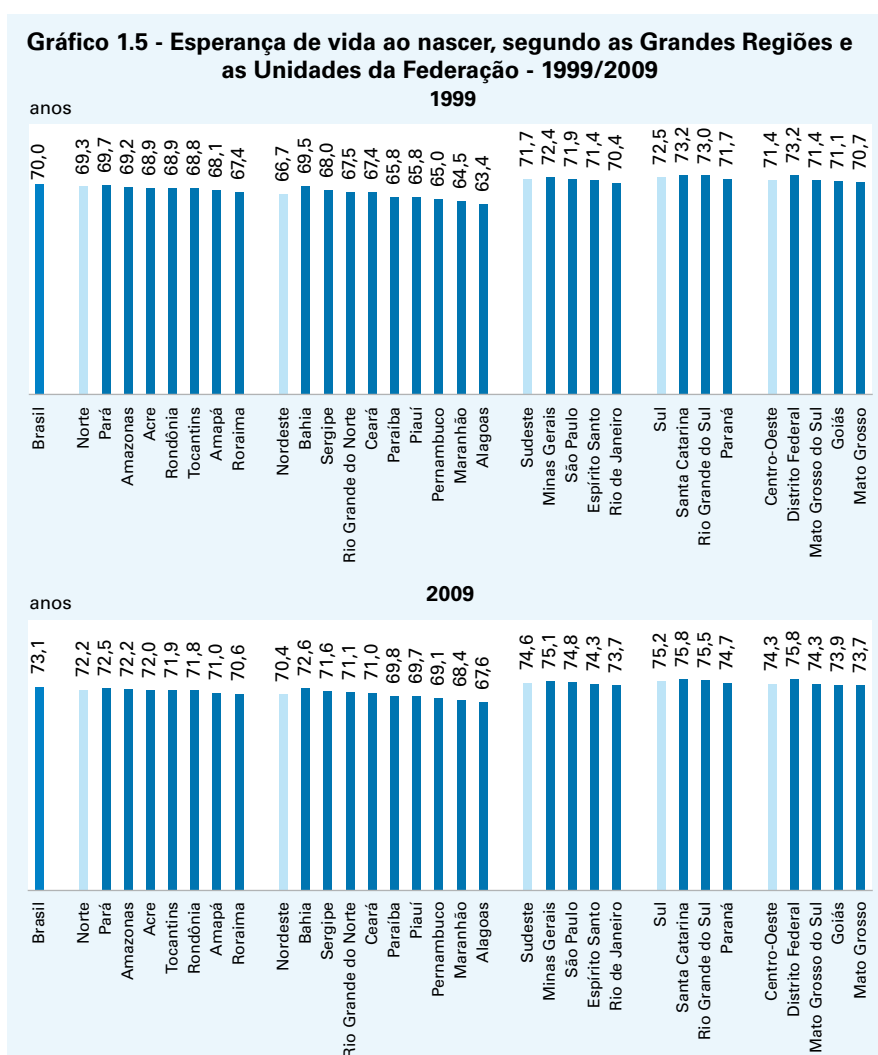
Entre as mulheres com menos de 7 anos de estudo, o grupo de 15 a 19 anos de idade concentra 20,3% da fertilidade, uma proporção relativamente alta, que revela o lado cruel do aumento da fecundidade na adolescência. Esse fator acaba por dificultar o processo educacional e a inserção de adolescentes no mercado de trabalho.

O comportamento descrito acima se reflete na idade média da fecundidade, isto é, a idade média com que as mulheres têm seus filhos. Entre as mulheres com menos de 7 anos de estudo a média é de 25,2 anos; entre aquelas com mais de 8 anos de estudo, é de 27,8, uma diferença de 2,6 anos (Gráfico 1.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

O aumento da esperança de vida ao nascer em combinação com a queda do nível geral da fecundidade resulta nos aumentos absoluto e relativo da população idosa. De fato, a esperança média de vida ao nascer no Brasil era, em 2009, de 73,1 anos de idade. A vida média ao nascer, de 1999 para 2009, obteve um incremento de 3,1 anos, com as mulheres em situação bem mais favorável que a dos homens (73,9 para 77,0 anos, no caso das mulheres, e 66,3 para 69,4 anos, para os homens). Em 2009, a diferença entre a maior esperança de vida do sexo feminino, 79,6 anos, no Distrito Federal, e a menor do sexo masculino, 63,7 anos, no Estado de Alagoas, corresponde a uma diferença de quase 16 anos a favor dessas mulheres (Gráfico 1.5 e Tabela 1.4).



Fonte: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030.

A taxa bruta de mortalidade, que representa a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, se encontra em 6,27% em 2009. A taxa bruta de natalidade, atualmente com 15,77%, vem caindo muito nos últimos anos devido ao processo de urbanização que gerou transformações de ordens socioeconômica e cultural na população brasileira (Tabela 1.4).

A taxa de mortalidade infantil no Brasil continua em declínio, passando de 31,7%, em 1999, para 22,5%, em 2009, o que corresponde a uma queda de 29,0% no período. A melhoria das condições de habitação, particularmente o aumento relativo do número de domicílios com saneamento básico adequado, vem contribuindo para reduzir as mortes infantis. O Rio Grande do Sul foi o estado que registrou a menor taxa de mortalidade infantil em 2009 (12,7%), e Alagoas, com 46,4%, apresentou a mais elevada (Tabela 1.4).

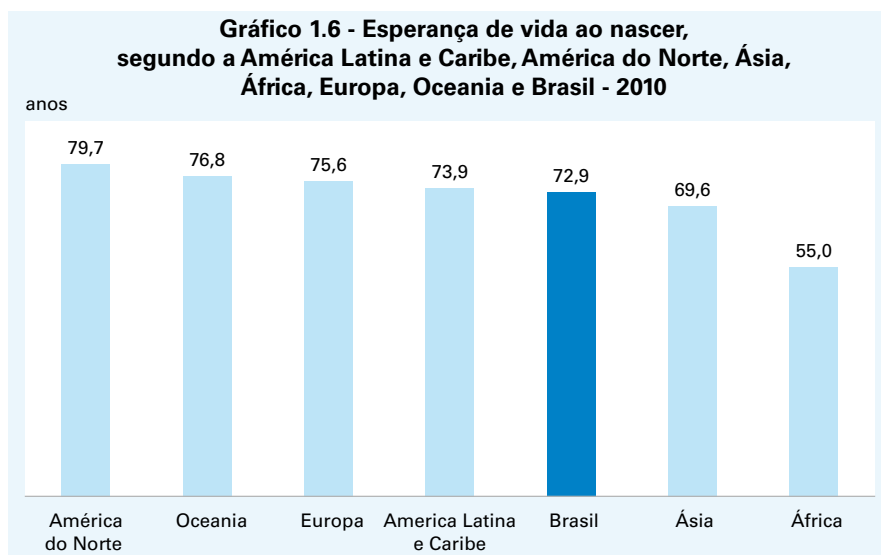
A PNAD 2009 também permite analisar informações sobre os locais de nascimento e de residência atual das pessoas. A distribuição da população por Grandes Regiões de residência atual segundo o lugar de nascimento, em 2009, mantém as mesmas tendências verificadas no início da década de 1990, revelando certa estabilidade dos movimentos migratórios brasileiros. As Regiões Nordeste e Sul, com 97,1% e 93,9%, respectivamente, são as que apresentam as maiores proporções de população natural, isto é, população cujo local de nascimento ocorre na própria região. O Centro-Oeste tem em sua composição o menor número de naturais (69,5%) e, conseqüentemente, o maior de migrantes (30,5%), sendo que desses, 23,3% são provenientes das Regiões Nordeste e Sudeste. Cabe ressaltar que Distrito Federal, Roraima e Rondônia são as três Unidades da Federação onde se encontram os menores percentuais de população natural, acarretando um maior número de migrantes na composição de suas populações residentes (Tabelas 1.7 e 1.8).

Em 2009, o total acumulado de migrantes segundo as Grandes Regiões foi da ordem de 20,1 milhões de pessoas. O grupo de maior peso no contingente de emigrantes brasileiros foi o de nordestinos, com 10,8 milhões (pessoas que saíram daquela região), correspondendo a 53,9% do total de emigrantes. A Região Sudeste continua a ser o maior polo de atração consolidado dos emigrantes nordestinos, uma vez que 66,9% se dirigiram para esta região, e ali ainda residem. O segundo grupo que historicamente mais emigrou nasceu na Região Sudeste (20,6% do total de emigrantes), dirigindo-se, em sua maioria, para a Região Centro-Oeste (35,9%), em razão, muito provavelmente, do crescimento de Brasília e dos movimentos de ocupação das últimas fronteiras agrícolas. Das 682 mil pessoas que vieram de países estrangeiros, 69,3% tiveram como destino a Região Sudeste. Observa-se, também, que, com exceção da Região Norte (que tem o maior fluxo de emigrantes se dirigindo para o Centro-Oeste), os emigrantes de todas as demais regiões, inclusive país estrangeiro, tinham a Região Sudeste como local de maior atração (Tabela 1.9).

Quanto à distribuição acumulada da imigração, foi a Região Sudeste que obteve a maior participação, com 49,8% do total de 20,1 milhões de imigrantes. Na composição dentro da própria região, verifica-se que 7,2 milhões (71,6%) dos quase 10 milhões de imigrantes tiveram como lugar de nascimento a Região Nordeste. É importante destacar que dos 1,7 milhão de imigrantes na Região Sul, 116 mil (6,9%) eram provenientes de países estrangeiros, valor esse próximo ao das pessoas que vieram da Região Centro-Oeste (6,2%) e superior ao das pessoas oriundas da Região Norte (2,1%). Na distribuição dos imigrantes inter-regionais, nota-se que, além da Região Sudeste, também as Regiões Norte e Centro-Oeste tiveram os nordestinos com maior peso relativo. Apenas na Região Sul, os nascidos na Região Sudeste eram maioria (Tabela 1.10).

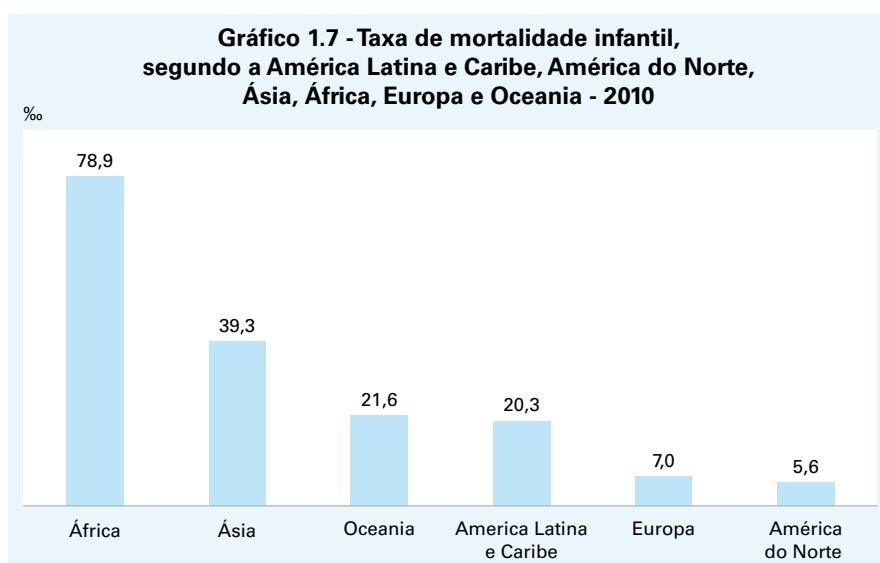
Estimativas da Divisão de População das Nações Unidas para 2010 (calculadas pela média geométrica para os períodos 2005-2010 e 2010-2015) possibilitam estudos comparativos de alguns indicadores demográficos do Brasil com algumas áreas

específicas. A comparação do número de anos que uma pessoa esperaria viver ao nascer – indicador muito utilizado para verificar o nível de desenvolvimento dos países – mostra que as pessoas que nascem na América do Norte têm a possibilidade de viver pelo menos até os 79,7 anos de idade, enquanto aquelas que nascem na África têm uma expectativa de vida de apenas 55,0 anos, o que acarreta uma diferença de quase 25 anos. Segundo estimativas das Nações Unidas, o Brasil situa-se em torno de 72,9 anos de esperança de vida ao nascer (Gráfico 1.6).



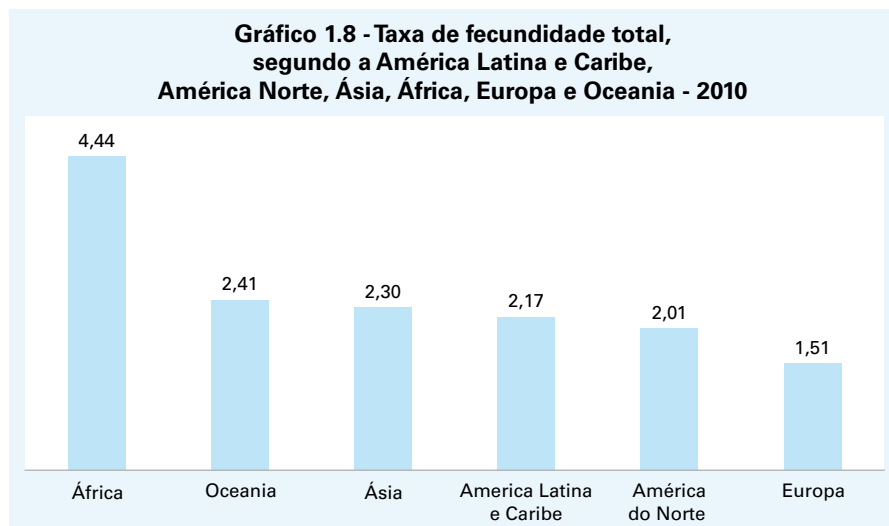
Fonte: World population prospects: the 2008 revision. In: ONU, Population Division. Population Database. New York, 2010. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp>>. Acesso em: set. 2010.

Ainda segundo as Nações Unidas, em relação à mortalidade infantil, indicador também muito utilizado para aferir os níveis de desenvolvimento econômico e social dos países, no continente americano, a América do Norte se sobressai com a menor taxa, 5,6 óbitos por cada 1 000 nascidos vivos. O Brasil (21,8‰) ainda apresenta uma taxa ligeiramente superior à da América Latina, 20,3‰ (Gráfico 1.7).



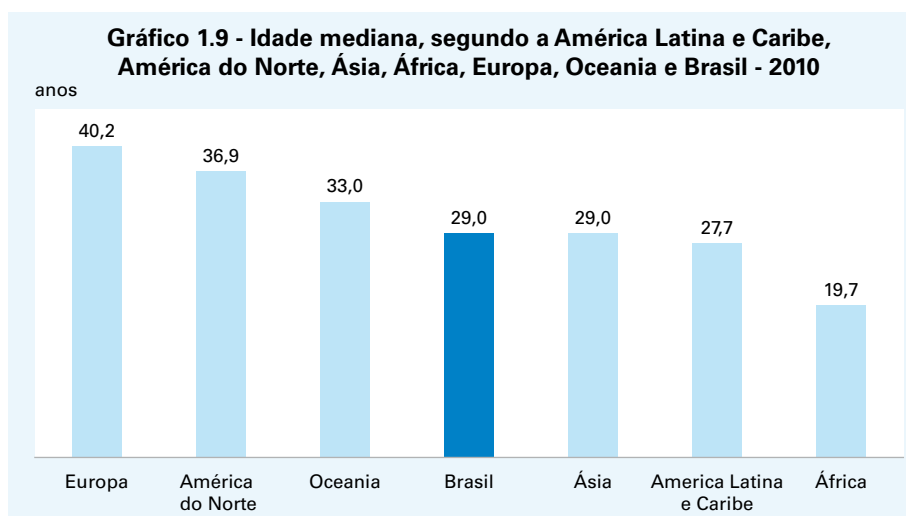
Fonte: World population prospects: the 2008 revision. In: ONU, Population Division. Population Database. New York, 2010. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp>>. Acesso em: set. 2010.

O valor mais alto da taxa de fecundidade se encontra na África (4,44 filhos). América Latina e Caribe ficam numa situação intermediária, com 2,17 filhos, e o continente europeu com a menor taxa, 1,51 filho por mulher (Gráfico 1.8).



Fonte: World population prospects: the 2008 revision. In: ONU, Population Division. Population Database. New York, 2010. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp>>. Acesso em: set. 2010.

A idade mediana é aquela que divide a população em duas partes de igual tamanho, isto é, existem tantas pessoas com idades acima da mediana como com idade abaixo dela. A Europa, com 40,2 anos, e a América do Norte, com 36,9 anos, são as regiões com as maiores idades medianas, caracterizando estruturas etárias bastante envelhecidas. Por outro lado, a África, com 19,7 anos, possui uma população bastante jovem. A diferença entre a maior e a menor idade mediana alcança 20,5 anos (Gráfico 1.9).



Fonte: World population prospects: the 2008 revision. In: ONU, Population Division. Population Database. New York, 2010. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp>>. Acesso em: set. 2010.

Tabela 1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente, por situação do domicílio e sexo (1 000 pessoas)		
	Total		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	191 796	93 356	98 439
Norte	15 555	7 744	7 811
Rondônia	1 531	764	767
Acre	705	351	354
Amazonas	3 455	1 714	1 740
Roraima	430	212	218
Pará	7 479	3 710	3 769
Região Metropolitana de Belém	2 117	1 007	1 110
Amapá	640	322	317
Tocantins	1 316	670	646
Nordeste	54 020	26 296	27 724
Maranhão	6 469	3 178	3 291
Piauí	3 193	1 543	1 650
Ceará	8 569	4 125	4 443
Região Metropolitana de Fortaleza	3 580	1 678	1 902
Rio Grande do Norte	3 188	1 578	1 610
Paraíba	3 826	1 859	1 967
Pernambuco	8 820	4 219	4 600
Região Metropolitana de Recife	3 774	1 734	2 040
Alagoas	3 206	1 559	1 647
Sergipe	2 052	990	1 062
Bahia	14 697	7 244	7 453
Região Metropolitana de Salvador	3 781	1 773	2 008
Sudeste	80 466	38 908	41 558
Minas Gerais	20 088	9 755	10 333
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 121	2 414	2 707
Espírito Santo	3 480	1 713	1 767
Rio de Janeiro	15 801	7 423	8 378
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 582	5 400	6 182
São Paulo	41 097	20 018	21 079
Região Metropolitana de São Paulo	19 653	9 468	10 185
Sul	27 776	13 557	14 219
Paraná	10 700	5 186	5 514
Região Metropolitana de Curitiba	3 272	1 591	1 681
Santa Catarina	6 159	3 059	3 101
Rio Grande do Sul	10 917	5 313	5 604
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 054	1 938	2 116
Centro-Oeste	13 978	6 851	7 128
Mato Grosso do Sul	2 399	1 189	1 210
Mato Grosso	3 057	1 534	1 524
Goiás	5 951	2 910	3 042
Distrito Federal	2 571	1 219	1 352

Tabela 1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente, por situação do domicílio e sexo (1 000 pessoas)		
	Urbana		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	161 041	77 334	83 707
Norte	12 125	5 910	6 215
Rondônia	1 113	545	568
Acre	555	269	287
Amazonas	2 870	1 403	1 467
Roraima	365	177	188
Pará	5 617	2 722	2 895
Região Metropolitana de Belém	2 059	978	1 081
Amapá	626	315	311
Tocantins	979	480	499
Nordeste	39 310	18 676	20 634
Maranhão	4 498	2 135	2 363
Piauí	1 977	916	1 061
Ceará	6 622	3 131	3 491
Região Metropolitana de Fortaleza	3 470	1 621	1 848
Rio Grande do Norte	2 312	1 121	1 191
Paraíba	2 976	1 425	1 551
Pernambuco	6 818	3 191	3 628
Região Metropolitana de Recife	3 709	1 701	2 007
Alagoas	2 180	1 044	1 135
Sergipe	1 702	805	896
Bahia	10 225	4 907	5 318
Região Metropolitana de Salvador	3 710	1 738	1 972
Sudeste	74 203	35 653	38 550
Minas Gerais	17 215	8 242	8 972
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 073	2 388	2 685
Espírito Santo	2 875	1 398	1 476
Rio de Janeiro	15 263	7 141	8 122
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 500	5 357	6 143
São Paulo	38 851	18 872	19 979
Região Metropolitana de São Paulo	18 806	9 047	9 759
Sul	23 113	11 143	11 970
Paraná	9 109	4 375	4 733
Região Metropolitana de Curitiba	2 968	1 435	1 533
Santa Catarina	5 056	2 497	2 558
Rio Grande do Sul	8 949	4 270	4 679
Região Metropolitana de Porto Alegre	3 809	1 812	1 996
Centro-Oeste	12 289	5 952	6 337
Mato Grosso do Sul	2 054	1 009	1 044
Mato Grosso	2 505	1 234	1 272
Goiás	5 310	2 568	2 742
Distrito Federal	2 420	1 141	1 280

Tabela 1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente, por situação do domicílio e sexo (1 000 pessoas)		
	Rural		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	30 755	16 023	14 732
Norte	3 430	1 834	1 596
Rondônia	418	219	198
Acre	149	83	67
Amazonas	585	312	273
Roraima	66	36	30
Pará	1 861	988	873
Região Metropolitana de Belém	58	29	29
Amapá	14	8	7
Tocantins	337	190	147
Nordeste	14 710	7 620	7 090
Maranhão	1 971	1 043	929
Piauí	1 216	627	589
Ceará	1 946	994	952
Região Metropolitana de Fortaleza	110	56	54
Rio Grande do Norte	876	457	419
Paraíba	849	434	416
Pernambuco	2 002	1 029	973
Região Metropolitana de Recife	65	32	33
Alagoas	1 026	514	512
Sergipe	351	185	166
Bahia	4 472	2 337	2 135
Região Metropolitana de Salvador	71	35	36
Sudeste	6 263	3 255	3 008
Minas Gerais	2 874	1 513	1 361
Região Metropolitana de Belo Horizonte	48	26	22
Espírito Santo	605	314	291
Rio de Janeiro	538	282	256
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	83	43	40
São Paulo	2 247	1 147	1 100
Região Metropolitana de São Paulo	847	421	426
Sul	4 663	2 415	2 248
Paraná	1 591	810	781
Região Metropolitana de Curitiba	304	155	148
Santa Catarina	1 104	561	543
Rio Grande do Sul	1 968	1 043	925
Região Metropolitana de Porto Alegre	245	126	119
Centro-Oeste	1 689	899	790
Mato Grosso do Sul	345	180	166
Mato Grosso	552	300	252
Goiás	641	342	300
Distrito Federal	151	78	73

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente (1 000 pessoas)				
	Total	Grupos de idade			
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 e 6 anos	7 a 9 anos
Brasil	191 796	2 570	10 815	5 783	9 821
Norte	15 555	284	1 188	637	1 024
Rondônia	1 531	20	96	51	93
Acre	705	12	62	30	50
Amazonas	3 455	57	270	143	235
Roraima	430	8	34	18	30
Pará	7 479	153	593	325	483
Região Metropolitana de Belém	2 117	32	138	71	112
Amapá	640	11	48	25	52
Tocantins	1 316	23	85	45	80
Nordeste	54 020	803	3 487	1 828	3 075
Maranhão	6 469	109	509	253	411
Piauí	3 193	49	185	100	179
Ceará	8 569	127	545	270	483
Região Metropolitana de Fortaleza	3 580	59	214	106	191
Rio Grande do Norte	3 188	49	194	95	159
Paraíba	3 826	69	231	129	220
Pernambuco	8 820	116	547	317	519
Região Metropolitana de Recife	3 774	45	203	110	189
Alagoas	3 206	49	205	114	194
Sergipe	2 052	30	152	64	109
Bahia	14 697	204	919	485	802
Região Metropolitana de Salvador	3 781	45	197	109	182
Sudeste	80 466	954	3 907	2 111	3 713
Minas Gerais	20 088	237	1 011	543	964
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 121	53	253	132	244
Espírito Santo	3 480	50	196	104	170
Rio de Janeiro	15 801	163	676	402	689
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 582	114	492	301	494
São Paulo	41 097	504	2 024	1 062	1 889
Região Metropolitana de São Paulo	19 653	261	1 013	504	933
Sul	27 776	319	1 383	756	1 292
Paraná	10 700	136	545	303	514
Região Metropolitana de Curitiba	3 272	39	172	86	152
Santa Catarina	6 159	63	305	165	267
Rio Grande do Sul	10 917	119	533	288	510
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 054	44	207	113	195
Centro-Oeste	13 978	209	850	451	717
Mato Grosso do Sul	2 399	34	153	75	131
Mato Grosso	3 057	47	204	98	167
Goiás	5 951	88	351	199	296
Distrito Federal	2 571	40	143	80	123

Tabela 1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente (1 000 pessoas)				
	Grupos de idade				
	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Brasil	17 421	10 399	6 537	16 498	16 473
Norte	1 675	965	580	1 457	1 420
Rondônia	154	98	60	142	142
Acre	81	39	27	67	69
Amazonas	379	219	132	323	300
Roraima	54	25	14	39	46
Pará	796	463	276	708	693
Região Metropolitana de Belém	190	115	80	204	211
Amapá	67	41	25	67	59
Tocantins	143	80	45	113	112
Nordeste	5 450	3 274	1 915	4 984	4 686
Maranhão	704	412	219	616	593
Piauí	354	187	117	277	269
Ceará	899	531	321	803	733
Região Metropolitana de Fortaleza	342	206	126	351	351
Rio Grande do Norte	282	195	116	324	303
Paraíba	360	226	148	334	327
Pernambuco	830	512	312	774	738
Região Metropolitana de Recife	301	194	127	325	340
Alagoas	356	230	114	297	254
Sergipe	189	127	69	217	184
Bahia	1 477	854	500	1 343	1 287
Região Metropolitana de Salvador	324	197	122	362	374
Sudeste	6 707	3 874	2 640	6 640	6 816
Minas Gerais	1 809	1 045	714	1 679	1 664
Região Metropolitana de Belo Horizonte	436	239	169	451	480
Espírito Santo	320	172	116	297	305
Rio de Janeiro	1 235	743	466	1 196	1 264
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	880	543	334	892	927
São Paulo	3 343	1 915	1 345	3 467	3 582
Região Metropolitana de São Paulo	1 623	940	649	1 717	1 793
Sul	2 344	1 502	921	2 199	2 291
Paraná	964	585	354	832	882
Região Metropolitana de Curitiba	279	163	113	280	294
Santa Catarina	509	346	222	509	541
Rio Grande do Sul	872	571	345	858	868
Região Metropolitana de Porto Alegre	330	209	127	323	354
Centro-Oeste	1 245	784	481	1 218	1 260
Mato Grosso do Sul	223	138	87	194	202
Mato Grosso	258	179	105	259	277
Goiás	546	329	195	519	517
Distrito Federal	219	139	95	247	264

Tabela 1.2 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente (1 000 pessoas)				
	Grupos de idade				
	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 anos ou mais
Brasil	54 336	19 406	6 648	5 342	9 746
Norte	4 028	1 162	367	320	448
Rondônia	431	133	41	28	42
Acre	169	52	14	13	20
Amazonas	916	256	73	64	88
Roraima	112	30	7	5	9
Pará	1 886	546	177	162	217
Região Metropolitana de Belém	598	183	62	46	77
Amapá	165	41	13	13	13
Tocantins	350	104	42	34	59
Nordeste	14 318	4 555	1 634	1 415	2 597
Maranhão	1 578	476	152	155	282
Piauí	835	277	116	89	160
Ceará	2 242	713	260	215	428
Região Metropolitana de Fortaleza	1 021	295	100	77	142
Rio Grande do Norte	874	267	97	78	156
Paraíba	1 029	315	118	109	210
Pernambuco	2 426	769	283	251	427
Região Metropolitana de Recife	1 144	383	128	102	184
Alagoas	807	265	97	77	147
Sergipe	554	186	65	34	73
Bahia	3 973	1 290	446	406	714
Região Metropolitana de Salvador	1 180	358	109	78	145
Sudeste	23 700	9 179	3 127	2 447	4 651
Minas Gerais	5 820	2 157	734	599	1 112
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 537	559	184	141	244
Espírito Santo	1 001	375	127	88	160
Rio de Janeiro	4 613	1 976	718	567	1 091
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 380	1 441	540	421	823
São Paulo	12 267	4 671	1 548	1 192	2 288
Região Metropolitana de São Paulo	5 831	2 167	707	527	989
Sul	8 179	3 184	1 084	833	1 489
Paraná	3 177	1 169	390	308	540
Região Metropolitana de Curitiba	985	348	113	95	153
Santa Catarina	1 864	699	222	155	292
Rio Grande do Sul	3 138	1 317	472	370	657
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 165	480	174	123	209
Centro-Oeste	4 110	1 326	436	329	561
Mato Grosso do Sul	684	231	79	55	113
Mato Grosso	898	286	89	79	113
Goiás	1 751	569	194	146	252
Distrito Federal	778	240	74	48	82

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

**Tabela 1.3 - Taxa de urbanização, razão de sexo e razão de dependência,
segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de urbanização (%)	Razão de sexo	Razão de dependência		
			Total	Jovens	Idosos
Brasil	84,0	94,8	47,2	35,6	11,6
Norte	77,9	99,1	55,9	48,2	7,7
Rondônia	72,7	99,6	46,3	39,6	6,7
Acre	78,8	99,3	61,5	53,9	7,6
Amazonas	83,1	98,5	55,7	48,9	6,9
Roraima	84,7	97,5	57,9	52,8	5,1
Pará	75,1	98,4	57,5	49,5	8,0
Região Metropolitana de Belém	97,3	90,8	45,7	37,3	8,4
Amapá	97,8	101,6	55,6	49,4	6,3
Tocantins	74,4	103,6	55,6	44,6	11,0
Nordeste	72,8	94,8	52,7	41,4	11,3
Maranhão	69,5	96,5	59,9	49,1	10,8
Piauí	61,9	93,5	53,7	41,7	12,0
Ceará	77,3	92,8	53,0	41,5	11,5
Região Metropolitana de Fortaleza	96,9	88,2	46,1	37,2	8,9
Rio Grande do Norte	72,5	98,0	46,5	35,8	10,7
Paraíba	77,8	94,5	53,2	40,5	12,8
Pernambuco	77,3	91,7	51,7	40,1	11,7
Região Metropolitana de Recife	98,3	85,0	43,0	32,1	10,8
Alagoas	68,0	94,6	55,3	44,5	10,9
Sergipe	82,9	93,2	46,5	38,8	7,7
Bahia	69,6	97,2	51,7	40,1	11,6
Região Metropolitana de Salvador	98,1	88,3	40,0	31,7	8,3
Sudeste	92,2	93,6	43,8	31,1	12,7
Minas Gerais	85,7	94,4	45,4	33,0	12,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	99,1	89,2	41,5	30,8	10,6
Espírito Santo	82,6	96,9	45,5	35,1	10,4
Rio de Janeiro	96,6	88,6	43,9	28,8	15,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	99,3	87,4	43,7	28,3	15,4
São Paulo	94,5	95,0	42,7	30,6	12,1
Região Metropolitana de São Paulo	95,7	93,0	42,4	31,4	11,0
Sul	83,2	95,3	43,5	31,5	12,0
Paraná	85,1	94,0	44,8	33,3	11,5
Região Metropolitana de Curitiba	90,7	94,6	42,5	31,7	10,8
Santa Catarina	82,1	98,6	39,9	29,7	10,1
Rio Grande do Sul	82,0	94,8	44,2	30,7	13,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	94,0	91,6	43,1	31,4	11,7
Centro-Oeste	87,9	96,1	45,4	36,1	9,3
Mato Grosso do Sul	85,6	98,3	48,7	38,2	10,5
Mato Grosso	81,9	100,6	46,1	36,9	9,2
Goiás	89,2	95,7	46,1	36,3	9,8
Distrito Federal	94,1	90,1	40,0	33,0	7,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 1.4 - Taxa de fecundidade total, taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de fecundidade total	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer		
					Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,94	15,77	6,27	22,50	73,1	69,4	77,0
Norte	2,51	20,01	4,86	23,50	72,2	69,3	75,1
Rondônia	2,32	18,40	5,15	22,40	71,8	69,1	74,7
Acre	2,96	23,94	4,98	28,90	72,0	69,4	74,7
Amazonas	2,38	20,16	4,45	24,30	72,2	69,2	75,3
Roraima	2,20	28,78	4,84	18,10	70,6	68,1	73,2
Pará	2,51	18,88	4,86	23,00	72,5	69,6	75,5
Amapá	2,87	27,96	4,77	22,50	71,0	67,2	75,0
Tocantins	2,60	18,45	5,49	25,60	71,9	69,6	74,2
Nordeste	2,04	18,91	6,56	33,20	70,4	66,9	74,1
Maranhão	2,31	20,56	6,45	36,50	68,4	64,6	72,5
Piauí	2,05	19,92	6,26	26,20	69,7	66,7	72,8
Ceará	2,15	17,96	6,41	27,60	71,0	66,8	75,4
Rio Grande do Norte	2,11	17,98	6,48	32,20	71,1	67,3	75,1
Paraíba	2,25	17,46	7,29	35,20	69,8	66,3	73,3
Pernambuco	2,06	17,42	7,33	35,70	69,1	65,7	72,7
Alagoas	2,29	23,18	7,00	46,40	67,6	63,7	71,7
Sergipe	1,84	20,42	5,90	31,40	71,6	68,3	75,1
Bahia	1,87	18,81	6,11	31,40	72,6	69,4	75,9
Sudeste	1,75	13,65	6,44	16,60	74,6	70,7	78,7
Minas Gerais	1,67	15,12	6,13	19,10	75,1	71,8	78,6
Espírito Santo	1,88	16,53	5,97	17,70	74,3	70,7	78,0
Rio de Janeiro	1,63	11,97	7,37	18,30	73,7	69,4	78,1
São Paulo	1,78	13,32	6,28	14,50	74,8	70,7	79,0
Sul	1,92	12,34	6,23	15,10	75,2	71,9	78,7
Paraná	1,84	12,98	5,97	17,30	74,7	71,6	77,9
Santa Catarina	2,08	12,54	5,56	15,00	75,8	72,6	79,1
Rio Grande do Sul	1,93	11,60	6,84	12,70	75,5	71,9	79,3
Centro-Oeste	1,93	16,36	5,29	17,80	74,3	70,9	77,8
Mato Grosso do Sul	1,82	16,96	5,76	16,90	74,3	71,1	77,7
Mato Grosso	2,32	17,35	5,18	19,20	73,7	70,1	77,4
Goiás	1,84	15,24	5,56	18,30	73,9	70,7	77,3
Distrito Federal	1,84	17,33	4,35	15,80	75,8	72,2	79,6

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030; e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela 1.5 - Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por cor ou raça das mulheres		
	Total (1)	Branca	Preta ou parda
Brasil	1,94	1,63	2,20
Norte	2,51	2,02	2,67
Nordeste	2,04	1,85	2,10
Sudeste	1,75	1,55	2,00
Sul	1,92	1,64	2,63
Centro-Oeste	1,93	1,65	2,37

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive as mulheres que se autodeclararam indígenas, amarelas ou sem declaração de cor ou raça.

Tabela 1.6 - Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por grupos de anos de estudo das mulheres		
	Total (1)	Até 7 anos	8 anos ou mais
Brasil	1,94	3,19	1,68
Norte	2,51	3,61	1,97
Nordeste	2,04	3,31	1,80
Sudeste	1,75	3,00	1,60
Sul	1,92	3,03	1,72
Centro-Oeste	1,93	3,19	1,72

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive sem declaração de anos de estudo.

Tabela 1.7 - População residente, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2009

Lugar de nascimento	População residente, por Grandes Regiões de residência (1 000 pessoas)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	12 999	239	216	35	331
Nordeste	1 530	52 463	7 237	279	1 773
Sudeste	456	1 041	70 468	1 153	1 483
Sul	260	96	1 525	26 087	637
Centro-Oeste	290	151	548	106	9 711
País estrangeiro	20	30	473	116	43

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 1.8 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual, segundo o lugar de nascimento - 2009

Lugar de nascimento	Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões de residência atual (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	83,6	0,4	0,2	0,1	2,4
Nordeste	9,8	97,1	9,0	1,0	12,7
Sudeste	2,9	1,9	87,6	4,2	10,6
Sul	1,7	0,2	1,9	93,9	4,5
Centro-Oeste	1,9	0,3	0,7	0,4	69,5
País estrangeiro	0,1	0,1	0,6	0,4	0,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 1.9 - Emigrantes, por lugar de nascimento, segundo as Grandes Regiões de residência - 2009

Grandes Regiões de residência	Emigrantes, por lugar de nascimento					
	Grandes Regiões					País es- trangeiro
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	820	10 819	4 133	2 517	1 095	682
Números relativos (%)						
Norte	-	14,1	11,0	10,3	26,5	2,9
Nordeste	29,1	-	25,2	3,8	13,8	4,4
Sudeste	26,3	66,9	-	60,6	50,0	69,3
Sul	4,3	2,6	27,9	-	9,7	17,1
Centro-Oeste	40,3	16,4	35,9	25,3	-	6,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 1.10 - Imigrantes, por Grandes Regiões de residência, segundo o lugar de nascimento - 2009

Lugar de nascimento	Imigrantes, por Grandes Regiões de residência				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Números absolutos (1 000 pessoas)					
Total	2 556	1 557	9 998	1 689	4 268
Números relativos (%)					
Norte	-	15,3	2,2	2,1	7,8
Nordeste	59,8	-	72,4	16,5	41,6
Sudeste	17,9	66,9	-	68,3	34,7
Sul	10,2	6,2	15,2	-	14,9
Centro-Oeste	11,3	9,7	5,5	6,2	-
País estrangeiro	0,8	1,9	4,7	6,9	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Educação

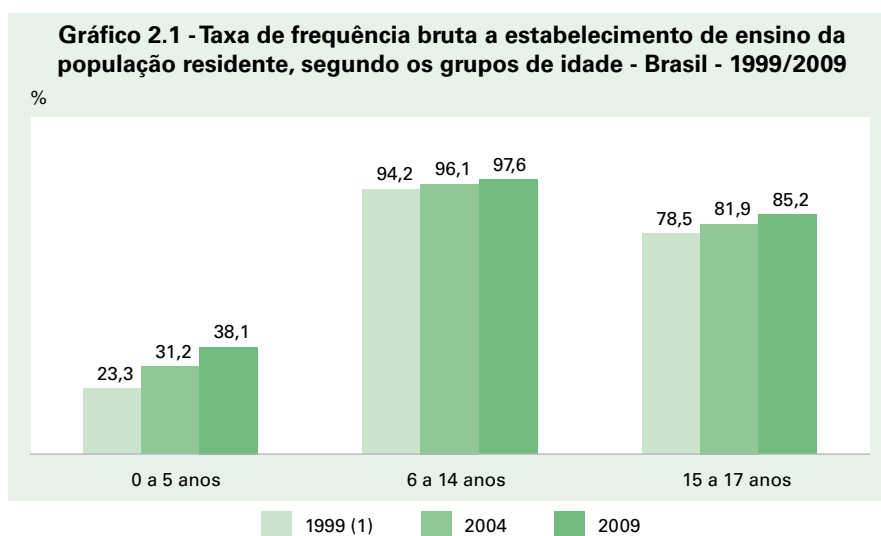
O sistema brasileiro de ensino regular compreende a educação básica, formada pela educação infantil, pelos ensinos fundamental e médio, e pela educação superior. De acordo com a legislação vigente – Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes da Educação Nacional) – é de competência do governo federal atuar no ensino superior e prestar assistências técnica e financeira às esferas estadual e municipal. Aos estados e ao Distrito Federal, cabem as responsabilidades da oferta dos ensinos fundamental e médio, e, aos municípios, a oferta do ensino fundamental e a educação infantil.

A fase inicial escolar para as crianças de 0 a 5 anos de idade é a educação infantil em creches ou pré-escolas. Especialistas, educadores e pesquisadores reconhecem a importância do desenvolvimento integral nos primeiros anos de vida e encaram a vivência escolar como parte essencial desse processo. É uma fase crucial para os desenvolvimentos neurológico, físico, linguístico e motor das crianças.

Nota-se que um importante aliado para o cumprimento das metas de universalização das matrículas escolares da educação infantil e do ensino fundamental, no País, foi a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que não incluía a educação infantil. O FUNDEB, além de estimular o acesso das crianças à escola desde cedo, repassa verbas para os municípios investirem nos segmentos do ensino fundamental, mas com prioridade imediata no crescimento do número de estabelecimentos e na qualidade do ensino para atender à primeira infância.

Sem dúvida, o País alcançou nas últimas décadas um crescimento substantivo quanto ao acesso à escola, especialmente em relação à educação infantil. Em 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD mostra que o grupo de crianças de 0 a 5 anos de idade apresentava uma taxa de escolarização de 38,1%, enquanto em 1999, essa proporção era de apenas 23,3% (Gráfico 2.1). É importante observar que nas áreas rurais onde a oferta de estabelecimentos para este segmento populacional é mais reduzida, o crescimento foi também bastante significativo, passando de 15,2% para 28,4% (Tabela 2.5).

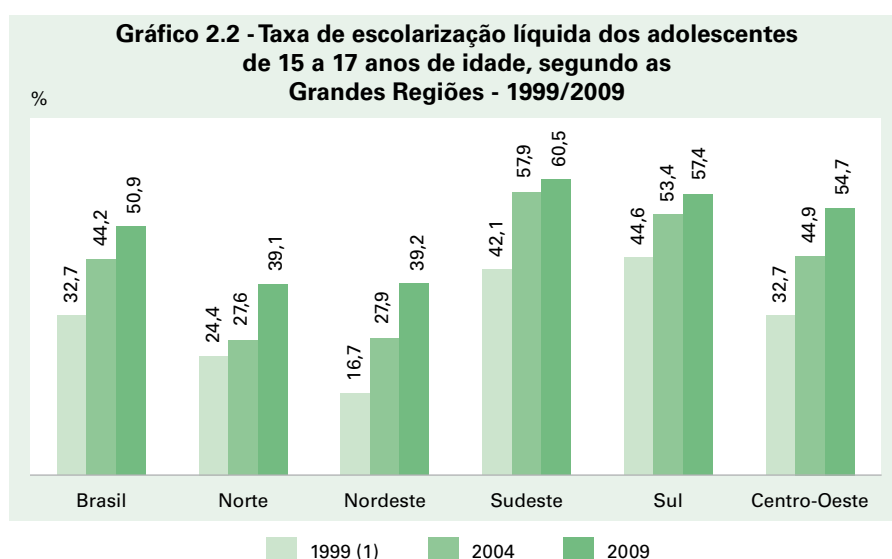
Na faixa etária de 6 a 14 anos, é possível dizer que, desde meados da década de 1990, praticamente todas as crianças brasileiras já estavam frequentando escola. O Gráfico 2.1 ainda apresenta a situação do segmento etário posterior, constituído por adolescentes de 15 a 17 anos. A proporção é menos favorável para essa faixa etária, pois, em 2009, a taxa alcançou 85,2% daquele contingente. É importante mencionar que foi somente a partir de 2007 que o segmento populacional das crianças de 6 anos foi incorporado à faixa de ensino obrigatória, que até então compreendia dos 7 aos 14 anos de idade.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Observa-se que a escolarização dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade no nível médio não está universalizada. Houve uma melhora em relação a 1999, mas ainda cerca de metade deles estava no nível adequado, em 2009, para sua faixa etária. Este indicador para os adolescentes residentes na Região Nordeste revela uma grande disparidade territorial – em 2009, somente 39,2% estavam no nível médio, não chegando a atingir os 42,1% alcançado pelos adolescentes residentes na Região Sudeste, em 1999 (Tabela 2.8 e Gráfico 2.2).



A taxa de escolarização líquida indica a proporção da população em determinada faixa etária que se encontra frequentando escola no nível adequado à sua idade.

A taxa de escolarização líquida, analisada pelos quintos do rendimento mensal familiar *per capita*, revela fortes desigualdades entre os mais pobres e os mais ricos: no primeiro quinto (os 20% mais pobres), somente 32,0% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade estavam no ensino médio, enquanto no último quinto (20% mais ricos), essa oportunidade atingia quase 78% deste grupo, revelando que a renda familiar exerce grande influência na adequação idade/série frequentada (Tabela 2.16).

A baixa escolarização líquida dos adolescentes vem como decorrência dos atrasos ocorridos no ensino fundamental. É fato constatado que a maioria das crianças brasileiras ingressam neste ciclo sem antes ter cursado o pré-escolar, o que acarreta, no início do processo, um atraso em média de dois anos. Basta analisar o número médio de anos de estudo concluídos das crianças de 10 a 14 anos de idade. No período de 1999 para 2009, houve um reduzido progresso (Gráfico 2.3).



Outra questão relevante sobre a educação brasileira diz respeito à qualidade do conhecimento adquirido pelos estudantes dos ensinos fundamental e médio. Implantado e desenvolvido pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB é um indicador resultante da combinação do desempenho médio (Prova Brasil e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB) dos estudantes em exames padronizados ao final de determinada etapa do ensino fundamental (4ª série, ou 5º ano, e 8ª série, ou 9º ano) e o 3º ano do ensino médio, com a taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino (fluxo apurado pelo Censo Escolar).

O IDEB estipula metas para serem alcançadas até 2021 em torno da nota 6,0, nível comparável ao dos países desenvolvidos. Observa-se que, entre os alunos da rede particular, já em 2005, na primeira edição do IDEB, registrava-se uma nota média de 5,9, próxima daquela a ser alcançada em 2021.

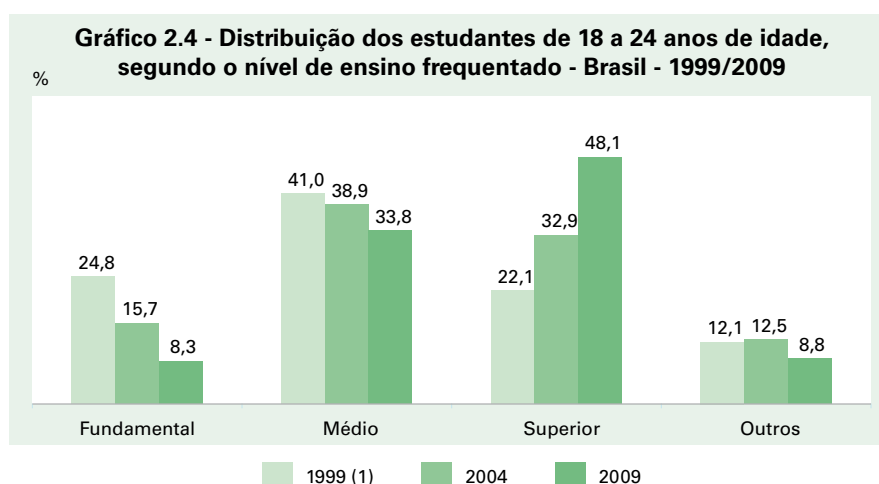
No que diz respeito às séries iniciais do ensino fundamental para o conjunto do País, observa-se uma melhoria no IDEB, cuja nota média passou de 4,2, em 2007, para 4,6, em 2009. Todas as regiões obtiveram avanços nesse período, inclusive já se aproximando das metas previstas para 2011, sendo que as Regiões Nordeste e Centro-Oeste ultrapassaram as metas projetadas (Tabelas 2.24 e 2.25).

No debate nacional sobre a escolaridade da população brasileira, a questão da qualidade do conhecimento adquirido nos últimos anos pela população infantojuvenil, faixa correspondente à chamada educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), tem sido uma constante. As evidências estatísticas revelam uma média muito baixa de anos de estudo concluídos, especialmente se comparada a outros países dos mesmos níveis de desenvolvimento econômico e social. Em 2009, o brasileiro de 15 anos ou mais de idade tinha, em média, 7,5 anos de estudo, ou seja, não conseguiu concluir o ciclo fundamental obrigatório, direito adquirido constitucionalmente. Na Região Sudeste, essa média atingiu 8,2 anos, enquanto na Região Nordeste, apenas 6,7 (Tabela 2.11).

A mensuração da escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade para combater a pobreza e melhorar a coesão social, segundo avaliação da Comissão das Comunidades Europeias (Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT). No caso do Brasil, a proporção de jovens que possuem essa escolaridade ainda era extremamente baixa, apenas 37,9%, de acordo com os dados da PNAD 2009. As desigualdades regionais também são marcantes: na Região Sudeste, a proporção era de 44,0%, e na Região Nordeste, 31,8%.

Para complementar a análise da situação de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos de idade que têm 11 anos de estudo, procurou-se verificar se este grupo se mantinha frequentando escola. Os resultados mostraram que somente 5,4% daqueles que haviam obtido este nível de escolaridade permaneciam na escola em 2009. Cerca de 15,1% dos jovens desta faixa etária apresentavam 11 anos ou mais de estudo, dentre os quais 10,7% continuavam os estudos (Tabela 2.22).

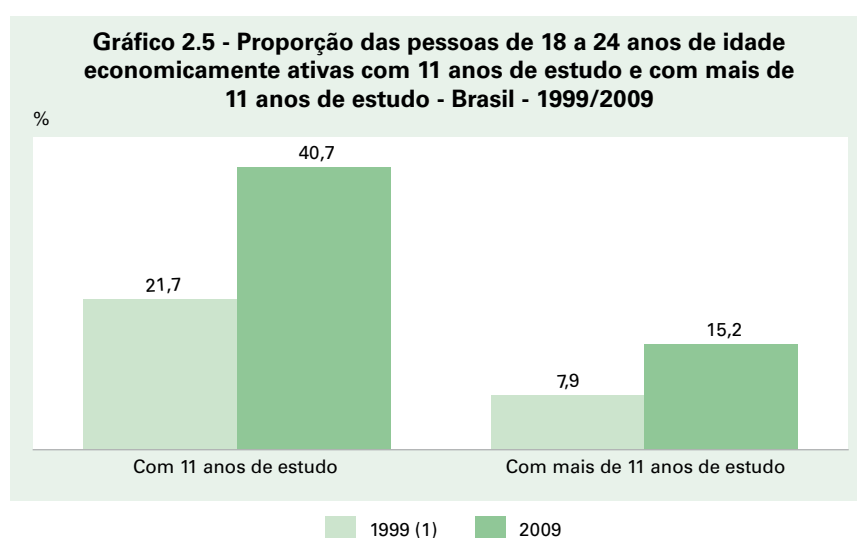
É importante dizer que, em 2009, a maioria dos estudantes de 18 a 24 anos ainda frequentava nível de ensino abaixo do recomendado para sua faixa etária. Contudo, de 1999 para 2009, houve uma melhora, com decréscimo na frequência aos ensinos fundamental e médio e aumento na frequência ao nível superior (Gráfico 2.4 e Tabela 2.9).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Comprovadamente, maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Portanto, é importante verificar se as pessoas economicamente ativas têm uma escolaridade de pelo menos 11 anos de estudo completos, equivalente ao ensino médio, nível que atualmente é exigido para praticamente todos os postos de trabalho no mercado formal. Observa-se que, de 1999 para 2009, a proporção das pessoas economicamente ativas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo quase dobrou, passando de 21,7% para 40,7%. Por outro lado, para o conjunto das pessoas economicamente ativas com 11 anos ou mais de estudo, os resultados foram mais modestos, passando de 7,9% para 15,2%. Para o segmento etário posterior, 25 a 34 anos de idade, a proporção era mais elevada para quem tinha 11 anos ou mais de estudo. No período estudado, os resultados mostram um aumento da escolaridade para as pessoas economicamente ativas nos dois grupos etários (Tabela 2.23, Gráficos 2.5 e 2.6 e Tabela 1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

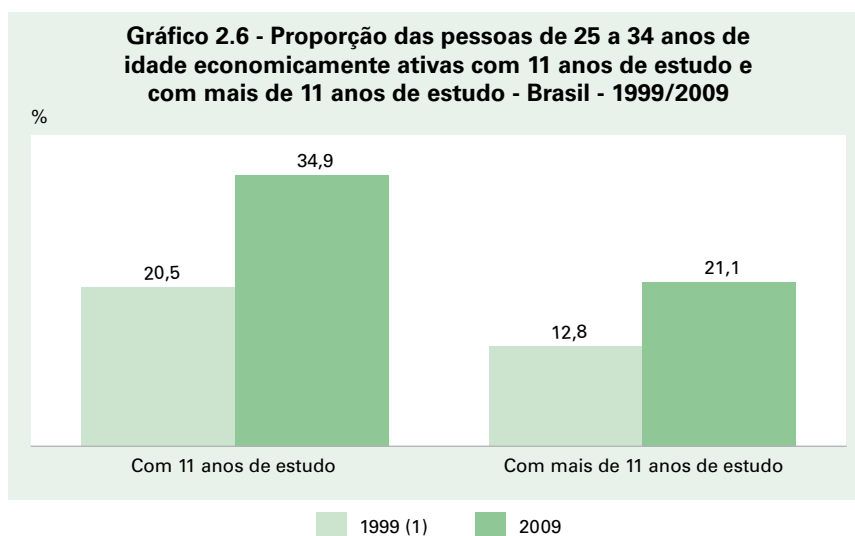


Tabela 1 - Proporção da PEA com 11 anos de estudo e com mais de 11 anos de estudo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2009

Grupos de Idade	Proporção da PEA (%)	
	11 anos de estudo	11 anos ou mais
18 a 24 anos	40,7	15,2
25 a 34 anos	34,9	21,1
35 a 49 anos	25,0	18,2
50 a 59 anos	15	15,1
60 ou mais anos	8,5	10,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

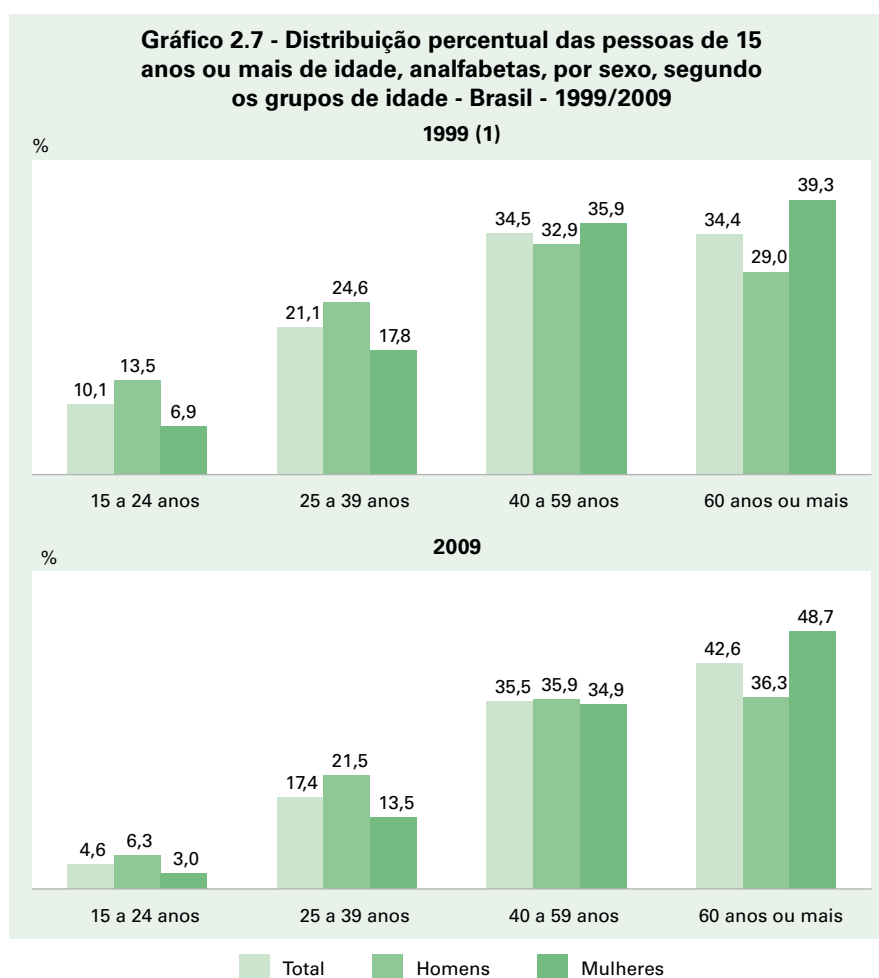
A média de anos de estudo do segmento etário que compreende as pessoas de 25 anos ou mais de idade revela o *status* de escolaridade de uma sociedade. No País, a média, em 2009, era de 7,1 anos de estudo neste segmento, o que representa uma escolaridade abaixo da conclusão do ensino fundamental. Este indicador, visto pelo rendimento mensal familiar *per capita*, mostra que nos 20% mais ricos a média também está abaixo da conclusão da educação básica, 10,4 anos de estudo (Tabela 2.12).

O conceito de educação continuada se aplica às pessoas de 25 a 64 anos de idade e visa mensurar o acesso à escola da população adulta na busca da melhora do seu nível educacional. A proporção daqueles que continuam a estudar, em 2009, ficou em torno de 5,7%. Entre as mulheres, a proporção é mais alta, 6,6%. Os mais novos, de 25 a 34 anos de idade, representam 10,2% neste grupo. Quanto mais se eleva a idade, menor é a frequência à escola. Dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD)¹

¹ Os países-membros da OCDE são: Alemanha; Austrália; Áustria; Bélgica; Canadá; Coreia; Dinamarca; Espanha; Estados Unidos; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Hungria; Irlanda; Islândia; Itália; Japão; Luxemburgo; México; Noruega; Nova Zelândia; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Eslovaca; República Tcheca; Suécia; Suíça; e Turquia.

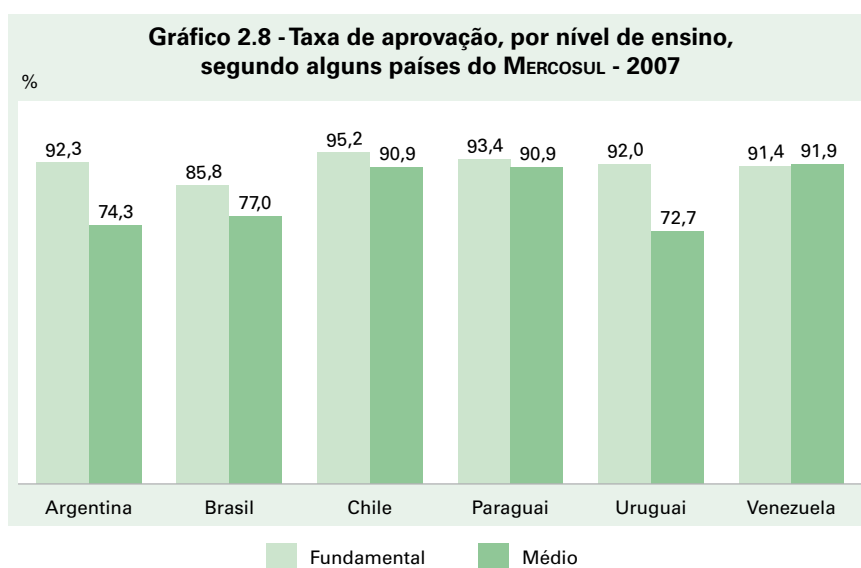
mostram que a maioria dos países-membros apresentam, para a faixa etária de 25 a 64 anos, uma média de anos de estudo superior a dez anos completos, com exceção de Portugal, México e Turquia (8,5; 8,8; e 9,6, respectivamente). Na comparação, o Brasil apresenta uma média mais desfavorável em 2009 (Tabelas 2.11, 2.19 e 2.20).

Outro aspecto importante a ser mencionado são os dados sobre o analfabetismo no País. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade baixou de 13,3%, em 1999, para 9,7%, em 2009, correspondendo a um contingente de 14,1 milhões de pessoas (Tabela 2.1). As principais características deste grupo são as seguintes: 32,9% das pessoas analfabetas têm 60 anos ou mais de idade; 10,2% são pessoas de cor preta e 58,8% pardas; 52,2% residem na Região Nordeste; e o fenômeno ocorre em 16,4% das pessoas que vivem com meio salário mínimo de renda familiar *per capita*. Quando se observa o analfabetismo por grupos etários, verifica-se uma redução, de 1999 para 2009, entre as pessoas de até 39 anos de idade. Nota-se também que, neste grupo, as mulheres são mais alfabetizadas do que os homens. Contudo, os maiores decréscimos foram registrados na faixa de 15 a 24 anos de idade: para os homens, esse declínio foi de 7,2 pontos percentuais e, para as mulheres, 3,9 pontos percentuais. O peso relativo dos idosos no conjunto dos analfabetos neste período cresceu, passando de 34,4% para 42,6%. As diferenças entre homens e mulheres se acentuam no interior deste segmento etário devido à sobrevida das mulheres (Gráficos 2.7 e 2.8).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Por último, vale mencionar algumas comparações internacionais importantes para que se situe a posição do Brasil ante a América Latina. As taxas de aprovação, reprovação e abandono apontam, em linhas gerais, os resultados dos processos educacionais de cada país². Chile e Paraguai se destacaram com taxas de aprovação superiores a 90% nos níveis de ensino fundamental e médio. O Brasil apresentou índices menos favoráveis (85,8% e 77,0%, respectivamente). Quanto às taxas de reprovação, Argentina e Uruguai apresentaram os piores desempenhos (18,8% e 20,4%, respectivamente) no ensino médio. Em relação às taxas de abandono, tanto no ensino fundamental como no médio, as maiores prevalências se verificaram no Brasil (Gráficos 2.8 e 2.9 e Tabela 2).



² Informações complementares podem ser obtidas no portal Mercosul Educacional, onde é possível conhecer a estrutura funcional do Setor Educacional do Mercosul, criado a partir de protocolo assinado pelos Ministros da Educação dos países-membros do bloco. Consultar o endereço eletrônico: <<http://www.sic.inep.gov.br/>>.

Tabela 2 - Taxa de aprovação, reprovação e abandono, por nível de ensino, segundo os países que compõem o MERCOSUL - 2007

Países do MERCOSUL	Taxa					
	De aprovação		De reprovação		De abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Argentina	92,3	74,3	6,4	18,8	1,3	7,0
Brasil	85,8	77,0	11,0	13,1	3,2	10,0
Chile	95,2	90,9	3,5	6,3	1,3	2,9
Paraguai	93,4	90,9	4,7	6,9	1,9	2,3
Uruguai	92,0	72,7	7,7	20,4	0,3	6,8
Venezuela	91,4	91,9	6,3	7,2	2,3	1,0

Fonte: Mercosul educacional. Estatísticas. Indicadores educacionais do Mercosul 2007. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/>>. Acesso em: set. 2010.

Como se pode verificar pelos dados apresentados pela PNAD 2009, a educação brasileira conquistou resultados um pouco melhores quando comparados aos de 1999. Algumas mudanças podem ser percebidas, tais como: aumentos de frequência nos três níveis de ensino; decréscimo gradual da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade; e índices de qualidade do conhecimento adquirido nos ensinos fundamental e médio, atingindo melhores médias.

Tabela 2.1 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas										
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)									
		Grupos de idade						Cor ou raça			
		Total	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	Total (1)	Branca	Preta	Parda
Brasil	14 105	100,0	4,6	17,4	35,4	9,7	32,9	100,0	30,2	10,2	58,8
Norte	1 136	100,0	5,9	20,2	36,3	8,9	28,7	100,0	16,0	7,7	74,8
Nordeste	7 361	100,0	5,4	20,6	37,4	8,9	27,8	100,0	21,8	9,5	68,3
Sudeste	3 584	100,0	3,4	12,1	31,5	11,2	41,8	100,0	40,5	13,5	44,8
Sul	1 185	100,0	3,7	13,2	34,2	9,8	39,1	100,0	63,9	6,5	28,7
Centro-Oeste	840	100,0	2,2	14,2	34,3	11,9	37,4	100,0	31,1	10,5	57,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 2.2 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas					
	Total (1 000 pessoas)	Taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salários mínimos) (%)				
		Total (1)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	14 065	9,7	16,4	13,2	6,3	1,4
Norte	1 134	10,6	13,3	12,7	8,0	2,0
Nordeste	7 345	18,7	22,0	22,4	11,9	2,4
Sudeste	3 568	5,7	9,7	8,7	5,0	1,1
Sul	1 182	5,5	10,4	8,9	4,4	1,1
Centro-Oeste	837	8,0	12,0	11,0	6,9	1,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Pessoas residentes em domicílios particulares, exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

(1) Inclusive sem rendimento e sem declaração.

Tabela 2.3 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por características selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)				
	Total	Características selecionadas			
		Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Brasil	20,3	20,9	19,8	16,7	40,7
Norte	23,1	25,1	21,1	18,9	39,2
Nordeste	30,8	33,7	28,2	24,0	50,3
Sudeste	15,2	14,5	16,0	13,8	33,6
Sul	15,5	14,9	16,1	13,5	25,8
Centro-Oeste	18,5	19,0	17,9	16,3	34,2

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)			
	Características selecionadas			
	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)			
	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	31,0	25,9	16,1	5,3
Norte	29,8	25,7	17,4	7,3
Nordeste	36,5	35,0	21,5	5,9
Sudeste	24,0	21,1	14,7	4,8
Sul	24,6	21,9	14,8	5,9
Centro-Oeste	25,9	24,2	17,4	5,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.4 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%)					
	Total	Grupos de idade				
		0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	29,8	38,1	97,6	85,2	30,3	5,1
Norte	35,1	28,1	96,2	83,8	33,9	7,2
Rondônia	32,2	24,7	96,9	82,1	30,7	6,7
Acre	36,1	20,2	95,9	77,5	30,2	10,7
Amazonas	36,6	25,2	95,6	84,1	38,2	8,7
Roraima	41,2	35,2	98,3	85,2	38,2	12,3
Pará	34,3	30,6	95,7	83,2	31,9	5,8
Região Metropolitana de Belém	32,5	35,2	96,7	89,5	40,8	6,2
Amapá	37,7	19,6	97,4	88,3	37,0	9,2
Tocantins	35,3	31,2	98,0	88,4	36,6	7,8
Nordeste	32,9	38,4	97,4	84,0	30,6	5,9
Maranhão	35,2	35,2	98,4	87,4	28,3	5,6
Piauí	35,4	41,7	98,2	81,6	40,7	7,0
Ceará	32,6	43,1	98,3	84,1	25,7	4,8
Região Metropolitana de Fortaleza	31,6	43,5	97,9	85,6	28,4	5,2
Rio Grande do Norte	31,0	43,5	96,2	81,9	28,3	6,0
Paraíba	31,9	36,0	97,4	83,1	33,1	5,3
Pernambuco	31,6	38,4	96,6	81,5	29,5	5,6
Região Metropolitana de Recife	29,7	44,8	97,2	85,7	32,4	6,2
Alagoas	34,4	33,5	94,5	80,5	34,8	6,0
Sergipe	32,1	35,4	97,2	85,5	35,1	4,8
Bahia	32,9	37,6	97,7	85,7	31,4	6,7
Região Metropolitana de Salvador	30,9	44,8	97,4	86,2	33,0	7,1
Sudeste	27,5	42,6	98,1	87,8	29,1	4,4
Minas Gerais	28,3	35,8	97,9	84,8	29,2	4,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	28,8	41,3	98,3	88,8	31,9	5,5
Espírito Santo	28,2	40,1	97,5	84,7	22,2	4,5
Rio de Janeiro	26,8	42,2	98,1	91,0	34,5	4,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	26,6	41,5	97,8	91,2	35,7	4,4
São Paulo	27,3	46,4	98,3	88,5	27,8	4,3
Região Metropolitana de São Paulo	28,3	46,5	97,8	88,7	28,7	4,9
Sul	27,5	36,8	97,5	82,9	30,2	4,4
Paraná	28,4	35,2	97,4	80,5	30,9	4,8
Região Metropolitana de Curitiba	28,1	39,3	97,0	80,1	31,9	5,2
Santa Catarina	28,1	49,0	97,7	83,1	29,0	4,5
Rio Grande do Sul	26,2	31,5	97,6	85,3	30,3	3,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	27,5	31,1	96,6	86,3	33,5	5,0
Centro-Oeste	29,9	32,0	97,6	83,3	31,8	5,4
Mato Grosso do Sul	30,2	38,5	97,9	82,0	28,5	4,5
Mato Grosso	30,7	32,7	97,2	83,7	34,0	6,1
Goiás	28,7	26,9	97,5	80,2	29,6	4,9
Distrito Federal	31,6	36,8	98,1	91,7	36,6	6,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.5 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade (%)					
	Urbana					
	Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	29,6	40,2	97,8	86,2	31,3	5,2
Norte	35,1	29,4	96,6	84,5	35,3	7,5
Rondônia	33,1	29,9	97,5	81,9	33,3	7,5
Acre	35,6	22,7	97,8	78,7	31,3	10,8
Amazonas	35,6	26,8	95,2	84,0	37,5	7,7
Roraima	42,4	37,4	98,7	84,5	38,4	13,6
Pará	34,1	30,8	96,5	84,9	34,2	6,1
Região Metropolitana de Belém	32,5	35,9	96,8	89,8	41,2	6,2
Amapá	37,8	19,6	97,4	88,4	37,3	9,3
Tocantins	36,8	36,1	98,1	87,5	37,3	9,5
Nordeste	32,4	40,7	97,5	85,2	31,6	6,0
Maranhão	34,6	37,5	98,9	89,7	28,6	5,8
Piauí	34,8	46,9	98,2	87,6	44,1	7,1
Ceará	31,8	42,3	98,3	84,9	26,8	4,7
Região Metropolitana de Fortaleza	31,5	43,9	97,9	85,6	28,5	5,3
Rio Grande do Norte	31,0	45,2	96,6	84,2	31,4	6,4
Paraíba	32,2	36,6	98,1	83,9	34,4	5,6
Pernambuco	30,6	42,0	96,2	81,3	30,1	5,8
Região Metropolitana de Recife	29,7	44,9	97,2	85,5	32,6	6,3
Alagoas	33,6	35,0	94,6	79,4	37,2	6,4
Sergipe	32,4	37,4	97,1	88,6	35,6	5,1
Bahia	32,6	41,6	97,8	86,8	32,2	7,0
Região Metropolitana de Salvador	30,8	45,0	97,4	86,6	33,2	7,1
Sudeste	27,5	44,2	98,2	88,4	29,8	4,6
Minas Gerais	28,8	39,4	98,2	85,8	30,5	5,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	28,7	41,4	98,3	88,8	32,0	5,5
Espírito Santo	28,9	42,5	98,0	84,3	24,2	4,9
Rio de Janeiro	26,7	42,4	98,1	91,2	34,7	4,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	26,6	41,5	97,8	91,2	35,8	4,4
São Paulo	27,2	47,0	98,3	88,9	28,2	4,4
Região Metropolitana de São Paulo	28,1	46,8	97,8	89,4	28,9	4,9
Sul	28,2	40,0	97,7	84,3	32,2	4,8
Paraná	28,8	38,4	97,7	81,2	32,3	5,0
Região Metropolitana de Curitiba	28,4	40,8	97,5	81,7	33,6	5,5
Santa Catarina	28,9	53,1	98,2	85,6	31,1	5,2
Rio Grande do Sul	27,2	34,3	97,4	86,7	32,8	4,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	27,5	32,3	96,6	86,7	34,3	5,1
Centro-Oeste	30,3	33,1	97,6	83,5	32,3	5,8
Mato Grosso do Sul	30,3	40,2	98,2	82,9	28,7	4,7
Mato Grosso	31,6	34,4	97,2	83,1	35,2	6,8
Goiás	29,1	27,5	97,5	80,0	30,1	5,2
Distrito Federal	31,6	37,8	98,0	92,2	36,7	7,0

Tabela 2.5 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade (%)					
	Rural					
	Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	30,9	28,4	96,9	80,7	24,8	4,1
Norte	35,2	24,3	94,9	81,2	27,6	6,2
Rondônia	29,8	10,1	95,5	82,9	22,5	4,5
Acre	37,7	13,9	90,8	73,4	25,0	10,5
Amazonas	41,6	17,5	97,4	84,6	42,9	13,5
Roraima	34,3	20,2	95,6	88,9	36,9	6,0
Pará	35,0	30,1	93,9	78,3	23,5	4,7
Região Metropolitana de Belém	32,3	14,7	93,8	80,0	23,7	5,7
Amapá	33,8	19,2	98,6	85,5	20,2	3,0
Tocantins	31,0	14,4	97,6	91,2	33,8	3,1
Nordeste	34,4	32,7	97,2	81,3	27,6	5,4
Maranhão	36,6	31,1	97,6	82,0	27,7	5,0
Piauí	36,3	34,7	98,3	75,2	33,8	6,8
Ceará	35,3	45,7	98,5	81,7	21,2	5,0
Região Metropolitana de Fortaleza	32,8	29,0	99,0	85,3	27,2	3,5
Rio Grande do Norte	30,9	39,3	95,3	76,3	20,6	5,0
Paraíba	30,7	34,1	95,2	80,6	28,8	4,0
Pernambuco	34,7	28,5	97,6	81,9	27,6	4,8
Região Metropolitana de Recife	30,7	41,7	97,6	93,7	20,0	3,5
Alagoas	36,3	30,7	94,4	82,6	29,1	5,1
Sergipe	30,6	25,0	97,8	73,0	32,3	3,1
Bahia	33,5	29,0	97,5	83,7	29,7	6,1
Região Metropolitana de Salvador	35,0	38,2	98,4	70,0	19,4	6,2
Sudeste	26,8	25,6	97,1	81,5	19,3	2,4
Minas Gerais	25,3	14,6	96,2	79,4	19,8	1,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	31,9	28,6	100,0	85,7	12,5	5,6
Espírito Santo	25,3	26,4	95,4	86,4	11,4	2,6
Rio de Janeiro	28,9	34,3	98,3	85,5	30,6	3,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	24,6	28,6	100,0	100,0	23,8	3,6
São Paulo	28,7	36,8	98,2	82,3	17,7	2,9
Região Metropolitana de São Paulo	32,2	42,7	97,7	75,0	23,6	4,5
Sul	23,8	20,6	96,8	76,9	19,0	2,0
Paraná	26,4	16,6	96,0	76,7	21,4	3,7
Região Metropolitana de Curitiba	24,9	23,2	92,8	65,0	13,8	2,1
Santa Catarina	24,2	30,7	95,7	73,6	17,1	1,4
Rio Grande do Sul	21,6	18,1	98,3	79,3	18,3	1,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	27,2	15,8	96,5	81,5	17,2	2,1
Centro-Oeste	27,2	23,3	97,5	82,6	26,8	2,9
Mato Grosso do Sul	29,8	27,1	96,2	76,8	27,0	3,4
Mato Grosso	26,5	23,0	97,2	86,4	26,9	3,2
Goiás	25,4	21,7	97,9	82,1	23,3	2,5
Distrito Federal	31,9	22,0	100,0	83,9	35,8	3,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.6 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade (%)							
	Rede pública							
	Total	0 a 5 anos			6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
		Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos				
Brasil	77,5	67,8	59,1	71,8	85,3	87,9	59,3	53,0
Norte	84,3	72,2	58,4	75,5	90,1	93,5	75,2	63,0
Nordeste	80,8	65,7	53,0	70,3	84,5	89,8	77,2	68,8
Sudeste	74,1	69,2	62,6	72,7	84,1	86,1	47,4	42,9
Sul	76,3	66,4	59,1	71,7	89,0	86,4	44,6	42,4
Centro-Oeste	74,2	67,4	61,1	70,0	82,4	85,4	54,1	48,5

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade (%)							
	Rede particular							
	Total	0 a 5 anos			6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
		Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos				
Brasil	22,5	32,2	40,9	28,2	14,7	12,1	40,7	47,0
Norte	15,7	27,8	41,6	24,5	9,9	6,5	24,8	37,0
Nordeste	19,2	34,3	47,0	29,7	15,5	10,2	22,8	31,2
Sudeste	25,9	30,8	37,4	27,3	15,9	13,9	52,6	57,1
Sul	23,7	33,6	40,9	28,3	11,0	13,6	55,4	57,6
Centro-Oeste	25,8	32,6	38,9	30,0	17,6	14,6	45,9	51,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.7 - Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por nível e rede de ensino frequentados, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por nível e rede de ensino frequentados (%)					
	Fundamental		Médio		Superior	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
Brasil	87,1	12,9	86,3	13,7	22,2	77,8
Norte	91,8	8,2	91,8	8,2	34,6	65,4
Rondônia	94,3	5,7	88,2	11,8	14,6	85,4
Acre	93,2	6,8	88,1	11,9	46,3	53,7
Amazonas	92,9	7,1	96,5	3,5	41,5	58,5
Roraima	95,0	5,0	97,5	2,5	39,8	60,2
Pará	90,5	9,5	89,1	10,9	35,8	64,2
Região Metropolitana de Belém	80,7	19,3	87,0	13,0	32,3	67,7
Amapá	90,6	9,4	95,5	4,5	28,9	71,1
Tocantins	91,6	8,4	94,1	5,9	29,5	70,5
Nordeste	87,3	12,7	88,4	11,6	32,0	68,0
Maranhão	92,9	7,1	92,7	7,3	29,2	70,8
Piauí	89,0	11,0	87,1	12,9	46,4	53,6
Ceará	84,4	15,6	86,7	13,3	38,5	61,5
Região Metropolitana de Fortaleza	72,8	27,2	76,0	24,0	29,6	70,4
Rio Grande do Norte	87,0	13,0	83,5	16,5	37,6	62,4
Paraíba	86,7	13,3	89,0	11,0	44,5	55,5
Pernambuco	83,6	16,4	83,7	16,3	24,8	75,2
Região Metropolitana de Recife	69,1	30,9	73,1	26,9	23,0	77,0
Alagoas	91,1	8,9	87,6	12,4	28,7	71,3
Sergipe	77,2	22,8	75,8	24,2	30,6	69,4
Bahia	88,6	11,4	93,1	6,9	25,3	74,7
Região Metropolitana de Salvador	72,9	27,1	86,6	13,4	21,4	78,6
Sudeste	85,3	14,7	84,5	15,5	16,3	83,7
Minas Gerais	91,1	8,9	86,9	13,1	16,8	83,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	86,1	13,9	82,6	17,4	17,3	82,7
Espírito Santo	90,1	9,9	89,0	11,0	16,6	83,4
Rio de Janeiro	73,9	26,1	75,1	24,9	25,8	74,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	69,1	30,9	71,9	28,1	27,3	72,7
São Paulo	86,1	13,9	86,3	13,7	12,6	87,4
Região Metropolitana de São Paulo	85,3	14,7	85,0	15,0	9,1	90,9
Sul	90,1	9,9	84,5	15,5	19,7	80,3
Paraná	88,7	11,3	85,6	14,4	30,2	69,8
Região Metropolitana de Curitiba	84,1	15,9	81,9	18,1	20,3	79,7
Santa Catarina	89,4	10,6	79,0	21,0	9,5	90,5
Rio Grande do Sul	91,9	8,1	86,5	13,5	15,7	84,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	89,6	10,4	82,6	17,4	18,0	82,0
Centro-Oeste	84,3	15,7	84,7	15,3	23,0	77,0
Mato Grosso do Sul	90,4	9,6	87,6	12,4	18,8	81,2
Mato Grosso	90,3	9,7	93,9	6,1	32,8	67,2
Goiás	82,9	17,1	84,8	15,2	24,9	75,1
Distrito Federal	73,6	26,4	70,4	29,6	15,2	84,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.8 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 17 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 17 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino (%)	
	6 a 14 anos, no ensino fundamental	15 a 17 anos, no ensino médio
Brasil	91,1	50,9
Norte	88,9	39,1
Rondônia	90,7	45,7
Acre	89,5	51,3
Amazonas	89,2	39,6
Roraima	89,9	50,3
Pará	87,2	31,6
Região Metropolitana de Belém	88,7	41,5
Amapá	91,3	54,5
Tocantins	93,2	55,2
Nordeste	89,4	39,2
Maranhão	88,7	40,2
Piauí	91,1	34,4
Ceará	93,5	49,6
Região Metropolitana de Fortaleza	93,6	50,1
Rio Grande do Norte	90,4	39,9
Paraíba	88,7	37,7
Pernambuco	87,6	38,2
Região Metropolitana de Recife	86,2	46,9
Alagoas	89,3	33,3
Sergipe	87,3	36,5
Bahia	88,2	36,1
Região Metropolitana de Salvador	88,2	40,7
Sudeste	92,4	60,5
Minas Gerais	93,4	54,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	93,5	57,9
Espírito Santo	88,3	54,4
Rio de Janeiro	89,2	49,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	89,2	50,3
São Paulo	93,4	68,8
Região Metropolitana de São Paulo	92,5	68,3
Sul	92,7	57,4
Paraná	92,9	59,5
Região Metropolitana de Curitiba	93,3	61,2
Santa Catarina	92,6	60,9
Rio Grande do Sul	92,6	53,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	91,9	52,4
Centro-Oeste	91,5	54,7
Mato Grosso do Sul	94,4	47,7
Mato Grosso	90,9	53,3
Goiás	90,5	54,5
Distrito Federal	91,6	64,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.9 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Brasil	6 987	9,3	33,8	48,1	8,8
Norte	690	12,5	41,9	32,7	12,9
Rondônia	62	9,3	29,3	46,3	15,2
Acre	28	9,6	34,3	37,0	19,1
Amazonas	174	10,4	45,4	35,3	8,9
Roraima	20	3,5	24,5	55,4	16,6
Pará	314	15,8	44,8	23,2	16,1
Região Metropolitana de Belém	116	9,4	40,8	31,1	18,7
Amapá	34	9,6	43,1	38,8	8,6
Tocantins	58	10,5	38,1	47,9	3,5
Nordeste	2 112	17,6	43,2	30,4	8,8
Maranhão	236	21,6	47,7	22,0	8,7
Piauí	161	15,0	43,2	32,3	9,5
Ceará	289	10,2	41,5	37,5	10,8
Região Metropolitana de Fortaleza	136	6,7	36,7	45,9	10,7
Rio Grande do Norte	125	14,5	40,0	35,3	10,2
Paraíba	159	18,6	36,6	34,4	10,4
Pernambuco	320	17,5	39,8	32,4	10,4
Região Metropolitana de Recife	146	11,0	33,6	44,1	11,4
Alagoas	143	22,9	41,2	31,1	4,9
Sergipe	100	10,8	33,9	43,1	12,2
Bahia	579	20,5	48,8	24,2	6,5
Região Metropolitana de Salvador	160	12,2	43,5	38,6	5,7
Sudeste	2 701	4,6	28,5	58,7	8,2
Minas Gerais	699	6,0	33,0	50,8	10,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	198	2,6	30,8	56,6	9,9
Espírito Santo	91	6,2	29,7	55,4	8,7
Rio de Janeiro	574	7,7	33,5	52,8	6,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	438	6,8	32,0	55,2	6,1
São Paulo	1 337	2,4	24,0	65,6	8,0
Região Metropolitana de São Paulo	680	2,5	23,5	66,6	7,4
Sul	943	3,5	23,5	64,0	9,0
Paraná	366	3,4	23,8	63,2	9,6
Região Metropolitana de Curitiba	125	1,9	20,4	66,8	10,9
Santa Catarina	212	2,3	15,2	71,8	10,7
Rio Grande do Sul	365	4,3	28,2	60,2	7,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	151	3,6	29,5	57,0	9,9
Centro-Oeste	540	6,0	30,5	56,6	6,8
Mato Grosso do Sul	80	3,1	26,8	59,0	11,1
Mato Grosso	124	8,0	38,0	47,9	6,1
Goiás	212	7,7	32,4	55,6	4,3
Distrito Federal	125	3,2	22,3	65,5	9,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

Tabela 2.10 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade						
	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos
Brasil	2,4	3,2	4,1	4,9	5,7	6,6	7,4
Norte	2,2	2,9	3,7	4,5	5,2	6,0	6,7
Rondônia	2,3	3,3	3,9	4,9	5,5	6,2	7,0
Acre	2,4	3,1	3,8	4,5	6,0	6,9	7,6
Amazonas	2,1	2,7	3,6	4,5	5,1	6,1	6,8
Roraima	2,4	(1) 2,9	4,3	5,2	(1) 6,0	(1) 6,8	(1) 7,6
Pará	2,1	2,8	3,7	4,3	4,9	5,7	6,3
Região Metropolitana de Belém	2,2	3,2	3,9	4,7	5,4	6,4	7,2
Amapá	(1) 2,5	(1) 3,2	(1) 4,2	(1) 5,1	(1) 5,8	(1) 7,0	(1) 7,1
Tocantins	2,4	3,3	3,9	4,8	6,1	6,6	7,2
Nordeste	2,2	3,0	3,7	4,5	5,2	5,9	6,6
Maranhão	2,1	2,8	3,5	4,3	4,9	6,0	6,7
Piauí	2,1	2,8	3,5	4,6	4,9	5,6	6,1
Ceará	2,3	3,1	4,0	4,8	5,7	6,4	7,2
Região Metropolitana de Fortaleza	2,3	3,3	4,1	4,9	5,8	6,5	7,3
Rio Grande do Norte	2,2	2,9	3,9	4,5	5,1	6,0	6,9
Paraíba	2,0	3,1	3,7	4,6	5,5	6,0	6,6
Pernambuco	2,3	3,0	3,8	4,6	5,2	6,0	6,7
Região Metropolitana de Recife	2,2	3,3	4,1	4,9	5,9	6,3	7,2
Alagoas	2,3	2,8	3,6	4,1	4,6	5,7	6,3
Sergipe	2,0	2,9	3,6	3,9	5,2	5,6	6,6
Bahia	2,2	3,0	3,8	4,5	5,2	5,8	6,5
Região Metropolitana de Salvador	2,4	3,2	4,0	4,6	5,3	6,2	6,6
Sudeste	2,4	3,3	4,2	5,1	6,1	6,9	7,8
Minas Gerais	2,1	3,2	4,0	4,8	5,9	6,6	7,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,0	3,0	4,0	4,8	6,0	6,8	7,7
Espírito Santo	2,3	3,2	4,1	5,0	6,1	6,5	7,8
Rio de Janeiro	2,1	2,9	3,8	4,7	5,5	6,4	7,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,3	3,0	3,9	4,8	5,6	6,5	7,3
São Paulo	2,7	3,6	4,5	5,5	6,4	7,4	8,1
Região Metropolitana de São Paulo	2,8	3,6	4,5	5,5	6,4	7,4	8,0
Sul	2,8	3,7	4,6	5,5	6,3	7,1	8,0
Paraná	2,8	3,8	4,6	5,5	6,4	7,2	8,2
Região Metropolitana de Curitiba	2,7	3,9	4,7	5,5	6,4	7,6	8,2
Santa Catarina	2,8	3,5	4,6	5,5	6,3	7,3	8,4
Rio Grande do Sul	2,7	3,7	4,4	5,4	6,2	6,8	7,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,6	3,5	4,4	5,3	6,2	6,7	7,7
Centro-Oeste	2,5	3,4	4,3	5,1	6,0	6,9	7,7
Mato Grosso do Sul	2,7	3,6	4,2	5,1	5,7	6,5	7,2
Mato Grosso	2,4	3,3	4,1	5,0	6,0	7,0	7,6
Goiás	2,5	3,4	4,4	5,3	6,2	7,0	7,9
Distrito Federal	2,4	3,3	4,3	5,1	5,9	7,0	8,0

Tabela 2.10 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade					
	17 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	8,1	8,7	9,2	9,6	7,9	4,2
Norte	7,4	8,0	8,6	8,9	7,4	3,2
Rondônia	7,8	8,5	9,1	9,2	7,1	2,9
Acre	7,8	8,5	8,4	8,9	7,5	2,7
Amazonas	7,9	8,2	8,5	9,3	8,0	3,6
Roraima	(1) 8,7	(1) 9,6	(1) 9,6	10,0	8,3	3,2
Pará	6,9	7,5	8,4	8,4	6,9	3,3
Região Metropolitana de Belém	7,5	8,5	9,3	9,4	8,6	5,4
Amapá	(1) 8,1	(1) 8,8	(1) 9,1	9,7	8,6	4,1
Tocantins	8,3	9,0	9,0	9,8	7,8	2,4
Nordeste	7,3	7,8	8,3	8,6	6,5	2,8
Maranhão	7,3	7,9	8,3	8,4	6,4	2,1
Piauí	6,8	7,5	8,4	8,5	5,9	2,4
Ceará	7,9	8,3	8,7	9,1	6,6	2,9
Região Metropolitana de Fortaleza	8,1	8,7	9,2	9,8	8,1	5,1
Rio Grande do Norte	7,1	7,9	8,3	8,4	6,8	3,0
Paraíba	7,3	7,3	8,1	8,3	6,2	3,1
Pernambuco	7,4	8,0	8,2	8,6	6,9	3,6
Região Metropolitana de Recife	8,1	9,0	9,2	9,9	8,6	5,7
Alagoas	6,7	7,4	8,2	8,0	5,7	2,3
Sergipe	7,0	7,8	7,8	8,8	6,8	3,3
Bahia	7,3	7,7	8,3	8,6	6,6	2,7
Região Metropolitana de Salvador	7,5	8,2	8,9	9,7	8,8	6,0
Sudeste	8,6	9,3	9,7	10,3	8,6	5,0
Minas Gerais	8,1	8,8	9,2	9,8	7,7	3,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,5	9,5	9,7	10,5	8,8	5,4
Espírito Santo	8,4	8,9	9,2	9,7	7,8	4,1
Rio de Janeiro	8,1	9,1	9,5	10,0	9,0	6,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,3	9,2	9,6	10,2	9,3	6,4
São Paulo	9,0	9,7	10,2	10,6	9,0	5,0
Região Metropolitana de São Paulo	9,0	9,5	10,1	10,7	9,2	5,7
Sul	8,7	9,1	9,9	10,1	8,3	4,6
Paraná	8,7	9,2	10,0	10,1	8,3	4,2
Região Metropolitana de Curitiba	8,7	9,5	10,2	10,5	9,2	5,6
Santa Catarina	8,9	9,4	10,2	10,4	8,5	4,4
Rio Grande do Sul	8,6	8,9	9,5	9,9	8,2	5,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,4	9,1	9,7	10,1	9,0	6,1
Centro-Oeste	8,6	9,0	9,6	10,0	8,2	3,9
Mato Grosso do Sul	8,3	8,5	9,4	9,6	7,7	3,3
Mato Grosso	8,6	8,8	9,5	9,6	7,7	3,2
Goiás	8,4	9,1	9,4	9,9	7,8	3,4
Distrito Federal	9,0	9,5	10,0	10,8	10,0	6,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 2.11 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade e sexo					
	10 anos ou mais			15 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	7,2	7,0	7,4	7,5	7,4	7,7
Norte	6,7	6,3	7,0	7,1	6,8	7,5
Rondônia	6,6	6,4	6,9	7,0	6,8	7,3
Acre	6,8	6,5	7,1	7,3	6,9	7,6
Amazonas	7,1	6,8	7,3	7,7	7,4	7,9
Roraima	7,5	7,0	8,0	8,2	7,7	8,7
Pará	6,3	5,9	6,6	6,7	6,3	7,1
Região Metropolitana de Belém	7,8	7,6	8,0	8,3	8,1	8,4
Amapá	7,7	7,5	8,0	8,2	8,0	8,5
Tocantins	6,8	6,4	7,3	7,3	6,8	7,8
Nordeste	6,0	5,6	6,4	6,3	6,0	6,7
Maranhão	5,8	5,4	6,2	6,2	5,8	6,6
Piauí	5,5	5,0	6,0	5,8	5,2	6,3
Ceará	6,2	5,8	6,6	6,5	6,1	6,9
Região Metropolitana de Fortaleza	7,5	7,3	7,7	8,0	7,8	8,1
Rio Grande do Norte	6,2	5,9	6,6	6,5	6,2	6,9
Paraíba	5,8	5,4	6,3	6,1	5,6	6,5
Pernambuco	6,3	6,0	6,6	6,6	6,3	6,9
Região Metropolitana de Recife	7,9	7,8	7,9	8,3	8,2	8,3
Alagoas	5,4	5,0	5,8	5,7	5,3	6,0
Sergipe	6,4	6,0	6,7	6,7	6,3	7,1
Bahia	6,0	5,7	6,4	6,3	6,0	6,7
Região Metropolitana de Salvador	8,0	7,8	8,2	8,5	8,3	8,6
Sudeste	7,8	7,8	7,9	8,2	8,2	8,2
Minas Gerais	7,0	6,8	7,2	7,4	7,2	7,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,0	7,9	8,1	8,5	8,4	8,5
Espírito Santo	7,2	7,0	7,4	7,5	7,4	7,7
Rio de Janeiro	8,0	8,1	8,0	8,4	8,5	8,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,3	8,4	8,2	8,7	8,9	8,6
São Paulo	8,2	8,2	8,2	8,5	8,6	8,5
Região Metropolitana de São Paulo	8,4	8,4	8,4	8,8	8,9	8,8
Sul	7,6	7,5	7,7	7,9	7,9	8,0
Paraná	7,6	7,5	7,6	7,9	7,8	7,9
Região Metropolitana de Curitiba	8,4	8,3	8,5	8,8	8,8	8,8
Santa Catarina	7,8	7,8	7,8	8,2	8,2	8,1
Rio Grande do Sul	7,5	7,4	7,7	7,8	7,7	7,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,2	8,2	8,2	8,6	8,6	8,5
Centro-Oeste	7,5	7,2	7,7	7,9	7,6	8,1
Mato Grosso do Sul	7,0	6,8	7,2	7,3	7,2	7,5
Mato Grosso	7,1	6,8	7,4	7,4	7,2	7,7
Goiás	7,2	6,9	7,5	7,5	7,2	7,8
Distrito Federal	9,1	8,9	9,2	9,6	9,5	9,7

Tabela 2.11 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade e situação do domicílio					
	10 anos ou mais			15 anos ou mais		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	7,2	7,6	4,6	7,5	8,0	4,8
Norte	6,7	7,2	4,7	7,1	7,7	5,0
Rondônia	6,6	7,3	5,0	7,0	7,7	5,2
Acre	6,8	7,4	4,3	7,3	7,9	4,6
Amazonas	7,1	7,5	4,9	7,7	8,1	5,3
Roraima	7,5	7,9	5,8	8,2	8,6	6,0
Pará	6,3	6,8	4,5	6,7	7,3	4,8
Região Metropolitana de Belém	7,8	7,8	5,4	8,3	8,3	5,7
Amapá	7,7	7,8	(1) 5,2	8,2	8,3	(1) 5,4
Tocantins	6,8	7,6	4,7	7,3	8,1	4,9
Nordeste	6,0	6,8	3,9	6,3	7,2	4,0
Maranhão	5,8	6,7	3,8	6,2	7,1	4,0
Piauí	5,5	6,7	3,4	5,8	7,1	3,4
Ceará	6,2	6,8	4,2	6,5	7,2	4,3
Região Metropolitana de Fortaleza	7,5	7,6	4,9	8,0	8,0	5,0
Rio Grande do Norte	6,2	6,9	4,6	6,5	7,2	4,8
Paraíba	5,8	6,4	3,9	6,1	6,7	4,0
Pernambuco	6,3	6,9	4,0	6,6	7,3	4,1
Região Metropolitana de Recife	7,9	7,9	5,5	8,3	8,3	5,7
Alagoas	5,4	6,2	3,7	5,7	6,5	3,8
Sergipe	6,4	7,0	3,4	6,7	7,4	3,5
Bahia	6,0	7,0	3,8	6,3	7,4	3,9
Região Metropolitana de Salvador	8,0	8,0	5,5	8,5	8,5	5,9
Sudeste	7,8	8,0	5,3	8,2	8,4	5,5
Minas Gerais	7,0	7,4	4,5	7,4	7,8	4,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,0	8,1	4,7	8,5	8,5	4,9
Espírito Santo	7,2	7,7	4,8	7,5	8,1	4,9
Rio de Janeiro	8,0	8,1	5,4	8,4	8,5	5,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,3	8,3	6,0	8,7	8,7	6,1
São Paulo	8,2	8,3	6,4	8,5	8,6	6,7
Região Metropolitana de São Paulo	8,4	8,5	6,9	8,8	8,9	7,3
Sul	7,6	8,0	5,6	7,9	8,4	5,7
Paraná	7,6	7,9	5,4	7,9	8,3	5,5
Região Metropolitana de Curitiba	8,4	8,7	5,9	8,8	9,1	6,1
Santa Catarina	7,8	8,3	5,7	8,2	8,7	5,8
Rio Grande do Sul	7,5	7,9	5,8	7,8	8,3	5,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,2	8,3	6,2	8,6	8,7	6,4
Centro-Oeste	7,5	7,8	5,3	7,9	8,2	5,5
Mato Grosso do Sul	7,0	7,3	5,3	7,3	7,7	5,5
Mato Grosso	7,1	7,5	5,1	7,4	7,9	5,3
Goiás	7,2	7,4	5,2	7,5	7,8	5,3
Distrito Federal	9,1	9,2	6,6	9,6	9,8	7,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 2.12 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade					
	Total	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	7,1	4,5	5,6	5,8	7,4	10,4
Norte	6,7	4,5	5,5	6,1	6,3	9,4
Rondônia	6,5	4,6	4,9	6,1	6,0	9,3
Acre	6,8	3,4	4,7	5,6	6,4	10,9
Amazonas	7,4	5,0	6,1	6,5	7,2	10,0
Roraima	7,8	5,2	6,6	7,6	7,4	10,7
Pará	6,3	4,1	5,1	5,9	5,8	8,7
Região Metropolitana de Belém	8,1	6,5	6,8	7,3	7,7	10,5
Amapá	8,0	5,4	6,2	7,1	7,7	11,1
Tocantins	6,7	4,1	5,5	5,9	6,2	10,2
Nordeste	5,8	3,6	4,5	4,9	5,1	9,0
Maranhão	5,6	3,6	4,6	4,9	5,3	7,8
Piauí	5,2	3,2	3,9	4,4	4,1	8,7
Ceará	5,8	3,8	4,7	5,1	5,0	8,9
Região Metropolitana de Fortaleza	7,6	5,1	6,0	6,7	7,4	10,9
Rio Grande do Norte	6,1	4,2	4,6	4,9	5,6	9,4
Paraíba	5,6	3,5	4,0	4,6	5,0	9,0
Pernambuco	6,2	3,8	4,9	5,2	5,7	9,3
Região Metropolitana de Recife	8,0	5,9	6,4	7,2	7,8	11,2
Alagoas	5,0	3,0	3,6	4,0	4,9	7,6
Sergipe	6,3	3,0	4,5	5,5	6,3	9,7
Bahia	5,9	3,7	4,6	5,1	5,1	9,0
Região Metropolitana de Salvador	8,4	6,1	6,8	7,6	8,2	11,6
Sudeste	7,8	5,5	6,4	6,5	7,9	11,1
Minas Gerais	6,9	4,8	5,3	5,5	7,0	10,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,2	5,9	6,4	6,8	8,4	11,6
Espírito Santo	7,2	5,0	5,5	5,6	7,4	10,4
Rio de Janeiro	8,2	6,0	6,9	6,9	8,2	11,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,5	6,5	7,2	7,2	8,5	11,7
São Paulo	8,2	6,0	6,9	6,8	8,3	11,3
Região Metropolitana de São Paulo	8,2	6,0	6,9	6,8	8,3	11,3
Sul	7,5	5,3	6,2	6,3	7,7	10,7
Paraná	7,5	4,9	5,9	6,2	7,9	10,9
Região Metropolitana de Curitiba	8,6	5,9	6,6	7,9	9,0	11,7
Santa Catarina	7,8	5,5	5,8	7,1	7,9	11,1
Rio Grande do Sul	7,5	5,5	6,3	6,3	7,4	10,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,3	6,2	7,1	7,1	8,3	11,4
Centro-Oeste	7,4	5,4	5,8	6,0	7,5	10,9
Mato Grosso do Sul	6,9	4,8	5,6	5,2	6,9	10,4
Mato Grosso	7,0	5,0	5,2	5,6	7,3	10,2
Goiás	7,0	5,4	5,9	5,7	7,1	9,9
Distrito Federal	9,5	6,4	7,2	8,0	10,3	13,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Tabela 2.13 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	111 952	12,9	11,8	24,8	8,8	4,3	22,4	4,6	10,1
Norte	7 745	14,9	13,9	23,5	7,8	5,4	22,9	4,2	6,8
Rondônia	817	16,0	13,7	25,8	7,9	4,0	19,5	4,1	8,4
Acre	337	23,2	9,7	15,8	8,8	3,4	19,2	7,3	11,5
Amazonas	1 696	12,3	10,0	24,8	6,9	4,5	28,7	4,6	7,0
Roraima	208	12,1	8,2	20,8	8,0	5,7	29,2	7,2	8,5
Pará	3 681	15,3	16,4	24,0	8,3	6,6	20,8	3,1	5,3
Região Metropolitana de Belém	1 176	5,7	10,7	21,9	10,2	8,7	29,5	4,3	8,8
Amapá	304	(1) 5,4	15,5	20,5	8,0	6,0	29,3	6,1	8,8
Tocantins	701	18,6	13,6	21,0	6,3	4,2	20,9	6,0	9,1
Nordeste	29 205	23,2	14,9	22,2	6,6	4,2	19,4	3,1	6,1
Maranhão	3 236	23,9	15,9	21,6	8,3	3,4	19,9	(1) 2,6	4,2
Piauí	1 745	29,1	16,8	20,4	5,9	3,3	14,4	3,1	6,9
Ceará	4 590	23,2	14,4	21,2	8,6	3,7	18,9	3,3	6,2
Região Metropolitana de Fortaleza	1 985	11,9	10,3	20,8	10,6	5,2	26,2	4,9	9,6
Rio Grande do Norte	1 774	19,2	15,3	24,7	5,5	6,0	19,3	3,3	6,5
Paraíba	2 108	26,3	14,5	21,6	6,3	4,3	16,5	2,8	7,4
Pernambuco	4 894	20,8	13,2	23,3	6,3	4,3	21,2	3,3	7,2
Região Metropolitana de Recife	2 281	9,6	8,1	22,2	8,2	5,8	30,0	4,6	11,0
Alagoas	1 646	27,2	18,7	23,2	4,8	3,4	13,8	2,9	5,9
Sergipe	1 096	19,3	15,5	21,4	7,7	4,2	20,3	3,7	7,7
Bahia	8 115	22,9	14,8	22,1	5,5	4,6	21,4	3,1	5,3
Região Metropolitana de Salvador	2 243	7,4	8,2	21,0	7,7	6,7	33,4	5,0	10,4
Sudeste	49 920	8,5	9,9	25,2	9,9	4,2	24,6	5,3	12,2
Minas Gerais	12 086	11,3	12,7	29,6	8,8	3,9	20,2	3,9	9,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3 145	6,5	8,1	26,4	10,9	4,3	25,4	4,7	13,4
Espírito Santo	2 056	12,4	12,0	25,4	8,8	4,3	23,1	3,9	9,9
Rio de Janeiro	10 231	7,1	9,2	23,1	10,8	4,9	25,5	5,5	13,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7 532	6,4	7,7	21,8	11,0	5,2	27,0	5,8	14,9
São Paulo	25 549	7,5	8,7	23,9	10,2	4,0	26,5	6,0	13,1
Região Metropolitana de São Paulo	12 014	7,2	6,8	22,7	10,5	4,0	27,7	6,3	14,6
Sul	17 060	8,0	11,0	28,9	10,0	4,3	20,5	5,4	11,3
Paraná	6 466	10,2	11,9	24,9	9,7	4,4	20,6	5,7	12,0
Região Metropolitana de Curitiba	1 988	5,4	9,1	22,3	10,7	4,5	24,5	7,2	15,5
Santa Catarina	3 773	7,1	10,2	27,3	11,1	4,0	21,8	5,5	12,2
Rio Grande do Sul	6 821	6,4	10,7	33,6	9,7	4,5	19,6	5,1	10,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 505	4,5	8,2	28,1	10,6	4,8	23,9	6,6	13,0
Centro-Oeste	8 022	11,7	11,4	24,9	8,0	4,9	22,3	4,6	11,8
Mato Grosso do Sul	1 365	13,4	13,2	26,3	8,9	4,2	18,9	4,4	10,0
Mato Grosso	1 741	14,1	13,6	24,2	7,3	5,7	20,5	4,3	10,0
Goiás	3 430	12,7	11,9	27,2	8,3	4,7	22,2	4,2	8,7
Distrito Federal	1 486	4,9	6,1	19,4	7,2	5,0	27,8	6,4	23,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 2.14 - Estudantes da rede pública e da rede particular no ensino médio e no superior, total e respectiva distribuição percentual, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2009

Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	Estudantes			
	Ensino médio		Ensino superior	
	Rede pública	Rede particular	Rede pública	Rede particular
Números absolutos (1 000 pessoas) (1)				
Total	7 113	1 118	1 425	4 653
Distribuição percentual (%)				
1º quinto	20,9	2,7	3,4	1,5
2º quinto	26,2	7,2	7,9	5,7
3º quinto	23,4	12,9	12,6	12,1
4º quinto	20,1	24,4	25,2	27,4
5º quinto	9,4	52,7	50,9	53,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Tabela 2.15 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de curso, grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos										
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)									
		Tipo de curso			Grupos de idade				Cor ou raça		
		Supletivo		Alfabeti- zação de adultos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Branca	Preta	Parda
		1º grau	2º grau								
Brasil	2 107	41,8	32,8	25,4	29,3	35,8	28,7	6,2	35,3	9,5	54,6
Norte	257	57,2	26,1	16,7	41,1	36,6	19,3	(1) 3,0	15,0	6,0	78,2
Nordeste	762	40,6	19,8	39,6	24,7	35,7	32,1	7,5	24,2	9,4	66,1
Sudeste	696	40,0	42,6	17,4	28,8	34,4	30,3	6,5	42,9	11,6	44,7
Sul	266	35,8	46,4	17,8	32,6	37,0	25,6	(1) 4,8	68,6	6,3	24,0
Centro-Oeste	126	39,6	43,0	17,4	28,8	39,4	25,4	(1) 6,4	31,1	11,9	55,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 2.16 - Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 15 a 17 anos de idade, por quintos do rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente de 15 a 17 anos de idade (%)					
	Total	Quintos do rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	51,0	32,0	45,1	55,3	66,2	77,9
Norte	39,7	25,1	33,6	37,7	51,9	65,4
Nordeste	39,2	25,7	33,9	39,1	48,2	67,2
Sudeste	60,5	43,1	58,0	64,2	74,0	82,4
Sul	57,5	39,5	56,6	58,9	69,5	78,6
Centro-Oeste	54,9	43,3	52,8	54,5	60,8	73,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Tabela 2.17 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

(continua)

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por anos de estudo (%)				
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Brasil	145 385	10,5	2,1	3,3	4,4	10,6
Norte	10 747	11,5	2,6	4,0	5,0	8,8
Nordeste	39 377	18,1	3,3	4,3	5,1	9,2
Sudeste	63 074	7,1	1,5	2,8	4,0	11,7
Sul	21 682	6,6	1,6	2,9	4,4	11,4
Centro-Oeste	10 505	9,3	2,1	3,2	3,9	9,0

Tabela 2.17 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	(conclusão)					
	Pessoas de 15 anos ou mais de idade					
	Distribuição percentual, por anos de estudo (%)					
	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos
Brasil	5,8	3,7	4,2	10,0	4,1	4,0
Norte	6,9	4,3	5,1	9,3	4,7	4,5
Nordeste	6,4	4,2	4,6	8,2	4,2	3,7
Sudeste	4,6	3,3	3,7	10,9	3,9	3,9
Sul	7,6	3,5	4,1	11,4	3,9	4,0
Centro-Oeste	5,7	4,1	5,1	9,5	4,8	4,3

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade				
	Distribuição percentual, por anos de estudo (%)				
	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos ou mais
Brasil	23,4	2,1	1,6	1,7	8,3
Norte	22,7	1,8	1,3	1,4	5,3
Nordeste	20,1	1,5	1,0	1,0	4,8
Sudeste	26,1	2,3	1,8	2,1	10,3
Sul	21,9	2,7	1,9	1,9	9,5
Centro-Oeste	23,0	2,2	1,9	1,7	9,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.18 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total, pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 18 a 24 anos de idade							
	Total (1 000 pessoas)	Com 11 anos de estudo						
		Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)					
			Total	Sexo		Cor ou raça		
				Homens	Mulheres	Branca	Preta	Parda
Brasil	23 034	8 722	37,9	35,2	40,6	41,6	36,1	34,4
Norte	2 037	654	32,1	30,4	33,8	36,3	32,4	30,8
Nordeste	6 899	2 195	31,8	27,3	36,2	35,3	34,1	29,9
Sudeste	9 279	4 086	44,0	41,8	46,4	45,9	39,8	42,3
Sul	3 120	1 191	38,2	36,7	39,7	40,1	31,7	31,1
Centro-Oeste	1 699	596	35,1	32,6	37,5	36,6	30,1	34,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.19 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total, pessoas de 25 a 64 anos de idade que frequentam escola, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 64 anos de idade							
	Total (1 000 pessoas)	Que frequentam escola						
		Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)					
			Total	Sexo		Cor ou raça		
				Homens	Mulheres	Branca	Preta	Parda
Brasil	96 864	5 564	5,7	4,8	6,6	5,6	6,0	5,9
Norte	6 977	552	7,9	5,7	10,0	8,9	7,8	7,6
Nordeste	25 193	1 670	6,6	5,2	7,9	7,1	7,5	6,3
Sudeste	42 823	2 178	5,1	4,6	5,5	5,1	4,7	5,1
Sul	14 738	733	5,0	4,4	5,5	5,0	5,8	4,3
Centro-Oeste	7 132	431	6,0	4,8	7,2	6,2	7,4	5,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.20 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total, pessoas de 25 a 64 anos de idade que frequentam escola, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 64 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Que frequentam escola					
		Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)				
			Total	Grupos de idade			
				25 a 34 anos	35 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 64 anos
Brasil	96 864	5 564	5,7	10,2	4,7	2,2	1,4
Norte	6 977	552	7,9	12,7	6,2	3,1	(1) 1,2
Nordeste	25 193	1 670	6,6	10,4	5,6	3,4	1,9
Sudeste	42 823	2 178	5,1	9,6	4,1	1,8	1,2
Sul	14 738	733	5,0	9,9	4,0	1,5	(1) 0,9
Centro-Oeste	7 132	431	6,0	10,3	4,9	2,3	(1) 1,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 2.21 - Pessoas de 25 a 64 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 25 a 64 anos de idade					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)				
		Menos de 8 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 anos ou mais
Brasil	96 864	44,7	9,4	2,3	24,8	16,4
Norte	6 977	48,5	8,2	2,9	24,8	12,5
Nordeste	25 193	56,0	7,1	2,4	21,7	10,5
Sudeste	42 823	38,3	10,5	2,2	27,3	19,3
Sul	14 738	42,7	10,8	2,3	22,8	19,0
Centro-Oeste	7 132	43,7	8,5	2,7	24,5	18,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.22 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, total e proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo e mais de 11 anos de estudo, por frequência à escola, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 18 a 24 anos de idade						
	Total (1 000 pessoas)	Proporção, por frequência à escola (%)					
		Com 11 anos de estudo			Com mais de 11 anos de estudo		
		Total	Frequenta escola	Não frequenta escola	Total	Frequenta escola	Não frequenta escola
Brasil	23 034	37,9	5,4	32,5	15,1	10,7	4,4
Norte	2 037	32,1	4,7	27,5	11,0	8,6	2,4
Nordeste	6 899	31,8	4,1	27,7	9,0	6,8	2,2
Sudeste	9 279	44,0	6,1	37,9	17,9	12,1	5,8
Sul	3 120	38,2	6,3	31,9	20,5	15,0	5,5
Centro-Oeste	1 699	35,1	5,9	29,1	18,9	13,1	5,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.23 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por grupos de idade, total e economicamente ativas, com indicação dos anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por grupos de idade											
	18 a 24 anos				25 a 34 anos				35 a 49 anos			
	Total (1 000 pes- soas)	Economicamente ativas			Total (1 000 pes- soas)	Economicamente ativas			Total (1 000 pes- soas)	Economicamente ativas		
		Total (1 000 pes- soas)	Com 11 anos de estudo (%)	Com mais de 11 anos de estudo (%)		Total (1 000 pes- soas)	Com 11 anos de estudo (%)	Com mais de 11 anos de estudo (%)		Total (1 000 pes- soas)	Com 11 anos de estudo (%)	Com mais de 11 anos de estudo (%)
Brasil	23 034	17 220	40,7	15,2	31 533	26 540	34,9	21,1	39 277	32 479	25,0	18,2
Norte	2 037	1 358	35,5	11,2	2 677	2 161	33,8	15,5	2 772	2 303	24,6	15,0
Nordeste	6 899	4 782	34,6	9,0	8 839	7 076	31,2	13,5	10 165	8 164	22,2	12,1
Sudeste	9 279	7 244	46,6	17,7	13 174	11 364	38,7	25,0	17 342	14 423	27,4	20,9
Sul	3 120	2 540	39,8	20,1	4 373	3 842	32,6	26,0	6 098	5 159	23,0	20,9
Centro-Oeste	1 699	1 295	37,3	18,1	2 471	2 098	32,3	22,9	2 899	2 430	24,4	19,9

Grandes Regiões	Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por grupos de idade							
	50 a 59 anos				60 anos ou mais			
	Total (1 000 pes- soas)	Economicamente ativas			Total (1 000 pes- soas)	Economicamente ativas		
		Total (1 000 pes- soas)	Com 11 anos de estudo (%)	Com mais de 11 anos de estudo (%)		Total (1 000 pes- soas)	Com 11 anos de estudo (%)	Com mais de 11 anos de estudo (%)
Brasil	19 406	13 208	16,6	15,1	21 736	6 490	8,5	10,3
Norte	1 162	845	16,3	10,4	1 134	406	8,2	5,4
Nordeste	4 555	3 111	13,4	10,3	5 646	1 842	6,4	5,5
Sudeste	9 179	6 079	18,8	18,2	10 225	2 645	10,2	14,9
Sul	3 184	2 225	15,6	14,8	3 406	1 145	8,2	10,1
Centro-Oeste	1 326	947	15,4	16,6	1 326	454	7,8	7,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2.24 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo o nível de ensino e a dependência administrativa - Brasil - 2005/2009

Nível de ensino e dependência administrativa	IDEB observado (1)			Metas projetadas						
	2005	2007	2009	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Séries iniciais do ensino fundamental (até a 4ª série)										
Total	3,8	4,2	4,6	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Pública	3,6	4,0	4,4	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
Privada (2)	5,9	6,0	6,4	6,3	6,6	6,8	7,0	7,2	7,4	7,5
Municipal	3,4	4,0	4,4	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Estadual	3,9	4,3	4,9	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1
Séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série)										
Total	3,5	3,8	4,0	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Pública	3,2	3,5	3,7	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
Privada (2)	5,8	5,8	5,9	6,0	6,2	6,5	6,8	7,0	7,1	7,3
Municipal	3,1	3,4	3,6	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
Estadual	3,3	3,6	3,8	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
Ensino médio regular										
Total	3,4	3,5	3,6	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2
Pública	3,1	3,2	3,4	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Privada (2)	5,6	5,6	5,6	5,7	5,8	6,0	6,3	6,7	6,8	7,0
Estadual	3,0	3,2	3,4	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9

Fonte: Resultados e metas. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF, [2010]. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: set. 2010.

(1) O valor do IDEB é obtido pela multiplicação da nota média no SAEB / Prova Brasil pela taxa média de aprovação. (2) Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e IDEB 2009 calculados somente com as escolas urbanas.

Tabela 2.25 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e o nível de ensino - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e nível de ensino	IDEB observado em 2009 (1)	Metas projetadas						
		2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil								
4ª ensino fundamental	4,6	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
8ª ensino fundamental	4,0	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
3ª ensino médio	3,6	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2
Norte								
4ª ensino fundamental	3,8	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
8ª ensino fundamental	3,6	3,4	3,6	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
3ª ensino médio	3,3	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7
Rondônia								
4ª ensino fundamental	4,3	4,0	4,5	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
8ª ensino fundamental	3,5	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3ª ensino médio	3,7	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Acre								
4ª ensino fundamental	4,3	3,8	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
8ª ensino fundamental	4,1	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
3ª ensino médio	3,5	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Amazonas								
4ª ensino fundamental	3,9	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
8ª ensino fundamental	3,5	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
3ª ensino médio	3,3	2,5	2,7	3,0	3,3	3,7	4,0	4,2
Roraima								
4ª ensino fundamental	4,3	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
8ª ensino fundamental	3,7	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
3ª ensino médio	3,4	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Pará								
4ª ensino fundamental	3,6	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
8ª ensino fundamental	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
3ª ensino médio	3,1	2,9	3,1	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7
Amapá								
4ª ensino fundamental	3,8	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4
8ª ensino fundamental	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
3ª ensino médio	3,1	3,0	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8
Tocantins								
4ª ensino fundamental	4,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7
8ª ensino fundamental	3,9	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3ª ensino médio	3,4	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9

Tabela 2.25 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e o nível de ensino - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e nível de ensino	IDEB observado em 2009 (1)	Metas projetadas						
		2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Nordeste								
4ª ensino fundamental	3,8	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
8ª ensino fundamental	3,4	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
3ª ensino médio	3,3	3,1	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Maranhão								
4ª ensino fundamental	3,9	3,3	3,7	4,0	4,2	4,5	4,8	5,2
8ª ensino fundamental	3,6	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
3ª ensino médio	3,2	2,9	3,0	3,3	3,6	4,1	4,3	4,6
Piauí								
4ª ensino fundamental	4,0	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
8ª ensino fundamental	3,8	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
3ª ensino médio	3,0	3,1	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8
Ceará								
4ª ensino fundamental	4,4	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
8ª ensino fundamental	3,9	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1
3ª ensino médio	3,6	3,4	3,6	3,9	4,2	4,6	4,9	5,1
Rio Grande do Norte								
4ª ensino fundamental	3,9	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
8ª ensino fundamental	3,3	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
3ª ensino médio	3,1	3,0	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,7
Paraíba								
4ª ensino fundamental	3,9	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
8ª ensino fundamental	3,2	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
3ª ensino médio	3,4	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8
Pernambuco								
4ª ensino fundamental	4,1	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
8ª ensino fundamental	3,4	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,7
3ª ensino médio	3,3	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Alagoas								
4ª ensino fundamental	3,7	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
8ª ensino fundamental	2,9	2,6	2,9	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5
3ª ensino médio	3,1	3,1	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Sergipe								
4ª ensino fundamental	3,8	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
8ª ensino fundamental	3,2	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,1
3ª ensino médio	3,2	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1
Bahia								
4ª ensino fundamental	3,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
8ª ensino fundamental	3,1	3,0	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8
3ª ensino médio	3,3	3,1	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8

Tabela 2.25 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e o nível de ensino - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e nível de ensino	IDEB observado em 2009 (1)	Metas projetadas						
		2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Sudeste								
4º ensino fundamental	5,3	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
8º ensino fundamental	4,3	4,1	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9
3º ensino médio	3,8	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4
Minas Gerais								
4º ensino fundamental	5,6	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
8º ensino fundamental	4,3	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
3º ensino médio	3,9	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6
Espírito Santo								
4º ensino fundamental	5,1	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
8º ensino fundamental	4,1	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8
3º ensino médio	3,8	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6
Rio de Janeiro								
4º ensino fundamental	4,7	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4
8º ensino fundamental	3,8	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
3º ensino médio	3,3	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1
São Paulo								
4º ensino fundamental	5,5	5,1	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5	6,7
8º ensino fundamental	4,5	4,4	4,6	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1
3º ensino médio	3,9	3,7	3,9	4,2	4,5	5,0	5,2	5,4
Sul								
4º ensino fundamental	5,1	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
8º ensino fundamental	4,3	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
3º ensino médio	4,1	3,8	4,0	4,3	4,6	5,1	5,3	5,5
Paraná								
4º ensino fundamental	5,4	5,0	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4	6,6
8º ensino fundamental	4,3	3,7	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6
3º ensino médio	4,2	3,7	3,9	4,2	4,5	5,0	5,2	5,4
Santa Catarina								
4º ensino fundamental	5,2	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
8º ensino fundamental	4,5	4,5	4,7	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2
3º ensino médio	4,1	3,9	4,1	4,4	4,7	5,2	5,4	5,6
Rio Grande do Sul								
4º ensino fundamental	4,9	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
8º ensino fundamental	4,1	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
3º ensino médio	3,9	3,9	4,0	4,3	4,6	5,1	5,3	5,5
Centro-Oeste								
4º ensino fundamental	4,9	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
8º ensino fundamental	4,1	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
3º ensino médio	3,5	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2
Mato Grosso do Sul								
4º ensino fundamental	4,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
8º ensino fundamental	4,1	3,5	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3º ensino médio	3,8	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1
Mato Grosso								
4º ensino fundamental	4,9	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
8º ensino fundamental	4,3	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
3º ensino médio	3,2	3,2	3,4	3,7	4,0	4,4	4,7	4,9
Goiás								
4º ensino fundamental	4,9	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
8º ensino fundamental	4,0	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
3º ensino médio	3,4	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1
Distrito Federal								
4º ensino fundamental	5,6	5,2	5,6	5,8	6,1	6,3	6,6	6,8
8º ensino fundamental	4,4	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
3º ensino médio	3,8	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4

Fonte: Resultados e metas. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF, [2010]. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: set. 2010.

(1) O valor do IDEB é obtido pela multiplicação da nota média no SAEB / Prova Brasil pela taxa média de aprovação.

Domicílios

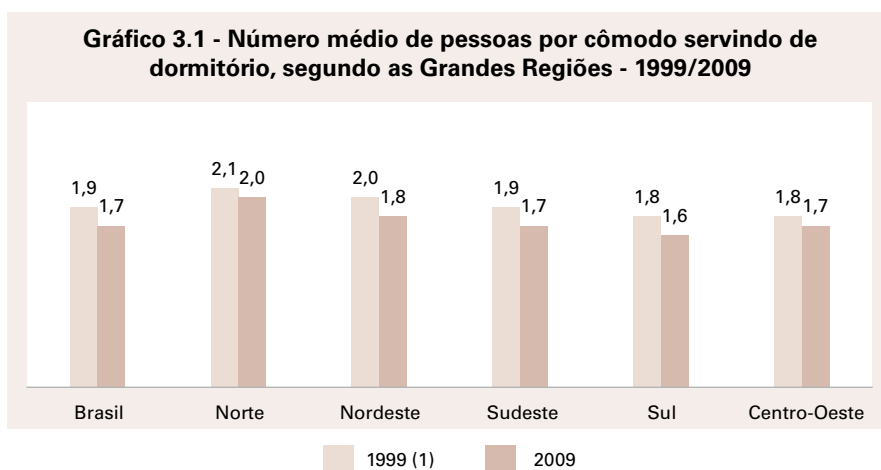
O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (United Nations Human Settlements Programme – UN-HABITAT) tem por objetivo apoiar ações e programas que promovam cidades social e ambientalmente sustentáveis, de forma a prover moradia adequada a todos os seus habitantes. A UN-HABITAT é, portanto, a agência da ONU encarregada do monitoramento de um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹ que, em seu sétimo compromisso, visa garantir a sustentabilidade do meio ambiente. Entre as metas propostas para seu alcance, consta possibilitar o acesso permanente da população à água potável segura e ao esgotamento sanitário, além de melhorar de forma significativa as condições de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados (assentamentos precários).

A dificuldade de definição de “assentamento precário” e, por conseguinte, de mensuração de população que vive nesses locais, levou a UN-HABITAT a desenvolver um guia para o monitoramento específico dessa última meta (GUÍA..., 2003). Assim, cinco dimensões foram consideradas fundamentais para a melhoria dos domicílios situados nessas localidades: (1) acesso à água potável (em quantidade suficiente para uso familiar e a um preço acessível); (2) acesso ao saneamento básico (existência de banheiro privativo ou compartilhado com um número razoável de pessoas); (3) segurança da posse, que garanta proteção do Estado contra desalojamento forçado; (4) durabilidade da construção (em local não perigoso e com estrutura permanente e adequada); e (5) área suficiente para viver (não mais que duas pessoas compartilhando o mesmo dormitório).

¹ Em 2000, líderes de 191 Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que incluem reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015. Para informações complementares sobre o tema, consultar o portal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no endereço: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi#>>.

Para o relatório brasileiro de acompanhamento dos Objetivos do Milênio esse indicador composto foi adaptado ao contexto socioeconômico do País e à disponibilidade de informações sobre essas cinco dimensões (OBJETIVOS..., 2010). Assim, foram considerados como “precários” os domicílios que apresentavam algumas das seguintes carências habitacionais: ausência de água por rede geral canalizada para o domicílio; ausência de esgoto por rede geral ou fossa séptica; ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio; teto e paredes feitos com materiais não permanentes; adensamento excessivo (mais de três pessoas por cômodo servindo de dormitório); não conformidade com os padrões edilícios (aglomerado subnormal); e irregularidade fundiária urbana (terrenos construídos em propriedades de terceiros ou outras condições de moradia, como no caso de invasões). De acordo com o referido relatório, em 1992, apenas metade da população brasileira urbana vivia em domicílios com condições adequadas de moradia. Em 2008, essa proporção era de 65,7%, mostrando melhora no indicador, mas ainda um longo caminho a se percorrer, uma vez que 1/3 da população brasileira tinha pelo menos uma das carências habitacionais consideradas.

Os dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD permitem observar a evolução de alguns desses importantes indicadores individualmente. Em 2009, o número total de domicílios foi de 58,6 milhões, sendo que 85% destes (49,8 milhões) localizavam-se em áreas urbanas. O número de pessoas por domicílio foi de 3,3 em média – um pouco maior para os estados da Região Norte (3,8) e menor no Rio de Janeiro (2,9) – refletindo os diferenciais existentes entre as taxas de fecundidade desses estados (bem maiores nos primeiros em relação ao segundo). A avaliação sobre adensamento domiciliar, contudo, deve ser contextualizada pelo número de cômodos servindo de dormitório, conforme preconizam as recomendações internacionais. A média brasileira foi, para 2009, de 1,7 morador por dormitório, inferior, portanto, à recomendada pelo UN-HABITAT desde 1999. Não se observou diferenciação significativa entre os meios urbano e rural, e tampouco entre as Unidades da Federação. A redução nesse indicador nos últimos dez anos acompanha a queda observada para as taxas de fecundidade no País (Tabela 3.1 e Gráfico 3.1).

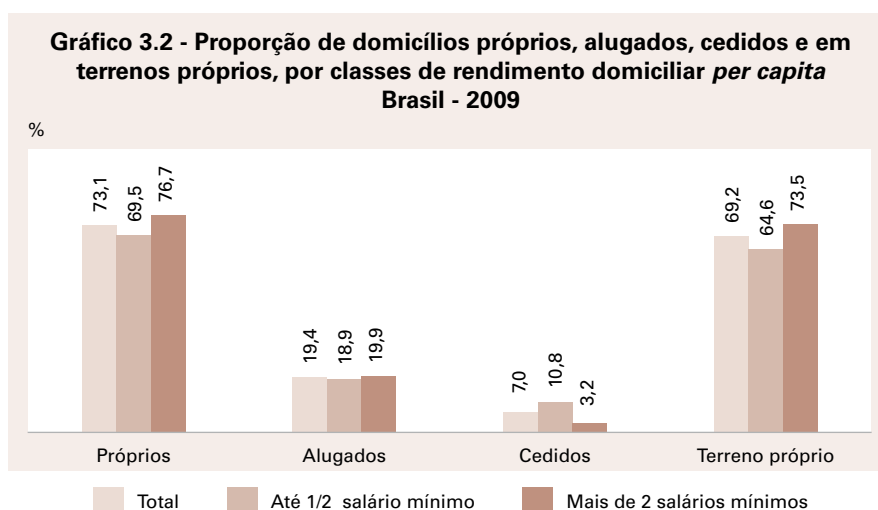


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Considerando a dificuldade, já mencionada, de estabelecer a população residente em assentamentos precários, principalmente em pesquisas amostrais com representatividade geográfica apenas até o nível de Região Metropolitana, como no caso da PNAD, optou-se, como *proxy*, por avaliar algumas características e condições de moradia dos domicílios na base da distribuição de rendimentos (até ½ salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita*). Em 2009, esses representavam 19,0% do total de domicílios no Brasil. Para as Regiões Norte e Nordeste, verificou-se uma proporção muito acima da média nacional: 30,7% e 36,3%, respectivamente. As Regiões Sul (10,9%), Sudeste (12,2%) e Centro-Oeste (16,4%) demonstram, sob este ponto de vista, uma situação bem mais favorável. Há que se destacar que, no Estado de São Paulo, 9,8% dos domicílios eram ocupados por famílias nessa classe de rendimentos (Tabela 3.2).

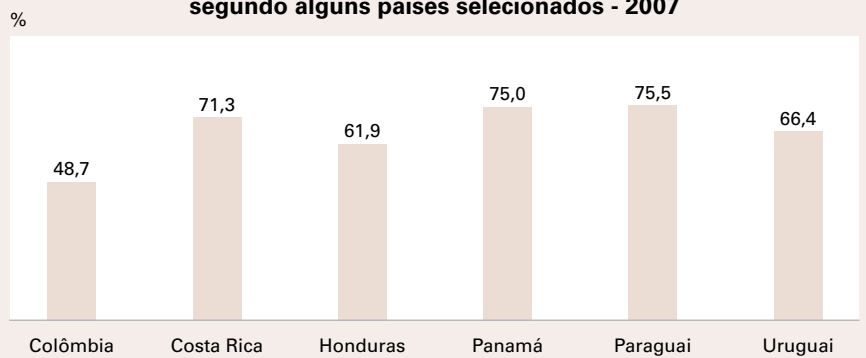
A propriedade do domicílio é um dos indicadores considerados na dimensão “segurança da posse” e, nesse caso, 73,1% dos domicílios urbanos no Brasil foram declarados como próprios, variando desde 66,8% na Região Centro-Oeste – onde é registrada a maior proporção de domicílios alugados, 24% – a 78,1% na Região Nordeste (Tabela 3.3). Ainda nesta categoria de análise, procurou-se verificar a condição de ocupação, cotejada com classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita* para até ½ salário mínimo e para mais de 2 salários mínimos (Tabelas 3.4 e 3.5). Na primeira classe, 69,5% declararam a condição de próprio; 18,9%, de alugado; e 10,8%, de cedido. Na segunda classe, 76,7% estavam na condição de próprio; 19,9%, de alugado; e 3,2%, de cedido. Por outro lado, para 69,2% dos moradores de domicílios urbanos no País, o terreno era próprio, proporção esta um pouco mais elevada na Região Norte e para os domicílios com menor rendimento domiciliar *per capita* (Gráfico 3.2).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Interessante notar a maior incidência de domicílios cedidos e menor proporção daqueles com condição de ocupação própria (moradia ou terreno) no grupo mais pobre, denotando, portanto, maior insegurança de posse de moradia. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL disponibiliza informações sobre a condição de propriedade dos domicílios para alguns países latino-americanos para 2007, último ano disponível (ESTADÍSTICAS..., 2010). Observa-se que a proporção de domicílios próprios no Brasil, não se diferencia muito da observada na maior parte dos países do continente (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 - Percentual de domicílios urbanos próprios, segundo alguns países selecionados - 2007



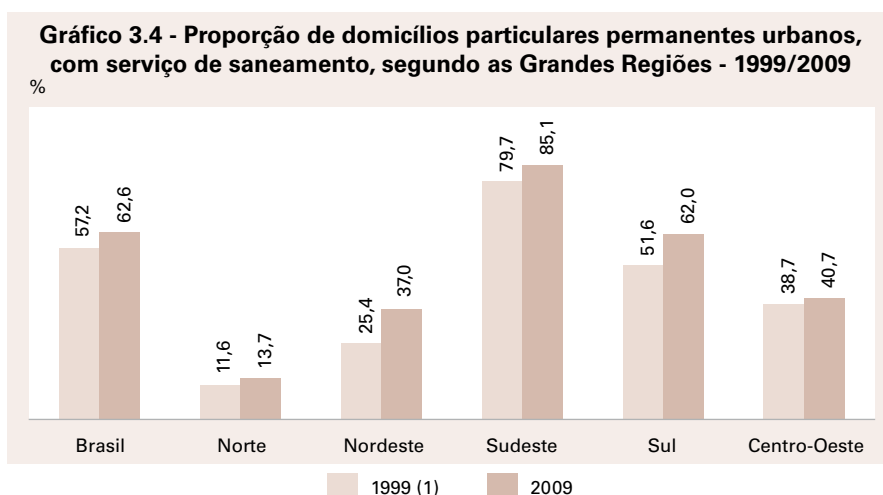
Fonte: Estadísticas e indicadores sociales. Hogares por condición de tenencia de la vivienda, por área urbana y rural (CEPAL). 2007. In: Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe. Estadísticas de América Latina y el Caribe - CEPALSTAT. Santiago de Chile, [2010]. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp>>. Acesso em: ago. 2010.

A distribuição dos domicílios por tipo revela ainda que, no Brasil, 87,5% destes constituíam-se de casas e 12,1%, de apartamentos. Regionalmente, as diferenças coincidem com os graus de urbanização e verticalização de moradia, característicos das regiões mais desenvolvidas e adensadas do País. Na Região Norte, 95,1% dos domicílios eram casas e 3,8%, apartamentos; na Região Sudeste, 85,1% eram casas e 14,6% eram apartamentos. A análise dos tipos de domicílios por classes de rendimento também mostra que a população pobre no Brasil reside, majoritariamente, em casas – 96,6%, no caso do rendimento médio mensal domiciliar *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo – tipo que permite maiores alternativas de materiais de construção (inclusive não duráveis) e de terrenos (inclusive impróprios), ao contrário dos prédios de apartamentos (Tabela 3.6, 3.7 e 3.8).

Como já foi bastante enfatizado, os serviços de saneamento constituem a representação básica de uma moradia digna. Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário também por rede geral e lixo coletado diretamente, apresentam uma aproximação bastante razoável desta realidade. Somente 62,6% dos domicílios urbanos brasileiros encontravam-se nessa condição específica, indicando o quanto se tem que caminhar para alcançar níveis mais altos de melhor qualidade de vida para a população brasileira. Ao se considerar as classes de rendimento, constata-se que esse quadro se apresenta de modo que quanto maior a faixa de rendimento, maior a proporção de domicílios com serviços de saneamento. Para a classe de rendimento médio de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, 41,3% dos domicílios possuíam os serviços simultâneos aqui considerados. Essa proporção cresce sistematicamente para cada classe até chegar em 77,5% para a de mais de 2 salários mínimos de rendimento domiciliar *per capita*. Nota-se, entretanto, que mesmo para as faixas de maior poder aquisitivo há ainda muito que se investir nos serviços públicos de saneamento (Tabela 3.7).

Esse quadro, quando verificado em cada uma das regiões do País, evidencia as desigualdades existentes. Na Região Norte, apenas 13,7% do total dos domicílios tinham acesso aos serviços simultâneos de saneamento e, nos domicílios mais pobres, essa proporção não chegava a 10%. Na Região Nordeste, a proporção foi de 37,0% dos domicílios da região (27,9% para a classe de rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo). Na

Região Sudeste, verificou-se as melhores condições do País, com 85,1% dos domicílios nessas condições. A análise para os últimos dez anos mostra uma melhora diferenciada entre as regiões. Na média, o País teve um aumento de 9% no total de domicílios urbanos com serviços de saneamento, mas a Região Nordeste apresentou, de longe, o crescimento mais expressivo no indicador (46%). A Região Centro-Oeste, no entanto, apresentou uma certa estabilidade, indicando a pouca efetividade das políticas de saneamento na região desde 1999 (Gráfico 3.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

Nota: Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O acesso à água potável é a manifestação primeira de uma vida saudável e indicador constante das recomendações internacionais para monitoramento da qualidade de moradia dos indivíduos. Além disso, essa garantia é uma ação de coletividade, e, portanto, sob a responsabilidade direta da ação pública. Nesse sentido, os domicílios que têm acesso aos serviços de abastecimento de água, com canalização interna, são aqueles onde a canalização chega a pelo menos um cômodo da casa e, sem canalização interna quando a água chega somente ao terreno. Em ambas as situações o abastecimento se dá por rede geral, daí a classificação feita como uma categoria de “com serviço”. Assim, pode-se observar que 93,5% dos domicílios brasileiros têm acesso a serviço de abastecimento de água por rede geral.

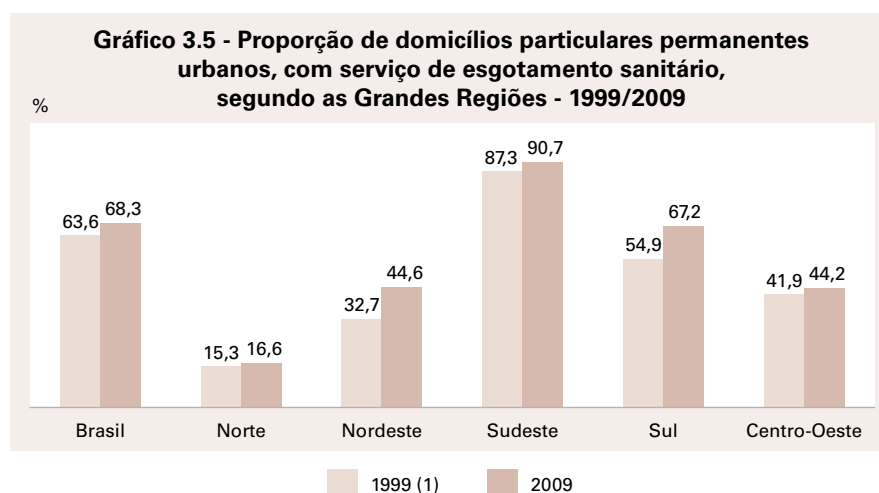
As regiões acompanharam a média nacional, sendo o acesso ao serviço por rede geral superior nas Regiões Sudeste (97,1%) e Sul (95,4%), e ligeiramente inferior nas Regiões Nordeste (92,3%) e Centro-Oeste (92,0%). Na Região Norte, a situação foi completamente diferente, pois cerca de 1/3 dos domicílios não tinham esse serviço disponível. Isto representou cerca de 1 milhão de domicílios nessas condições. Dentre as Unidades da Federação que podem ser destacadas como aquelas cujas necessidades de investimento se configuram urgentes, pode-se citar, mais uma vez, os estados da Região Norte (com poucas exceções) e Alagoas, na Região Nordeste.

Uma rede de esgotamento sanitário, por sua vez, não permite que a água que foi utilizada no domicílio seja devolvida a natureza sem qualquer tratamento e torne-se um grande vetor de doenças. Tratar a água que sai do domicílio também é uma política coletiva básica, e, portanto, de responsabilidade da ação pública. Por isso, o tema foi tratado de forma a verificar o acesso do domicílio ao serviço público, representado pela existência de rede coletora de esgotamento sanitário ou fluvial. Nota-se, entretanto, que, mesmo

sem o serviço público de coleta desses efluentes, a existência de uma fossa séptica, é considerada também um tratamento.

A Tabela 3.11 mostra que 68,3% dos domicílios brasileiros têm acesso a serviços de esgotamento sanitário por rede coletora, porém, nesse caso, essa média esconde importantes diferenças regionais. Na Região Norte, apenas 16,6% de seus domicílios tinham acesso ao serviço público de esgotamento sanitário, enquanto na Região Nordeste nem metade contava com esse serviço básico de saneamento. Observa-se ainda que mesmo no interior da região, a diferenciação entre os estados é de ampla magnitude, abrangendo desde cerca de 10% dos domicílios no Piauí até mais de 60% dos domicílios em Sergipe e na Bahia. Em contrapartida, a Região Sudeste apresentou o melhor acesso ao esgotamento sanitário por rede geral, 90,7% (Tabela 3.11).

Ao observar a década, pode-se citar que no Brasil a ausência de serviços caiu em 4,7 pontos percentuais, passando de 36,4%, em 1999, para 31,7% em 2009. Esta redução na Região Nordeste foi de 11,4 pontos percentuais saindo, em 1999, de 67,2% para 55,4% em 2009 (Gráfico 3.5).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

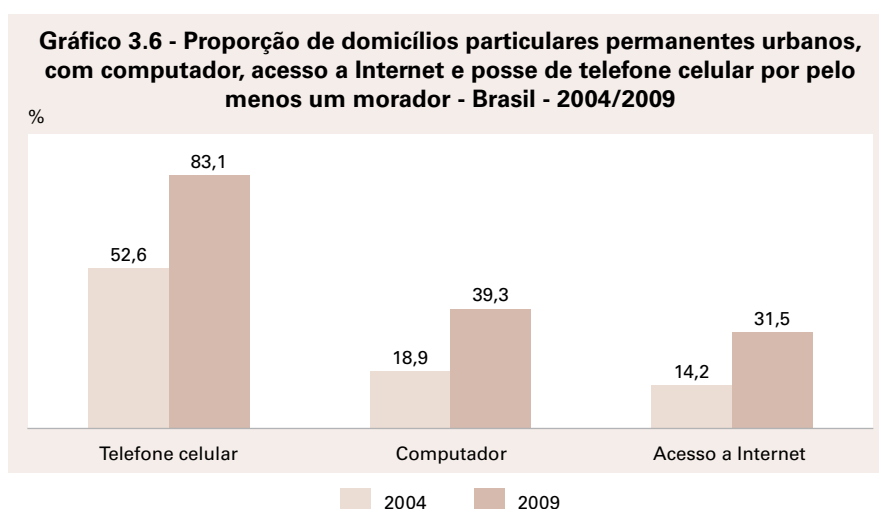
(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que se refere ao terceiro componente dos serviços de saneamento, a existência de coleta de lixo também impacta diretamente na prevenção da saúde das pessoas e na preservação do meio-ambiente. Denomina-se coleta direta do lixo quando esta é realizada diretamente no domicílio e coleta indireta, quando o lixo é levado a uma caçamba, tanque ou outro depósito, para ser coletado posteriormente. Em ambos, configura-se a prestação do serviço. As alternativas consideradas como “sem serviço” incluem o lixo queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, rio, lago ou mar e outros. No Brasil, esse serviço encontra-se quase universalizado, estando presentes em 98,5% dos domicílios e pouquíssima variação entre as regiões. A discussão a ser feita a partir desse ponto é, portanto, não sobre a prestação do serviço, mas o destino que esses prestadores de serviço dão ao lixo coletado e seus impactos ambientais, reciclagem, aterros sanitários ou mesmo aterros clandestinos (“lixões”) (Tabela 3.12).

Por fim, os dados das Tabelas 3.12 e 3.13 mostram a posse de alguns bens e existência de serviços de energia elétrica, telefonia e internet nos domicílios brasileiros. Essa é uma dimensão frequentemente utilizada na composição de índices compostos ou sintéticos de avaliação de padrão de vida das famílias e, associado a outras características, como *proxy* da renda domiciliar. O que mais chama a atenção nesses dados é que, no

Brasil, em 2009, havia 49,1% dos domicílios com telefone fixo e 83,1% de domicílios onde pelo menos um morador tinha telefone celular. Em outras palavras, os dados indicam que os altos custos ainda presentes da telefonia fixa no País, aliado à debilidade de oferta desse serviço em muitas localidades, fez com que a população gradativamente optasse pelo uso da telefonia móvel, como vem mostrando a PNAD nos últimos anos. Em 2004, apenas metade dos domicílios tinham pelo menos um morador com telefone celular, o que representa um crescimento de 58% nos últimos cinco anos (Gráfico 3.6).

A proporção de domicílios com acesso à Internet também teve um crescimento expressivo de 2004 a 2009, passando de 14,2% para 31,5%. A posse de computador dobrou no mesmo período, alcançando 39,3% dos lares urbanos do País e mais de 45% dos domicílios nas Regiões Sudeste e Sul. Embora a Região Norte apresente as menores proporções de domicílios com computador, foi nesta região que o indicador apresentou o maior crescimento proporcional, de 2004 a 2009, 175%, contra 96,6%, na Região Sudeste, e 102,6%, na Região Sul (Gráfico 3.6).

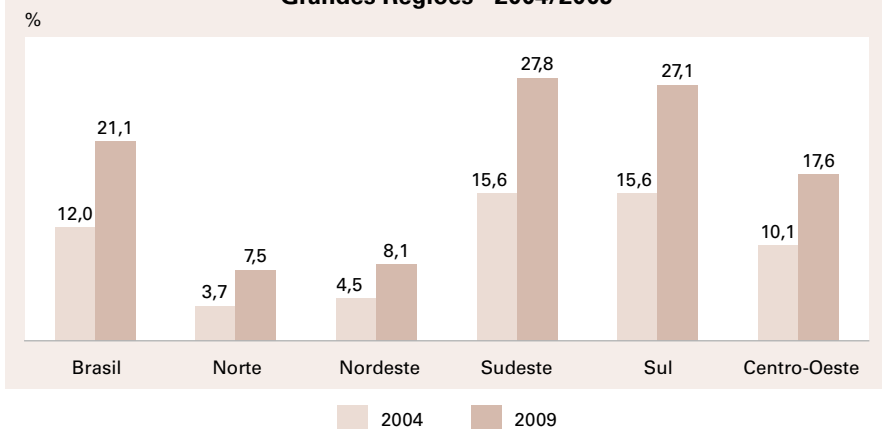


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Houve ainda a constatação da existência de geladeira e TV em cores em mais de 96% dos domicílios no Brasil. Para máquina de lavar roupa houve uma tendência de maior difusão pelas Regiões Sudeste e Sul do que pelas outras regiões do País. Ressalta-se a importância da posse desse bem na vida das mulheres e a revolução que esta proporciona no cotidiano, em função do grande tempo despendido na tarefa de lavar as roupas da família. No Brasil, metade dos lares possuía esse bem, com proporções diferenciadas regionalmente, variando de 21,7%, na Região Nordeste, a quase 70,0% nos lares da Região Sul. Em 1999, apenas 38% dos lares brasileiros tinham máquina de lavar roupa, proporção quase idêntica à verificada em 2004. Observa-se, assim, que o crescimento na posse desse bem ocorreu mesmo nos últimos cinco anos, acompanhando o período de crescimento econômico.

O Gráfico 3.7 mostra a posse desses bens e serviços simultaneamente. No Brasil, 21,1% dos domicílios possuía simultaneamente serviços de energia elétrica, telefone fixo, Internet, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar. Nas Regiões Norte e Nordeste, apenas 7,5% e 8,1%, respectivamente, dos domicílios se enquadravam nesse critério; na Região Sudeste, essa proporção foi de 27,8%; na Região Sul, 27,1%; e na Região Centro-Oeste, 17,6%. De 2004 a 2009, esse indicador aumentou substancialmente.

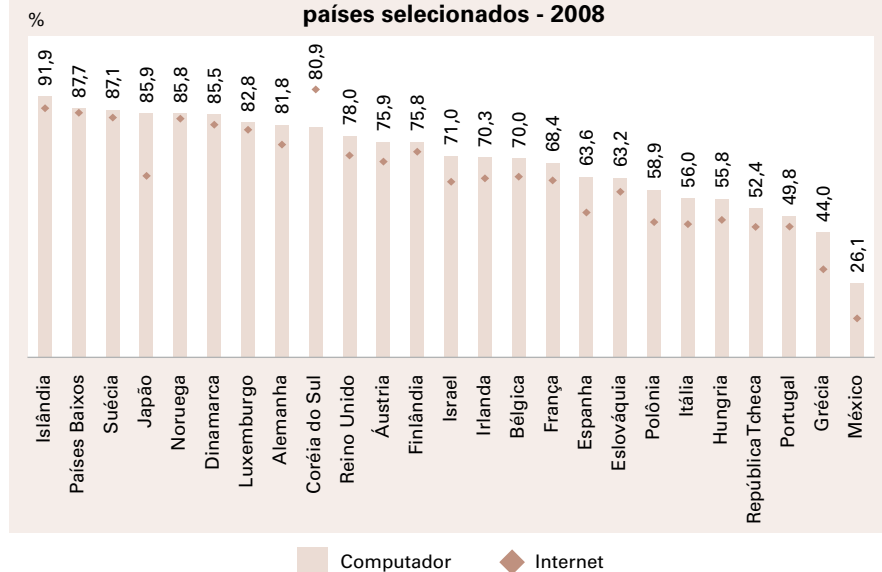
Gráfico 3.7 - Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos, com acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, Internet, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar, segundo as Grandes Regiões - 2004/2009



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Dados internacionais mostram que não obstante a melhora observada no acesso a computador e Internet no País, o Brasil ainda se encontra muito distante das médias da maioria dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD). Na Coreia do Sul, Japão e em boa parte dos países europeus, a média de domicílios com computador é superior a 75%. Para esse grupo de países com estatísticas disponíveis, o Brasil ganha apenas do México, onde 26,1% dos domicílios tinham acesso a esse bem. Quanto ao acesso à Internet, o investimento a ser realizado é ainda maior, com atenção à oferta do serviço a preços acessíveis, como ocorreu no caso da telefonia celular (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.8 - Percentual de domicílios com acesso a computador e Internet, segundo alguns países selecionados - 2008



Fonte: Households with access to home computers. In: OECD Factbook 2010: economic, environmental and social statistics. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/825881036804>>. Acesso em: set. 2010.

Tabela 3.1 - Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Total		Número médio de pessoas, por situação do domicílio					
			Por domicílio			Por dormitório (1)		
	Domicílios particulares (1 000 domicílios)	Pessoas (1 000 pessoas)	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	58 646	191 693	3,3	3,2	3,5	1,7	1,7	1,8
Norte	4 122	15 550	3,8	3,8	3,8	2,0	2,0	2,1
Rondônia	449	1 530	3,4	3,4	3,5	1,7	1,7	1,8
Acre	185	702	3,8	3,7	4,4	2,0	1,9	2,5
Amazonas	858	3 455	4,0	4,1	3,8	2,1	2,1	2,2
Roraima	119	430	3,6	3,7	3,3	2,1	2,1	2,1
Pará	1 975	7 477	3,8	3,8	3,9	2,0	2,0	2,2
Região Metropolitana de Belém	573	2 116	3,7	3,7	3,7	2,0	2,0	2,2
Amapá	153	639	4,2	4,2	4,0	2,1	2,1	2,2
Tocantins	384	1 315	3,4	3,4	3,5	1,8	1,8	1,9
Nordeste	15 356	53 998	3,5	3,4	3,7	1,8	1,8	1,9
Maranhão	1 701	6 466	3,8	3,7	4,0	1,9	1,9	2,1
Piauí	896	3 193	3,6	3,5	3,7	1,8	1,8	1,9
Ceará	2 395	8 566	3,6	3,5	3,9	1,8	1,8	1,9
Região Metropolitana de Fortaleza	1 020	3 579	3,5	3,5	3,8	1,8	1,8	1,9
Rio Grande do Norte	923	3 188	3,5	3,4	3,6	1,8	1,8	1,9
Paraíba	1 080	3 826	3,5	3,5	3,8	1,8	1,8	1,9
Pernambuco	2 577	8 818	3,4	3,3	3,8	1,8	1,8	1,9
Região Metropolitana de Recife	1 168	3 772	3,2	3,2	3,0	1,7	1,7	1,7
Alagoas	886	3 206	3,6	3,5	3,9	1,8	1,8	2,0
Sergipe	595	2 051	3,4	3,4	3,4	1,8	1,8	1,8
Bahia	4 303	14 685	3,4	3,4	3,5	1,8	1,7	1,8
Região Metropolitana de Salvador	1 176	3 781	3,2	3,2	3,7	1,8	1,7	2,2
Sudeste	25 745	80 420	3,1	3,1	3,3	1,7	1,7	1,8
Minas Gerais	6 229	20 083	3,2	3,2	3,4	1,6	1,6	1,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 602	5 121	3,2	3,2	2,7	1,6	1,6	1,7
Espírito Santo	1 090	3 480	3,2	3,2	3,3	1,7	1,7	1,8
Rio de Janeiro	5 387	15 795	2,9	2,9	3,0	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 949	11 577	2,9	2,9	3,0	1,7	1,7	1,7
São Paulo	13 039	41 062	3,1	3,1	3,3	1,7	1,7	1,8
Região Metropolitana de São Paulo	6 117	19 625	3,2	3,2	3,4	1,8	1,8	2,0
Sul	9 067	27 761	3,1	3,0	3,2	1,6	1,6	1,7
Paraná	3 437	10 697	3,1	3,1	3,3	1,6	1,6	1,7
Região Metropolitana de Curitiba	1 051	3 271	3,1	3,1	3,3	1,6	1,5	1,7
Santa Catarina	1 971	6 156	3,1	3,1	3,4	1,6	1,6	1,6
Rio Grande do Sul	3 659	10 907	3,0	3,0	3,1	1,6	1,6	1,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 375	4 053	2,9	2,9	3,2	1,6	1,6	1,7
Centro-Oeste	4 357	13 964	3,2	3,2	3,1	1,7	1,7	1,8
Mato Grosso do Sul	752	2 398	3,2	3,2	3,2	1,7	1,7	1,9
Mato Grosso	957	3 047	3,2	3,2	3,0	1,8	1,7	1,8
Goiás	1 860	5 948	3,2	3,2	3,0	1,6	1,6	1,7
Distrito Federal	787	2 571	3,3	3,3	3,4	1,6	1,6	1,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive os domicílios sem declaração de número de dormitórios.

Tabela 3.2 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	49 828	19,0	27,4	26,6	22,4
Norte	3 210	30,7	31,3	20,6	13,8
Rondônia	328	19,3	31,8	27,2	19,2
Acre	151	26,0	29,6	21,4	19,6
Amazonas	702	31,1	30,9	22,3	13,2
Roraima	99	30,9	28,1	21,2	17,4
Pará	1 492	34,7	31,3	18,0	10,7
Região Metropolitana de Belém	558	28,4	30,7	19,2	14,2
Amapá	149	32,3	30,9	20,4	14,8
Tocantins	288	23,4	33,5	22,0	20,1
Nordeste	11 373	36,3	31,0	17,6	12,3
Maranhão	1 202	38,6	32,0	17,1	10,1
Piauí	566	34,0	29,1	20,5	14,4
Ceará	1 890	38,2	31,6	16,6	11,2
Região Metropolitana de Fortaleza	990	32,2	30,1	18,9	16,3
Rio Grande do Norte	680	33,2	32,1	19,0	15,0
Paraíba	854	39,7	31,7	15,4	11,8
Pernambuco	2 039	36,8	30,9	17,2	10,9
Região Metropolitana de Recife	1 141	30,0	30,1	19,4	15,3
Alagoas	609	43,1	29,7	14,5	10,0
Sergipe	493	35,4	29,9	18,6	14,5
Bahia	3 041	32,9	30,7	19,1	13,9
Região Metropolitana de Salvador	1 155	24,1	30,0	21,9	21,0
Sudeste	23 830	12,2	25,9	29,7	26,1
Minas Gerais	5 376	16,6	30,7	27,9	21,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 584	13,1	27,0	28,8	27,1
Espírito Santo	906	19,2	26,1	27,5	24,3
Rio de Janeiro	5 205	12,3	25,5	28,0	26,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 919	11,6	24,5	27,0	27,8
São Paulo	12 342	9,8	23,9	31,4	28,1
Região Metropolitana de São Paulo	5 865	10,8	22,7	28,4	29,3
Sul	7 606	10,9	24,2	32,8	29,1
Paraná	2 950	12,4	26,7	31,6	27,0
Região Metropolitana de Curitiba	958	8,7	20,5	32,5	35,7
Santa Catarina	1 642	7,1	20,1	34,9	34,7
Rio Grande do Sul	3 015	11,6	24,1	32,7	28,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 299	10,0	22,6	31,2	30,8
Centro-Oeste	3 808	16,4	29,6	26,6	23,5
Mato Grosso do Sul	645	17,1	31,7	27,7	22,3
Mato Grosso	775	17,2	29,8	29,0	21,1
Goiás	1 645	17,8	32,4	28,1	17,7
Distrito Federal	743	11,8	21,5	19,7	39,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 3.3 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e proporção de domicílios urbanos com propriedade do terreno, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por condição de ocupação (%)			Proporção com propriedade do terreno (%)
		Próprio	Alugado	Cedido	
Brasil	49 828	73,1	19,4	7,0	69,2
Norte	3 210	78,1	15,1	6,2	75,8
Rondônia	328	74,6	19,4	5,9	73,1
Acre	151	81,5	13,4	4,5	76,9
Amazonas	702	77,7	14,7	5,9	75,4
Roraima	99	76,6	16,5	6,7	76,5
Pará	1 492	80,2	13,4	6,1	77,5
Região Metropolitana de Belém	558	81,3	11,8	6,6	76,4
Amapá	149	79,8	12,1	8,1	76,8
Tocantins	288	70,7	21,7	7,5	69,5
Nordeste	11 373	74,3	18,6	6,8	71,0
Maranhão	1 202	79,9	15,4	4,6	75,9
Piauí	566	78,5	12,1	9,2	74,7
Ceará	1 890	70,5	21,7	7,4	66,0
Região Metropolitana de Fortaleza	990	71,8	21,5	6,2	64,1
Rio Grande do Norte	680	67,7	22,9	9,1	66,2
Paraíba	854	73,2	19,1	7,3	69,4
Pernambuco	2 039	73,2	20,1	6,2	70,1
Região Metropolitana de Recife	1 141	74,6	19,1	5,9	70,0
Alagoas	609	73,6	19,4	6,9	71,0
Sergipe	493	72,9	21,9	4,9	72,8
Bahia	3 041	76,5	16,2	6,7	73,3
Região Metropolitana de Salvador	1 155	76,9	17,5	5,0	73,1
Sudeste	23 830	72,1	20,2	7,3	67,6
Minas Gerais	5 376	71,0	20,0	8,7	68,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 584	73,3	16,6	9,9	67,8
Espírito Santo	906	71,2	20,5	8,0	68,7
Rio de Janeiro	5 205	75,9	17,8	6,0	72,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 919	76,0	17,9	5,7	71,4
São Paulo	12 342	71,0	21,3	7,2	65,4
Região Metropolitana de São Paulo	5 865	71,6	20,6	6,9	62,4
Sul	7 606	75,5	17,9	6,2	70,9
Paraná	2 950	71,5	21,0	7,2	66,8
Região Metropolitana de Curitiba	958	74,4	19,3	5,9	69,8
Santa Catarina	1 642	76,7	18,2	4,8	72,6
Rio Grande do Sul	3 015	78,7	14,7	6,0	74,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 299	79,4	13,9	5,6	74,5
Centro-Oeste	3 808	66,8	24,0	8,7	65,0
Mato Grosso do Sul	645	68,9	22,2	8,7	67,5
Mato Grosso	775	73,9	20,2	5,9	72,4
Goiás	1 645	65,2	24,0	10,0	63,0
Distrito Federal	743	61,3	29,7	8,7	59,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive os domicílios com outra condição de ocupação ou sem declaração da condição de ocupação.

Tabela 3.4 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e proporção de domicílios urbanos com propriedade do terreno, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo				
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por condição de ocupação (%)			Proporção com propriedade do terreno (%)
		Próprio	Alugado	Cedido	
Brasil	9 487	69,5	18,9	10,8	64,6
Norte	984	77,8	12,4	8,5	75,2
Nordeste	4 130	72,4	17,9	9,1	68,7
Sudeste	2 917	64,2	22,1	12,7	57,3
Sul	832	70,4	15,8	12,4	62,5
Centro-Oeste	624	59,6	25,0	14,6	58,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive os domicílios com outra condição de ocupação ou sem declaração da condição de ocupação.

Tabela 3.5 - Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar *per capita* de mais de 2 salários mínimos, total e respectiva distribuição percentual, por condição de ocupação e proporção de domicílios urbanos com propriedade do terreno, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes urbanos com rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> de mais de 2 salários mínimos				
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por condição de ocupação (%)			Proporção com propriedade do terreno (%)
		Próprio	Alugado	Cedido	
Brasil	11 148	76,7	19,9	3,2	73,5
Norte	441	75,2	21,8	2,9	71,5
Nordeste	1 395	76,7	20,1	3,0	72,9
Sudeste	6 203	77,0	19,5	3,3	74,2
Sul	2 213	78,1	19,0	2,7	73,9
Centro-Oeste	896	71,8	24,1	3,9	69,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive os domicílios com outra condição de ocupação ou sem declaração da condição de ocupação.

Tabela 3.6 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos		
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por tipo de domicílio (%)	
		Casa	Apartamento
Brasil	49 828	87,5	12,1
Norte	3 210	95,1	3,8
Rondônia	328	92,6	7,1
Acre	151	92,2	6,5
Amazonas	702	94,2	4,5
Roraima	99	97,8	2,0
Pará	1 492	95,5	3,3
Região Metropolitana de Belém	558	92,1	7,0
Amapá	149	96,3	2,1
Tocantins	288	98,2	1,2
Nordeste	11 373	90,4	9,3
Maranhão	1 202	95,2	4,1
Piauí	566	96,0	3,9
Ceará	1 890	88,4	11,4
Região Metropolitana de Fortaleza	990	81,5	18,3
Rio Grande do Norte	680	95,0	5,0
Paraíba	854	91,9	7,5
Pernambuco	2 039	88,7	11,0
Região Metropolitana de Recife	1 141	82,7	16,9
Alagoas	609	93,8	6,0
Sergipe	493	93,1	6,6
Bahia	3 041	87,2	12,3
Região Metropolitana de Salvador	1 155	73,2	26,6
Sudeste	23 830	85,1	14,6
Minas Gerais	5 376	87,6	12,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 584	78,8	20,4
Espírito Santo	906	73,2	26,7
Rio de Janeiro	5 205	79,2	20,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 919	75,4	24,1
São Paulo	12 342	87,4	12,4
Região Metropolitana de São Paulo	5 865	81,7	18,0
Sul	7 606	86,1	13,8
Paraná	2 950	88,8	11,1
Região Metropolitana de Curitiba	958	83,1	16,7
Santa Catarina	1 642	84,6	15,3
Rio Grande do Sul	3 015	84,3	15,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 299	78,2	21,6
Centro-Oeste	3 808	89,9	9,0
Mato Grosso do Sul	645	97,1	2,4
Mato Grosso	775	94,3	4,9
Goiás	1 645	93,2	5,3
Distrito Federal	743	71,8	27,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive domicílios do tipo cômodo.

Tabela 3.7 - Domicílios particulares permanentes urbanos com até 1/2 salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita*, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes urbanos com até 1/2 salário mínimo de rendimento domiciliar <i>per capita</i>		
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por tipo de domicílio (%)	
		Casa	Apartamento
Brasil	9 487	96,6	2,8
Norte	984	97,6	0,8
Nordeste	4 130	97,1	2,5
Sudeste	2 917	94,8	4,6
Sul	832	98,2	1,6
Centro-Oeste	624	97,0	1,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive domicílios do tipo cômodo.

Tabela 3.8 - Domicílios particulares permanentes urbanos com mais de 2 salários mínimos de rendimento domiciliar *per capita*, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes urbanos com mais de 2 salários mínimos de rendimento domiciliar <i>per capita</i>		
	Total (1 000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por tipo de domicílio (%)	
		Casa	Apartamento
Brasil	11 148	69,5	30,3
Norte	441	84,5	15,0
Nordeste	1 395	64,3	35,6
Sudeste	6 203	68,9	31,0
Sul	2 213	70,2	29,7
Centro-Oeste	896	73,2	26,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive domicílios do tipo cômodo.

Tabela 3.9 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção com serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes urbanos					
	Total (1 000 domicílios) (1)	Proporção com serviços de saneamento (%) (2)				
		Total	Classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo)			
			Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	49 828	62,6	41,3	57,5	68,9	77,5
Norte	3 210	13,7	7,9	11,9	17,3	24,6
Nordeste	11 373	37,0	27,9	36,6	43,6	54,5
Sudeste	23 830	85,1	72,9	81,6	87,1	91,6
Sul	7 606	62,0	46,5	55,7	62,7	71,9
Centro-Oeste	3 808	40,7	28,7	34,5	41,0	55,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente.

Tabela 3.10 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de abastecimento de água por rede geral, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos		
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual, por existência de serviço de abastecimento de água por rede geral (%)	
		Com serviço (com ou sem canalização interna)	Sem serviço (1)
Brasil	49 828	93,5	6,5
Norte	3 210	68,5	31,4
Rondônia	328	50,4	49,6
Acre	151	64,4	35,6
Amazonas	702	82,0	18,0
Roraima	99	98,3	1,7
Pará	1 492	59,5	40,5
Região Metropolitana de Belém	558	66,6	33,4
Amapá	149	68,7	31,3
Tocantins	288	95,7	4,3
Nordeste	11 373	92,3	7,7
Maranhão	1 202	83,5	16,5
Piauí	566	92,7	7,2
Ceará	1 890	91,9	8,1
Região Metropolitana de Fortaleza	990	92,0	8,0
Rio Grande do Norte	680	97,0	3,0
Paraíba	854	96,8	3,2
Pernambuco	2 039	90,9	9,2
Região Metropolitana de Recife	1 141	89,6	10,4
Alagoas	609	81,6	18,4
Sergipe	493	94,9	5,0
Bahia	3 041	96,3	3,7
Região Metropolitana de Salvador	1 155	99,0	1,0
Sudeste	23 830	97,1	2,9
Minas Gerais	5 376	98,5	1,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 584	99,0	1,0
Espírito Santo	906	99,1	0,9
Rio de Janeiro	5 205	90,1	9,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 919	91,3	8,7
São Paulo	12 342	99,3	0,7
Região Metropolitana de São Paulo	5 865	99,2	0,8
Sul	7 606	95,4	4,7
Paraná	2 950	98,0	2,0
Região Metropolitana de Curitiba	958	98,7	1,3
Santa Catarina	1 642	92,3	7,7
Rio Grande do Sul	3 015	94,4	5,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 299	92,5	7,5
Centro-Oeste	3 808	92,0	8,0
Mato Grosso do Sul	645	93,1	6,9
Mato Grosso	775	90,1	9,8
Goiás	1 645	89,7	10,3
Distrito Federal	743	98,1	1,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive abastecimento de água através de poço ou nascente e outras formas.

Tabela 3.11 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos		
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário (%)	
		Com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (1)	Sem serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (2)
Brasil	49 828	68,3	30,7
Norte	3 210	16,6	80,4
Rondônia	328	7,3	90,9
Acre	151	42,4	53,5
Amazonas	702	24,5	73,6
Roraima	99	17,3	81,3
Pará	1 492	13,1	82,8
Região Metropolitana de Belém	558	27,3	68,8
Amapá	149	1,4	97,6
Tocantins	288	20,0	77,5
Nordeste	11 373	44,6	52,8
Maranhão	1 202	17,2	75,4
Piauí	566	9,4	83,2
Ceará	1 890	42,6	54,8
Região Metropolitana de Fortaleza	990	56,3	42,5
Rio Grande do Norte	680	25,3	73,8
Paraíba	854	50,9	47,7
Pernambuco	2 039	49,1	49,6
Região Metropolitana de Recife	1 141	41,6	57,6
Alagoas	609	20,3	77,5
Sergipe	493	63,5	35,6
Bahia	3 041	64,5	33,5
Região Metropolitana de Salvador	1 155	88,7	10,4
Sudeste	23 830	90,7	9,1
Minas Gerais	5 376	89,8	9,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 584	90,3	9,5
Espírito Santo	906	79,9	19,7
Rio de Janeiro	5 205	86,8	13,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 919	89,6	10,1
São Paulo	12 342	93,5	6,3
Região Metropolitana de São Paulo	5 865	90,1	9,7
Sul	7 606	67,2	32,2
Paraná	2 950	70,0	29,6
Região Metropolitana de Curitiba	958	85,9	13,8
Santa Catarina	1 642	66,5	33,2
Rio Grande do Sul	3 015	64,9	34,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 299	80,0	19,2
Centro-Oeste	3 808	44,2	55,3
Mato Grosso do Sul	645	22,3	77,5
Mato Grosso	775	18,9	80,2
Goiás	1 645	42,9	56,6
Distrito Federal	743	92,3	7,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive rede coletora e fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial. (2) Inclusive fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial e as formas de escoadouro: vala, direto para o rio, lago ou mar e outras.

Tabela 3.12 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos	
	Total (1 000 domicílios) (1)	Proporção com serviço de coleta de lixo (%)
Brasil	49 828	98,5
Norte	3 210	97,1
Rondônia	328	94,8
Acre	151	95,1
Amazonas	702	98,5
Roraima	99	99,0
Pará	1 492	96,6
Região Metropolitana de Belém	558	97,7
Amapá	149	98,8
Tocantins	288	98,8
Nordeste	11 373	95,8
Maranhão	1 202	90,3
Piauí	566	86,3
Ceará	1 890	93,2
Região Metropolitana de Fortaleza	990	97,1
Rio Grande do Norte	680	98,1
Paraíba	854	99,2
Pernambuco	2 039	97,4
Região Metropolitana de Recife	1 141	98,1
Alagoas	609	98,9
Sergipe	493	97,4
Bahia	3 041	98,0
Região Metropolitana de Salvador	1 155	98,8
Sudeste	23 830	99,5
Minas Gerais	5 376	98,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 584	99,3
Espírito Santo	906	98,8
Rio de Janeiro	5 205	99,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 919	99,1
São Paulo	12 342	99,9
Região Metropolitana de São Paulo	5 865	99,9
Sul	7 606	99,6
Paraná	2 950	99,5
Região Metropolitana de Curitiba	958	99,8
Santa Catarina	1 642	99,6
Rio Grande do Sul	3 015	99,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 299	99,8
Centro-Oeste	3 808	98,8
Mato Grosso do Sul	645	99,4
Mato Grosso	775	96,8
Goiás	1 645	99,1
Distrito Federal	743	99,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive lixo queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, rio, lago ou mar e outros (sem serviço).

Tabela 3.13 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva proporção, por acesso a alguns serviços e posse de alguns bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos								
	Total (1 000 domicílios)	Proporção (%)							
		Por acesso a alguns serviços			Por posse de alguns bens duráveis				
		Ilumi- nação elétrica	Tele- fone fixo	Internet	Compu- tador	Gela- deira	Freezer	TV em cores	Máquina de lavar
Brasil	49 828	99,9	49,1	31,5	39,3	96,1	14,5	97,2	49,3
Norte	3 210	99,7	27,5	16,3	24,5	93,1	15,0	95,6	33,0
Rondônia	328	99,8	30,8	26,9	33,7	97,0	19,4	94,2	27,2
Acre	151	100,0	28,4	27,2	31,5	96,0	12,5	95,5	24,7
Amazonas	702	100,0	35,1	16,1	28,5	95,9	18,0	97,6	58,8
Roraima	99	100,0	27,6	18,3	28,9	94,6	16,1	96,1	48,2
Pará	1 492	99,7	23,2	12,9	19,7	89,8	12,6	95,2	22,1
Região Metropolitana de Belém	1 468	99,7	23,3	13,1	19,9	89,9	12,7	95,2	22,3
Amapá	149	100,0	31,1	13,0	22,3	97,4	28,5	98,4	67,1
Tocantins	288	98,6	25,3	18,1	25,3	94,1	9,6	92,6	14,7
Nordeste	11 373	99,7	29,0	19,0	24,1	90,2	7,3	96,0	21,7
Maranhão	1 202	99,8	23,6	12,4	16,5	92,1	8,7	95,6	17,9
Piauí	566	98,9	27,2	16,8	21,1	91,8	8,9	95,3	13,6
Ceará	1 890	99,7	24,6	15,8	20,4	88,3	5,3	95,6	18,4
Região Metropolitana de Fortaleza	1 845	99,7	25,1	16,2	20,8	88,3	5,3	95,6	18,6
Rio Grande do Norte	680	99,9	25,8	18,8	26,1	93,5	8,8	96,5	27,6
Paraíba	854	99,6	22,3	19,2	23,4	88,7	6,7	96,7	21,3
Pernambuco	2 039	99,9	29,7	19,2	24,6	91,3	6,8	96,5	25,0
Região Metropolitana de Recife	2 008	99,9	29,9	19,4	24,8	91,4	6,8	96,5	25,2
Alagoas	609	99,6	22,0	17,0	22,1	88,7	6,9	96,9	19,1
Sergipe	493	99,7	28,7	21,4	30,1	93,4	7,2	97,5	27,7
Bahia	3 041	99,7	37,9	23,8	28,9	88,9	7,8	95,3	23,1
Região Metropolitana de Salvador	3 010	99,7	37,8	23,8	28,9	88,8	7,8	95,3	23,1
Sudeste	23 830	99,9	61,1	37,6	46,0	98,4	14,2	98,2	59,9
Minas Gerais	5 376	99,9	50,7	30,9	40,0	96,2	9,7	97,2	41,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 308	99,9	50,8	31,1	40,2	96,3	9,7	97,3	41,2
Espírito Santo	906	99,9	48,9	36,1	43,0	98,3	16,1	97,5	45,3
Rio de Janeiro	5 205	100,0	63,3	36,9	43,7	98,9	19,4	98,9	64,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5 197	100,0	63,3	37,0	43,7	98,9	19,4	98,9	64,1
São Paulo	12 342	99,9	65,6	40,9	49,8	99,1	13,9	98,3	67,4
Região Metropolitana de São Paulo	12 138	99,9	65,8	41,1	50,1	99,1	14,0	98,3	67,6
Sul	7 606	99,9	53,4	37,5	47,4	98,5	25,1	97,3	68,8
Paraná	2 950	99,9	56,0	36,8	46,1	98,3	16,5	96,3	63,0
Região Metropolitana de Curitiba	2 929	99,9	56,2	36,9	46,2	98,3	16,5	96,3	63,0
Santa Catarina	1 642	99,9	58,0	42,0	52,4	99,2	35,4	98,3	77,9
Rio Grande do Sul	3 015	99,9	48,5	35,8	45,9	98,4	27,9	97,9	69,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 915	99,9	48,9	36,1	46,1	98,4	27,7	97,9	69,5
Centro-Oeste	3 808	99,9	43,1	31,3	39,2	97,3	16,1	96,2	40,2
Mato Grosso do Sul	645	99,9	36,2	27,1	35,0	97,3	15,9	95,7	35,0
Mato Grosso	775	99,9	34,5	27,6	35,7	97,7	18,6	94,5	38,0
Goiás	1 645	99,9	38,7	24,0	32,2	96,7	12,2	96,0	32,0
Distrito Federal	743	100,0	67,6	54,9	62,0	98,1	22,6	99,0	65,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 3.14 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e por acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes urbanos			
	Total (1 000 domicílios)	Acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis (%)		
		Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, gela- deira, TV em cores e máquina de lavar	Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, Internet, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Pelo menos um morador com posse de telefone móvel
Brasil	49 828	23,7	21,1	83,1
Norte	3 210	9,2	7,5	81,2
Rondônia	328	9,3	8,5	85,7
Acre	151	8,4	7,6	87,6
Amazonas	702	14,0	10,2	81,3
Roraima	99	12,8	10,6	75,0
Pará	1 492	6,9	5,8	80,0
Região Metropolitana de Belém	558	13,8	12,0	85,3
Amapá	149	12,7	9,8	74,9
Tocantins	288	6,3	5,8	83,7
Nordeste	11 373	9,1	8,1	77,4
Maranhão	1 202	4,2	3,7	69,1
Piauí	566	5,8	5,7	70,4
Ceará	1 890	7,8	7,0	80,9
Região Metropolitana de Fortaleza	990	13,2	11,9	89,0
Rio Grande do Norte	680	10,6	8,8	81,9
Paraíba	854	8,0	7,3	77,1
Pernambuco	2 039	10,3	9,1	81,4
Região Metropolitana de Recife	1 141	15,7	14,1	87,5
Alagoas	609	7,6	7,2	72,0
Sergipe	493	11,9	10,2	84,3
Bahia	3 041	11,3	10,3	76,1
Região Metropolitana de Salvador	1 155	20,2	18,8	89,4
Sudeste	23 830	31,2	27,8	83,7
Minas Gerais	5 376	21,3	18,7	83,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 584	33,1	29,6	89,2
Espírito Santo	906	21,5	19,8	86,4
Rio de Janeiro	5 205	32,2	29,0	82,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 919	34,6	31,3	83,4
São Paulo	12 342	35,9	31,9	83,8
Região Metropolitana de São Paulo	5 865	41,3	36,8	84,9
Sul	7 606	30,4	27,1	87,0
Paraná	2 950	29,7	26,4	84,6
Região Metropolitana de Curitiba	958	42,2	37,6	88,5
Santa Catarina	1 642	35,6	31,9	86,4
Rio Grande do Sul	3 015	28,4	25,1	89,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 299	34,3	30,6	90,4
Centro-Oeste	3 808	19,3	17,6	89,8
Mato Grosso do Sul	645	14,6	13,3	90,6
Mato Grosso	775	12,8	11,4	88,3
Goiás	1 645	13,6	12,0	88,0
Distrito Federal	743	42,8	40,3	94,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Famílias

Recentemente, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic Commission for Europe - UNECE) produziu o estudo *Measurement of different emerging forms of households and families*¹, que foi aprovado, em fevereiro de 2010, como um guia de boas práticas para a investigação, pelos institutos de estatística, das novas formas de organização das famílias. Nos últimos anos, a UNECE tem contribuído bastante para o desenvolvimento de estudos sobre o tema.

Os padrões de formação, dissolução e reconstituição da família tornam-se cada vez mais heterogêneos e seus limites mais ambíguos. Segundo os estudiosos da UNECE, o casamento tornou-se menos central na conformação da vida das pessoas, diferentemente do que ocorria em um passado recente, por vezes caracterizado pelo preconceito em relação às pessoas que não se casavam. As uniões consensuais aumentaram e, em alguns países, já existe o reconhecimento legal dos casais homossexuais. Os aumentos das separações conjugais e dos divórcios levaram à formação de novos arranjos familiares. Quando os indivíduos separados ou divorciados iniciam uma nova união, formam um novo arranjo denominado “famílias reconstituídas”, especialmente no caso da presença de crianças. O aumento da mobilidade espacial permite aos indivíduos maior liberdade na escolha de onde quer morar, o que pode provocar um aumento do desejo de preservar sua independência, fazendo com que casais procurem alternativas de convivência e parceria, como a moradia em domicílios diferentes.

¹ Para informações complementares sobre o documento, consultar nota técnica da UNECE no endereço: <http://www.unece.org/stats/documents/ece/ces/2010/8.add.1.e.pdf>.

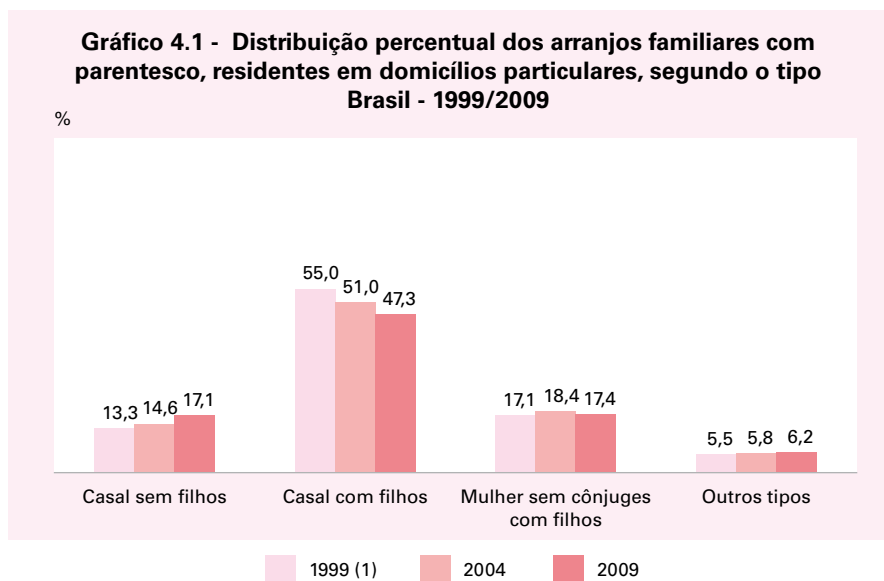
Essas mudanças constituem um desafio de investigação para os institutos de estatística. No caso do IBGE, até o momento nas suas pesquisas domiciliares, a família é considerada, primordialmente para fins de investigação, como um grupo cuja definição está limitada pela condição de residência em um mesmo domicílio, existindo ou não vínculos entre seus membros. Tal concepção não contempla todas as dimensões do conceito sociológico de família. Sua abordagem através de dados quantitativos significa, portanto, apenas uma aproximação, que deve ser relativizada pelas limitações inerentes à operacionalização do conceito de família utilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a principal fonte de dados aqui utilizada.

Neste capítulo, o objetivo principal é caracterizar, especialmente, as condições de vida das famílias nas quais as pessoas têm relações de parentesco, ou seja, pretende-se chegar mais próximo ao conceito sociológico, que considera os laços de consanguinidade, adoção ou casamento entre um grupo de indivíduos.

As famílias são unidades fundamentais para análise estatística em várias áreas, tais como: os estudos de gastos e de distribuição de renda; o comportamento demográfico; e a participação no mercado de trabalho, especialmente, no que se refere às políticas públicas específicas.

As mudanças verificadas nos países industrializados quanto ao padrão de organização das famílias vêm se refletindo também no Brasil. Nas últimas décadas, as tendências mais proeminentes são, sem dúvida: as reduções do tamanho da família e do número de casais com filhos, e o crescimento do tipo de família formado por casais sem filhos, resultados dos processos de declínio da fecundidade e do aumento da esperança de vida ao nascer.

De 1999 para 2009, o número médio de pessoas na família caiu de 3,4 para 3,1. Entre as famílias mais pobres (renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo), o número médio de pessoas por família chega a 4,2. Observa-se, também, neste período, no conjunto dos arranjos familiares, um aumento na proporção de casais sem filhos (de 13,3% para 17,0%) e, conseqüentemente, uma redução de casais com filhos, passando de 55,0% para 47,0% (Gráfico 4.1 e Tabela 4.1).

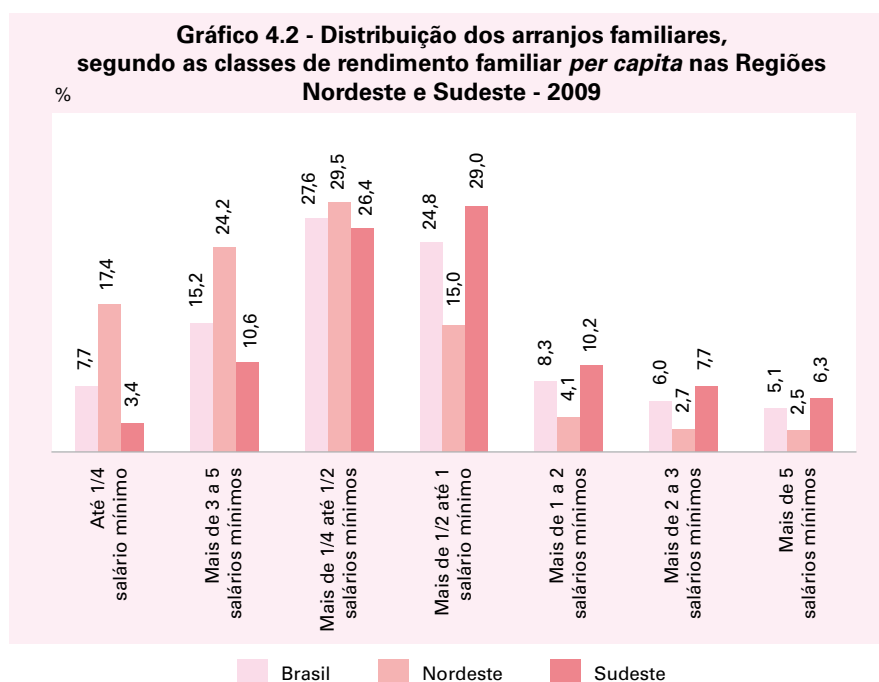


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O papel da família na reprodução da sociedade é reconhecidamente muito significativo. É na família que a renda é reunida para organizar um orçamento comum que satisfaça as necessidades de cada membro. A renda adquirida pela família é, basicamente, o que define suas possibilidades de aquisição de bens e serviços. Nessa medida, a renda familiar *per capita* é um indicador bastante eficaz para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras.

O primeiro aspecto a ser observado é a distribuição das famílias por classes de rendimento familiar *per capita* medida em classes de salário mínimo². A proporção daquelas que viviam com até ½ salário mínimo, em 2009, era de 22,9%, conforme pode ser observado no Gráfico 4.2. É importante mencionar que, do total de famílias de baixa renda em todo o País, quase a metade vivia na Região Nordeste (48,5%). As desigualdades de renda na sociedade brasileira estão bastante enraizadas nas diferenças territoriais. Os indicadores de condições de vida referentes à população residente na Região Nordeste são sistematicamente menos favoráveis do que aqueles registrados na Região Sudeste.



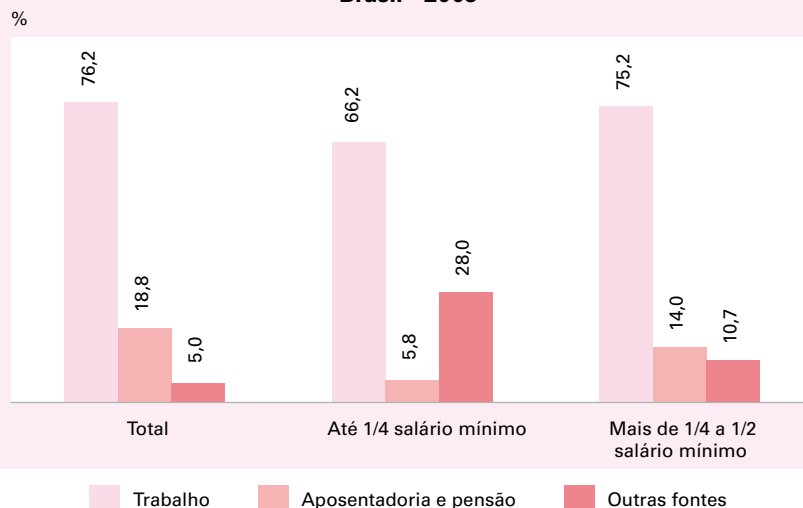
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A expansão recente de programas de transferência de renda focalizados na população mais pobre, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, entre outros de âmbitos estadual e municipal, vem contribuindo para uma redistribuição interna entre as diversas partes componentes do rendimento familiar total. Como resultado, observa-se um aumento significativo das chamadas “outras fontes” em detrimento dos rendimentos de trabalho e de aposentadoria e pensões. Para o total das famílias, os rendimentos de “outras fontes”

² O valor de até ½ salário mínimo *per capita* para dimensionar uma situação de baixa renda tem sido bastante utilizado por estudiosos e por gestores de vários programas sociais, muito embora os reajustes do salário mínimo, nos últimos anos, tenham ocorrido acima da inflação observada.

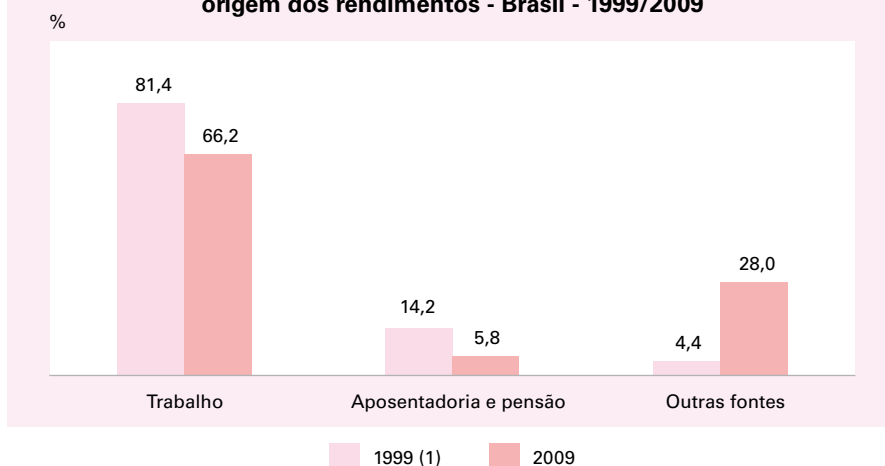
representavam 5,0% do total de rendimento familiar; os rendimentos do trabalho correspondiam a 76,2%; e os rendimentos de aposentadoria e pensão, a 18,8%. Para as famílias com rendimento familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, os rendimentos de “outras fontes” representavam 28,0%, em 2009, do total da renda familiar, ao passo que, em 1999, essa participação era de apenas 4,4% (Tabela 4.16 e Gráficos 4.3 e 4.4).

Gráfico 4.3 - Distribuição percentual dos rendimentos, por origem dos rendimentos, segundo as classes de rendimento familiar *per capita* Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Gráfico 4.4 - Distribuição percentual dos rendimentos nos arranjos familiares com rendimento familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, segundo a origem dos rendimentos - Brasil - 1999/2009

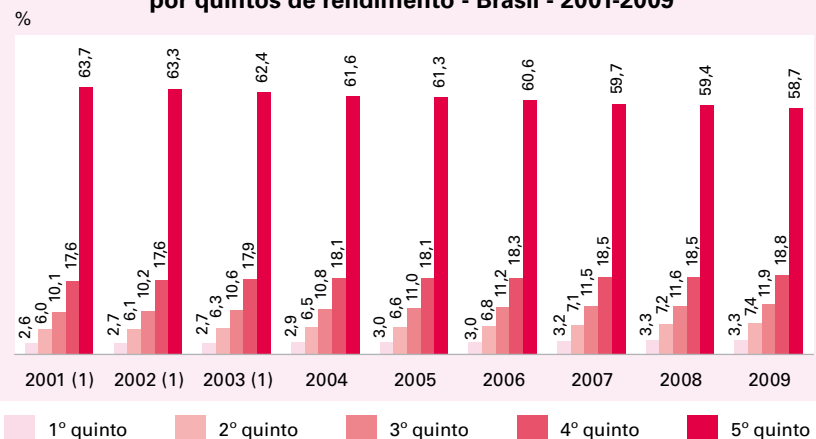


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As desigualdades de renda, apesar de ainda muito presentes no Brasil, têm mostrado uma tendência de redução que vem se consolidando. Ao calcular a razão entre a renda familiar *per capita* dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres para o período de 2001 a 2009, a razão passa de 24,3 para 17,8, representando um ganho de mais de 6 pontos percentuais na redução da desigualdade (Tabela 4.16 e Gráfico 4.5).

Gráfico 4.5 - Distribuição percentual do rendimento familiar *per capita*, por quintos de rendimento - Brasil - 2001-2009



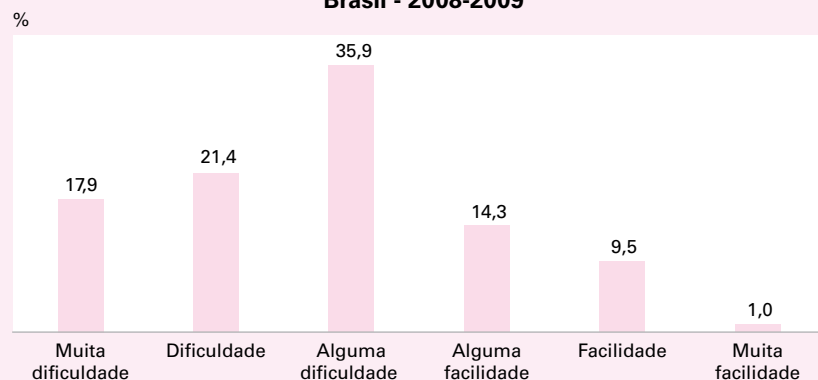
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Por último, vale ainda utilizar, como parâmetro de análise, uma das formas de mensuração da pobreza muito utilizada pelos estatísticos europeus, que é aquela que mensura de forma relativa os rendimentos da população que se situa abaixo de um patamar definido arbitrariamente. Esse patamar mínimo é estimado com base na mediana do rendimento, considerando-se todos aqueles que se situam com rendimentos abaixo de 60% da mediana. Em 2009, no Brasil, a mediana do rendimento familiar *per capita* era de R\$ 465,00. Nessa ótica, 28,2% dos arranjos familiares estavam abaixo deste limite. Os valores dos rendimentos medianos nas Regiões Nordeste e Sudeste são bastante desiguais: R\$ 277,00 contra R\$ 533,00, respectivamente (Tabelas 4.17 e 4.21).

É importante conhecer a percepção das famílias quanto ao grau de dificuldade para chegar até o fim de cada mês, que representa, de certo modo – além de outros atributos pessoais não mensuráveis através das pesquisas domiciliares do IBGE – uma medida de bem-estar. As informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 investigou o grau de dificuldade das famílias, classificando-o em: muita dificuldade; dificuldade; alguma dificuldade; alguma facilidade; e facilidade. Esses resultados podem ser considerados uma *proxy* de bem-estar. Do conjunto de famílias, a maioria, mais de 75%, alegou ter algum nível de dificuldade, enquanto próximo de 25% informaram ter facilidade (Gráfico 4.6).

Gráfico 4.6 - Distribuição percentual das famílias com rendimento monetário, segundo o grau de dificuldade de chegar até o fim do mês Brasil - 2008-2009



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

No conjunto de famílias que alegaram ter muita dificuldade, 64,2% viviam com até três salários mínimos de renda mensal familiar, o que demonstra, de fato, que aquelas com menores níveis de renda são as que mais alegaram ou que tiveram maior percepção das dificuldades em chegar ao fim do mês com tal patamar de renda (Tabela 4.29).

As famílias nas suas trajetórias passam por diversos ciclos de vida. A idade dos filhos é uma variável utilizada para determinar as etapas, que podem ser classificadas como: inicial, intermediária e madura. No Brasil, em 2009, segundo a PNAD, 47,2% dos arranjos eram constituídos por uma pessoa de referência e um cônjuge (casais) com filhos, e 19,5% constituídos por pessoa de referência sem cônjuge com filhos. Utilizou-se a idade limite dos filhos em 16 anos, para determinar os ciclos de vida, por dois motivos: a partir desta idade já é possível ingressar no mercado de trabalho e, em consonância com o sistema educacional vigente, já se poderia ter o ensino fundamental completo.

É interessante observar que, nos arranjos de casal com filhos, a maior proporção se refere aos que estão na etapa inicial do ciclo de vida (filhos menores de 16 anos de idade), enquanto no caso de arranjos onde existe somente a pessoa de referência sem cônjuge 51,4% já se encontravam na etapa considerada madura do ciclo de vida familiar. Na etapa inicial do ciclo de vida, tratando-se de família constituída pelo casal, a distribuição por classes de rendimento domiciliar *per capita* mostra que 36,4% das famílias com até salário mínimo estavam nessa etapa. Quando é o caso das famílias sem a presença de cônjuge, 45,5% estavam nessa etapa inicial do ciclo de vida (Gráfico 4.7 e Tabela 4.10).

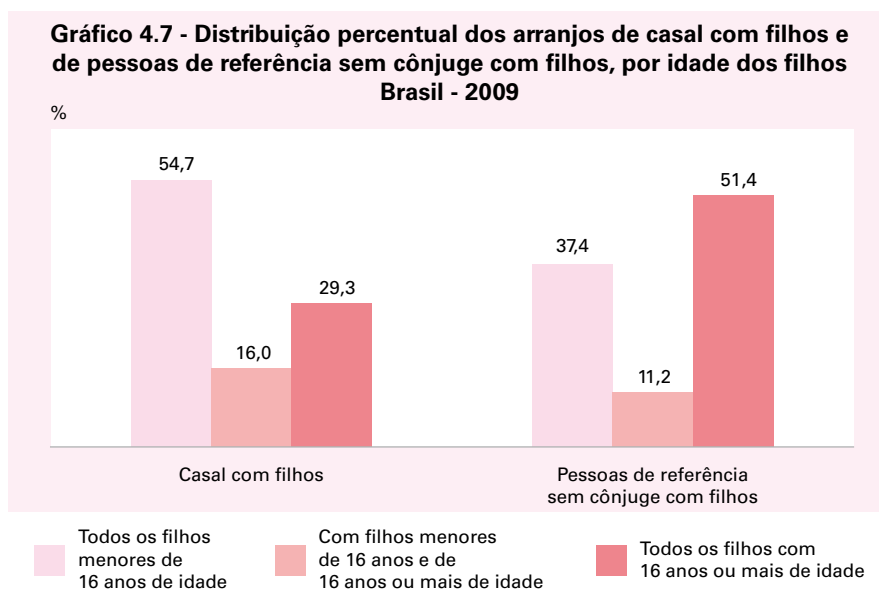


Tabela 4.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por tipo (%)				
		Unipessoal	Arranjos		Casal sem filhos	
			Com parentesco	Sem parentesco	Com outros parentes	Sem parentes
Brasil	62 307	11,5	88,2	0,3	2,2	15,2
Norte	4 586	8,5	91,2	0,3	2,9	11,8
Rondônia	474	9,8	89,9	0,4	2,8	15,8
Acre	202	7,9	91,5	0,6	2,9	12,3
Amazonas	989	7,1	92,5	0,4	3,1	10,3
Roraima	125	10,1	89,7	0,1	1,4	12,0
Pará	2 208	8,4	91,3	0,2	3,0	11,5
Região Metropolitana de Belém	660	8,4	91,5	0,1	2,7	11,4
Amapá	176	6,4	93,0	0,6	1,7	9,7
Tocantins	411	11,4	88,2	0,4	3,2	13,4
Nordeste	16 625	10,0	89,8	0,2	2,5	12,7
Maranhão	1 885	8,6	91,3	0,2	3,9	11,2
Piauí	974	9,6	90,3	0,1	2,4	12,1
Ceará	2 626	8,2	91,4	0,4	2,4	12,7
Região Metropolitana de Fortaleza	1 128	8,0	91,5	0,5	1,7	11,8
Rio Grande do Norte	1 025	9,5	90,3	0,2	1,9	14,0
Paraíba	1 162	8,2	91,7	0,2	2,6	12,7
Pernambuco	2 762	10,8	89,0	0,3	2,2	13,3
Região Metropolitana de Recife	1 260	11,3	88,2	0,5	2,1	14,3
Alagoas	952	8,9	91,0	0,1	2,3	12,6
Sergipe	647	10,0	89,9	0,1	1,6	12,6
Bahia	4 592	12,0	87,9	0,2	2,4	12,8
Região Metropolitana de Salvador	1 259	13,4	86,5	0,2	1,6	12,0
Sudeste	27 020	12,7	87,0	0,3	1,9	16,1
Minas Gerais	6 609	12,3	87,5	0,3	1,8	14,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 709	12,6	87,1	0,3	1,1	12,9
Espírito Santo	1 159	11,1	88,7	0,2	1,8	17,7
Rio de Janeiro	5 572	15,4	84,2	0,4	2,3	16,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 094	15,7	83,9	0,4	2,3	16,1
São Paulo	13 680	11,9	87,8	0,2	1,7	16,5
Região Metropolitana de São Paulo	6 393	11,7	88,1	0,2	1,7	14,0
Sul	9 462	12,2	87,4	0,4	2,0	18,5
Paraná	3 580	11,5	88,0	0,5	2,1	17,4
Região Metropolitana de Curitiba	1 105	11,7	87,8	0,5	1,7	16,2
Santa Catarina	2 050	10,5	89,3	0,2	2,0	19,9
Rio Grande do Sul	3 832	13,9	85,8	0,3	1,9	18,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 437	15,7	83,9	0,4	1,8	16,6
Centro-Oeste	4 615	11,4	88,3	0,3	2,4	15,8
Mato Grosso do Sul	810	12,9	87,1	0,0	2,5	16,6
Mato Grosso	1 022	10,8	88,9	0,3	2,7	18,1
Goiás	1 945	11,2	88,5	0,3	2,6	15,7
Distrito Federal	837	11,4	88,1	0,5	1,6	12,6

Tabela 4.1 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por tipo (%)				
	Casal com filhos		Mulher sem cônjuge com filhos		Outros tipos
	Com parentes	Sem parentes	Com parentes	Sem parentes	Com parentesco
Brasil	4,9	42,4	3,5	13,9	6,2
Norte	6,5	44,4	4,0	14,7	6,7
Rondônia	5,9	44,5	3,7	11,6	5,6
Acre	7,7	43,7	4,7	13,6	6,6
Amazonas	7,1	44,9	4,7	15,5	6,9
Roraima	6,3	43,0	5,5	15,3	6,2
Pará	6,4	44,7	3,8	15,4	6,5
Região Metropolitana de Belém	7,9	37,7	5,6	18,3	7,8
Amapá	6,5	45,7	5,1	17,3	7,0
Tocantins	6,6	41,6	3,0	12,2	8,3
Nordeste	5,3	43,2	4,1	15,4	6,6
Maranhão	7,5	41,7	5,0	14,8	7,2
Piauí	4,9	45,3	3,2	15,0	7,5
Ceará	5,1	44,6	3,3	16,9	6,4
Região Metropolitana de Fortaleza	5,2	42,2	4,5	18,8	7,4
Rio Grande do Norte	4,0	45,2	2,9	16,0	6,3
Paraíba	5,1	45,9	3,9	15,6	5,9
Pernambuco	4,6	42,1	4,7	15,2	6,8
Região Metropolitana de Recife	4,3	37,2	5,6	17,4	7,4
Alagoas	5,3	46,5	4,2	14,7	5,3
Sergipe	4,1	43,1	3,8	17,9	6,8
Bahia	5,4	41,6	4,3	14,6	6,7
Região Metropolitana de Salvador	5,0	37,6	5,2	18,2	6,8
Sudeste	4,6	41,3	3,4	13,6	6,2
Minas Gerais	4,2	41,9	3,5	15,2	6,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3,2	41,6	3,3	18,0	7,0
Espírito Santo	4,4	41,6	3,4	13,8	5,8
Rio de Janeiro	4,5	36,7	4,1	13,4	6,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4,6	36,0	4,2	13,7	6,9
São Paulo	4,9	42,8	3,0	12,9	6,0
Região Metropolitana de São Paulo	5,2	42,8	3,8	14,2	6,5
Sul	4,3	43,6	2,5	11,5	5,0
Paraná	4,3	44,4	2,7	11,6	5,5
Região Metropolitana de Curitiba	3,7	43,4	3,2	13,4	6,1
Santa Catarina	5,2	46,4	2,2	10,0	3,6
Rio Grande do Sul	3,9	41,3	2,4	12,2	5,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	3,3	39,6	3,0	13,9	5,7
Centro-Oeste	4,4	41,4	3,4	14,1	6,7
Mato Grosso do Sul	4,1	41,2	2,8	13,6	6,3
Mato Grosso	3,2	41,6	3,1	13,3	6,9
Goiás	5,1	41,5	3,8	13,2	6,5
Distrito Federal	4,5	40,9	3,6	17,4	7,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.2 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	62 307	7,7	15,2	27,6	24,8
Norte	4 586	11,6	22,0	30,3	18,8
Rondônia	474	8,2	15,7	30,2	24,8
Acre	202	12,4	18,8	27,5	20,1
Amazonas	989	11,0	23,1	29,8	19,7
Roraima	125	9,4	21,9	29,1	21,0
Pará	2 208	13,1	23,6	30,6	16,6
Região Metropolitana de Belém	660	7,9	20,8	30,3	18,4
Amapá	176	10,4	21,9	29,1	19,4
Tocantins	411	9,4	19,7	32,7	20,2
Nordeste	16 625	17,4	24,2	29,5	15,0
Maranhão	1 885	19,0	25,5	29,1	13,5
Piauí	974	20,2	22,5	28,5	16,1
Ceará	2 626	18,3	23,9	29,9	15,0
Região Metropolitana de Fortaleza	1 128	10,1	22,4	29,4	18,5
Rio Grande do Norte	1 025	14,8	23,3	30,8	16,2
Paraíba	1 162	17,3	26,3	30,0	13,5
Pernambuco	2 762	16,7	24,3	29,6	14,9
Região Metropolitana de Recife	1 260	9,5	20,9	29,5	18,8
Alagoas	952	21,2	27,6	27,6	11,3
Sergipe	647	16,4	23,2	29,1	16,1
Bahia	4 592	16,2	23,2	29,6	16,2
Região Metropolitana de Salvador	1 259	8,4	17,0	29,4	21,3
Sudeste	27 020	3,4	10,6	26,4	29,0
Minas Gerais	6 609	5,6	14,4	30,6	26,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 709	3,4	10,7	26,3	28,5
Espírito Santo	1 159	5,6	16,6	27,7	26,1
Rio de Janeiro	5 572	2,8	10,3	25,8	27,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 094	2,7	9,2	24,4	26,7
São Paulo	13 680	2,3	8,4	24,4	31,0
Região Metropolitana de São Paulo	6 393	2,5	8,8	23,2	28,2
Sul	9 462	2,9	9,7	25,6	32,3
Paraná	3 580	3,3	11,0	28,0	30,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 105	2,0	8,0	21,8	32,1
Santa Catarina	2 050	1,6	6,8	22,4	35,5
Rio Grande do Sul	3 832	3,3	10,0	25,0	32,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 437	2,5	8,5	23,0	30,8
Centro-Oeste	4 615	4,4	13,9	29,7	25,9
Mato Grosso do Sul	810	4,6	15,0	31,5	26,7
Mato Grosso	1 022	5,1	14,2	29,9	27,6
Goiás	1 945	4,6	15,0	32,2	27,3
Distrito Federal	837	2,8	10,2	21,9	20,0

Tabela 4.2 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	8,3	6,0	5,1	2,3	3,0
Norte	5,5	3,7	2,5	3,6	2,0
Rondônia	8,4	5,3	3,3	2,6	1,4
Acre	6,2	5,1	5,6	3,4	0,8
Amazonas	5,3	3,5	2,4	4,1	1,1
Roraima	7,3	4,4	3,4	2,7	0,8
Pará	4,4	2,8	1,9	3,9	3,1
Região Metropolitana de Belém	5,9	4,0	3,3	4,1	5,4
Amapá	6,3	6,3	2,1	4,5	0,0
Tocantins	7,2	4,7	3,8	2,0	0,3
Nordeste	4,1	2,7	2,5	3,0	1,5
Maranhão	4,2	1,8	1,8	4,1	0,9
Piauí	3,8	3,3	2,2	2,1	1,4
Ceará	3,7	2,8	2,3	2,9	1,1
Região Metropolitana de Fortaleza	5,7	5,2	4,1	3,5	1,0
Rio Grande do Norte	4,5	3,5	3,3	3,3	0,1
Paraíba	3,8	2,4	3,4	3,0	0,3
Pernambuco	4,0	2,5	2,3	3,0	2,8
Região Metropolitana de Recife	5,7	4,6	4,4	3,5	3,2
Alagoas	3,2	2,1	2,4	3,8	0,8
Sergipe	5,3	2,8	3,8	2,4	0,8
Bahia	4,4	3,1	2,7	2,7	2,0
Região Metropolitana de Salvador	7,4	6,2	6,3	2,6	1,5
Sudeste	10,2	7,7	6,3	1,9	4,6
Minas Gerais	8,1	6,1	4,6	1,9	2,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,8	7,8	8,4	2,3	2,8
Espírito Santo	8,7	6,8	5,0	2,7	0,8
Rio de Janeiro	9,8	7,7	7,9	2,0	6,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	10,0	8,3	9,1	2,2	7,4
São Paulo	11,6	8,5	6,5	1,9	5,3
Região Metropolitana de São Paulo	11,4	9,1	7,6	2,2	6,9
Sul	11,6	8,1	6,4	1,6	1,8
Paraná	10,7	7,5	6,0	1,9	1,1
Região Metropolitana de Curitiba	13,2	10,2	9,4	2,2	1,2
Santa Catarina	13,5	10,0	6,8	1,2	2,2
Rio Grande do Sul	11,5	7,7	6,6	1,5	2,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	11,7	9,0	8,8	1,6	4,0
Centro-Oeste	8,1	6,1	7,0	2,5	2,2
Mato Grosso do Sul	7,9	5,9	6,0	2,2	0,1
Mato Grosso	8,7	5,6	4,1	3,4	1,3
Goiás	7,6	5,0	3,9	2,2	2,3
Distrito Federal	9,0	9,5	18,8	2,7	5,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.3 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	191 240	10,7	18,3	27,8	22,5
Norte	15 511	16,0	25,6	28,6	15,9
Rondônia	1 523	11,4	19,4	29,5	22,0
Acre	701	18,4	21,5	25,8	17,6
Amazonas	3 450	15,2	26,8	28,5	16,7
Roraima	430	12,5	25,9	28,5	17,4
Pará	7 460	17,9	27,0	28,3	13,6
Região Metropolitana de Belém	2 112	9,9	23,5	30,1	16,6
Amapá	637	15,3	25,0	27,7	16,3
Tocantins	1 310	12,8	23,5	31,2	17,7
Nordeste	53 880	22,5	27,2	26,8	12,4
Maranhão	6 458	24,5	28,4	26,2	11,3
Piauí	3 181	24,5	25,7	26,4	12,6
Ceará	8 533	23,0	26,6	27,8	12,4
Região Metropolitana de Fortaleza	3 555	12,5	25,7	29,0	16,5
Rio Grande do Norte	3 183	18,1	26,9	29,5	13,5
Paraíba	3 818	22,1	28,9	27,2	11,5
Pernambuco	8 805	21,7	27,4	26,5	12,1
Região Metropolitana de Recife	3 764	12,3	24,0	28,4	16,6
Alagoas	3 199	27,9	30,2	22,3	9,7
Sergipe	2 047	21,4	25,3	26,9	14,1
Bahia	14 656	21,3	26,6	26,9	13,3
Região Metropolitana de Salvador	3 760	11,0	20,1	30,0	18,8
Sudeste	80 255	4,8	13,2	28,1	27,5
Minas Gerais	20 037	7,8	17,2	31,4	24,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 103	4,6	13,0	28,1	27,7
Espírito Santo	3 474	7,6	20,9	28,5	23,6
Rio de Janeiro	15 767	4,2	13,0	28,0	25,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 551	4,2	11,6	27,0	25,2
São Paulo	40 978	3,3	10,7	26,4	30,0
Região Metropolitana de São Paulo	19 568	3,6	11,2	25,3	27,3
Sul	27 674	4,3	12,3	27,3	30,9
Paraná	10 669	4,7	13,7	29,3	29,0
Região Metropolitana de Curitiba	3 260	2,9	10,3	23,7	32,1
Santa Catarina	6 128	2,4	8,5	24,3	35,3
Rio Grande do Sul	10 876	5,0	13,1	26,8	30,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 043	4,0	11,4	25,7	29,6
Centro-Oeste	13 920	5,9	17,0	30,7	23,9
Mato Grosso do Sul	2 392	6,1	19,1	32,3	24,3
Mato Grosso	3 042	6,9	17,4	31,1	25,2
Goiás	5 929	6,0	17,8	32,7	25,2
Distrito Federal	2 557	4,1	12,7	24,2	19,0

Tabela 4.3 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	7,1	4,9	3,8	1,8	3,1
Norte	4,5	2,8	1,8	2,7	2,1
Rondônia	7,2	4,4	2,3	2,0	1,7
Acre	5,4	3,7	4,2	2,5	0,9
Amazonas	4,3	2,6	1,7	2,9	1,1
Roraima	6,7	4,0	2,3	1,7	0,9
Pará	3,5	2,2	1,3	2,9	3,3
Região Metropolitana de Belém	5,2	3,4	2,5	3,0	5,8
Amapá	5,3	5,1	1,6	3,7	0,0
Tocantins	6,4	3,4	3,0	1,5	0,4
Nordeste	3,3	2,2	1,9	2,2	1,5
Maranhão	3,2	1,3	1,1	3,0	0,8
Piauí	3,2	2,8	1,7	1,4	1,7
Ceará	3,1	2,3	1,8	2,0	1,1
Região Metropolitana de Fortaleza	5,2	4,5	3,3	2,5	1,0
Rio Grande do Norte	4,0	2,9	2,7	2,3	0,1
Paraíba	3,4	1,9	2,4	2,3	0,3
Pernambuco	3,2	2,0	1,7	2,3	3,1
Região Metropolitana de Recife	4,9	3,9	3,4	2,8	3,6
Alagoas	2,8	1,8	1,8	2,8	0,7
Sergipe	4,6	2,4	2,9	1,7	0,6
Bahia	3,4	2,4	2,0	2,0	2,0
Região Metropolitana de Salvador	6,2	5,1	5,2	1,9	1,7
Sudeste	9,1	6,4	4,7	1,4	4,8
Minas Gerais	7,0	4,9	3,4	1,4	2,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,1	6,6	6,3	1,8	3,0
Espírito Santo	7,4	5,7	3,6	1,9	0,8
Rio de Janeiro	8,6	6,3	6,0	1,5	6,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,9	6,9	6,9	1,7	7,7
São Paulo	10,4	7,3	4,9	1,3	5,7
Região Metropolitana de São Paulo	10,2	7,8	5,7	1,6	7,5
Sul	10,3	6,9	5,0	1,3	1,8
Paraná	9,5	6,2	4,8	1,5	1,1
Região Metropolitana de Curitiba	12,0	8,7	7,2	1,7	1,3
Santa Catarina	12,1	8,9	5,2	1,0	2,3
Rio Grande do Sul	10,0	6,5	5,0	1,1	2,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	10,1	7,5	6,6	1,3	3,8
Centro-Oeste	7,3	5,4	5,6	1,9	2,4
Mato Grosso do Sul	6,7	5,2	4,7	1,5	0,1
Mato Grosso	7,5	4,9	3,1	2,7	1,2
Goiás	6,7	4,3	3,2	1,6	2,6
Distrito Federal	8,8	8,8	15,1	1,9	5,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.4 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	3,1	4,2	3,7	3,1	2,8
Norte	3,4	4,7	3,9	3,2	2,9
Rondônia	3,2	4,5	4,0	3,1	2,8
Acre	3,5	5,1	4,0	3,3	3,0
Amazonas	3,5	4,8	4,1	3,3	3,0
Roraima	3,4	4,6	4,1	3,4	2,8
Pará	3,4	4,6	3,9	3,1	2,8
Região Metropolitana de Belém	3,2	4,0	3,6	3,2	2,9
Amapá	3,6	5,3	4,1	3,4	3,0
Tocantins	3,2	4,4	3,8	3,0	2,8
Nordeste	3,2	4,2	3,6	2,9	2,7
Maranhão	3,4	4,4	3,8	3,1	2,9
Piauí	3,3	4,0	3,7	3,0	2,5
Ceará	3,2	4,1	3,6	3,0	2,7
Região Metropolitana de Fortaleza	3,2	3,9	3,6	3,1	2,8
Rio Grande do Norte	3,1	3,8	3,6	3,0	2,6
Paraíba	3,3	4,2	3,6	3,0	2,8
Pernambuco	3,2	4,2	3,6	2,9	2,6
Região Metropolitana de Recife	3,0	3,9	3,4	2,9	2,6
Alagoas	3,4	4,4	3,7	2,7	2,9
Sergipe	3,2	4,1	3,4	2,9	2,8
Bahia	3,2	4,2	3,6	2,9	2,6
Região Metropolitana de Salvador	3,0	3,9	3,5	3,0	2,6
Sudeste	3,0	4,2	3,7	3,2	2,8
Minas Gerais	3,0	4,2	3,6	3,1	2,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3,0	4,0	3,6	3,2	2,9
Espírito Santo	3,0	4,1	3,8	3,1	2,7
Rio de Janeiro	2,8	4,3	3,6	3,1	2,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,8	4,3	3,6	3,1	2,7
São Paulo	3,0	4,2	3,8	3,2	2,9
Região Metropolitana de São Paulo	3,1	4,3	3,9	3,3	3,0
Sul	2,9	4,3	3,7	3,1	2,8
Paraná	3,0	4,2	3,7	3,1	2,8
Região Metropolitana de Curitiba	3,0	4,2	3,8	3,2	3,0
Santa Catarina	3,0	4,5	3,8	3,2	3,0
Rio Grande do Sul	2,8	4,3	3,7	3,0	2,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,8	4,5	3,8	3,1	2,7
Centro-Oeste	3,0	4,0	3,7	3,1	2,8
Mato Grosso do Sul	3,0	3,9	3,7	3,0	2,7
Mato Grosso	3,0	4,0	3,7	3,1	2,7
Goiás	3,0	4,0	3,6	3,1	2,8
Distrito Federal	3,1	4,4	3,8	3,4	2,9

Tabela 4.4 - Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Número médio de pessoas nos arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	2,6	2,5	2,3	2,3	3,2
Norte	2,8	2,6	2,4	2,5	3,6
Rondônia	2,8	2,7	2,3	2,4	3,7
Acre	3,0	2,5	2,6	2,6	3,9
Amazonas	2,8	2,6	2,5	2,5	3,5
Roraima	3,2	3,1	2,3	2,2	4,0
Pará	2,6	2,6	2,3	2,5	3,6
Região Metropolitana de Belém	2,8	2,7	2,4	2,4	3,5
Amapá	3,0	2,9	2,9	2,9	,
Tocantins	2,8	2,4	2,5	2,4	3,7
Nordeste	2,6	2,6	2,4	2,4	3,4
Maranhão	2,6	2,6	2,2	2,5	3,2
Piauí	2,8	2,8	2,5	2,2	4,0
Ceará	2,7	2,6	2,5	2,3	3,4
Região Metropolitana de Fortaleza	2,8	2,7	2,5	2,2	3,2
Rio Grande do Norte	2,7	2,5	2,5	2,2	2,3
Paraíba	3,0	2,6	2,3	2,5	2,9
Pernambuco	2,6	2,5	2,3	2,4	3,6
Região Metropolitana de Recife	2,6	2,6	2,3	2,4	3,4
Alagoas	2,9	2,8	2,5	2,5	2,6
Sergipe	2,7	2,7	2,4	2,3	2,6
Bahia	2,5	2,5	2,3	2,3	3,3
Região Metropolitana de Salvador	2,5	2,5	2,4	2,2	3,3
Sudeste	2,6	2,5	2,2	2,2	3,1
Minas Gerais	2,6	2,4	2,3	2,3	3,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2,8	2,5	2,2	2,4	3,2
Espírito Santo	2,6	2,5	2,2	2,1	2,9
Rio de Janeiro	2,5	2,3	2,1	2,2	2,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2,5	2,3	2,1	2,2	2,9
São Paulo	2,7	2,6	2,2	2,1	3,2
Região Metropolitana de São Paulo	2,7	2,6	2,3	2,2	3,3
Sul	2,6	2,5	2,3	2,3	2,9
Paraná	2,7	2,5	2,4	2,4	3,1
Região Metropolitana de Curitiba	2,7	2,5	2,3	2,3	3,3
Santa Catarina	2,7	2,7	2,3	2,6	3,1
Rio Grande do Sul	2,5	2,4	2,2	2,2	2,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	2,4	2,3	2,1	2,3	2,7
Centro-Oeste	2,7	2,7	2,4	2,2	3,2
Mato Grosso do Sul	2,5	2,6	2,3	2,0	1,7
Mato Grosso	2,6	2,6	2,2	2,4	2,9
Goiás	2,7	2,6	2,5	2,2	3,4
Distrito Federal	3,0	2,8	2,5	2,2	3,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.5 - Rendimento médio mensal familiar *per capita* das famílias com rendimento, em reais e em salários mínimos, dos 10% e 40% mais pobres e dos 10% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> das famílias com rendimento						Relação entre os rendimentos médios	
	Em reais (R\$)			Salário mínimo				
	10% mais pobres (A)	40% mais pobres (B)	10% mais ricos (C)	10% mais pobres	40% mais pobres	10% mais ricos	C/A	C/B
Brasil	82,28	204,41	3 293,08	0,18	0,44	7,08	40,02	16,11
Norte	68,31	154,03	2 240,56	0,15	0,33	4,82	32,80	14,55
Rondônia	82,81	196,48	2 582,06	0,18	0,42	5,55	31,18	13,14
Acre	64,93	159,32	3 851,26	0,14	0,34	8,28	59,31	24,17
Amazonas	70,21	155,99	2 258,11	0,15	0,34	4,86	32,16	14,48
Roraima	76,79	167,40	2 460,09	0,17	0,36	5,29	32,04	14,70
Pará	64,33	141,77	1 901,67	0,14	0,30	4,09	29,56	13,41
Região Metropolitana de Belém	81,72	174,36	2 497,27	0,18	0,37	5,37	30,56	14,32
Amapá	78,95	162,93	2 149,04	0,17	0,35	4,62	27,22	13,19
Tocantins	73,48	176,32	2 511,90	0,16	0,38	5,40	34,19	14,25
Nordeste	46,46	122,88	2 238,52	0,10	0,26	4,81	48,18	18,22
Maranhão	37,58	111,57	1 962,87	0,08	0,24	4,22	52,24	17,59
Piauí	47,42	115,48	2 093,18	0,10	0,25	4,50	44,14	18,13
Ceará	46,88	120,37	2 057,83	0,10	0,26	4,43	43,89	17,10
Região Metropolitana de Fortaleza	72,04	161,71	2 850,35	0,15	0,35	6,13	39,57	17,63
Rio Grande do Norte	54,83	137,15	2 584,82	0,12	0,29	5,56	47,14	18,85
Paraíba	50,02	121,27	2 726,30	0,11	0,26	5,86	54,50	22,48
Pernambuco	44,18	125,57	2 227,01	0,10	0,27	4,79	50,40	17,74
Região Metropolitana de Recife	69,38	167,10	3 155,87	0,15	0,36	6,79	45,49	18,89
Alagoas	37,49	104,87	1 846,56	0,08	0,23	3,97	49,25	17,61
Sergipe	53,21	132,22	2 662,73	0,11	0,28	5,73	50,04	20,14
Bahia	51,21	130,25	2 299,41	0,11	0,28	4,94	44,91	17,65
Região Metropolitana de Salvador	80,52	192,05	3 859,73	0,17	0,41	8,30	47,94	20,10
Sudeste	128,32	276,54	3 707,45	0,28	0,59	7,97	28,89	13,41
Minas Gerais	101,45	226,39	3 106,86	0,22	0,49	6,68	30,63	13,72
Região Metropolitana de Belo Horizonte	131,19	278,96	4 394,88	0,28	0,60	9,45	33,50	15,75
Espírito Santo	100,96	215,90	3 315,46	0,22	0,46	7,13	32,84	15,36
Rio de Janeiro	138,12	284,13	4 496,49	0,30	0,61	9,67	32,56	15,83
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	139,59	292,84	5 056,13	0,30	0,63	10,87	36,22	17,27
São Paulo	150,82	309,33	3 681,40	0,32	0,67	7,92	24,41	11,90
Região Metropolitana de São Paulo	143,65	298,64	4 145,75	0,31	0,64	8,92	28,86	13,88
Sul	139,35	297,28	3 495,62	0,30	0,64	7,52	25,08	11,76
Paraná	130,39	275,46	3 307,39	0,28	0,59	7,11	25,37	12,01
Região Metropolitana de Curitiba	163,92	335,37	4 464,95	0,35	0,72	9,60	27,24	13,31
Santa Catarina	180,36	355,14	3 689,51	0,39	0,76	7,93	20,46	10,39
Rio Grande do Sul	132,33	290,68	3 557,44	0,28	0,63	7,65	26,88	12,24
Região Metropolitana de Porto Alegre	148,55	313,07	4 206,42	0,32	0,67	9,05	28,32	13,44
Centro-Oeste	113,76	238,59	4 204,27	0,24	0,51	9,04	36,96	17,62
Mato Grosso do Sul	113,84	231,50	3 324,80	0,24	0,50	7,15	29,21	14,36
Mato Grosso	106,58	230,17	2 987,62	0,23	0,49	6,42	28,03	12,98
Goiás	110,12	230,83	2 876,54	0,24	0,50	6,19	26,12	12,46
Distrito Federal	138,29	286,69	7 987,92	0,30	0,62	17,18	57,76	27,86

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.6 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e unipessoais, por sexo da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Unipessoais		
		Total	Sexo da pessoa de referência da família (%)	
			Homens	Mulheres
Brasil	62 307	7 170	49,0	51,0
Norte	4 586	390	62,3	37,7
Rondônia	474	46	59,5	40,5
Acre	202	16	60,4	39,6
Amazonas	989	71	60,1	39,9
Roraima	125	13	71,1	28,9
Pará	2 208	186	63,3	36,7
Região Metropolitana de Belém	660	55	52,9	47,1
Amapá	176	11	73,7	26,3
Tocantins	411	47	60,1	39,9
Nordeste	16 625	1 660	54,4	45,6
Maranhão	1 885	161	61,7	38,3
Piauí	974	93	50,9	49,1
Ceará	2 626	216	50,2	49,8
Região Metropolitana de Fortaleza	1 128	90	54,5	45,5
Rio Grande do Norte	1 025	98	59,5	40,5
Paraíba	1 162	95	56,6	43,4
Pernambuco	2 762	298	49,3	50,7
Região Metropolitana de Recife	1 260	142	44,0	56,0
Alagoas	952	85	48,1	51,9
Sergipe	647	65	52,4	47,6
Bahia	4 592	549	57,1	42,9
Região Metropolitana de Salvador	1 259	169	54,0	46,0
Sudeste	27 020	3 434	46,1	53,9
Minas Gerais	6 609	812	52,0	48,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 709	215	50,2	49,8
Espírito Santo	1 159	128	49,4	50,6
Rio de Janeiro	5 572	860	42,3	57,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 094	644	41,9	58,1
São Paulo	13 680	1 635	45,0	55,0
Região Metropolitana de São Paulo	6 393	748	42,9	57,1
Sul	9 462	1 158	43,3	56,7
Paraná	3 580	410	42,7	57,3
Região Metropolitana de Curitiba	1 105	130	43,5	56,5
Santa Catarina	2 050	216	42,7	57,3
Rio Grande do Sul	3 832	533	44,1	55,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 437	225	41,9	58,1
Centro-Oeste	4 615	527	53,4	46,6
Mato Grosso do Sul	810	104	56,3	43,7
Mato Grosso	1 022	110	58,6	41,4
Goiás	1 945	218	51,5	48,5
Distrito Federal	837	95	48,5	51,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.7 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família (%)					
	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	0,8	11,1	12,5	15,4	18,4	41,8
Norte	1,5	17,3	16,5	17,5	18,2	29,0
Rondônia	2,4	14,9	11,3	21,4	20,1	29,8
Acre	0,0	19,1	8,0	18,3	21,7	32,9
Amazonas	1,3	14,7	23,4	16,6	16,2	27,9
Roraima	3,0	22,7	16,4	20,0	19,4	18,5
Pará	1,3	17,1	15,8	17,3	19,5	29,0
Região Metropolitana de Belém	2,1	17,5	15,4	17,9	17,1	30,0
Amapá	0,0	30,8	29,5	10,2	14,8	14,7
Tocantins	2,4	19,2	14,0	16,3	13,5	34,6
Nordeste	1,0	11,8	14,4	15,9	16,5	40,4
Maranhão	0,6	15,0	17,8	19,4	13,9	33,3
Piauí	0,6	12,9	14,6	11,7	16,4	43,9
Ceará	1,7	11,9	12,0	16,0	18,8	39,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1,2	18,9	14,5	18,4	16,2	30,7
Rio Grande do Norte	2,5	11,5	12,5	17,5	17,5	38,5
Paraíba	0,5	7,4	13,2	14,8	15,3	48,7
Pernambuco	1,0	11,6	15,1	13,8	17,8	40,7
Região Metropolitana de Recife	1,0	10,6	18,8	15,6	19,4	34,6
Alagoas	0,6	5,1	10,8	17,1	12,7	53,8
Sergipe	0,5	16,2	14,1	14,7	15,7	38,7
Bahia	0,7	12,0	15,2	16,5	16,5	39,1
Região Metropolitana de Salvador	0,1	14,1	20,7	19,9	18,2	26,9
Sudeste	0,6	9,2	11,7	15,0	19,0	44,5
Minas Gerais	0,6	9,5	12,2	15,7	19,5	42,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	0,4	14,0	14,4	14,6	19,0	37,7
Espírito Santo	0,7	6,2	17,6	19,8	19,8	35,9
Rio de Janeiro	0,6	8,1	10,5	12,5	20,0	48,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	0,7	8,6	10,8	12,0	18,6	49,2
São Paulo	0,6	9,9	11,6	15,6	18,2	44,1
Região Metropolitana de São Paulo	0,8	10,2	12,6	15,6	16,6	44,3
Sul	0,8	11,9	10,4	15,3	18,0	43,5
Paraná	0,7	12,3	11,3	15,7	17,9	42,1
Região Metropolitana de Curitiba	0,3	11,4	14,2	17,0	16,4	40,7
Santa Catarina	1,1	14,1	8,9	16,6	16,9	42,4
Rio Grande do Sul	0,7	10,7	10,4	14,5	18,6	45,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	0,6	12,7	10,9	14,3	17,6	44,0
Centro-Oeste	1,3	15,3	13,4	14,6	21,0	34,5
Mato Grosso do Sul	0,6	17,3	10,6	10,0	22,3	39,3
Mato Grosso	1,8	14,7	15,8	15,1	20,9	31,7
Goiás	1,1	13,6	11,0	14,7	21,2	38,4
Distrito Federal	1,9	17,9	19,1	18,6	19,1	23,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 4.8 - Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual dos arranjos familiares unipessoais residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal (salário mínimo) (%)				
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	29,9	28,5	33,5	5,8	2,3
Norte	39,1	29,3	24,1	6,7	0,8
Rondônia	31,6	31,2	27,7	9,1	0,4
Acre	32,5	30,4	31,0	6,1	0,0
Amazonas	36,4	26,6	30,5	5,5	0,9
Roraima	32,5	36,6	23,0	7,9	0,0
Pará	42,5	29,3	20,1	7,0	1,2
Região Metropolitana de Belém	34,3	28,2	27,5	7,9	2,1
Amapá	22,6	43,8	28,8	4,8	0,0
Tocantins	45,2	25,5	23,6	5,3	0,5
Nordeste	49,8	25,6	17,7	5,7	1,2
Maranhão	47,8	24,4	19,4	7,2	1,1
Piauí	45,0	36,3	16,4	2,3	0,0
Ceará	48,4	24,1	18,6	8,5	0,4
Região Metropolitana de Fortaleza	34,4	24,8	28,0	11,8	1,0
Rio Grande do Norte	46,5	30,0	19,5	4,0	0,0
Paraíba	55,0	21,7	20,6	2,6	0,0
Pernambuco	50,1	26,1	16,6	5,1	2,0
Região Metropolitana de Recife	37,7	30,1	25,0	5,3	1,9
Alagoas	63,9	18,4	7,6	7,0	3,2
Sergipe	48,2	23,0	22,5	4,7	1,6
Bahia	49,3	25,8	17,9	5,7	1,3
Região Metropolitana de Salvador	31,5	27,9	32,2	7,8	0,6
Sudeste	22,7	28,8	39,9	5,3	3,2
Minas Gerais	31,8	28,9	33,0	4,5	1,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	21,8	27,2	43,8	4,9	2,2
Espírito Santo	24,5	29,3	35,9	9,5	0,7
Rio de Janeiro	20,7	29,9	40,4	4,6	4,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	17,9	27,7	44,2	4,7	5,4
São Paulo	19,2	28,1	43,3	5,9	3,5
Região Metropolitana de São Paulo	17,0	25,3	46,5	6,7	4,5
Sul	20,7	30,7	40,1	6,4	2,2
Paraná	24,8	29,1	38,4	7,0	0,7
Região Metropolitana de Curitiba	16,7	24,1	50,9	8,0	0,3
Santa Catarina	17,2	28,3	44,0	7,5	3,0
Rio Grande do Sul	19,0	32,8	39,7	5,4	3,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	16,0	28,1	46,0	4,9	5,0
Centro-Oeste	27,9	29,9	33,6	7,2	1,4
Mato Grosso do Sul	29,6	27,9	34,3	7,6	0,6
Mato Grosso	28,1	33,8	30,9	6,1	1,1
Goiás	34,6	33,2	23,1	7,8	1,3
Distrito Federal	10,4	20,0	59,8	6,8	3,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 4.9 - Famílias com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade dos filhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Famílias com laços de parentesco residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por grupos de idade dos filhos (%)		
		Todos os filhos menores de 16 anos	Filhos menores de 16 anos e com 16 anos ou mais	Todos os filhos com 16 anos ou mais
Brasil	41 610	49,6	14,6	35,8
Norte	3 329	57,7	15,2	27,1
Rondônia	323	51,6	16,7	31,7
Acre	145	59,7	16,5	23,8
Amazonas	742	56,3	16,2	27,5
Roraima	91	61,3	17,9	20,8
Pará	1 616	59,6	14,0	26,3
Região Metropolitana de Belém	478	52,5	12,2	35,3
Amapá	138	53,3	20,3	26,4
Tocantins	274	57,2	13,4	29,3
Nordeste	11 703	52,0	14,8	33,2
Maranhão	1 357	56,0	13,5	30,5
Piauí	691	50,8	13,7	35,5
Ceará	1 895	52,9	16,6	30,5
Região Metropolitana de Fortaleza	823	52,8	14,2	33,0
Rio Grande do Norte	719	51,9	14,2	33,9
Paraíba	841	51,6	14,1	34,3
Pernambuco	1 899	50,2	14,0	35,8
Região Metropolitana de Recife	837	47,3	10,7	42,0
Alagoas	693	51,9	17,6	30,5
Sergipe	463	53,0	13,9	33,1
Bahia	3 145	50,9	15,0	34,1
Região Metropolitana de Salvador	861	49,5	12,7	37,8
Sudeste	17 528	46,0	14,2	39,8
Minas Gerais	4 422	46,4	15,0	38,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 166	46,5	13,3	40,2
Espírito Santo	760	49,6	14,1	36,3
Rio de Janeiro	3 394	43,8	12,6	43,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 488	43,3	12,4	44,3
São Paulo	8 952	46,4	14,4	39,3
Região Metropolitana de São Paulo	4 341	45,4	14,4	40,2
Sul	6 023	49,4	15,4	35,2
Paraná	2 327	50,3	15,1	34,5
Região Metropolitana de Curitiba	731	48,8	14,1	37,1
Santa Catarina	1 330	48,8	16,2	35,0
Rio Grande do Sul	2 367	48,8	15,2	36,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	887	47,8	15,7	36,5
Centro-Oeste	3 026	52,8	14,0	33,2
Mato Grosso do Sul	518	55,4	15,6	29,0
Mato Grosso	654	54,8	13,4	31,8
Goiás	1 277	52,5	12,7	34,8
Distrito Federal	578	48,8	16,1	35,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui-se os arranjos familiares unipessoais e de pessoas sem laços de parentesco.

Tabela 4.10 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2009

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1
Total	62 307	22,9	13,1	14,5
Unipessoal	7 170	4,3	2,6	23,3
Casal com filhos	29 453	29,1	16,3	12,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	16 097	36,4	17,8	11,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 715	35,2	17,7	13,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 642	12,0	12,9	13,3
Casal sem filhos	10 841	11,2	9,8	16,2
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12 156	30,7	15,2	12,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 544	45,5	15,9	8,9
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 362	47,0	19,5	11,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 251	16,4	13,8	15,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 514	18,2	11,0	15,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	172	7,4	7,5	9,5
Pessoa de referência do sexo masculino	40 393	22,6	13,5	14,2
Unipessoal	3 512	4,4	3,0	20,7
Casal com filhos	25 295	29,6	16,4	12,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	13 942	37,1	17,7	11,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 997	35,7	17,6	13,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 356	12,2	13,2	13,5
Casal sem filhos	9 274	11,5	9,8	16,4
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 350	23,1	14,8	14,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	432	34,7	17,2	12,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	122	40,3	22,7	13,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	796	14,2	12,3	16,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	878	11,6	8,3	14,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	84	3,3	3,9	7,6
Pessoa de referência do sexo feminino	21 914	23,5	12,6	14,9
Unipessoal	3 658	4,1	2,2	25,8
Casal com filhos	4 158	25,6	16,0	12,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 155	32,2	18,1	11,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	718	32,6	18,1	14,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 286	10,6	11,2	12,5
Casal sem filhos	1 568	9,3	9,3	14,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 806	31,7	15,2	12,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 111	46,6	15,7	8,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 240	47,6	19,1	11,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 455	16,8	14,0	15,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 636	21,7	12,5	15,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	88	11,3	10,9	11,3

Tabela 4.10 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2009

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Total	24,8	19,4	2,3	3,0
Unipessoal	29,0	34,1	4,3	2,3
Casal com filhos	22,9	15,2	0,9	3,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	18,8	11,4	1,4	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	20,4	10,5	0,3	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,8	24,7	0,3	5,0
Casal sem filhos	30,6	28,0	1,6	2,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	20,9	12,5	5,4	2,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,8	5,7	12,8	1,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	13,8	4,7	1,2	2,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	30,5	19,2	1,0	3,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	28,1	21,6	2,0	3,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	29,7	42,2	1,2	2,6
Pessoa de referência do sexo masculino	25,5	19,8	1,5	2,8
Unipessoal	29,7	34,9	5,1	2,2
Casal com filhos	22,8	14,8	0,9	3,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	18,8	11,1	1,4	2,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	20,0	10,6	0,3	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,8	24,3	0,3	4,7
Casal sem filhos	30,6	27,5	1,6	2,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	24,9	16,1	3,2	3,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	15,9	9,5	8,3	2,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	15,1	6,3	0,7	1,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,2	21,2	0,7	4,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	34,4	25,6	1,4	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	28,6	50,8	1,4	4,5
Pessoa de referência do sexo feminino	23,4	18,6	3,9	3,1
Unipessoal	28,4	33,4	3,5	2,5
Casal com filhos	23,6	17,2	0,9	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	19,2	13,9	1,4	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	22,2	10,2	0,4	2,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	31,8	26,7	0,3	6,9
Casal sem filhos	30,7	30,6	1,2	4,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	20,4	12,1	5,7	2,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9,2	5,3	13,3	1,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	13,7	4,6	1,2	2,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	30,4	18,9	1,1	3,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	24,6	19,4	2,3	3,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	30,7	34,0	1,0	0,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.11 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2009

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1
Total	16 625	41,6	15,1	14,4
Unipessoal	1 660	10,0	5,1	34,9
Casal com filhos	8 061	52,4	16,8	9,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 603	60,8	14,9	7,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 316	63,6	15,7	6,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 142	27,3	21,5	16,2
Casal sem filhos	2 525	23,5	15,2	20,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 643	46,8	15,6	11,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 479	61,2	10,9	5,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	420	68,0	14,8	7,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 745	29,6	19,8	17,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	702	32,3	15,5	17,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	35	20,2	17,4	12,8
Pessoa de referência do sexo masculino	10 833	42,6	15,5	13,8
Unipessoal	902	10,1	6,0	31,1
Casal com filhos	7 119	53,3	16,6	9,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 106	61,7	14,5	7,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 157	64,6	15,4	6,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 856	27,5	22,1	16,4
Casal sem filhos	2 210	23,9	15,2	20,4
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	402	38,1	19,5	14,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	139	48,5	18,6	11,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	42	54,4	24,9	11,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	220	28,4	19,1	17,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	186	26,3	13,0	17,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	13	13,8	15,5	5,7
Pessoa de referência do sexo feminino	5 792	39,8	14,3	15,5
Unipessoal	757	9,9	4,1	39,5
Casal com filhos	941	45,8	17,8	9,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	497	53,4	18,0	7,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	158	57,1	17,7	9,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	285	26,4	17,6	15,0
Casal sem filhos	314	20,3	15,0	17,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 241	47,9	15,2	11,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 339	62,5	10,1	4,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	377	69,5	13,6	7,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 524	29,8	20,0	17,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	516	34,5	16,4	17,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	22	23,9	18,5	16,9

Tabela 4.11 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2009

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Total	15,0	9,4	3,0	1,5
Unipessoal	25,9	18,1	4,8	1,2
Casal com filhos	11,4	7,1	1,2	1,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8,7	5,5	1,7	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	7,8	4,2	0,3	1,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,6	12,3	0,5	2,6
Casal sem filhos	22,4	14,7	2,6	1,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12,0	6,2	6,7	1,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,1	2,9	14,9	0,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5,7	1,5	0,8	1,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	20,1	10,2	1,1	1,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	19,1	11,4	2,6	1,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	22,3	22,8	3,9	0,6
Pessoa de referência do sexo masculino	15,0	9,5	2,0	1,5
Unipessoal	26,6	18,9	6,1	1,2
Casal com filhos	11,2	6,7	1,2	1,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	8,6	5,1	1,7	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	7,5	4,1	0,3	1,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	19,3	11,8	0,5	2,4
Casal sem filhos	21,9	14,4	2,5	1,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13,5	7,8	4,4	2,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5,0	5,7	10,5	0,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	6,5	0,0	0,0	3,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	20,2	10,7	1,4	3,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	24,5	13,8	3,1	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	20,0	34,5	8,8	1,7
Pessoa de referência do sexo feminino	15,1	9,1	4,9	1,3
Unipessoal	25,1	17,1	3,1	1,2
Casal com filhos	13,4	9,9	1,3	1,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	10,0	8,4	2,0	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	9,3	4,6	0,7	1,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	21,7	15,4	0,5	3,5
Casal sem filhos	25,5	16,8	2,9	2,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	11,8	6,0	7,0	1,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4,0	2,7	15,4	0,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5,6	1,7	0,9	1,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	20,1	10,1	1,1	1,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	17,2	10,5	2,3	1,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	23,7	16,0	1,1	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.12 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2009

(continua)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 1
Total	27 020	14,0	11,9	14,5
Unipessoal	3 434	2,2	1,5	19,2
Casal com filhos	12 409	17,3	15,8	14,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 372	23,8	19,1	14,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 926	20,4	19,0	17,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 111	5,6	9,2	12,5
Casal sem filhos	4 858	6,5	7,3	14,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 119	21,9	14,5	13,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 693	37,0	17,8	11,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	560	35,2	22,4	14,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 865	10,4	10,9	13,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 126	11,0	8,7	14,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	74	3,6	2,3	3,6
Pessoa de referência do sexo masculino	17 289	13,0	12,2	14,2
Unipessoal	1 583	2,0	1,5	15,6
Casal com filhos	10 549	17,4	16,0	14,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 446	24,0	19,5	14,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 607	20,3	18,9	17,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 496	5,8	9,3	12,5
Casal sem filhos	4 141	6,7	7,3	13,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	543	15,1	11,5	14,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	143	27,8	17,4	11,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	45	35,3	22,0	12,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	355	7,4	7,8	16,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	434	6,5	6,0	13,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	38	1,6	0,0	1,2
Pessoa de referência do sexo feminino	9 731	15,7	11,3	15,0
Unipessoal	1 851	2,3	1,5	22,2
Casal com filhos	1 860	16,5	14,6	13,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	927	22,9	17,1	13,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	318	20,8	19,2	16,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	615	4,7	8,6	12,5
Casal sem filhos	716	5,8	7,2	14,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 576	22,7	14,8	12,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 551	37,9	17,9	11,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	515	35,2	22,4	15,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 510	10,8	11,3	13,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	692	13,8	10,3	14,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	36	5,6	4,7	6,1

Tabela 4.12 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2009

(conclusão)

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares			
	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento	Sem declaração
Total	29,0	24,2	1,9	4,6
Unipessoal	29,3	40,3	4,3	3,3
Casal com filhos	28,1	19,0	0,7	5,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	23,6	14,2	1,1	4,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	26,0	13,7	0,3	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	36,2	28,9	0,2	7,3
Casal sem filhos	33,4	33,7	1,2	3,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	26,0	15,9	4,3	4,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12,8	7,6	10,9	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	17,4	5,4	1,5	3,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	35,5	22,8	0,9	5,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	31,2	27,1	1,6	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	32,3	56,0	0,0	2,2
Pessoa de referência do sexo masculino	30,1	24,9	1,3	4,4
Unipessoal	30,4	42,2	5,1	3,1
Casal com filhos	28,3	18,7	0,6	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	23,7	13,8	1,0	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	25,7	13,8	0,3	3,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	36,6	28,6	0,2	6,9
Casal sem filhos	33,9	33,4	1,3	3,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	31,4	20,8	1,8	4,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	21,3	12,7	5,8	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	20,2	6,3	1,4	2,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	36,9	25,9	0,3	5,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	36,1	30,8	0,5	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	28,6	64,2	0,0	4,3
Pessoa de referência do sexo feminino	26,9	23,0	3,2	4,8
Unipessoal	28,4	38,7	3,6	3,4
Casal com filhos	27,3	20,6	0,7	6,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	23,0	16,8	1,4	5,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	27,2	12,8	0,2	3,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	33,8	30,5	0,1	9,8
Casal sem filhos	30,9	35,1	0,7	5,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	25,3	15,3	4,6	4,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12,0	7,2	11,4	2,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	17,1	5,3	1,5	3,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	35,3	22,3	1,0	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	28,1	24,8	2,3	6,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	36,2	47,5	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.13 - Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência e posição na família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, nos arranjos familiares com laços de parentesco residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência e posição na família (%)					
	Em famílias com pessoa de referência do sexo masculino			Em famílias com pessoa de referência do sexo feminino		
	Pessoa de referência	Cônjuge	Filhos	Pessoa de referência	Cônjuge	Filhos
Brasil	82,3	53,9	39,3	54,8	80,8	44,4
Norte	86,3	50,7	33,3	58,1	85,1	37,9
Rondônia	87,5	56,0	42,3	64,1	89,0	42,3
Acre	89,7	59,9	36,4	59,4	82,4	36,3
Amazonas	86,0	49,5	29,5	54,8	84,9	35,6
Roraima	87,1	49,1	24,5	61,3	82,6	31,3
Pará	86,2	47,5	31,9	56,4	83,7	38,7
Região Metropolitana de Belém	82,3	49,5	31,8	57,9	81,5	39,6
Amapá	83,9	42,3	24,2	56,9	83,3	31,7
Tocantins	85,5	64,4	44,8	67,1	89,1	43,3
Nordeste	83,2	51,2	37,1	50,9	79,5	41,2
Maranhão	84,0	46,2	34,5	51,6	81,7	42,7
Piauí	89,1	65,6	41,5	57,7	87,1	43,6
Ceará	84,8	57,1	40,2	56,1	82,8	39,4
Região Metropolitana de Fortaleza	82,9	52,7	32,0	55,3	81,3	37,6
Rio Grande do Norte	84,5	51,4	36,7	50,1	76,9	39,8
Paraíba	80,7	42,5	31,5	42,5	75,5	36,2
Pernambuco	78,6	42,3	34,4	43,7	75,0	38,5
Região Metropolitana de Recife	75,7	39,2	30,4	44,1	74,9	35,9
Alagoas	81,0	42,2	29,7	43,5	69,8	36,7
Sergipe	83,6	52,5	34,1	53,0	74,1	38,8
Bahia	83,9	56,3	40,5	54,0	82,8	45,5
Região Metropolitana de Salvador	82,2	56,5	34,2	59,9	84,3	46,1
Sudeste	79,9	52,9	40,7	54,3	79,3	47,2
Minas Gerais	83,4	59,8	42,4	56,0	79,4	50,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	80,6	60,8	43,2	57,2	80,0	48,3
Espírito Santo	83,3	59,0	41,8	58,5	80,9	44,7
Rio de Janeiro	76,8	46,8	33,6	51,5	78,3	44,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	76,7	46,7	33,0	52,8	78,9	44,1
São Paulo	79,0	51,4	42,4	54,3	79,4	46,8
Região Metropolitana de São Paulo	78,6	51,7	41,8	54,4	78,9	47,1
Sul	83,6	61,3	43,7	59,8	82,9	46,0
Paraná	84,0	58,4	41,5	59,6	84,3	47,0
Região Metropolitana de Curitiba	82,1	58,7	42,3	61,4	86,3	49,5
Santa Catarina	83,9	62,6	48,6	59,7	84,0	49,5
Rio Grande do Sul	82,9	63,4	42,8	60,0	81,5	43,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	79,2	58,2	38,6	58,6	82,0	40,8
Centro-Oeste	86,0	56,6	37,9	59,0	83,9	43,7
Mato Grosso do Sul	87,4	60,5	34,1	64,8	78,1	38,4
Mato Grosso	87,5	57,1	41,4	53,7	85,1	44,7
Goiás	86,0	56,4	40,4	59,7	84,3	48,5
Distrito Federal	81,9	51,8	31,7	59,5	83,3	37,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 4.14 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo masculino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou mais
Brasil	13 174	35,8	38,4	25,7
Norte	842	35,3	37,6	27,1
Rondônia	84	32,9	45,7	21,4
Acre	46	40,0	31,6	28,5
Amazonas	184	30,9	39,5	29,6
Roraima	23	31,7	29,4	38,9
Pará	391	37,6	36,2	26,2
Região Metropolitana de Belém	117	37,7	33,4	28,9
Amapá	30	26,4	41,7	31,9
Tocantins	84	38,2	35,8	25,9
Nordeste	2 881	37,7	32,0	30,3
Maranhão	289	43,0	29,1	27,9
Piauí	213	50,5	22,1	27,4
Ceará	529	38,7	32,2	29,2
Região Metropolitana de Fortaleza	240	34,0	36,9	29,0
Rio Grande do Norte	181	34,1	34,6	31,4
Paraíba	193	30,0	37,0	33,1
Pernambuco	415	32,8	34,1	33,2
Região Metropolitana de Recife	180	31,9	38,6	29,5
Alagoas	131	32,0	35,2	32,8
Sergipe	120	36,3	33,7	30,0
Bahia	810	38,1	32,0	29,8
Região Metropolitana de Salvador	242	38,1	35,4	26,5
Sudeste	5 975	34,7	40,8	24,5
Minas Gerais	1 509	38,4	38,3	23,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	393	35,5	39,6	24,9
Espírito Santo	266	37,1	35,7	27,1
Rio de Janeiro	1 106	32,7	41,2	26,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	771	33,3	41,3	25,4
São Paulo	3 093	33,4	42,3	24,3
Região Metropolitana de São Paulo	1 290	29,5	43,5	27,1
Sul	2 415	35,8	40,7	23,5
Paraná	948	37,1	39,7	23,2
Região Metropolitana de Curitiba	278	33,1	39,9	26,9
Santa Catarina	608	32,9	43,8	23,4
Rio Grande do Sul	858	36,4	39,7	24,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	308	33,7	42,1	24,2
Centro-Oeste	1 062	37,8	38,1	24,1
Mato Grosso do Sul	235	40,3	39,9	19,7
Mato Grosso	216	38,8	39,7	21,6
Goiás	446	38,5	35,4	26,1
Distrito Federal	165	31,0	40,5	28,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 4.15 - Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho, total e respectiva distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares com pessoa de referência do sexo feminino e cônjuge ocupados, com rendimento do trabalho			
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por razão entre o rendimento do cônjuge e o rendimento da pessoa de referência da família (%)		
		Abaixo de 50%	De 50 a menos de 100%	Igual ou maior
Brasil	2 573	7,5	18,6	74,0
Norte	207	8,6	18,8	72,6
Nordeste	536	11,4	20,2	68,5
Sudeste	1 125	6,2	17,7	76,1
Sul	470	6,2	19,3	74,6
Centro-Oeste	234	5,8	18,0	76,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 4.16 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Total			
	Total	Origem dos rendimentos		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
Brasil	100,0	5,0	76,2	18,8
Norte	100,0	6,0	82,1	11,9
Rondônia	100,0	5,1	83,8	11,2
Acre	100,0	4,3	84,7	11,0
Amazonas	100,0	5,9	84,4	9,7
Roraima	100,0	6,6	84,0	9,4
Pará	100,0	6,4	80,2	13,4
Região Metropolitana de Belém	100,0	6,1	76,8	17,1
Amapá	100,0	5,6	85,8	8,6
Tocantins	100,0	7,3	78,5	14,2
Nordeste	100,0	7,3	70,4	22,3
Maranhão	100,0	7,4	73,8	18,8
Piauí	100,0	8,6	66,8	24,6
Ceará	100,0	7,4	70,9	21,6
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	6,5	75,0	18,5
Rio Grande do Norte	100,0	7,2	71,0	21,8
Paraíba	100,0	7,1	64,6	28,3
Pernambuco	100,0	7,5	68,1	24,4
Região Metropolitana de Recife	100,0	6,4	70,7	22,9
Alagoas	100,0	7,4	69,0	23,6
Sergipe	100,0	7,0	72,4	20,6
Bahia	100,0	6,8	72,3	20,9
Região Metropolitana de Salvador	100,0	5,6	76,9	17,5

Tabela 4.16 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Total			
	Total	Origem dos rendimentos		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
Sudeste	100,0	4,1	76,6	19,3
Minas Gerais	100,0	4,9	74,6	20,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	4,0	77,5	18,5
Espírito Santo	100,0	5,6	75,9	18,5
Rio de Janeiro	100,0	3,4	72,3	24,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	3,3	72,4	24,3
São Paulo	100,0	4,0	79,1	16,9
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	3,6	81,0	15,4
Sul	100,0	4,7	76,7	18,6
Paraná	100,0	4,8	79,5	15,7
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	5,2	78,7	16,1
Santa Catarina	100,0	4,2	78,6	17,2
Rio Grande do Sul	100,0	4,9	73,0	22,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	4,5	73,8	21,7
Centro-Oeste	100,0	5,6	81,0	13,4
Mato Grosso do Sul	100,0	6,4	81,6	11,9
Mato Grosso	100,0	5,0	83,5	11,6
Goiás	100,0	5,3	82,2	12,5
Distrito Federal	100,0	5,9	78,0	16,1
Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de até 1/4 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
Brasil	100,0	28,0	66,2	5,8
Norte	100,0	22,6	74,0	3,4
Rondônia	100,0	24,1	70,4	5,4
Acre	100,0	18,8	78,5	2,8
Amazonas	100,0	21,3	75,7	3,0
Roraima	100,0	32,3	62,1	5,7
Pará	100,0	22,5	75,2	2,4
Região Metropolitana de Belém	100,0	22,0	75,3	2,7
Amapá	100,0	21,4	73,8	4,8
Tocantins	100,0	26,9	63,3	9,8
Nordeste	100,0	30,8	63,6	5,6
Maranhão	100,0	30,8	62,7	6,5
Piauí	100,0	33,5	64,2	2,3
Ceará	100,0	32,6	64,5	2,9
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	25,9	70,6	3,5
Rio Grande do Norte	100,0	32,8	61,0	6,1
Paraíba	100,0	29,8	62,0	8,2
Pernambuco	100,0	32,6	60,4	7,1
Região Metropolitana de Recife	100,0	29,3	64,0	6,7
Alagoas	100,0	32,0	59,1	8,9
Sergipe	100,0	26,6	68,5	5,0
Bahia	100,0	28,2	66,6	5,1
Região Metropolitana de Salvador	100,0	25,8	69,4	4,8

Tabela 4.16 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de até 1/4 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
Sudeste	100,0	25,0	67,9	7,1
Minas Gerais	100,0	26,7	67,0	6,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	24,9	69,3	5,8
Espírito Santo	100,0	26,1	70,7	3,2
Rio de Janeiro	100,0	20,0	73,3	6,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	21,0	73,9	5,1
São Paulo	100,0	25,5	65,7	8,8
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	24,8	65,8	9,4
Sul	100,0	23,6	68,6	7,7
Paraná	100,0	20,3	72,8	6,9
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	20,3	67,7	12,0
Santa Catarina	100,0	20,3	65,7	14,0
Rio Grande do Sul	100,0	27,6	65,7	6,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	27,3	62,6	10,0
Centro-Oeste	100,0	26,8	65,7	7,6
Mato Grosso do Sul	100,0	30,2	66,2	3,6
Mato Grosso	100,0	20,9	66,6	12,5
Goiás	100,0	28,5	63,6	7,9
Distrito Federal	100,0	27,7	69,3	2,9
Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de mais de 1/4 até 1/2 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
Brasil	100,0	10,7	75,2	14,0
Norte	100,0	11,1	80,2	8,7
Rondônia	100,0	10,3	80,6	9,1
Acre	100,0	10,6	76,3	13,1
Amazonas	100,0	9,1	84,2	6,7
Roraima	100,0	17,0	78,4	4,6
Pará	100,0	11,3	79,8	8,9
Região Metropolitana de Belém	100,0	10,7	80,4	8,9
Amapá	100,0	12,6	80,8	6,6
Tocantins	100,0	13,4	72,5	14,0
Nordeste	100,0	12,9	69,9	17,2
Maranhão	100,0	15,1	68,0	17,0
Piauí	100,0	14,2	67,4	18,4
Ceará	100,0	12,3	71,8	15,8
Região Metropolitana de Fortaleza	100,0	10,2	79,1	10,6
Rio Grande do Norte	100,0	13,9	70,8	15,3
Paraíba	100,0	14,4	67,4	18,2
Pernambuco	100,0	12,9	68,2	18,8
Região Metropolitana de Recife	100,0	12,5	71,2	16,3
Alagoas	100,0	10,6	68,4	21,0
Sergipe	100,0	12,3	73,9	13,8
Bahia	100,0	12,0	71,5	16,5
Região Metropolitana de Salvador	100,0	9,2	79,9	10,8

Tabela 4.16 - Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento familiar *per capita* e origem do rendimento, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual do rendimento dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (%)			
	Rendimento familiar <i>per capita</i> de mais de 1/4 até 1/2 do salário mínimo			
	Total	Origem dos rendimentos		
		Outras	Trabalho	Aposentadoria e pensão
Sudeste	100,0	8,3	78,6	13,1
Minas Gerais	100,0	10,7	75,2	14,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	100,0	8,2	79,5	12,3
Espírito Santo	100,0	8,2	79,6	12,2
Rio de Janeiro	100,0	6,4	80,0	13,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	100,0	5,9	80,5	13,7
São Paulo	100,0	7,5	80,3	12,2
Região Metropolitana de São Paulo	100,0	6,7	81,6	11,7
Sul	100,0	9,6	77,1	13,3
Paraná	100,0	8,2	77,9	13,9
Região Metropolitana de Curitiba	100,0	7,0	79,5	13,6
Santa Catarina	100,0	8,9	78,1	13,0
Rio Grande do Sul	100,0	11,3	75,9	12,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	100,0	10,2	77,2	12,6
Centro-Oeste	100,0	9,5	81,4	9,1
Mato Grosso do Sul	100,0	11,9	80,1	8,0
Mato Grosso	100,0	8,5	79,0	12,5
Goiás	100,0	8,5	82,8	8,7
Distrito Federal	100,0	11,2	82,4	6,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 4.17 - Distribuição percentual do total do rendimento familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Distribuição percentual do total do rendimento familiar <i>per capita</i> dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por quintos do rendimento familiar <i>per capita</i> (%)					
	Total	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	100,0	3,3	7,4	11,9	18,8	58,7
Norte	100,0	3,7	7,7	12,3	19,2	57,1
Nordeste	100,0	3,0	7,0	11,4	18,4	60,2
Sudeste	100,0	4,0	8,2	12,0	18,9	56,7
Sul	100,0	4,4	8,8	12,8	19,7	54,4
Centro-Oeste	100,0	3,6	7,0	10,7	16,9	61,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.18 - Rendimento mensal familiar *per capita*, médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , médio e mediano, dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares (R\$)	
	Médio	Mediano
Brasil	764,27	465,00
Norte	539,26	325,00
Nordeste	490,78	277,50
Sudeste	901,42	533,33
Sul	903,31	576,00
Centro-Oeste	896,61	465,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.19 - Casais residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Casais residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de idade da pessoa de referência da família (%)			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
Brasil	2 230	13,3	43,9	19,2	23,6
Norte	88	17,5	49,4	12,3	20,7
Nordeste	464	15,7	41,5	19,5	23,3
Sudeste	1 094	9,9	43,2	20,4	26,4
Sul	426	17,0	45,2	17,7	20,0
Centro-Oeste	158	17,9	48,7	17,1	16,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

Tabela 4.20 - Média do rendimento familiar *per capita*, em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares, por grupos de idade da pessoa de referência da família, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Média do rendimento familiar <i>per capita</i> , em salários mínimos, dos casais residentes em domicílios particulares				
	Total	Grupos de idade da pessoa de referência da família			
		Até 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos ou mais
Brasil	3,29	1,71	3,24	3,75	3,88
Norte	2,70	1,70	2,56	3,55	3,38
Nordeste	2,16	1,07	2,09	2,58	2,68
Sudeste	3,65	2,00	3,58	4,11	4,01
Sul	3,64	1,93	3,62	3,88	4,94
Centro-Oeste	3,46	1,72	3,47	4,39	4,36

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Notas: 1. Compreende os casais formados por pessoa de referência e cônjuge com rendimentos e mulher sem filhos nascidos vivos, sem presença de outros parentes e agregados residentes no domicílio.

2. Exclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.21 - Domicílios particulares permanentes, por número de arranjos residentes, e arranjos familiares conviventes com uma família principal em domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por motivo para a convivência e número médio de pessoas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)			Arranjos familiares conviventes com uma família principal em domicílios particulares permanentes			
	Total	Número de arranjos residentes		Total (1 000 arranjos) (1)	Distribuição percentual, por motivo para a convivência (%)		Número médio de pessoas
		Um	Dois ou mais		Financeiro	Vontade própria	
Brasil	58 577	55 258	3 319	3 630	54,1	38,1	2,6
Norte	4 117	3 725	392	460	55,9	38,6	2,7
Rondônia	449	425	24	25	55,2	38,3	2,7
Acre	184	169	15	16	45,2	40,6	2,6
Amazonas	856	752	104	130	58,1	36,0	2,8
Roraima	119	113	6	6	49,6	45,2	2,8
Pará	1 972	1 774	198	232	55,6	40,0	2,7
Região Metropolitana de Belém	573	501	72	87	57,5	38,9	2,7
Amapá	153	132	21	23	69,1	24,2	2,8
Tocantins	384	360	24	27	45,4	49,6	2,6
Nordeste	15 331	14 194	1 136	1 260	58,2	34,5	2,6
Maranhão	1 701	1 543	158	185	60,2	30,1	2,7
Piauí	896	826	70	77	51,8	37,6	2,6
Ceará	2 393	2 187	205	228	55,2	37,3	2,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 019	924	95	107	59,8	35,7	2,5
Rio Grande do Norte	922	830	92	101	58,9	32,4	2,5
Paraíba	1 079	1 001	78	82	52,1	43,6	2,6
Pernambuco	2 571	2 405	166	184	59,5	33,4	2,6
Região Metropolitana de Recife	1 162	1 079	83	91	64,5	29,1	2,6
Alagoas	874	811	63	65	63,6	33,1	2,7
Sergipe	595	548	47	52	61,4	30,1	2,5
Bahia	4 300	4 044	256	286	60,0	34,2	2,7
Região Metropolitana de Salvador	1 174	1 102	73	81	59,9	33,0	2,6
Sudeste	25 725	24 547	1 179	1 265	52,2	39,9	2,6
Minas Gerais	6 221	5 874	348	378	51,2	42,8	2,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 601	1 504	97	107	51,1	42,1	2,4
Espírito Santo	1 089	1 027	62	67	46,1	41,3	2,5
Rio de Janeiro	5 382	5 209	173	184	57,1	34,8	2,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 946	3 809	137	146	55,1	36,0	2,6
São Paulo	13 032	12 437	595	635	52,1	39,4	2,6
Região Metropolitana de São Paulo	6 112	5 860	252	273	58,1	34,2	2,5
Sul	9 058	8 683	375	391	46,0	43,4	2,5
Paraná	3 432	3 296	136	142	44,6	44,0	2,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 050	999	51	53	39,1	51,9	2,5
Santa Catarina	1 968	1 893	76	78	42,3	42,3	2,5
Rio Grande do Sul	3 658	3 495	164	172	48,7	43,4	2,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 375	1 317	58	61	55,2	36,3	2,6
Centro-Oeste	4 346	4 109	237	253	51,7	38,8	2,6
Mato Grosso do Sul	747	693	54	57	44,9	41,6	2,6
Mato Grosso	954	894	60	63	56,3	35,6	2,5
Goiás	1 858	1 781	77	85	50,4	38,3	2,5
Distrito Federal	786	741	45	49	56,0	40,4	2,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive outros motivos.

Tabela 4.22 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2009

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	62 307	28,2	66,5	2,3	3,0
Unipessoal	7 170	5,1	88,2	4,3	2,3
Casal com filhos	29 453	35,8	60,1	0,9	3,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	16 097	44,2	52,0	1,4	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 715	42,9	54,2	0,3	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 642	16,2	78,5	0,3	5,0
Casal sem filhos	10 841	14,7	81,0	1,6	2,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	12 156	37,0	54,8	5,4	2,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 544	53,2	32,5	12,8	1,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 362	55,6	40,9	1,2	2,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	6 251	21,1	74,0	1,0	3,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 514	23,0	71,2	2,0	3,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	172	9,7	86,5	1,2	2,6
Pessoa de referência do sexo masculino	40 393	28,0	67,6	1,5	2,8
Unipessoal	3 512	5,3	87,3	5,1	2,2
Casal com filhos	25 295	36,4	59,7	0,9	3,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	13 942	44,9	51,5	1,4	2,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 997	43,3	53,8	0,3	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 356	16,5	78,5	0,3	4,7
Casal sem filhos	9 274	15,0	80,8	1,6	2,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	1 350	29,0	64,5	3,2	3,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	432	42,5	47,0	8,3	2,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	122	51,9	45,5	0,7	1,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	796	18,2	76,8	0,7	4,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	878	14,6	80,0	1,4	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	84	4,7	89,4	1,4	4,5
Pessoa de referência do sexo feminino	21 914	28,6	64,4	3,9	3,1
Unipessoal	3 658	4,9	89,0	3,5	2,5
Casal com filhos	4 158	32,1	62,7	0,9	4,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 155	40,1	55,1	1,4	3,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	718	40,7	56,5	0,4	2,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 286	14,0	78,9	0,3	6,9
Casal sem filhos	1 568	12,7	81,9	1,2	4,1
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	10 806	37,9	53,6	5,7	2,7
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 111	54,3	31,0	13,3	1,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 240	55,9	40,5	1,2	2,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 455	21,5	73,6	1,1	3,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 636	27,4	66,5	2,3	3,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	88	14,5	83,8	1,0	0,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.23 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2009

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	16 625	47,9	47,6	3,0	1,5
Unipessoal	1 660	11,7	82,3	4,8	1,2
Casal com filhos	8 061	59,7	37,5	1,2	1,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 603	67,9	29,2	1,7	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 316	71,4	26,6	0,3	1,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 142	35,0	61,9	0,5	2,6
Casal sem filhos	2 525	29,2	66,7	2,6	1,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 643	53,1	39,0	6,7	1,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 479	66,8	17,7	14,9	0,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	420	75,2	22,6	0,8	1,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 745	36,3	60,9	1,1	1,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	702	39,3	56,5	2,6	1,7
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	35	25,0	70,4	3,9	0,6
Pessoa de referência do sexo masculino	10 833	49,1	47,3	2,0	1,5
Unipessoal	902	12,1	80,7	6,1	1,2
Casal com filhos	7 119	60,6	36,7	1,2	1,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 106	68,7	28,5	1,7	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 157	72,1	25,9	0,3	1,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 856	35,5	61,6	0,5	2,4
Casal sem filhos	2 210	29,7	66,3	2,5	1,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	402	44,9	48,5	4,4	2,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	139	55,0	33,9	10,5	0,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	42	65,4	31,5	0,0	3,1
Todos os filhos com 16 anos ou mais	220	34,5	61,0	1,4	3,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	186	30,8	63,9	3,1	2,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	13	17,9	71,5	8,8	1,7
Pessoa de referência do sexo feminino	5 792	45,7	48,1	4,9	1,3
Unipessoal	757	11,3	84,3	3,1	1,2
Casal com filhos	941	53,1	43,7	1,3	1,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	497	61,2	35,7	2,0	1,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	158	66,1	31,9	0,7	1,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	285	31,9	64,1	0,5	3,5
Casal sem filhos	314	25,6	69,0	2,9	2,5
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	3 241	54,2	37,8	7,0	1,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 339	68,0	16,0	15,4	0,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	377	76,3	21,6	0,9	1,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	1 524	36,6	60,9	1,1	1,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	516	42,4	53,8	2,3	1,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	22	29,1	69,8	1,1	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.24 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2009

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	27 020	18,7	74,8	1,9	4,6
Unipessoal	3 434	2,7	89,7	4,3	3,3
Casal com filhos	12 409	23,5	70,7	0,7	5,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	6 372	31,9	62,9	1,1	4,1
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 926	28,5	67,6	0,3	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 111	8,2	84,2	0,2	7,3
Casal sem filhos	4 858	9,0	85,8	1,2	3,9
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 119	27,9	63,4	4,3	4,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 693	45,7	41,0	10,9	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	560	45,6	49,7	1,5	3,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 865	14,0	79,3	0,9	5,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 126	15,0	77,2	1,6	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	74	4,4	93,4	0,0	2,2
Pessoa de referência do sexo masculino	17 289	17,7	76,6	1,3	4,4
Unipessoal	1 583	2,6	89,2	5,1	3,1
Casal com filhos	10 549	23,7	70,8	0,6	4,8
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	5 446	32,2	63,0	1,0	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 607	28,3	67,5	0,3	3,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 496	8,4	84,5	0,2	6,9
Casal sem filhos	4 141	9,1	86,0	1,3	3,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	543	20,6	73,1	1,8	4,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	143	37,2	53,4	5,8	3,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	45	51,2	45,3	1,4	2,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	355	10,1	84,5	0,3	5,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	434	8,5	84,8	0,5	6,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	38	1,6	94,1	0,0	4,3
Pessoa de referência do sexo feminino	9 731	20,4	71,6	3,2	4,8
Unipessoal	1 851	2,9	90,2	3,6	3,4
Casal com filhos	1 860	22,6	70,1	0,7	6,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	927	30,3	62,5	1,4	5,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	318	29,1	67,7	0,2	3,0
Todos os filhos com 16 anos ou mais	615	7,4	82,7	0,1	9,8
Casal sem filhos	716	8,7	85,0	0,7	5,7
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 576	28,8	62,3	4,6	4,4
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 551	46,5	39,9	11,4	2,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	515	45,1	50,1	1,5	3,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 510	14,5	78,6	1,0	5,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	692	19,0	72,4	2,3	6,3
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	36	7,3	92,7	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.25 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2009

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	191 240	35,1	60,1	1,8	3,1
Unipessoal	7 170	5,1	88,2	4,3	2,3
Casal com filhos	118 130	39,5	56,5	0,8	3,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	61 777	48,1	48,3	1,3	2,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	23 797	47,3	49,8	0,3	2,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	32 556	17,7	76,9	0,3	5,1
Casal sem filhos	23 560	16,0	79,8	1,5	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	35 617	41,1	51,5	4,5	2,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 143	58,3	29,0	11,2	1,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	5 623	59,6	36,9	1,0	2,5
Todos os filhos com 16 anos ou mais	17 851	23,6	71,5	0,9	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	6 377	24,9	69,2	1,9	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	387	9,8	86,6	1,1	2,6
Pessoa de referência do sexo masculino	93 120	34,8	60,6	1,6	3,0
Unipessoal	3 512	5,3	87,3	5,1	2,2
Casal com filhos	61 063	39,4	56,7	0,8	3,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	31 180	48,1	48,3	1,3	2,2
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	12 482	47,5	49,6	0,3	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	17 401	17,9	76,8	0,3	5,0
Casal sem filhos	11 792	16,1	79,6	1,5	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	13 910	40,6	52,6	3,8	2,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 285	59,0	29,0	10,4	1,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	2 438	59,5	37,2	0,9	2,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 187	23,3	71,9	0,9	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 652	23,2	71,0	1,7	4,2
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	192	6,7	88,4	0,8	4,1
Pessoa de referência do sexo feminino	98 120	35,3	59,6	1,9	3,1
Unipessoal	3 658	4,9	89,0	3,5	2,5
Casal com filhos	57 067	39,7	56,3	0,8	3,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	30 598	48,0	48,3	1,3	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	11 314	47,0	50,0	0,3	2,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	15 155	17,4	77,1	0,3	5,2
Casal sem filhos	11 768	15,8	79,9	1,5	2,8
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	21 707	41,4	50,8	4,8	2,9
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	7 859	57,8	29,0	11,7	1,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 184	59,7	36,7	1,0	2,6
Todos os filhos com 16 anos ou mais	10 664	23,8	71,2	0,9	4,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	3 725	26,2	68,0	2,0	3,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	195	12,9	84,8	1,3	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.26 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Nordeste - 2009

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	53 880	56,4	39,8	2,2	1,5
Unipessoal	1 660	11,7	82,3	4,8	1,2
Casal com filhos	33 630	63,5	33,8	1,0	1,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	18 150	71,2	26,2	1,6	1,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	7 054	74,6	23,3	0,3	1,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 425	37,7	59,2	0,5	2,6
Casal sem filhos	5 649	30,8	65,2	2,4	1,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	11 024	57,2	36,2	5,3	1,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 005	70,8	15,5	13,1	0,6
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 786	77,9	20,1	0,6	1,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	5 233	39,8	57,4	1,0	1,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 839	42,4	53,8	2,2	1,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	78	28,0	67,9	3,5	0,6
Pessoa de referência do sexo masculino	26 264	56,5	40,0	2,0	1,5
Unipessoal	902	12,1	80,7	6,1	1,2
Casal com filhos	17 402	63,5	33,9	1,0	1,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9 148	71,3	26,0	1,6	1,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 699	75,2	22,7	0,3	1,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 555	38,1	58,9	0,5	2,5
Casal sem filhos	2 833	31,0	64,9	2,5	1,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	4 392	56,8	37,6	4,4	1,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 428	71,4	16,5	11,7	0,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	801	77,9	20,2	0,4	1,4
Todos os filhos com 16 anos ou mais	2 163	39,3	57,9	1,0	1,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	704	42,9	53,0	2,2	1,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	31	24,9	70,0	4,4	0,7
Pessoa de referência do sexo feminino	27 616	56,4	39,6	2,5	1,5
Unipessoal	757	11,3	84,3	3,1	1,2
Casal com filhos	16 228	63,6	33,8	1,0	1,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	9 002	71,1	26,4	1,5	1,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	3 355	74,0	23,9	0,2	1,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 871	37,2	59,5	0,5	2,8
Casal sem filhos	2 816	30,5	65,5	2,4	1,6
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	6 632	57,5	35,3	5,9	1,3
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 577	70,4	15,0	13,8	0,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	986	77,9	20,1	0,8	1,2
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 069	40,1	57,1	1,0	1,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 135	42,0	54,2	2,3	1,5
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	47	30,0	66,6	2,9	0,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui-se a pessoa cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.27 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por rendimento familiar *per capita*, segundo os tipos de arranjos e o sexo da pessoa de referência - Região Sudeste - 2009

Tipos de arranjos e sexo da pessoa de referência	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por rendimento familiar <i>per capita</i> (%)			
		Abaixo de 60% da mediana	Igual ou superior a 60% da mediana	Sem rendimento	Sem declaração
Total	80 255	23,6	70,1	1,4	4,8
Unipessoal	3 434	2,7	89,7	4,3	3,3
Casal com filhos	48 644	26,3	68,0	0,6	5,1
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	23 977	35,4	59,5	1,0	4,0
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	9 371	31,7	64,2	0,3	3,8
Todos os filhos com 16 anos ou mais	15 296	8,7	83,6	0,2	7,6
Casal sem filhos	10 408	9,6	85,2	1,2	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	14 788	31,5	60,5	3,5	4,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	4 492	51,0	37,0	9,5	2,5
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	2 283	49,7	45,4	1,3	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 013	15,4	77,9	0,8	6,0
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	2 812	15,6	76,2	1,6	6,6
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	168	3,9	93,8	0,0	2,3
Pessoa de referência do sexo masculino	38 808	23,2	70,8	1,3	4,8
Unipessoal	1 583	2,6	89,2	5,1	3,1
Casal com filhos	25 071	26,1	68,3	0,6	5,0
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	12 088	35,6	59,6	1,1	3,8
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 889	31,7	64,4	0,2	3,7
Todos os filhos com 16 anos ou mais	8 093	8,6	83,7	0,2	7,5
Casal sem filhos	5 212	9,7	85,1	1,2	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	5 648	30,9	61,5	3,0	4,5
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	1 559	52,1	36,4	8,8	2,7
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	957	49,4	45,9	1,4	3,3
Todos os filhos com 16 anos ou mais	3 133	14,7	78,8	0,7	5,8
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 207	13,3	78,5	1,3	6,9
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	88	2,6	93,7	0,0	3,7
Pessoa de referência do sexo feminino	41 447	24,1	69,5	1,6	4,9
Unipessoal	1 851	2,9	90,2	3,6	3,4
Casal com filhos	23 574	26,4	67,7	0,6	5,2
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	11 889	35,2	59,5	1,0	4,3
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	4 482	31,7	64,1	0,3	3,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	7 203	8,7	83,5	0,2	7,6
Casal sem filhos	5 197	9,5	85,2	1,3	4,0
Pessoa de referência sem cônjuge com filhos	9 140	31,9	59,8	3,8	4,6
Todos os filhos menores de 16 anos de idade	2 933	50,5	37,3	9,8	2,4
Com filhos menores de 16 anos e de 16 anos ou mais de idade	1 326	49,9	45,0	1,2	3,9
Todos os filhos com 16 anos ou mais	4 880	15,8	77,3	0,8	6,1
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos, com outros parentes	1 605	17,3	74,5	1,9	6,4
Pessoa de referência sem cônjuge e sem filhos e sem outros parentes, com agregados	81	5,3	93,9	0,0	0,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 4.28 - Famílias, total e respectiva distribuição percentual, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

Grandes Regiões	Famílias						
	Total (1000 famílias)	Distribuição percentual, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar (%)					
		Muita dificuldade	Dificuldade	Alguma dificuldade	Alguma facilidade	Facilidade	Muita facilidade
Brasil	56 890	17,9	21,4	35,9	14,3	9,5	1,0
Norte	3 901	19,9	21,1	36,6	14,1	7,4	0,9
Nordeste	14 922	24,9	25,8	31,5	10,2	6,8	0,8
Sudeste	24 991	16,1	20,1	37,4	15,1	10,2	1,1
Sul	8 757	11,3	17,9	38,6	18,3	12,5	1,4
Centro-Oeste	4 319	15,7	20,5	36,0	15,5	11,1	1,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Notas: 1. O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa (unidade de consumo).
2. As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família.

Tabela 4.29 - Famílias com muita dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento total mensal familiar, segundo as Grandes Regiões - período 2008-2009

Grandes Regiões	Famílias com muita dificuldade de chegar até o fim do mês com o rendimento monetário familiar				
	Total (1000 famílias)	Distribuição percentual, por classes de rendimento total mensal familiar (salários mínimos) (%)			
		Até 3	Mais de 3 a 6	Mais de 6 a 15	Mais de 15
Brasil	10 177	64,2	24,2	9,6	2,1
Norte	776	72,1	22,2	4,6	1,2
Nordeste	3 709	79,4	16,2	3,8	0,6
Sudeste	4 029	50,8	30,8	15,0	3,5
Sul	986	54,5	28,9	14,1	2,5
Centro-Oeste	677	65,8	24,2	8,3	1,7

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Notas: 1. O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa (unidade de consumo).
2. As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família.

Casamentos

No Brasil, o casamento é regulamentado pelo Código Civil, sendo necessariamente monogâmico e, até os dias de hoje, somente pode ser realizado entre um homem e uma mulher. Entretanto, vale a pena ressaltar que é crescente o número de países que reconhecem aos casais homossexuais o acesso a este direito. Na América do Sul, por exemplo, a Argentina oficializou a primeira união civil de um casal homossexual em maio de 2010. A definição de casamento tem variado durante o curso da história em diferentes culturas, mas na maioria dos países ocidentais é uma união socialmente sancionada entre um homem e uma mulher (com ou sem filhos) mediante comunhão de vida e bens. Até o Século XIX, o casamento era visto nas sociedades ocidentais como um acordo comercial entre duas famílias, sem que os dois intervenientes tivessem muito voto na matéria. O movimento do romantismo modificou esta imagem, passando a existir o ideal de “casar por amor”. Até o Século XX, era comum que o casamento fosse visto como algo indissolúvel (embora pudesse ser anulado), não havendo reconhecimento legal do divórcio. Como contrato, o casamento serve, e serviu, a diversas empreitadas, como manter concentração de bens com determinado grupo. Porém, já há algumas décadas a dissolução do casamento é frequente, o que pode ser atestado pelo elevado número de divórcios na maior parte do mundo.

De acordo com dados da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, de 1999 a 2008, observou-se, no Brasil, reversão da tendência de redução das taxas de nupcialidade legal¹. Em 1999, para a população de 15 anos ou mais de idade, as taxas variaram de 6,6‰ a 5,6‰, de 1999 a 2002 e, a

¹ A taxa de nupcialidade legal é obtida pela divisão do número de casamentos pelo de habitantes e multiplicando-se o resultado por 1 000. Neste trabalho, foram considerados os casamentos e a população de 15 anos ou mais de idade. As populações por sexo e idade utilizadas no cálculo das taxas de nupcialidade legal foram obtidas a partir do total Brasil e total das Unidades da Federação pelo método AiBi, considerando-se a Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050: Revisão 2008. Foram calculadas as populações para ambos os sexos e homens. A população feminina foi obtida por diferença.

partir daí, cresceram até 6,7%, em 2008, a maior taxa registrada no período. Em 2008, o total de casamentos registrados foi de 959 901, cerca de 5% superior ao número observado em 2007. Deste, 97,5% foram de indivíduos de 15 anos ou mais de idade, ocorridos e registrados no ano de referência da pesquisa². Os demais envolviam pelo menos um cônjuge com menos de 15 anos ou foram realizados em anos anteriores ao do registro.

Este aumento vem sendo atribuído à melhoria no acesso aos serviços de justiça, particularmente ao registro civil de casamento, à procura dos casais por formalizarem suas uniões consensuais, incentivados pelo Código Civil, renovado em 2002, e pelas ofertas de casamentos coletivos promovidos desde então, iniciativas que facilitaram o acesso da população nos aspectos burocrático e econômico (Gráfico 5.1).



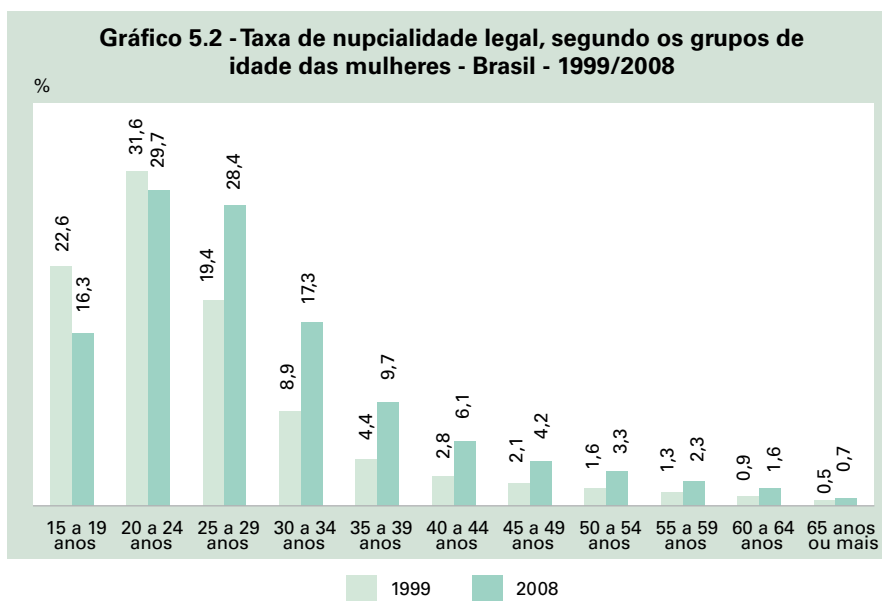
Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1999-2008 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2008.

A diversidade dos hábitos e rituais na sociedade brasileira também pode ser observada, quando se comparam os resultados da taxa de nupcialidade legal por Unidade da Federação, nos anos limítrofes do período mencionado. O comportamento desse indicador foi diferenciado em cada estado, atingindo a 12,0‰ no Acre, em 2008, a mais alta do País (Tabela 5.1).

A análise dos dados também revelou que a taxa de nupcialidade legal, quando obtida para os grupos etários e sexo, possibilita caracterização mais detalhada dos diferentes padrões de casamento no País. Em 2008, a maior taxa entre as mulheres permaneceu no grupo etário de 20 a 24 anos (29,7‰), seguida pela referente ao grupo etário de 25 a 29 anos (28,4‰), superando a do grupo mais jovem, de 15 a 19 anos, que em 1999 vinha como a segunda mais alta. Quando se comparam os grupos etários nos anos mencionados, verifica-se que a taxa de nupcialidade legal, para aqueles a partir de 25 anos, cresce em relação a 1999, enquanto para os mais jovens ocorre o inverso (Gráfico 5.2). Tal comportamento, em parte, resulta da elevação da idade média em que as mulheres estão formalizando suas uniões³.

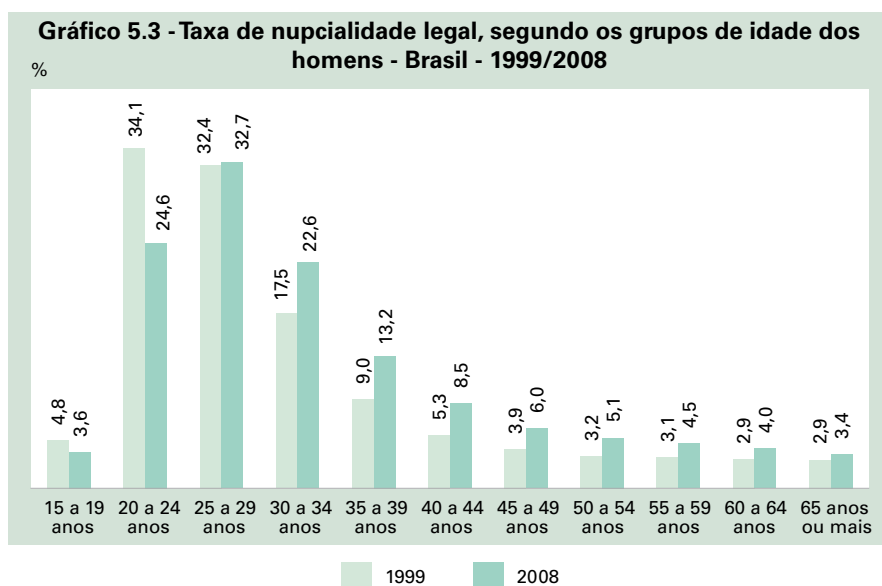
² Para todos os indicadores calculados, considerou-se este recorte etário.

³ As Estatísticas do Registro Civil são informações importantes para os estudos de nupcialidade por permitirem o acompanhamento do comportamento das uniões legais e das dissoluções de casamentos, especialmente nos períodos intercensitários. Porém, é importante destacar que, por se tratar de informações baseadas em registros administrativos, não é possível captar nestas estatísticas as uniões consensuais.



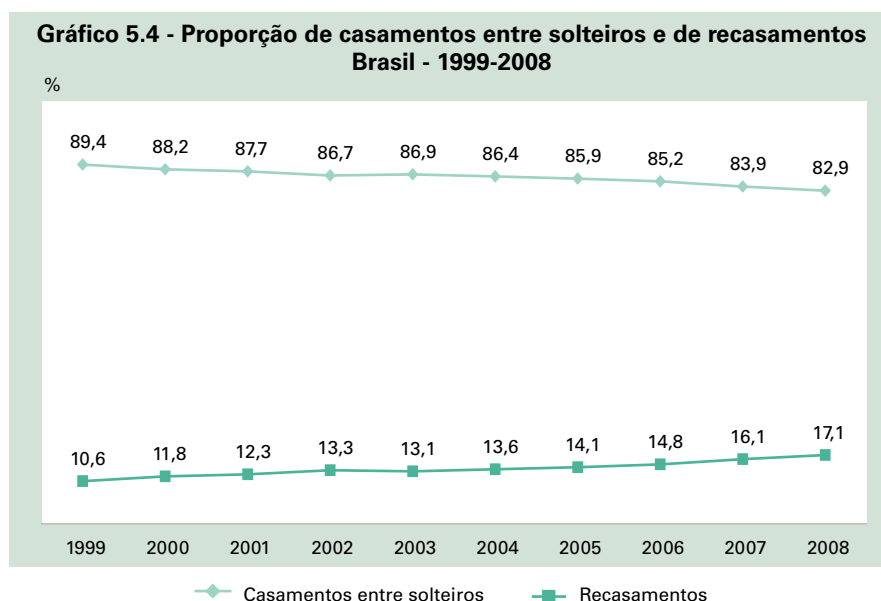
Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1999/2008 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2008.

A taxa de nupcialidade legal masculina tem comportamento similar, porém verificou-se que entre os homens a taxa mais elevada foi observada no grupo de 25 a 29 anos (28,4%). Também para todos os grupos etários a partir de 25 anos, as taxas dos homens, em 2008, foram maiores que em 1999. Constatou-se ainda que, a partir dos 60 anos de idade, as taxas obtidas para as pessoas do sexo masculino são mais que o dobro que as das mulheres (Gráfico 5.3). O número superior de mulheres neste grupo etário e a característica dos homens de buscar, mais frequentemente, o recasamento, inclusive com mulheres de grupos etários mais jovens, são fatores que podem explicar esta diferenciação.



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1999/2008 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050. Revisão 2008.

Simultaneamente, ao crescimento da taxa de nupcialidade legal, está a elevação dos recasamentos⁴. Ressalte-se que os casamentos entre cônjuges solteiros permanecem como conjunto majoritário, ainda que sua proporção venha declinando. Os recasamentos representaram, em 2008, 17,1% do total das uniões formalizadas em cartório. Em 1999, este conjunto de formalizações das uniões totalizava apenas 10,6% (Gráfico 5.4).



As estatísticas evidenciam ainda as diferenças existentes entre homens e mulheres no que tange aos casamentos em cuja composição um dos cônjuges é divorciado e o outro solteiro. A proporção foi significativamente mais elevada para o arranjo conjugal formado por homem divorciado e mulher solteira, atingindo 7,4% dos casamentos. A composição oposta, ou seja, mulher divorciada e homem solteiro, representou 4,1% das uniões formalizadas. Quando os dois eram divorciados a proporção chegou apenas a 2,7% (Tabela 5.3).

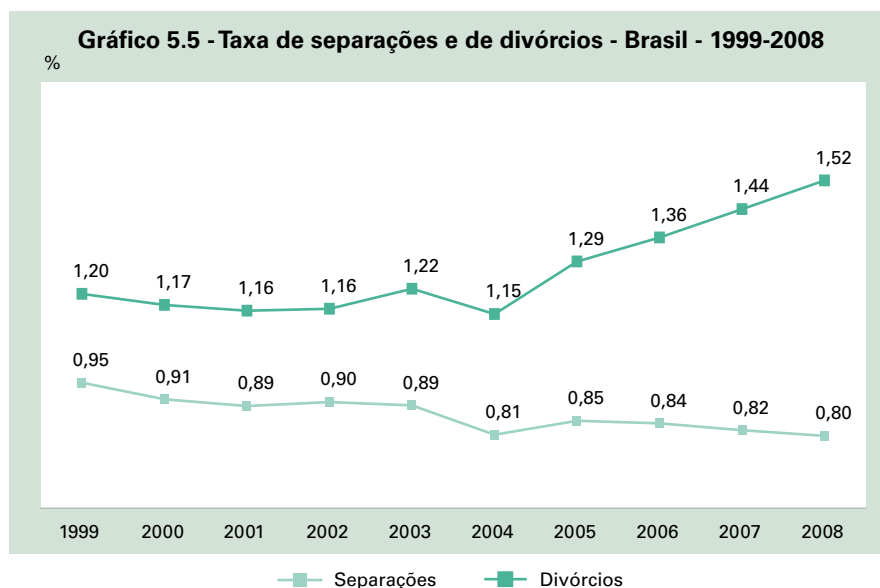
Os dados sobre as dissoluções formais dos casamentos revelaram a estabilidade das separações e o contínuo aumento dos divórcios. A elevação do número de divórcios em relação ao de separações, ocorrida no período de 1999 a 2008, mostra que a sociedade brasileira ampliou sua aceitação ao divórcio e utilizou mais intensamente os serviços de justiça que formalizam as dissoluções. A legislação existente determina que no caso dos divórcios os prazos estabelecidos sejam dois anos de separação de fato, para os divórcios diretos, ou um ano após a separação. A possibilidade de realizar os divórcios nos tabelionatos foi outro fator que desburocratizou este evento para os casos previstos em lei.

As taxas gerais de separações e de divórcios⁵, medidas para a população com 20 anos ou mais de idade, tiveram comportamentos diferenciados no período de

⁴ Considera-se recasamento o evento em que pelo menos um dos cônjuges tinha o estado civil divorciado ou viúvo.

⁵ A taxa geral de separações é obtida pela divisão do número de separações pela população e multiplicada por 1 000. O mesmo procedimento foi adotado para o cálculo da taxa geral de divórcios. Neste trabalho, foram considerados as separações e os divórcios concedidos sem recurso ou realizados nos tabelionatos para as pessoas de 20 anos ou mais de idade na data da abertura do processo e a população da mesma faixa etária.

1999 a 2008. Enquanto a taxa geral de separações manteve-se estável em relação a 2004, permanecendo em 0,8‰, a de divórcios cresceu chegando a 1,5‰, a maior do período analisado (Gráfico 5.5).



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1999-2008.

Cabe destacar também que as separações judiciais concedidas no Brasil são caracterizadas pela consensualidade (76,2%). Ressalte-se, porém, que, das separações de natureza não consensual, a maior parte dos casos é requerida pela mulher. Em 2008, para o País como um todo, a proporção foi de 71,7%. Esta característica foi observada em todos os estados brasileiros, entretanto com diferenças entre os mesmos. Na Paraíba, por exemplo, 41,4% das separações não consensuais tiveram o homem como requerente (Tabela 5.4).

Em 2008, os divórcios diretos foram 70,1% do total concedido no País; os divórcios indiretos representaram 29,8%; e 0,1% não tiveram seu tipo declarado. A opção por formalizar as dissoluções a partir do divórcio direto tem se mostrado mais ágil por reduzir os trâmites judiciais (Tabela 5.5).

Tabela 5.1 - Taxa de nupcialidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1999/2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de nupcialidade (por 1 000 hab.)	
	1999	2008
Brasil	6,6	6,7
Norte	4,4	5,8
Rondônia	8,6	7,7
Acre	8,8	12,0
Amazonas	3,5	5,9
Roraima	8,5	6,5
Pará	3,3	4,4
Amapá	2,5	5,4
Tocantins	5,4	7,4
Nordeste	6,1	5,9
Maranhão	11,4	4,7
Piauí	5,2	4,8
Ceará	4,8	7,4
Rio Grande do Norte	5,1	6,0
Paraíba	5,8	6,6
Pernambuco	6,1	6,6
Alagoas	5,8	6,5
Sergipe	5,4	5,1
Bahia	5,2	5,2
Sudeste	7,3	7,5
Minas Gerais	7,8	7,0
Espírito Santo	9,3	9,6
Rio de Janeiro	6,3	6,3
São Paulo	7,2	8,1
Sul	6,3	5,9
Paraná	7,7	7,2
Santa Catarina	6,2	6,3
Rio Grande do Sul	4,9	4,5
Centro-Oeste	7,5	7,4
Mato Grosso do Sul	7,1	6,8
Mato Grosso	6,2	5,5
Goiás	8,3	8,2
Distrito Federal	7,6	8,1

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1999/2008.

**Tabela 5.2 - Idade média dos solteiros, por sexo,
segundo as Unidades da Federação - 2008**

Unidades da Federação	Idade média dos solteiros, por sexo	
	Homens	Mulheres
Brasil	29	26
Rondônia	28	24
Acre	32	28
Amazonas	31	28
Roraima	31	27
Pará	31	27
Amapá	32	29
Tocantins	29	26
Maranhão	30	27
Piauí	30	27
Ceará	29	26
Rio Grande do Norte	29	26
Paraíba	28	25
Pernambuco	29	26
Alagoas	29	26
Sergipe	30	27
Bahia	30	27
Minas Gerais	28	25
Espírito Santo	28	25
Rio de Janeiro	30	27
São Paulo	28	26
Paraná	27	25
Santa Catarina	28	25
Rio Grande do Sul	28	26
Mato Grosso do Sul	28	26
Mato Grosso	28	25
Goiás	28	25
Distrito Federal	29	27

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2008.

Tabela 5.3 - Proporção de casamentos, por estados civis selecionados do homem e da mulher, segundo as Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Proporção de casamentos, por estados civis selecionados do homem e da mulher (%)			
	Entre solteiros	Entre divorciados	Divorciada e solteiro	Divorciado e solteira
Brasil	82,9	2,7	4,1	7,4
Rondônia	78,7	3,8	5,0	8,9
Acre	86,2	1,7	3,9	6,2
Amazonas	89,5	1,0	2,5	4,2
Roraima	81,8	1,7	5,1	8,5
Pará	88,2	1,0	2,7	5,9
Amapá	90,1	0,8	2,3	5,5
Tocantins	83,5	2,1	3,9	7,6
Maranhão	89,2	0,8	2,2	5,4
Piauí	92,9	0,6	1,4	3,7
Ceará	89,3	1,0	2,2	5,6
Rio Grande do Norte	86,5	1,8	2,8	7,3
Paraíba	86,5	2,0	2,6	7,2
Pernambuco	86,1	1,6	2,7	7,1
Alagoas	88,8	1,3	2,0	6,0
Sergipe	86,9	1,5	2,6	7,3
Bahia	88,5	1,2	2,6	5,7
Minas Gerais	85,1	2,1	3,4	6,6
Espírito Santo	80,8	3,1	4,5	8,1
Rio de Janeiro	77,3	3,8	5,4	9,4
São Paulo	79,7	3,8	5,3	8,3
Paraná	79,8	3,2	4,4	7,8
Santa Catarina	81,4	2,9	3,8	6,8
Rio Grande do Sul	83,3	2,6	3,6	6,7
Mato Grosso do Sul	82,7	3,6	5,2	8,4
Mato Grosso	82,9	2,4	4,4	7,6
Goiás	79,1	3,5	5,4	9,0
Distrito Federal	80,2	3,2	4,8	10,1

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2008.

Tabela 5.4 - Proporção de separações concedidas sem recurso, por sexo do requerente, segundo as Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Proporção de separações concedidas sem recurso, por sexo do requerente (%)	
	Homens	Mulheres
Brasil	28,3	71,7
Rondônia	30,8	69,2
Acre	38,8	61,2
Amazonas	22,7	77,3
Roraima	34,6	65,4
Pará	27,2	72,8
Amapá	33,3	66,7
Tocantins	33,3	66,7
Maranhão	35,8	64,2
Piauí	36,3	63,7
Ceará	28,9	71,1
Rio Grande do Norte	36,7	63,3
Paraíba	41,4	58,6
Pernambuco	40,0	60,0
Alagoas	30,8	69,2
Sergipe	34,7	65,3
Bahia	35,8	64,2
Minas Gerais	27,2	72,8
Espírito Santo	29,1	70,9
Rio de Janeiro	35,0	65,0
São Paulo	25,9	74,1
Paraná	26,9	73,1
Santa Catarina	24,3	75,7
Rio Grande do Sul	24,5	75,5
Mato Grosso do Sul	26,1	73,9
Mato Grosso	24,6	75,4
Goiás	27,6	72,4
Distrito Federal	33,8	66,2

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2008.

Tabela 5.5 - Proporção de divórcios concedidos sem recurso, por tipo, segundo as Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação	Proporção de divórcios concedidos sem recurso, por tipo (%)	
	Direto	Indireto
Brasil	70,1	29,8
Rondônia	78,2	21,7
Acre	83,9	16,1
Amazonas	99,8	0,2
Roraima	91,2	8,8
Pará	91,3	8,7
Amapá	89,9	10,1
Tocantins	88,2	11,8
Maranhão	93,0	7,0
Piauí	86,7	13,3
Ceará	85,7	14,3
Rio Grande do Norte	84,7	15,3
Paraíba	81,6	18,4
Pernambuco	89,0	11,0
Alagoas	90,6	9,4
Sergipe	82,1	17,9
Bahia	90,1	9,8
Minas Gerais	61,6	38,4
Espírito Santo	73,8	26,2
Rio de Janeiro	81,6	18,4
São Paulo	53,5	46,5
Paraná	77,7	22,3
Santa Catarina	56,1	43,9
Rio Grande do Sul	60,0	40,0
Mato Grosso do Sul	58,9	41,0
Mato Grosso	86,9	13,1
Goiás	81,2	18,8
Distrito Federal	61,6	38,4

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2008.

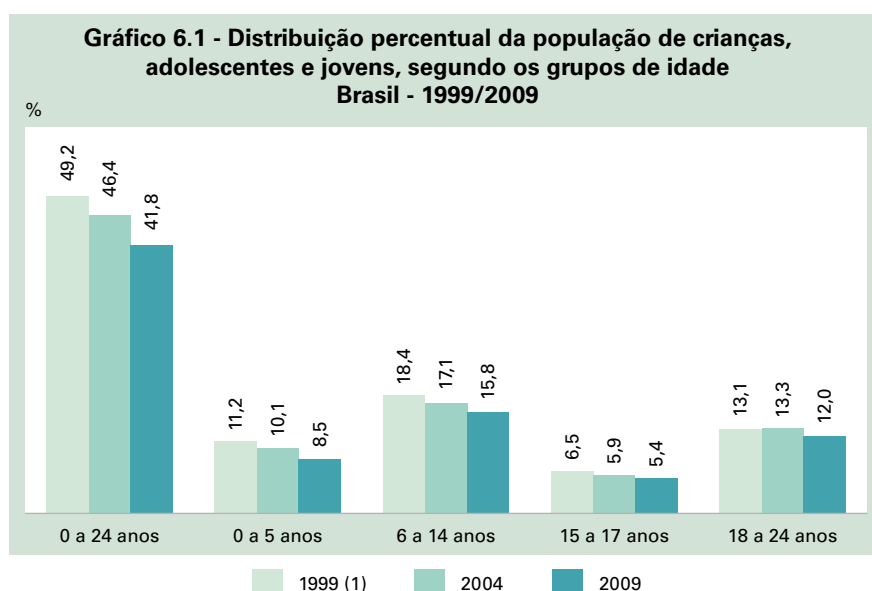
Crianças, adolescentes e jovens

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund - UNICEF) é a agência da ONU que apoia técnica e financeiramente projetos e ações com vistas à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção de crianças e adolescentes, colaborando assim para a superação dos desafios que a pobreza, a violência, as doenças e a discriminação impõem à infância e à adolescência. O presente capítulo está organizado de acordo com as esferas prioritárias de ação estabelecidas pelo UNICEF, adaptando-as à realidade brasileira e à disponibilidade de dados. Nesse sentido, as tabulações selecionadas estão referidas a quatro dessas esferas: sobrevivência e desenvolvimento infantil; igualdade na educação básica; proteção infantil; e crianças, adolescentes e jovens como foco de políticas públicas.

Cabe ressaltar que existe uma grande divergência entre os especialistas quanto aos critérios de agrupamento etário desse segmento. Neste capítulo, optou-se por agrupar crianças, adolescentes e jovens, preferencialmente, pelos grupos etários equivalentes aos ciclos educacionais atuais no País, a saber: 0 a 5 anos de idade (educação infantil ao qual associou-se a primeira infância); 6 a 14 anos (ensino fundamental, com a incorporação recente das crianças de 6 anos no ensino obrigatório); 15 a 17 anos (ensino médio); e 18 a 24 anos (ensino superior). Exceção foi feita às tabulações referentes ao mercado de trabalho, que possui grupos etários específicos e que diferem de país para país em função da legislação nacional em vigor. No Brasil, a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos de idade e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Com vistas a garantir representatividade estatística às informações no nível das Unidades da Federação e

Regiões Metropolitanas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, e considerando as baixas frequências de aprendizes de 14 e 15 anos na pesquisa, optou-se por considerar como *proxy* de trabalho infantil o trabalho exercido pela totalidade das crianças de 10 a 15 anos de idade.

Nesse contexto, segundo os dados da PNAD, o Brasil tinha um total de quase 80 milhões de crianças, adolescentes e jovens até 24 anos em 2009 (cerca de 42% do total da população). Embora a população brasileira esteja envelhecendo, com redução sistemática, em termos relativos, dos segmentos etários mais jovens, conforme evidencia o Gráfico 6.1, o Brasil ainda deve ser considerado um país essencialmente jovem. As famílias que tinham pelo menos um membro na faixa etária de 0 a 24 anos representavam, em 2009, 2/3 das famílias brasileiras, sendo que aproximadamente 22% destas (13,4 milhões) estavam no primeiro ciclo familiar (com pelo menos uma criança na primeira infância) (Tabelas 6.1 e 6.2).

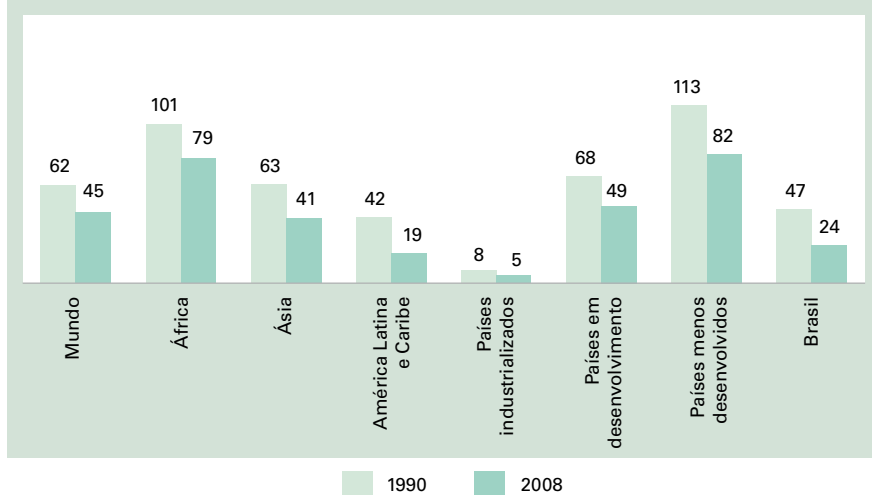


A primeira esfera prioritária de ação do UNICEF aborda aspectos relacionados ao direito à sobrevivência, nutrição e oferta de serviços básicos capazes de salvar vidas e contribuir para o crescimento saudável das crianças. O primeiro indicador sociodemográfico usado para medir essa “sobrevivência” consiste, justamente, na taxa de mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida (mortalidade infantil clássica) e durante os cinco primeiros anos de vida (mortalidade de menores de 5 anos de idade). Para o primeiro indicador, a classificação usual considera o valor da taxa como alto se for maior ou igual a 50 por 1 000 nascidos vivos; médio, para valores de 20 a 49 por 1 000; e baixo, para valores menores que 20 por 1 000, parâmetros esses que necessitam de revisão periódica, em função de mudanças no perfil epidemiológico da população brasileira (INDICADORES..., 2002).

As projeções populacionais divulgadas pelo IBGE disponibilizam informações para a taxa de mortalidade infantil (Tabela 1.4). No caso brasileiro, esta taxa era de 47 por 1

000, em 1990, e 24 por 1 000, em 2008, uma redução de 49% no período, mas, apesar do avanço, o Brasil permaneceu no patamar médio do indicador. Esses anos foram escolhidos para permitir a comparabilidade internacional com as informações disponíveis no UNICEF para diversos países (Gráfico 6.2). No mundo, a taxa de mortalidade infantil caiu de 62 por 1 000 para 45 por 1 000 em 18 anos. A média esconde, entretanto, diferenças gritantes: na desagregação clássica por continentes, em 2008, a África apresenta uma taxa de mortalidade infantil de 79 por 1 000 nascidos vivos, em contraste com a América Latina e Caribe, que registra 19 por 1 000 para este indicador. Ressalta-se que o continente africano apresentou a menor taxa de redução do indicador no período entre todas as regiões (22%), enquanto os países latino-americanos e caribenhos, em seu conjunto, conseguiram reduzir a taxa de mortalidade infantil em 55%. Se o parâmetro de análise for o nível de desenvolvimento dos países, a taxa segue a classificação anteriormente descrita: valor baixo para os países industrializados; médio para os países em desenvolvimento; e alto para os menos desenvolvidos (Tabela 6.3).

Gráfico 6.2 - Taxas de mortalidade infantil em menores de 1 ano de idade por 1 000 nascidos vivos, segundo as áreas selecionadas - 1990/2008



Fonte: The state of the world's children: special edition: statistical tables. New York: United Nations Children's Fund, 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/publications/files/SOWC_Spec_Ed_CRC_Statistical_Tables_EN_111809.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

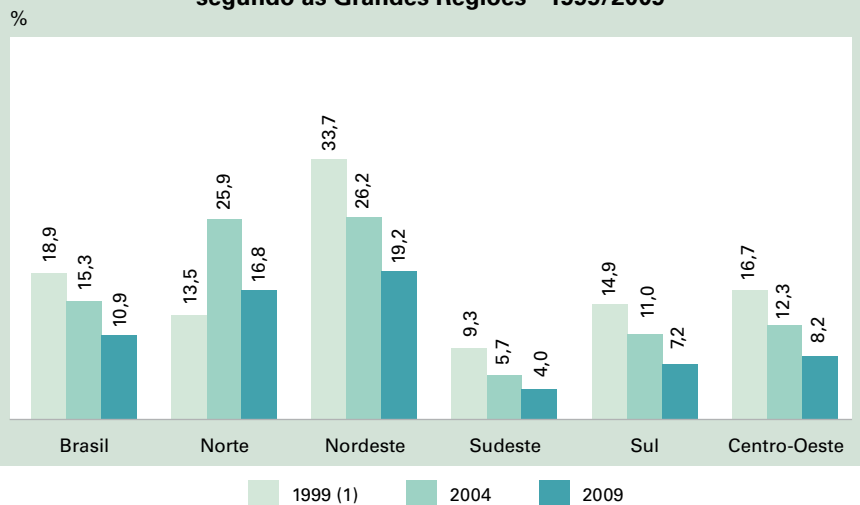
Nota: Dados para Brasil, segundo projeção da população por sexo e idade (Projeto UNFPA/Brasil).

Elevadas taxas de mortalidade de menores de 5 anos de idade, por sua vez, refletem, de modo geral, o desenvolvimento socioeconômico e a infra-estrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. Somam-se a isso o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil e o impacto das causas pós-neonatais a que estão expostas também as crianças entre 1 e 4 anos de idade (INDICADORES..., 2002). O Brasil apresentava, em 1990, uma taxa de 56 por 1 000, passando para 22 por 1 000 em 2008. A África, mais uma vez, apresentou não só o indicador mais elevado em 2008 (132 por 1 000) como também registrou, novamente, a menor taxa de decréscimo do mesmo. Os dados para países selecionados encontram-se na Tabela 6.3. Afeganistão e Angola possuem as maiores taxas de mortalidade de menores de 5 anos de idade (257 por 1 000 e 220 por 1 000, respectivamente). A menor taxa foi encontrada na Suécia (3 por 1 000). O Brasil encontra-se, por esse ranqueamento do UNICEF, na 100ª posição.

Ainda sobre a situação da saúde das crianças, dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, do Ministério da Saúde, revelam que do total de 2,9 milhões de nascimentos ocorridos, em 2008, no País, em 8,2% dos casos a criança apresentou baixo peso ao nascer. Considera-se o baixo peso ao nascer (menos que 2 500 gramas) um fator fortemente associado à prematuridade, cujas variáveis, em seu conjunto, formam um quadro significativo de risco às doenças e à morte no primeiro ano de vida (INDICADORES..., 2009) (Tabela 6.4).

O acesso aos serviços de saneamento básico também é de fundamental importância para a saúde das crianças, seja no domicílio em que vivem, seja na escola, onde estas passam boa parte do dia. Em 2009, quase 60% das crianças até 14 anos de idade (46,3 milhões) residiam em domicílios em que pelo menos um serviço de saneamento (água, esgoto ou lixo) não era adequado, isto é: ou não havia abastecimento de água por meio de rede geral, ou o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica, ou ainda o lixo não era coletado. Quando tais formas inadequadas de saneamento existiam simultaneamente no domicílio, cerca de 5 milhões de crianças (10,9%) estavam seriamente expostas a riscos de doenças, e essa proporção chegou a atingir 19,2% das crianças nordestinas (Gráfico 6.3 e Tabela 6.5). Não obstante os números ainda alarmantes, a proporção de crianças vivendo nessas condições de miséria reduziu na última década. Tomando complementarmente o universo escolar como referência, observa-se que, segundo os dados do Censo Escolar 2009, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 39,4% dos alunos da educação básica brasileira estudavam em escolas sem esgotamento sanitário por rede pública; em 13,6% dessas escolas não havia abastecimento de água por rede pública; e em 9,2% não havia coleta de lixo. Chama ainda atenção o fato de cerca de 10% dos alunos (5,2 milhões) não terem acesso à água filtrada para beber na escola (Tabela 6.6).

Gráfico 6.3 - Crianças de 0 a 14 anos de idade vivendo em domicílios sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões - 1999/2009



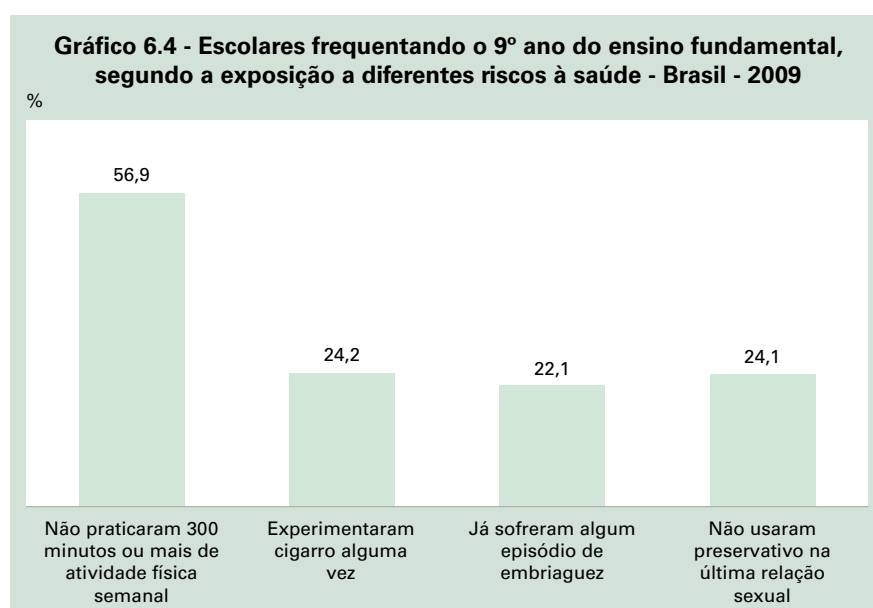
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2009, realizada pelo IBGE junto a um total estimado de 618 555 estudantes do 9º ano do ensino fundamental (em sua maioria com idades entre 13 e 15 anos), nas capitais do País, traz outra perspectiva sobre os dados de saúde das crianças brasileiras. Desse total de alunos, menos da metade (43,1%) realizavam 300 minutos ou mais de atividade física semanal, tempo recomendado para esse grupo etário. De uma forma geral, os meninos praticavam mais atividade física que as meninas (56,2% contra 31,3%) e não havia distinção significativa, em termos relativos, de frequência à escola, fosse pública ou privada (Tabela 6.7).

Em relação à exposição aos fatores de risco à saúde associados ao fumo e à bebida alcoólica, cerca de ¼ dos escolares informaram ter experimentado cigarro alguma vez, independentemente do sexo. Nesse caso, observa-se uma diferenciação maior em função da esfera administrativa da escola (25,7% nas públicas e 18,3% nas privadas). Em Curitiba e Campo Grande, a proporção de escolares que já experimentaram cigarro é superior a 30%, sendo ainda maior nas escolas públicas desses municípios (Tabela 6.8). No que se refere à ocorrência de episódio de embriaguez, 22,1% relataram já ter se embriagado alguma vez (Tabela 6.9). Tais informações são importantes na elaboração de programas de conscientização de alunos e familiares sobre os riscos advindos do consumo de tais substâncias, constantemente associadas a episódios de violência e acidentes, considerando ainda que a adolescência é a fase de maior vulnerabilidade para o ingresso no uso de substâncias psicoativas.

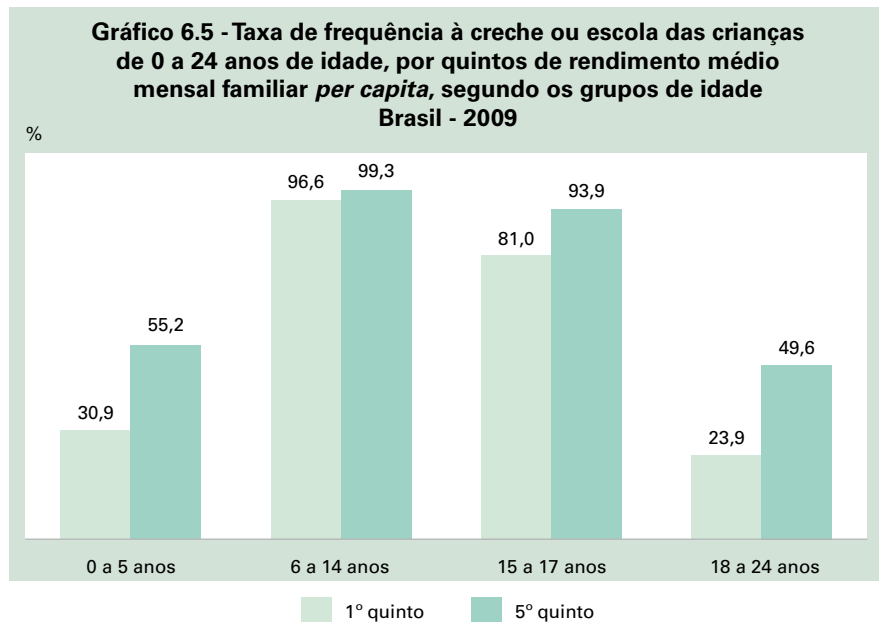
No que diz respeito à exposição a doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, os dados da PeNSE mostram que praticamente ¼ das relações sexuais entre os escolares do 9º ano do ensino fundamental ocorreram sem o uso de preservativo. Chama atenção a baixa proporção de meninas, em Recife, que usaram preservativo na última relação: somente 59,7%. Observa-se que a ampla maioria dos estudantes receberam orientação, na escola, sobre AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis e mais de 80%, sobre prevenção de gravidez, o que é um fato bastante positivo. Deve-se reforçar que, para evitar tanto uma como a outra, o uso de preservativo é fundamental e pode ser adquirido gratuitamente na rede de saúde pública, contudo apenas 65,4% dos alunos da rede privada e 71,4% da rede pública informaram ter recebido orientação, na escola, nesse sentido (Tabelas 6.10 e 6.11).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

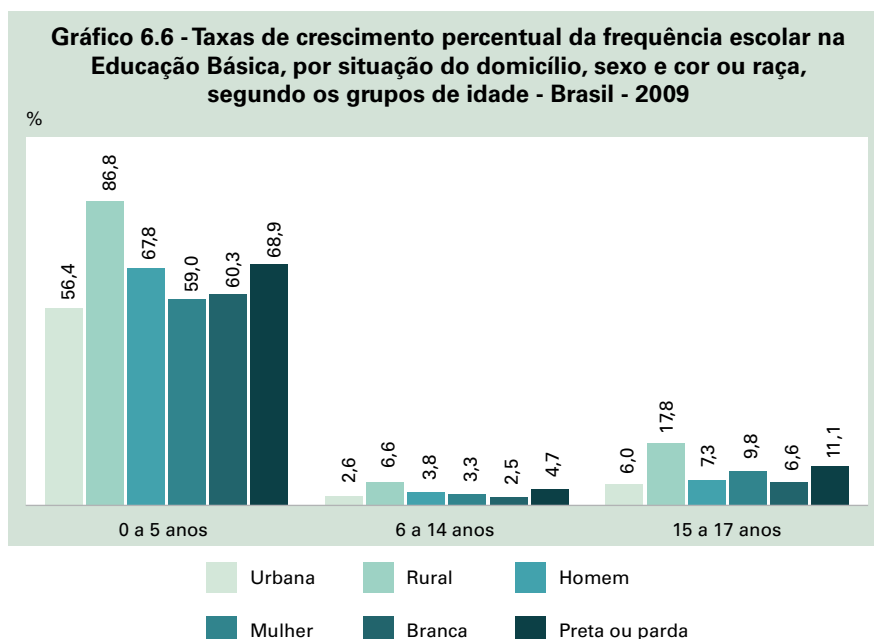
A segunda esfera prioritária de ação do UNICEF é a questão do acesso ao sistema educacional. Muitos aspectos deste tema encontram-se presentes no capítulo 2 desta Síntese, sobre Educação, mas o enfoque a ser dado neste capítulo consiste na análise da igualdade de oportunidades de acesso à educação. Nesse caso, a principal fonte de desigualdade de acesso parece ser, de fato, o nível de rendimento familiar, principalmente nos ciclos educacionais não obrigatórios, como a educação infantil, média e superior. Entre as crianças de 0 a 5 anos de idade, 30,9% das mais pobres frequentavam creche ou pré-escola, chegando esta proporção a alcançar 55,2% no estrato 20% mais rico (Gráfico 6.5). A oferta de creches é essencial para o retorno da mãe ao mercado de trabalho e na melhoria do bem-estar familiar, principalmente no caso das famílias mais pobres, devendo consistir objeto prioritário de política pública (Tabela 6.12).

Para o ensino fundamental, universalizado, as diferenças entre os quintos de rendimento familiar são mínimas, padrão que se repete para todas as Unidades da Federação. Por outro lado, no ensino médio, não obrigatório, mas cujo grupo etário de 15 a 17 anos tem sido alvo de políticas de transferência de renda condicionadas à frequência escolar, a diferença entre os quintos extremos da distribuição chega a quase 13 pontos percentuais. Para o grupo de 18 a 24 anos, essa diferença sobe para 26 pontos percentuais. Convém ressaltar, porém, que, mesmo entre os 20% mais ricos, nem metade dos jovens frequentavam estabelecimento de ensino (Tabelas 6.13, 6.14 e 6.15).



Em relação às demais fontes de desigualdade, os dados mostram diferenças menos significativas. Na comparação entre homens e mulheres, houve uma inversão e, hoje, as mulheres possuem maior frequência escolar e estudos apontam que permanecem mais tempo na escola, aumentando gradativamente sua escolaridade em níveis superiores ao verificados para os homens. O Gráfico 6.6

mostra que foi a educação infantil o nível de ensino que mais cresceu em termos de frequência escolar de 1999 a 2009. O gráfico mostra, também, que justamente os segmentos historicamente mais desfavorecidos em termos de acesso à escola (situação rural, mulheres e pessoas de cor preta ou parda) apresentaram crescimento percentual da frequência escolar muito superior à média de seus pares historicamente mais favorecidos (situação urbana, homens e pessoas de cor branca) (Tabelas 6.16, 6.17 e 6.18).



Finalizando a questão do acesso à educação, buscou-se estimar a proporção de crianças de 7 a 14 anos e de jovens de 15 a 24 anos de idade que não sabia ler ou escrever. No primeiro grupo, tomou-se como limite inferior a criança de 7 anos, idade na qual já deveria estar alfabetizada (com pré-escolar e/ou a 1ª série do ensino fundamental concluídos). Nesse grupo, cerca de 1,8 milhão de crianças ainda não sabiam ler ou escrever. Para o segundo grupo etário, o total era de 647,0 mil analfabetos. Em ambos os casos, a ampla maioria encontrava-se na Região Nordeste (cerca de 54% e 62%, respectivamente) e, em seguida, na Região Sudeste (cerca de 22% e 19%, respectivamente). Convém lembrar que a taxa de alfabetização do grupo etário de 15 a 24 anos é um indicador constante nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em seu segundo compromisso, que visa atingir o ensino básico universal (Tabela 6.19)¹.

O terceiro eixo temático de análise contempla a implementação de ações, programas e políticas voltadas à proteção infantil contra as diversas formas de exploração, violência e abuso. Entre estas, destaca-se o combate ao trabalho infantil e o trabalho precário dos jovens. Conforme mencionado anteriormente, todo trabalho realizado por crianças até 15 anos de idade foi considerado trabalho infantil neste capítulo.

¹ Em 2000, líderes de 191 Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que incluem reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015. Para informações complementares sobre o tema, consultar o portal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no endereço: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi#>>.

A PNAD 2009 revelou ter, no Brasil, 2,0 milhões de crianças de 5 a 15 anos de idade ocupadas no mercado de trabalho, das quais cerca de 44% concentradas na Região Nordeste e 24%, na Região Sudeste. Considerando apenas sua forma mais grave, foram 122 679 crianças de 5 a 9 anos encontradas em situação de trabalho infantil, quase metade delas no Nordeste.

Tabela 1 - Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade, ocupados na semana de referência			
	Total	Por grupos de idade		Distribuição percentual para o grupo 5 a 15 anos de idade (%)
		5 a 9 anos	10 a 15 anos	
Brasil	2 060 503	122 679	1 937 824	100,0
Norte	235 064	20 111	214 953	11,4
Nordeste	900 327	56 651	843 676	43,7
Sudeste	487 341	23 860	463 481	23,7
Sul	285 254	14 794	270 460	13,8
Centro-Oeste	152 517	7 263	145 254	7,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

O combate ao trabalho infantil tem sido um dos focos de política pública nos municípios brasileiros. Segundo as diretrizes constantes na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social, os municípios são as instâncias responsáveis pela implementação de políticas socioassistenciais. Especificamente, no que se refere às políticas públicas para crianças e adolescentes, do total de 5 565 municípios brasileiros, 4 910 (88,2%) informaram implementar esse tipo de política, segundo levantamento feito pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009. Dentre os programas, ações e medidas adotados, o combate ao trabalho infantil aparece com maior frequência: 66,5% dos municípios brasileiros, com presença ainda mais significativa naqueles das Regiões Norte (87,4%) e Nordeste (81,4%). Essa expressividade pode estar associada à implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desde outubro de 2001, e sua recente incorporação à estrutura de benefícios do Programa Bolsa Família. Tais programas acabam por estimular a oferta de serviços socioassistenciais pelos municípios. Chama atenção que na Região Sudeste, mesmo com expressivo contingente de crianças e adolescentes menores de 16 anos trabalhando (487,3 mil), nem metade dos municípios declararam ter ações públicas para combater o trabalho infantil (Tabela 6.31).

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um assunto presente na agenda contemporânea de debates no mundo todo. Não só pela ótica da conciliação entre trabalho e estudo, como também da qualidade do trabalho exercido. No Brasil, os jovens de 18 anos deveriam, idealmente, ter o ensino médio concluído e, aos 24 anos, o curso superior concluído. O que se observou pelos dados anteriores é que

a frequência escolar desse grupo etário é ainda baixa no País, mesmo nos estratos superiores de renda. Apenas 14,7% desses jovens declararam somente estudar e 15,6% conciliavam trabalho e estudo. Cerca da metade, 46,7%, declararam somente trabalhar. Note-se que 17,8% informaram realizar afazeres domésticos. Na Região Sul, e em particular em Santa Catarina, as proporções de jovens que só trabalhavam foram de 52,5% e 57,9%, respectivamente (Tabela 6.21). Para o grupo etário de 16 a 24 anos, 22,2% percebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no mercado de trabalho, configurando inserção em ocupações não formais. Na Região Nordeste, essa proporção dobra para 43,5%. Além disso, 26,5% desse grupo etário declarou trabalhar 45 horas ou mais semanais, jornada superior à máxima permitida em lei (Tabelas 6.22 e 6.23).

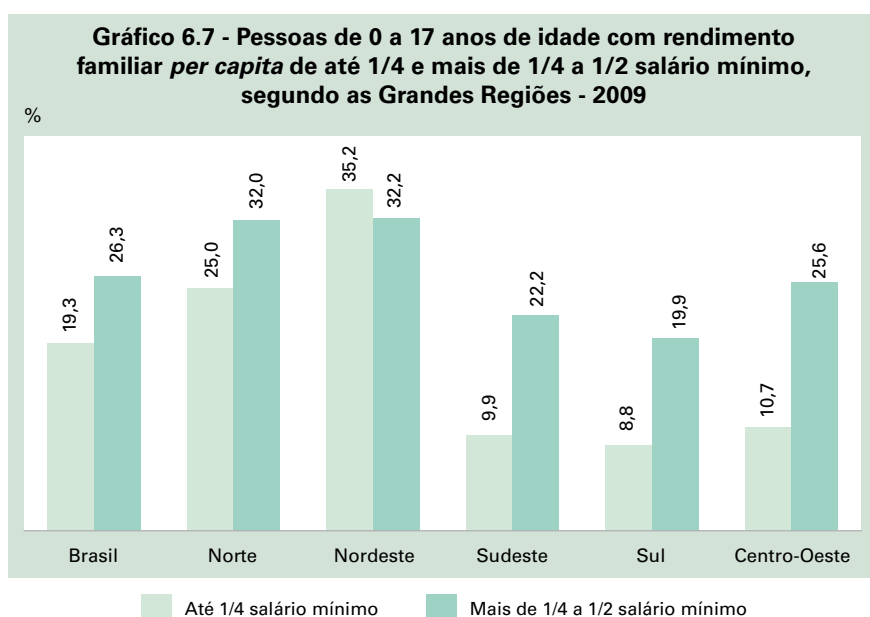
Uma outra questão importante nesse eixo de análise da proteção social é a gravidez na adolescência. Dados do SINASC mostram que esse é um fenômeno que pouco vem se alterando ao longo dos anos: em 1998, houve registro de 27 237 nascimentos de mães de 10 a 14 anos de idade; 26 276, em 2004; e 28 479, em 2008 (INFORMAÇÕES..., 2010). Para o grupo de 15 a 17 anos, a PNAD mostra um total de 283 000 mulheres (6% do total nessa faixa etária) que tiveram filhos nascidos vivos em 2009, 40% delas residentes na Região Nordeste. No entanto, para este grupo etário, a proporção foi maior entre as adolescentes da Região Norte (quase 10% tiveram filhos nascidos vivos). Em termos de inserção familiar, cerca de 40% das adolescentes que tiveram filhos eram filhas dos responsáveis pelas famílias (logo, formando uma segunda família) e 35% eram cônjuges. No grupo etário de 18 a 24 anos, cerca de $\frac{1}{3}$ das jovens tiveram filhos e, nesse caso, a maioria encontrava-se na condição de cônjuge - uma inserção familiar bem distinta das meninas de 15 a 17 anos de idade - uma vez que estão formando suas próprias famílias em domicílios distintos do núcleo familiar original (Tabela 6.24).

A exposição das crianças à violência pode ser analisada por meio também da PeNSE, citada anteriormente (Tabela 6.25). Do total de estudantes do 9º ano do ensino fundamental da rede pública em 2009, 9,7% declararam não ter comparecido à escola nos últimos 30 dias por motivo de falta de segurança dentro da escola, proporção esta quase duas vezes superior à encontrada para as escolas privadas. O *bullying* é uma outra forma de violência no ambiente escolar, atualmente muito discutido por especialistas, e que designa os atos de violência física ou psicológica praticados por um ou mais indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro(s) indivíduo(s) incapaz(es) de se defender. A PeNSE buscou medir esse fenômeno e, segundo seus resultados, 5,4% dos escolares, em 2009, revelaram sentir-se sempre ou quase sempre humilhados por provocações de colegas da escola. Em Belo Horizonte, essa proporção foi de 6,9%.

A violência que ocorre fora dos muros da escola também afeta a vida desses adolescentes. Cerca de 6% dos alunos investigados pela PeNSE declararam não ter comparecido à escola, nos últimos 30 dias, por falta de segurança no trajeto casa-escola. Além disso, 6,1% informaram ter se envolvido, nesse período, em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma branca. Em 4,0% dos casos, houve uso de arma de fogo nas brigas envolvendo os adolescentes. Chama ainda atenção que 9,5% foram agredidos fisicamente por um adulto da família no mesmo período. Por fim, a quarta e última esfera prioritária de ação do UNICEF engloba indicadores que possam avaliar o impacto das políticas econômicas e sociais na vida das crianças. O enfoque é dado nas famílias com crianças, adolescentes e jovens, buscando identificar aquelas mais vulneráveis e potenciais alvos de políticas públicas. No Brasil, é usual a distribuição das

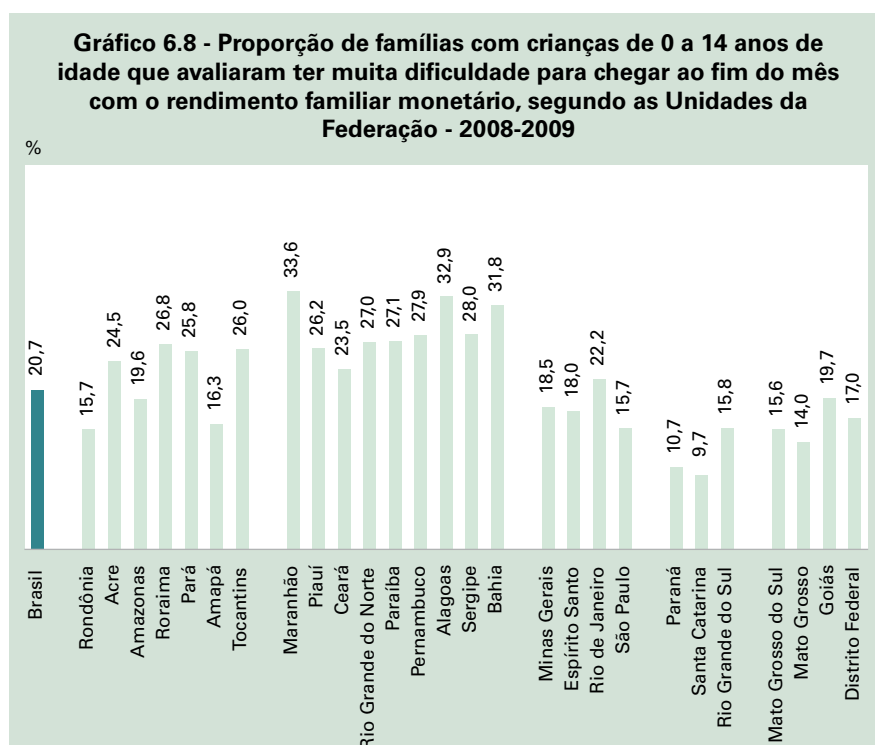
famílias por classes de rendimento familiar *per capita*, sendo aquelas com rendimento de até $\frac{1}{4}$ e até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, considerando todas as fontes, alvos prioritários de diversas políticas sociais. Atualmente, cerca de 13% das famílias com membros até 17 anos de idade encontram-se situados no primeiro grupo de rendimento e 36,2% no segundo. São 4,3 milhões de famílias que viviam mensalmente com cerca de R\$ 116,00 *per capita* ($\frac{1}{4}$ salário mínimo de 2009).

Entretanto, a forte elevação do valor do salário mínimo nos últimos anos, reajustado em índices bem superiores à inflação observada, vem aumentando as proporções de pessoas nessas classes de rendimento (quanto maior o limite de renda, mais pessoas e famílias em cada classe). Para melhor entender o fenômeno, faz-se necessário, portanto, a adoção de outros limites de renda de forma a criar parâmetros e intervalos de comparação. Uma opção são os critérios de renda usados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para elegibilidade ao Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do País em relação ao número de pessoas beneficiárias. Segundo as regras atuais do programa, uma família é considerada extremamente pobre se tiver renda de até R\$ 70,00 *per capita* e, pobre, se o nível de renda for até R\$ 140,00. Por esses critérios, a proporção de extremamente pobres e pobres caem bastante em relação aos critérios baseados no valor do salário mínimo: 5,9% e 11,6%, respectivamente. Tais proporções se elevam para famílias com crianças menores, confirmando a maior vulnerabilização das famílias que se encontram no primeiro ciclo familiar. Tomando-se a informação de renda de forma individualizada, 19,3% das crianças, adolescentes e jovens até 17 anos de idade no Brasil viviam com até $\frac{1}{4}$ salário mínimo, em 2009, e 45,6%, com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Enquanto nas Regiões Sudeste e Sul as proporções das que viviam com até $\frac{1}{4}$ salário mínimo são inferiores a 10%, nas Regiões Norte e Nordeste, alcançam, respectivamente, 25,0% e 35,2% (Tabelas 6.26 e 6.27).



Outra informação relevante é a condição de ocupação dos responsáveis pelas crianças, entendidos aqui como a pessoa de referência da família e respectivo cônjuge/companheiro(a). Em 65,0% das famílias com crianças até 14 anos de idade, ambos estavam ocupados e em 15,9%, somente a pessoa de referência estava ocupada. Chama atenção que em 13,1% das famílias, tanto a pessoa de referência quanto o cônjuge, encontravam-se desocupados, famílias estas, portanto, em elevado grau de vulnerabilidade. Em alguns estados da Região Nordeste, como Paraíba, Pernambuco e Alagoas, essas proporções chegam a 20% ou mais (Tabela 6.28).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 possui um grupo de questões relacionadas à avaliação subjetiva das condições de vida das famílias. Para as famílias com crianças até 14 anos de idade, quase a metade avaliou ter dificuldade (23,8%) ou muita dificuldade (20,7%) para chegar ao fim do mês com o rendimento familiar monetário. Na Região Nordeste, 29% das famílias com crianças declararam ter muita dificuldade. Em termos de quantidade de alimentos consumidos, 11,3% das famílias com crianças até 14 anos de idade declararam que a quantidade consumida é normalmente insuficiente, sendo que na Região Nordeste (15,7%) e, em especial em Alagoas (23,3%), as proporções encontradas foram as mais elevadas. Esse conjunto de famílias deve ser considerado alvo prioritário de ação pública de combate à miséria e segurança alimentar e nutricional (Tabelas 6.29 e 6.30).



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Tabela 6.1 - Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos					
	Total (1 000 pessoas)	Proporção, por grupos de idade (%)				
		Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	191 796	41,6	8,4	15,8	5,4	12,0
Norte	15 555	50,2	11,5	19,4	6,2	13,1
Rondônia	1 531	46,6	9,5	17,6	6,4	13,2
Acre	705	52,2	12,4	21,0	5,5	13,3
Amazonas	3 455	50,9	11,4	19,9	6,3	13,2
Roraima	430	51,6	11,6	21,8	5,9	12,3
Pará	7 479	50,8	12,2	19,3	6,2	13,2
Região Metropolitana de Belém	2 117	44,5	9,8	15,8	5,4	13,4
Amapá	640	52,5	11,0	20,7	6,5	14,3
Tocantins	1 316	46,8	10,0	18,7	6,1	12,0
Nordeste	54 020	45,9	9,6	17,5	6,1	12,8
Maranhão	6 469	50,0	11,2	19,5	6,4	12,9
Piauí	3 193	45,4	8,7	18,5	5,9	12,3
Ceará	8 569	46,4	9,4	17,7	6,2	13,1
Região Metropolitana de Fortaleza	3 580	44,5	9,1	16,3	5,8	13,3
Rio Grande do Norte	3 188	44,4	9,1	15,3	6,1	13,8
Paraíba	3 826	44,9	9,5	16,9	5,9	12,6
Pernambuco	8 820	44,5	9,3	17,1	5,8	12,3
Região Metropolitana de Recife	3 774	39,6	7,9	14,5	5,1	12,0
Alagoas	3 206	48,6	9,8	18,9	7,2	12,8
Sergipe	2 052	46,6	10,3	16,2	6,2	13,9
Bahia	14 697	44,8	9,3	17,1	5,8	12,5
Região Metropolitana de Salvador	3 781	40,7	7,8	14,9	5,2	12,8
Sudeste	80 466	38,0	7,3	14,3	4,8	11,5
Minas Gerais	20 088	39,8	7,5	15,2	5,2	11,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 121	38,6	7,1	14,7	4,7	12,1
Espírito Santo	3 480	40,9	8,3	15,8	4,9	11,9
Rio de Janeiro	15 801	35,3	6,5	13,5	4,7	10,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 582	35,0	6,4	13,3	4,7	10,6
São Paulo	41 097	37,8	7,4	14,0	4,7	11,7
Região Metropolitana de São Paulo	19 653	38,9	7,8	14,3	4,8	12,0
Sul	27 776	38,6	7,4	14,5	5,4	11,2
Paraná	10 700	39,6	7,6	15,4	5,5	11,1
Região Metropolitana de Curitiba	3 272	39,2	7,7	14,5	5,0	12,0
Santa Catarina	6 159	38,8	7,3	13,9	5,6	11,9
Rio Grande do Sul	10 917	37,5	7,2	14,1	5,2	11,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 054	38,2	7,5	14,4	5,1	11,1
Centro-Oeste	13 978	42,6	9,1	15,7	5,6	12,2
Mato Grosso do Sul	2 399	43,1	9,4	16,3	5,7	11,7
Mato Grosso	3 057	43,0	9,8	15,5	5,9	11,9
Goiás	5 951	42,4	8,9	15,9	5,5	12,0
Distrito Federal	2 571	42,2	8,6	14,9	5,4	13,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.2 - Famílias, total e proporção de famílias com pelo menos uma criança, adolescente ou jovem de 0 a 24 anos, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Famílias					
	Total (1 000 famílias)	Proporção com pelo menos uma criança, adolescente ou jovem de 0 a 24 anos, por grupos de idade (%)				
		Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	62 307	65,7	21,5	33,5	15,0	29,1
Norte	4 586	76,5	30,2	41,0	18,0	34,4
Rondônia	474	73,2	25,4	37,1	18,1	34,2
Acre	202	77,9	33,5	45,9	16,8	36,1
Amazonas	989	78,6	31,6	43,1	18,8	35,8
Roraima	125	77,7	32,0	45,2	17,0	33,0
Pará	2 208	76,8	30,9	40,6	18,0	34,4
Região Metropolitana de Belém	660	72,8	25,5	35,6	15,2	33,1
Amapá	176	78,7	32,1	45,6	19,5	38,1
Tocantins	411	71,3	25,9	36,8	16,5	30,0
Nordeste	16 625	71,7	25,0	37,2	17,2	32,0
Maranhão	1 885	77,0	28,0	41,9	19,0	34,1
Piauí	974	72,2	23,0	37,6	16,2	32,1
Ceará	2 626	74,1	25,5	38,6	17,8	32,8
Região Metropolitana de Fortaleza	1 128	74,2	24,5	37,0	16,5	32,8
Rio Grande do Norte	1 025	71,1	24,0	33,4	16,5	34,0
Paraíba	1 162	72,0	25,5	37,0	16,9	31,5
Pernambuco	2 762	68,7	23,8	35,6	16,1	30,7
Região Metropolitana de Recife	1 260	64,2	20,1	31,1	13,6	28,2
Alagoas	952	74,7	27,0	38,9	20,7	33,1
Sergipe	647	72,8	27,0	34,8	17,3	34,1
Bahia	4 592	69,1	24,1	36,3	16,4	30,5
Região Metropolitana de Salvador	1 259	66,7	20,4	32,7	14,0	29,5
Sudeste	27 020	61,1	18,5	30,6	13,1	27,2
Minas Gerais	6 609	63,4	19,4	32,2	14,5	28,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 709	62,7	18,3	30,8	12,8	28,2
Espírito Santo	1 159	64,5	21,0	32,4	13,4	28,7
Rio de Janeiro	5 572	56,3	15,7	28,2	12,2	24,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 094	56,0	15,5	27,8	12,2	24,3
São Paulo	13 680	61,6	19,1	30,6	12,8	27,8
Região Metropolitana de São Paulo	6 393	63,6	20,2	31,6	13,4	28,8
Sul	9 462	62,9	18,7	31,6	14,7	26,7
Paraná	3 580	64,2	19,7	33,4	15,0	26,8
Região Metropolitana de Curitiba	1 105	63,0	20,0	31,4	13,5	28,1
Santa Catarina	2 050	65,3	19,1	31,9	15,8	28,3
Rio Grande do Sul	3 832	60,5	17,7	29,8	13,8	25,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 437	60,3	18,0	30,1	13,5	26,0
Centro-Oeste	4 615	66,9	22,9	33,6	15,2	28,9
Mato Grosso do Sul	810	66,6	22,7	34,4	15,2	28,3
Mato Grosso	1 022	66,6	24,1	32,7	15,7	28,8
Goiás	1 945	66,5	22,5	33,8	15,0	28,3
Distrito Federal	837	68,5	22,5	33,5	15,1	31,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.3 - Taxas de mortalidade infantil em menores de 1 ano de idade e em menores de 5 anos de idade, por 1 000 nascidos vivos, segundo os países selecionados e as respectivas posições ocupadas em mortalidade de menores de 5 anos - 1990/2008

Países selecionados e respectivas posições ocupadas em mortalidade de menores de 5 anos	Taxas de mortalidade por 1000 nascidos vivos			
	Infantil em menores de 1 ano (1)		Menores de 5 anos	
	1990	2008	1990	2008
Brasil [100°]	47	24	56	22
Afeganistão [1°]	168	165	260	257
Angola [2°]	154	130	260	220
Índia [49°]	83	52	116	69
África do Sul [52°]	44	48	56	67
Coreia do Norte [57°]	42	42	55	55
Bolívia [58°]	88	46	122	54
Marrocos [72°]	68	32	88	36
Paraguai [89°]	34	24	42	28
China [102°]	37	18	46	21
Colômbia [105°]	28	16	35	20
Jordânia [105°]	31	17	38	20
México [112°]	36	15	45	17
Argentina [116°]	25	15	29	16
Rússia [130°]	23	12	27	13
Chile [147°]	18	7	22	9
Estados Unidos [149°]	9	7	11	8
Austrália [158°]	8	5	9	6
Canadá [158°]	7	6	8	6
Cuba [158°]	11	5	14	6
Reino Unido [158°]	8	5	9	6
Bélgica [167°]	9	4	10	5
Coreia do Sul [167°]	8	5	9	5
Dinamarca [172°]	7	4	9	4
França [172°]	7	3	9	4
Alemanha [172°]	7	4	9	4
Itália [172°]	9	3	10	4
Japão [172°]	5	3	6	4
Portugal [172°]	11	3	15	4
Espanha [172°]	8	4	9	4
Suécia [188°]	6	2	7	3

Fonte: The state of the world's children: special edition: statistical tables. New York: United Nations Children's Fund, 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/publications/files/SOWC_Spec_Ed_CRC_Statistical_Tables_EN_111809.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

(1) Dados projetados para Brasil.

Tabela 6.4 - Crianças nascidas, total e crianças nascidas com baixo peso, total e respectiva proporção, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Crianças nascidas		
	Total (1 000 pessoas)	Com baixo peso ao nascer	
		Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)
Brasil	2 917	240	8,2
Norte	315	22	7,1
Rondônia	24	2	6,6
Acre	18	1	6,7
Amazonas	73	5	7,3
Roraima	10	1	6,7
Pará	151	11	7,1
Amapá	15	1	8,5
Tocantins	24	2	6,5
Nordeste	883	67	7,5
Maranhão	126	9	6,9
Piauí	53	4	7,0
Ceará	133	10	7,8
Rio Grande do Norte	50	4	7,6
Paraíba	61	4	7,1
Pernambuco	145	11	7,5
Alagoas	58	4	7,1
Sergipe	37	3	7,9
Bahia	221	18	8,1
Sudeste	1 127	102	9,0
Minas Gerais	259	25	9,6
Espírito Santo	52	4	7,8
Rio de Janeiro	216	19	9,0
São Paulo	601	54	8,9
Sul	371	32	8,7
Paraná	151	13	8,4
Santa Catarina	85	7	8,0
Rio Grande do Sul	135	13	9,5
Centro-Oeste	221	17	7,7
Mato Grosso do Sul	41	3	7,4
Mato Grosso	49	3	6,9
Goiás	87	7	7,5
Distrito Federal	44	4	9,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos 2008.

Tabela 6.5 - Crianças de 0 a 14 anos de idade em domicílios sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Crianças de 0 a 14 anos de idade em domicílios sem abastecimento de água de rede geral, sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica e sem coleta de lixo				
	Total (1 000 pessoas)	Por forma de saneamento inadequado (%)			
		Sem abastecimento de água de rede geral [A]	Sem esgotamento sanitário de rede geral ou fossa séptica [B]	Sem coleta de lixo direta ou indireta [C]	Sem [A] + [B] + [C]
Brasil	46 327	19,4	50,1	15,0	10,9
Norte	4 801	42,9	89,1	20,6	16,8
Rondônia	414	63,6	95,2	27,1	25,7
Acre	233	48,3	77,1	28,3	22,2
Amazonas	1 082	31,0	82,7	15,6	11,8
Roraima	144	12,6	84,7	13,3	11,3
Pará	2 347	50,5	92,1	22,1	18,4
Amapá	203	30,9	98,7	4,1	1,8
Tocantins	377	21,2	86,9	25,2	18,1
Nordeste	14 615	26,0	72,2	28,9	19,2
Maranhão	1 986	37,9	92,5	42,4	27,7
Piauí	867	30,9	96,0	52,5	26,8
Ceará	2 322	21,8	70,8	26,8	15,8
Rio Grande do Norte	779	11,9	82,1	15,3	7,9
Paraíba	1 010	22,5	62,8	21,7	19,6
Pernambuco	2 322	27,0	64,5	24,9	19,7
Alagoas	903	36,0	89,8	29,9	21,4
Sergipe	543	14,5	54,3	16,0	8,4
Bahia	3 883	23,8	60,8	26,7	18,2
Sudeste	17 368	9,1	18,5	5,0	4,0
Minas Gerais	4 558	14,0	25,2	13,2	10,9
Espírito Santo	840	16,9	36,4	12,7	11,7
Rio de Janeiro	3 162	14,8	20,3	1,7	0,9
São Paulo	8 809	3,7	12,7	1,2	0,8
Sul	6 082	15,6	47,2	8,7	7,2
Paraná	2 453	12,4	43,8	9,2	8,0
Santa Catarina	1 309	23,2	47,5	8,4	7,7
Rio Grande do Sul	2 321	14,6	50,6	8,3	6,0
Centro-Oeste	3 460	17,5	65,7	9,3	8,2
Mato Grosso do Sul	612	16,0	84,6	9,6	8,4
Mato Grosso	768	24,7	87,8	16,3	15,0
Goiás	1 477	19,3	67,7	8,6	7,3
Distrito Federal	604	5,9	13,5	1,8	1,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.6 - Alunos na educação básica, total e proporção de alunos em escolas sem água filtrada para o próprio consumo e sem saneamento adequado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Alunos na educação básica				
	Total (1 000 alunos)	Proporção em escolas sem água filtrada para o próprio consumo e sem saneamento adequado (%)			
		Sem água filtrada para o próprio consumo	Sem abastecimento de água por rede pública	Sem esgotamento sanitário por rede pública	Sem coleta de lixo
Brasil	52 580	9,9	13,6	39,4	9,2
Norte	5 178	15,0	50,8	84,3	21,4
Rondônia	489	2,7	47,5	93,0	15,2
Acre	258	5,4	47,4	73,2	23,9
Amazonas	1 184	16,1	66,4	81,0	21,4
Roraima	134	23,4	17,8	72,0	18,6
Amapá	228	8,2	38,7	83,0	10,0
Tocantins	416	1,0	9,2	83,9	11,0
Nordeste	16 340	4,5	18,1	58,6	18,0
Maranhão	2 261	2,3	40,0	84,8	37,6
Piauí	1 047	4,0	22,6	78,2	26,1
Ceará	2 567	0,9	15,8	55,8	15,2
Rio Grande do Norte	944	3,9	7,0	66,7	7,6
Paraíba	1 102	6,8	15,0	51,1	14,7
Pernambuco	2 582	9,4	15,0	43,1	11,5
Alagoas	997	8,7	17,6	71,0	13,3
Sergipe	609	9,1	9,6	52,6	10,7
Bahia	4 230	2,9	13,4	49,1	16,4
Sudeste	20 618	1,1	3,8	11,4	2,2
Minas Gerais	5 049	0,6	5,7	13,5	6,2
Espírito Santo	931	0,3	5,2	16,5	2,6
Rio de Janeiro	4 001	1,7	6,7	12,9	0,4
São Paulo	10 637	1,2	1,7	9,4	0,9
Sul	6 761	47,8	5,8	36,1	2,5
Paraná	2 706	44,3	4,1	35,2	2,6
Santa Catarina	1 547	27,4	6,2	43,5	2,5
Rio Grande do Sul	2 508	64,3	7,4	32,6	2,4
Centro-Oeste	3 684	6,7	9,8	53,4	4,2
Mato Grosso do Sul	687	18,1	9,1	67,5	5,8
Mato Grosso	864	2,7	18,6	74,0	8,2
Goiás	1 455	6,8	7,9	55,9	2,9
Distrito Federal	677	0,1	3,2	7,3	0,1

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo Escolar 2009.

Tabela 6.7 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção de escolares com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada nos últimos sete dias, por sexo e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

Municípios das capitais e Distrito Federal	Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental					
	Total	Proporção de escolares com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada nos últimos sete dias (%)				
		Total	Sexo		Dependência administrativa da escola	
			Feminino	Masculino	Privada	Pública
Total	618 555	43,1	31,3	56,2	45,1	42,6
Porto Velho	5 304	39,8	28,8	54,2	38,5	40,1
Rio Branco	5 221	43,6	35,3	53,3	31,4	45,7
Manaus	27 228	42,4	31,6	54,2	39,1	42,8
Boa Vista	3 975	43,8	31,9	56,9	43,0	43,9
Belém	18 491	38,0	27,7	49,5	37,9	38,0
Macapá	6 237	41,3	31,8	52,5	38,2	41,5
Palmas	2 993	47,8	37,5	60,0	49,3	47,6
São Luís	12 501	34,2	25,1	45,4	36,6	33,5
Teresina	9 719	36,2	23,7	50,3	31,4	38,6
Fortaleza	39 226	36,7	24,0	51,3	38,1	36,1
Natal	10 014	41,2	30,4	53,9	48,8	36,6
João Pessoa	6 698	40,5	28,7	54,3	42,3	40,1
Recife	24 160	40,2	28,8	53,6	43,3	39,1
Maceió	11 617	35,5	23,9	51,2	39,5	34,0
Aracaju	6 648	37,4	24,0	55,4	43,4	34,4
Salvador	27 258	37,5	26,3	52,6	47,9	35,8
Belo Horizonte	32 699	47,9	38,7	57,9	47,0	48,1
Vitória	4 891	47,8	36,0	60,2	49,5	46,8
Rio de Janeiro	78 260	42,5	29,7	57,1	46,2	41,3
São Paulo	174 655	46,1	35,0	57,2	50,3	45,3
Curitiba	25 388	51,0	37,2	66,1	55,6	50,0
Florianópolis	4 241	51,5	37,2	66,3	50,2	51,8
Porto Alegre	12 469	46,8	33,5	61,0	43,4	48,1
Campo Grande	10 272	47,1	32,7	62,9	49,6	46,6
Cuiabá	7 381	39,0	28,3	51,2	33,6	40,0
Goiânia	20 918	41,5	28,4	55,2	42,2	41,2
Distrito Federal	30 094	44,4	31,7	59,8	48,4	43,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009

Tabela 6.8 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção de escolares que experimentaram cigarro alguma vez, por sexo e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

Municípios das capitais e Distrito Federal	Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental					
	Total	Proporção de escolares que experimentaram cigarro alguma vez (%)				
		Total	Sexo		Dependência administrativa da escola	
			Feminino	Masculino	Privada	Pública
Total	618 555	24,2	24,0	24,4	18,3	25,7
Porto Velho	5 304	26,3	24,6	28,5	18,0	28,2
Rio Branco	5 221	26,7	28,0	25,1	23,9	27,2
Manaus	27 228	24,4	21,8	27,2	23,5	24,5
Boa Vista	3 975	28,4	25,4	31,8	22,1	28,9
Belém	18 491	22,5	20,0	25,4	17,9	23,9
Macapá	6 237	24,8	21,0	29,3	16,2	25,5
Palmas	2 993	23,4	20,1	27,2	20,4	23,8
São Luís	12 501	22,6	20,3	25,4	19,2	23,6
Teresina	9 719	22,7	20,0	25,9	17,2	25,6
Fortaleza	39 226	21,3	19,1	23,8	12,3	25,1
Natal	10 014	20,5	18,0	23,4	15,3	23,6
João Pessoa	6 698	23,6	19,9	27,9	16,8	25,2
Recife	24 160	24,4	22,9	26,0	18,6	26,5
Maceió	11 617	18,5	17,9	19,3	13,9	20,3
Aracaju	6 648	22,7	21,3	24,6	16,3	25,9
Salvador	27 258	20,4	20,7	20,0	15,2	21,3
Belo Horizonte	32 699	25,4	26,0	24,7	19,0	26,8
Vitória	4 891	20,2	18,6	21,9	13,8	24,2
Rio de Janeiro	78 260	21,5	23,2	19,6	17,2	22,9
São Paulo	174 655	24,2	25,5	23,0	20,0	25,1
Curitiba	25 388	35,0	36,5	33,3	24,4	37,2
Florianópolis	4 241	23,2	22,1	24,3	11,5	26,7
Porto Alegre	12 469	29,6	31,2	28,0	19,6	33,4
Campo Grande	10 272	32,7	32,7	32,7	24,5	34,2
Cuiabá	7 381	27,4	25,9	29,1	21,9	28,5
Goiânia	20 918	25,6	22,8	28,6	21,1	27,6
Distrito Federal	30 094	25,5	25,3	25,7	20,3	27,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009

Tabela 6.9 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção dos que já sofreram algum episódio de embriaguez, por sexo e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

Municípios das capitais e Distrito Federal	Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental					
	Total	Proporção dos escolares que já sofreram algum episódio de embriaguez (%)				
		Total	Sexo		Dependência administrativa da escola	
			Feminino	Masculino	Privada	Pública
Total	618 555	22,1	21,1	23,3	19,4	22,8
Porto Velho	5 304	20,1	19,0	21,5	19,8	20,1
Rio Branco	5 221	17,7	17,5	17,9	19,4	17,4
Manaus	27 228	16,5	14,8	18,5	19,6	16,1
Boa Vista	3 975	24,5	21,2	28,2	24,6	24,5
Belém	18 491	18,5	15,8	21,4	16,9	18,9
Macapá	6 237	16,0	12,7	20,0	9,8	16,6
Palmas	2 993	19,7	16,9	23,1	24,4	19,0
São Luís	12 501	21,3	19,2	23,8	19,8	21,7
Teresina	9 719	19,8	17,9	22,0	16,0	21,8
Fortaleza	39 226	15,7	13,5	18,2	14,3	16,3
Natal	10 014	20,1	17,6	23,0	18,0	21,3
João Pessoa	6 698	21,5	17,5	26,2	22,0	21,4
Recife	24 160	21,3	17,9	25,3	18,7	22,2
Maceió	11 617	20,2	17,5	23,9	21,3	19,8
Aracaju	6 648	22,3	20,0	25,3	17,4	24,8
Salvador	27 258	27,1	27,7	26,4	20,1	28,3
Belo Horizonte	32 699	26,2	24,7	27,8	22,3	27,0
Vitória	4 891	18,7	19,0	18,3	14,7	21,1
Rio de Janeiro	78 260	25,1	24,6	25,7	22,2	26,0
São Paulo	174 655	21,0	20,8	21,2	19,3	21,3
Curitiba	25 388	30,0	28,2	31,9	23,2	31,4
Florianópolis	4 241	23,8	21,5	26,2	18,4	25,4
Porto Alegre	12 469	24,9	25,1	24,7	18,6	27,2
Campo Grande	10 272	28,4	29,0	27,7	23,4	29,3
Cuiabá	7 381	21,8	19,3	24,6	18,6	22,4
Goiânia	20 918	24,2	22,2	26,4	21,3	25,5
Distrito Federal	30 094	22,6	23,4	21,7	19,3	23,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009

Tabela 6.10 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção dos escolares que tiveram relação sexual alguma vez e que usaram preservativo na última relação sexual, por sexo, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

Municípios das capitais e Distrito Federal	Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por sexo							
	Total		Proporção dos escolares que tiveram relação sexual alguma vez e que usaram preservativo na última relação sexual (%)					
			Que tiveram relação sexual alguma vez			Que usaram preservativo na última relação sexual		
			Total	Sexo		Total	Sexo	
	Feminino	Masculino		Feminino	Masculino		Feminino	Masculino
Total	324 958	293 596	30,5	18,7	43,7	75,9	73,5	77,0
Porto Velho	3 001	2 303	33,9	22,3	48,9	80,0	81,3	79,1
Rio Branco	2 816	2 405	34,1	19,8	50,9	82,1	86,2	80,2
Manaus	14 192	13 036	37,0	24,0	51,4	80,2	79,6	80,6
Boa Vista	2 080	1 895	40,4	25,7	56,6	75,2	72,5	76,5
Belém	9 798	8 692	36,7	24,0	51,0	72,2	75,7	70,3
Macapá	3 396	2 841	37,3	22,6	55,0	76,6	80,8	74,5
Palmas	1 626	1 367	29,8	16,9	45,1	71,4	73,4	70,6
São Luís	6 885	5 615	32,8	17,2	52,0	68,3	70,0	67,6
Teresina	5 151	4 567	27,6	14,3	42,5	70,7	67,1	72,1
Fortaleza	20 990	18 236	26,7	16,3	38,6	73,4	72,4	73,9
Natal	5 408	4 607	28,7	16,1	43,5	71,8	71,6	71,9
João Pessoa	3 608	3 090	26,5	13,9	41,2	76,8	75,6	77,3
Recife	13 033	11 127	32,0	15,9	50,8	69,8	59,7	73,4
Maceió	6 656	4 960	29,9	15,9	48,8	73,9	72,0	74,7
Aracaju	3 796	2 852	29,2	18,0	44,2	68,7	61,6	72,5
Salvador	15 603	11 655	37,6	25,7	53,7	73,1	68,3	76,2
Belo Horizonte	17 105	15 595	30,2	20,2	41,3	75,4	69,6	78,5
Vitória	2 512	2 379	25,3	16,3	34,7	70,7	70,6	70,8
Rio de Janeiro	41 825	36 435	34,4	21,2	49,5	74,2	66,9	77,7
São Paulo	87 124	87 531	27,6	16,0	39,1	79,3	78,9	79,5
Curitiba	13 247	12 140	29,6	20,0	40,1	78,5	78,5	78,5
Florianópolis	2 165	2 076	28,3	22,2	34,8	81,0	83,6	79,2
Porto Alegre	6 416	6 053	31,2	21,9	41,2	77,9	72,1	81,3
Campo Grande	5 392	4 879	31,8	22,1	42,5	77,9	77,1	78,4
Cuiabá	3 932	3 448	31,8	16,3	49,5	79,5	77,9	80,1
Goiânia	10 676	10 241	29,7	17,8	42,1	76,2	74,8	76,8
Distrito Federal	16 524	13 570	26,0	16,4	37,7	73,6	74,7	73,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Tabela 6.11 - Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e proporção dos escolares que receberam orientação na escola, por tipo de orientação e dependência administrativa da escola, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

Municípios das capitais e Distrito Federal	Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental							
	Total		Proporção dos escolares que receberam orientação na escola, por tipo de orientação e dependência administrativa da escola (%)					
			Sobre AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis		Sobre prevenção de gravidez		Sobre aquisição gratuita de preservativo	
	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
Total	128 690	489 865	89,4	87,5	82,1	80,5	65,4	71,4
Porto Velho	965	4 339	89,7	92,6	77,1	84,7	57,8	75,9
Rio Branco	762	4 459	90,1	95,7	83,4	90,6	72,5	84,1
Manaus	2 997	24 231	81,5	90,8	76,6	84,6	59,8	77,3
Boa Vista	284	3 691	88,7	89,8	80,9	80,5	65,9	75,8
Belém	4 220	14 270	83,5	79,6	73,4	69,7	50,9	54,8
Macapá	501	5 735	89,7	92,0	84,6	85,8	66,4	74,9
Palmas	388	2 605	88,7	90,6	78,3	83,2	66,8	72,8
São Luís	2 824	9 677	91,9	91,4	84,4	84,0	64,8	69,5
Teresina	3 258	6 461	90,7	90,6	81,0	83,4	64,5	71,3
Fortaleza	11 632	27 594	89,6	88,0	83,1	78,4	62,2	69,0
Natal	3 788	6 227	85,9	86,0	77,1	77,5	56,5	67,7
João Pessoa	1 295	5 403	88,5	88,5	79,4	81,5	60,5	73,3
Recife	6 542	17 618	84,6	85,2	76,4	74,9	59,6	69,6
Maceió	3 203	8 414	87,7	89,9	80,8	81,9	67,0	74,5
Aracaju	2 249	4 398	85,9	83,8	79,1	75,0	63,1	69,7
Salvador	3 963	23 295	96,0	88,9	90,2	80,0	68,5	71,6
Belo Horizonte	6 112	26 587	91,2	89,1	87,2	80,6	65,0	73,0
Vitória	1 863	3 029	82,4	89,7	76,1	83,5	51,6	75,6
Rio de Janeiro	18 308	59 952	86,6	86,3	76,5	79,5	63,0	72,0
São Paulo	28 705	145 950	92,6	85,9	87,5	77,2	73,6	69,4
Curitiba	4 309	21 079	90,6	88,7	86,6	81,3	69,7	79,8
Florianópolis	993	3 248	92,7	90,1	88,4	84,8	71,2	84,9
Porto Alegre	3 373	9 096	91,3	91,4	82,6	83,6	64,3	79,8
Campo Grande	1 581	8 691	89,9	91,5	79,1	81,9	69,1	76,8
Cuiabá	1 189	6 192	84,5	85,1	75,9	76,1	63,3	71,3
Goiânia	6 250	14 668	92,1	88,5	85,5	78,3	72,2	69,5
Distrito Federal	7 137	22 957	88,8	87,7	77,3	79,7	59,8	70,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Tabela 6.12 - Taxa de frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	30,9	35,4	42,2	46,2	55,2
Norte	23,8	24,5	27,6	35,7	43,8
Nordeste	32,3	35,4	42,2	47,7	51,3
Sudeste	34,3	42,0	47,5	51,0	57,0
Sul	24,2	36,8	42,9	50,5	59,7
Centro-Oeste	25,1	30,7	32,2	41,1	49,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.13 - Taxa de frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	96,6	97,2	98,1	98,8	99,3
Norte	94,4	96,0	96,7	98,1	98,4
Rondônia	95,8	98,0	96,3	97,5	97,8
Acre	89,4	98,8	98,3	99,5	97,0
Amazonas	93,5	95,8	95,4	98,1	97,7
Roraima	98,0	97,0	97,9	100,0	100,0
Pará	93,9	96,1	95,3	98,2	98,2
Região Metropolitana de Belém	94,5	96,7	98,4	98,6	98,7
Amapá	97,2	97,5	96,7	98,6	97,0
Tocantins	96,7	97,8	98,9	98,6	100,0
Nordeste	96,9	97,0	97,8	97,9	99,2
Maranhão	98,2	97,7	98,7	99,0	100,0
Piauí	98,7	97,7	98,6	97,0	98,9
Ceará	98,2	98,2	98,5	98,0	99,4
Região Metropolitana de Fortaleza	97,4	97,5	98,2	98,2	99,6
Rio Grande do Norte	94,7	95,5	97,2	97,3	100,0
Paraíba	95,9	98,0	97,7	97,6	100,0
Pernambuco	95,5	96,2	97,4	97,2	98,2
Região Metropolitana de Recife	96,0	97,8	97,4	98,0	99,0
Alagoas	93,4	94,2	93,3	96,6	98,9
Sergipe	96,2	97,3	95,9	100,0	100,0
Bahia	97,6	97,3	97,6	98,2	98,8
Região Metropolitana de Salvador	95,8	97,3	98,9	98,1	100,0
Sudeste	97,1	97,9	98,8	99,4	99,5
Minas Gerais	96,7	97,3	99,1	99,6	99,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	97,7	98,0	98,5	99,5	100,0
Espírito Santo	97,7	96,8	96,8	99,2	99,2
Rio de Janeiro	96,3	98,8	98,4	99,7	99,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	95,9	98,7	97,9	99,6	99,5
São Paulo	97,6	97,8	99,1	99,4	99,5
Região Metropolitana de São Paulo	97,1	97,3	98,7	99,4	99,2
Sul	96,3	97,6	98,1	98,8	98,9
Paraná	96,5	96,6	97,9	99,5	98,6
Região Metropolitana de Curitiba	94,8	95,7	99,5	99,4	100,0
Santa Catarina	96,7	97,2	98,1	99,5	98,7
Rio Grande do Sul	96,3	98,6	97,8	98,1	98,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	94,2	97,1	97,6	99,3	99,5
Centro-Oeste	96,5	97,6	98,1	98,0	99,7
Mato Grosso do Sul	97,3	97,6	98,6	97,2	100,0
Mato Grosso	95,7	97,4	98,0	98,1	98,3
Goiás	96,7	97,3	98,6	97,6	99,6
Distrito Federal	96,0	98,5	98,4	99,6	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.14 - Taxa de frequência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de frequência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	81,0	83,2	85,1	88,3	93,9
Norte	79,5	81,5	84,7	86,4	90,8
Nordeste	78,9	84,5	82,8	86,2	92,0
Sudeste	83,5	86,5	88,0	90,1	96,5
Sul	75,3	81,4	83,6	88,3	93,2
Centro-Oeste	78,8	83,1	81,9	84,6	91,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.15 - Taxa de frequência escolar dos jovens de 18 a 24 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de frequência escolar dos jovens de 18 a 24 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	23,9	24,2	24,7	30,2	49,6
Norte	26,9	31,0	29,3	32,3	47,9
Nordeste	24,9	26,6	27,9	29,0	44,4
Sudeste	18,4	21,8	22,4	31,7	52,5
Sul	16,1	19,2	27,0	35,7	51,3
Centro-Oeste	23,0	23,9	26,9	31,5	53,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.16 - Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por situação do domicílio e grupos de idade (%)							
	Urbana				Rural			
	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	40,2	97,8	86,2	31,3	28,4	96,9	80,7	24,8
Norte	29,4	96,6	84,5	35,3	24,3	94,9	81,2	27,6
Nordeste	40,7	97,5	85,2	31,6	32,7	97,2	81,3	27,6
Sudeste	44,2	98,2	88,4	29,8	25,6	97,1	81,5	19,3
Sul	40,0	97,7	84,3	32,2	20,6	96,8	76,9	19,0
Centro-Oeste	33,1	97,6	83,5	32,3	23,3	97,5	82,6	26,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.17 - Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por sexo e grupos de idade (%)							
	Homem				Mulher			
	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	38,1	97,4	84,1	28,5	38,0	97,8	86,3	32,2
Norte	26,8	95,5	83,9	32,3	29,6	96,8	83,6	35,4
Rondônia	24,4	96,9	82,2	28,5	25,1	96,8	82,1	32,9
Acre	19,3	95,5	76,2	27,4	21,2	96,4	78,6	33,0
Amazonas	25,5	95,3	82,2	34,3	24,8	95,9	86,2	41,8
Roraima	31,3	98,0	87,1	34,3	39,8	98,5	83,0	42,2
Pará	28,2	94,7	84,1	32,3	33,1	96,8	82,2	31,5
Região Metropolitana de Belém	34,9	95,9	91,7	41,0	35,5	97,4	87,4	40,5
Amapá	20,1	97,6	91,2	33,4	19,1	97,1	85,3	40,5
Tocantins	31,1	97,2	88,1	32,6	31,2	98,9	88,9	40,9
Nordeste	37,8	97,2	83,2	29,4	39,0	97,7	84,8	31,8
Maranhão	35,7	98,1	86,0	26,3	34,8	98,8	88,9	30,1
Piauí	42,5	98,0	79,1	39,0	40,9	98,5	84,3	42,2
Ceará	44,0	98,2	83,2	24,5	42,3	98,5	85,0	26,8
Região Metropolitana de Fortaleza	43,2	97,7	87,9	27,8	43,8	98,1	83,0	28,9
Rio Grande do Norte	47,6	95,5	83,6	26,6	39,2	96,9	80,2	30,1
Paraíba	32,4	97,0	81,4	30,3	39,7	97,9	84,8	35,9
Pernambuco	36,9	96,6	79,3	29,1	40,2	96,5	83,7	29,9
Região Metropolitana de Recife	42,8	97,3	83,7	34,9	46,8	97,1	87,6	30,0
Alagoas	29,6	93,9	83,9	29,6	38,0	95,2	77,2	39,4
Sergipe	35,3	97,3	87,9	32,7	35,6	97,2	83,1	37,5
Bahia	36,5	97,6	84,4	31,8	38,7	97,8	87,1	31,1
Região Metropolitana de Salvador	44,7	97,2	86,2	30,8	44,9	97,7	86,2	35,0
Sudeste	42,9	97,9	86,4	27,5	42,3	98,3	89,3	30,8
Minas Gerais	35,5	97,2	81,4	26,4	36,0	98,6	88,3	32,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	42,0	97,7	87,1	29,9	40,6	98,8	90,6	33,6
Espírito Santo	40,5	97,7	84,7	22,4	39,7	97,3	84,7	21,9
Rio de Janeiro	44,9	98,0	90,8	33,1	39,4	98,2	91,2	36,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	44,1	98,1	91,8	34,3	38,7	97,6	90,7	37,1
São Paulo	45,9	98,3	87,5	26,6	46,9	98,2	89,5	29,1
Região Metropolitana de São Paulo	45,3	97,8	89,7	27,7	48,0	97,9	87,8	29,8
Sul	38,2	97,5	81,3	26,9	35,4	97,6	84,6	33,6
Paraná	35,7	97,4	78,6	27,8	34,6	97,4	82,3	33,7
Região Metropolitana de Curitiba	37,1	96,5	78,9	29,3	41,4	97,5	81,2	34,8
Santa Catarina	52,0	97,5	80,2	27,4	46,0	97,9	86,2	30,8
Rio Grande do Sul	32,9	97,5	84,6	25,8	30,0	97,7	86,1	35,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	31,4	96,8	84,7	31,5	30,8	96,4	87,9	35,5
Centro-Oeste	33,6	97,3	82,8	28,8	30,3	97,9	83,9	34,7
Mato Grosso do Sul	39,7	97,3	79,4	25,6	37,1	98,5	84,4	31,4
Mato Grosso	35,3	96,6	84,3	30,5	29,9	97,8	83,1	37,5
Goiás	28,2	97,6	80,4	26,0	25,5	97,5	80,0	33,4
Distrito Federal	37,8	97,6	90,3	36,0	35,7	98,7	93,1	37,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.18 - Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por cor ou raça e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens de 0 a 24 anos de idade, por cor ou raça e grupos de idade (%)							
	Brancos				Pretos ou pardos			
	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	38,8	98,0	86,9	34,5	37,5	97,3	83,9	26,6
Norte	29,7	96,9	87,2	36,9	27,6	96,1	83,1	32,9
Rondônia	19,0	96,5	82,4	35,1	28,0	97,1	82,2	28,7
Acre	19,4	97,7	80,9	33,0	20,8	95,4	76,0	29,3
Amazonas	28,8	97,0	88,1	39,9	24,0	95,3	83,2	37,8
Roraima	35,5	100,0	88,4	45,6	35,6	97,9	83,7	35,3
Pará	33,8	96,1	87,9	34,1	29,5	95,8	82,6	31,2
Região Metropolitana de Belém	35,6	97,7	89,6	47,6	35,1	96,4	89,5	38,9
Amapá	17,4	97,6	83,9	41,6	20,6	97,3	89,5	35,4
Tocantins	33,3	98,4	95,1	42,3	30,5	97,9	86,4	34,7
Nordeste	37,9	97,4	85,5	34,7	38,7	97,5	83,5	29,0
Maranhão	33,0	98,0	93,1	30,4	36,6	98,9	85,7	28,0
Piauí	38,0	98,5	82,0	50,0	43,1	98,2	81,5	37,6
Ceará	43,4	98,4	85,7	29,4	42,9	98,3	83,5	24,0
Região Metropolitana de Fortaleza	45,9	98,2	88,7	32,4	41,7	97,8	84,2	26,5
Rio Grande do Norte	43,4	96,1	85,6	33,4	43,6	96,2	79,9	25,3
Paraíba	35,9	98,3	83,6	36,6	36,1	96,9	82,8	31,1
Pernambuco	37,3	96,4	80,9	33,7	39,3	96,8	81,7	27,2
Região Metropolitana de Recife	45,1	97,9	86,4	37,4	44,6	96,8	85,2	29,6
Alagoas	34,5	95,2	87,4	38,4	33,1	94,3	78,5	33,3
Sergipe	38,8	97,6	87,3	41,6	33,6	97,1	84,9	32,8
Bahia	35,8	97,5	86,0	35,9	38,2	97,8	85,7	30,2
Região Metropolitana de Salvador	43,9	98,0	85,7	46,6	45,0	97,3	86,4	30,5
Sudeste	42,8	98,4	89,5	34,8	42,5	97,8	85,9	22,0
Minas Gerais	35,8	98,2	86,7	35,6	35,7	97,7	83,6	24,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	42,3	98,6	90,6	40,9	40,7	98,2	87,7	26,5
Espírito Santo	36,3	96,9	85,5	28,7	43,1	98,0	84,3	17,4
Rio de Janeiro	44,7	98,7	93,3	40,6	39,0	97,6	88,6	27,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	45,0	98,5	93,8	43,2	36,9	97,3	88,7	27,2
São Paulo	45,1	98,5	89,5	33,0	49,2	98,0	86,8	18,2
Região Metropolitana de São Paulo	46,4	97,9	89,5	34,7	47,1	97,9	87,5	19,6
Sul	36,9	97,8	84,2	32,4	36,1	96,7	78,8	21,5
Paraná	34,2	97,8	81,8	33,7	37,8	96,5	77,2	22,9
Região Metropolitana de Curitiba	39,0	97,4	80,6	35,4	40,1	95,9	78,1	20,9
Santa Catarina	48,0	98,0	84,0	30,8	56,3	96,4	79,2	16,8
Rio Grande do Sul	32,6	97,8	86,5	32,4	27,4	97,2	80,9	21,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	32,7	97,1	86,5	35,9	25,3	95,4	86,0	23,5
Centro-Oeste	31,5	98,1	83,7	38,1	32,7	97,4	83,1	27,5
Mato Grosso do Sul	38,6	97,6	83,3	33,6	38,4	98,3	80,8	23,9
Mato Grosso	30,2	97,6	83,8	39,5	35,2	96,9	83,7	30,2
Goiás	26,4	98,2	79,1	36,4	27,4	97,2	80,6	25,4
Distrito Federal	36,0	99,2	94,8	44,5	37,9	97,6	90,4	31,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.19 - Crianças, adolescentes e jovens de 7 a 24 anos de idade, total e proporção, por grupos de idade, que não sabem ler e nem escrever, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Crianças, adolescentes e jovens de 7 a 24 anos de idade, que não sabem ler e nem escrever, por grupos de idade			
	Total (1 000 pessoas)		Proporção (%)	
	7 a 14 anos	15 a 24 anos	7 a 14 anos	15 a 24 anos
Brasil	1 866	647	6,8	1,9
Norte	272	67	10,1	2,2
Nordeste	1 005	398	11,8	3,9
Sudeste	402	120	3,9	0,9
Sul	107	43	3,0	0,9
Centro-Oeste	79	18	4,0	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.20 - Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de idade ocupados, total e taxa de ocupação, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças, adolescentes e jovens de 10 a 24 anos de idade ocupados, por grupos de idade					
	Total (1 000 pessoas)			Taxa de ocupação (%)		
	10 a 15 anos	16 e 17 anos	18 a 24 anos	10 a 15 anos	16 e 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	1 938	2 190	14 358	9,2	32,0	62,3
Norte	215	178	1 125	10,7	28,6	55,3
Rondônia	31	24	130	16,9	36,7	64,3
Acre	13	8	55	13,5	33,3	58,6
Amazonas	33	31	228	7,3	22,2	50
Roraima	3	5	31	4,1	30,7	58,2
Pará	100	83	532	10,4	28,1	54
Região Metropolitana de Belém	10	13	141	4,5	17,8	49,7
Amapá	4	3	42	5,1	11,6	45,8
Tocantins	31	23	109	18,1	44,2	68,8
Nordeste	844	688	3 914	12,9	31,8	56,7
Maranhão	106	87	459	12,5	32,0	54,9
Piauí	66	52	246	15,8	42,4	62,5
Ceará	161	123	704	14,9	35,0	62,7
Região Metropolitana de Fortaleza	25	35	277	6,2	25,6	58
Rio Grande do Norte	44	36	237	12,3	29,0	53,9
Paraíba	34	34	238	7,8	23,3	49,4
Pernambuco	105	88	553	10,6	25,6	51
Região Metropolitana de Recife	10	20	210	2,8	14,8	46,5
Alagoas	44	42	202	10,3	26,3	49,2
Sergipe	21	22	154	9,2	26,2	54
Bahia	263	205	1 120	14,8	36,5	60,8
Região Metropolitana de Salvador	35	34	276	8,8	27,1	57
Sudeste	463	753	5 972	5,8	29,6	64,4
Minas Gerais	222	242	1 607	10,2	35,5	67,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	30	48	418	5,7	31,2	67,4
Espírito Santo	28	38	280	7,3	33,9	67,8
Rio de Janeiro	37	87	904	2,5	18,1	54,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	25	55	656	2,3	15,5	53,5
São Paulo	176	385	3 181	4,4	30,4	66,1
Região Metropolitana de São Paulo	78	162	1 549	4,0	25,7	65,5
Sul	270	399	2 247	9,4	40,5	72
Paraná	104	149	823	8,9	39,4	69,3
Região Metropolitana de Curitiba	18	38	271	5,2	38,2	68,9
Santa Catarina	74	110	570	11,8	48,3	78
Rio Grande do Sul	92	139	854	8,6	36,9	71
Região Metropolitana de Porto Alegre	17	43	300	4,2	30,3	66,5
Centro-Oeste	145	172	1 099	9,6	33,1	64,7
Mato Grosso do Sul	19	32	183	7,1	35,6	65,4
Mato Grosso	38	42	243	11,9	35,1	66,9
Goiás	82	85	476	12,5	39,3	66,7
Distrito Federal	6	14	196	2,1	14,7	57,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.21 - Jovens de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Jovens de 18 a 24 anos de idade					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência (%)				
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Cuida de afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
Brasil	23 034	14,7	15,6	46,7	17,8	5,2
Norte	2 037	18,4	15,5	39,7	21,2	5,1
Rondônia	201	14,3	16,4	47,9	18,4	2,9
Acre	94	16,3	13,9	44,7	19,6	5,5
Amazonas	455	23,2	15,0	35,0	20,3	6,5
Roraima	53	17,0	21,2	36,9	20,1	4,7
Pará	984	17,3	14,6	39,4	23,6	5,1
Região Metropolitana de Belém	284	24,1	16,6	33,0	20,5	5,7
Amapá	92	23,1	13,9	32,0	22,9	8,1
Tocantins	158	15,5	21,1	47,7	13,1	2,6
Nordeste	6 899	16,3	14,3	42,4	20,8	6,2
Maranhão	835	15,3	13,0	42,0	22,5	7,2
Piauí	394	20,1	20,6	41,8	14,1	3,3
Ceará	1 124	12,7	13,0	49,7	19,7	5,0
Região Metropolitana de Fortaleza	477	15,7	12,7	45,3	19,1	7,1
Rio Grande do Norte	440	16,9	11,4	42,4	20,4	8,8
Paraíba	481	21,9	11,2	38,3	21,2	7,5
Pernambuco	1 085	17,2	12,3	38,6	23,4	8,4
Região Metropolitana de Recife	451	20,4	12,0	34,5	22,9	10,3
Alagoas	411	19,7	15,1	34,0	23,5	7,7
Sergipe	286	18,3	16,8	37,3	21,4	6,2
Bahia	1 842	14,9	16,6	44,2	20,0	4,3
Região Metropolitana de Salvador	484	17,6	15,4	41,6	20,7	4,8
Sudeste	9 279	14,0	15,1	49,2	16,4	5,3
Minas Gerais	2 393	13,4	15,8	51,3	14,8	4,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	620	14,9	17,0	50,4	13,1	4,6
Espírito Santo	413	9,0	13,2	54,7	17,3	5,9
Rio de Janeiro	1 662	20,7	13,9	40,5	17,9	7,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 226	21,5	14,3	39,2	17,8	7,2
São Paulo	4 812	12,4	15,4	50,7	16,5	5,0
Região Metropolitana de São Paulo	2 366	11,9	16,8	48,7	16,7	5,9
Sul	3 120	10,7	19,5	52,5	14,1	3,2
Paraná	1 187	10,9	19,9	49,4	15,7	4,0
Região Metropolitana de Curitiba	393	12,0	19,9	49,1	14,4	4,7
Santa Catarina	731	8,9	20,1	57,9	10,6	2,5
Rio Grande do Sul	1 203	11,5	18,8	52,2	14,7	2,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	451	14,0	19,4	47,0	16,0	3,5
Centro-Oeste	1 699	15,2	16,6	48,1	15,7	4,4
Mato Grosso do Sul	280	14,4	14,1	51,3	17,1	3,2
Mato Grosso	364	14,3	19,7	47,2	14,3	4,5
Goiás	714	13,7	16,0	50,8	15,8	3,8
Distrito Federal	341	19,9	16,7	40,8	15,8	6,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.22 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) (%)		
		Até 1/2 (2)	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1
Brasil	16 548	22,2	27,1	49,2
Norte	1 303	28,3	34,8	35,9
Rondônia	153	22,5	29,6	47,6
Acre	63	27,4	35,3	37,3
Amazonas	259	26,8	28,0	44,2
Roraima	36	11,1	43,8	44,5
Pará	615	32,5	37,1	28,7
Região Metropolitana de Belém	154	23,6	43,3	30,0
Amapá	45	12,3	43,8	43,9
Tocantins	132	28,8	37,7	33,3
Nordeste	4 602	43,5	34,6	21,3
Maranhão	545	47,0	32,5	20,0
Piauí	298	58,1	26,2	15,2
Ceará	827	41,0	37,1	21,4
Região Metropolitana de Fortaleza	312	19,9	45,4	34,3
Rio Grande do Norte	273	40,0	31,4	28,7
Paraíba	272	40,8	40,4	18,6
Pernambuco	641	36,7	38,5	23,7
Região Metropolitana de Recife	229	20,0	42,6	35,4
Alagoas	244	47,3	31,9	20,5
Sergipe	176	35,1	41,5	23,3
Bahia	1 325	45,5	33,1	20,6
Região Metropolitana de Salvador	310	26,8	34,4	38,2
Sudeste	6 725	11,0	22,7	63,7
Minas Gerais	1 849	19,7	34,2	45,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	466	8,8	33,0	57,2
Espírito Santo	319	22,5	28,1	48,9
Rio de Janeiro	992	7,5	26,9	62,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	711	6,2	23,5	66,1
São Paulo	3 566	6,5	15,0	74,9
Região Metropolitana de São Paulo	1 711	4,9	14,0	76,0
Sul	2 646	14,7	20,4	64,3
Paraná	972	13,6	24,7	61,5
Região Metropolitana de Curitiba	310	4,9	20,2	74,4
Santa Catarina	681	12,1	16,4	70,9
Rio Grande do Sul	993	17,4	19,1	62,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	342	7,9	19,2	70,3
Centro-Oeste	1 272	13,6	29,9	55,8
Mato Grosso do Sul	215	13,5	28,1	58,4
Mato Grosso	285	17,7	28,4	53,6
Goiás	561	14,6	34,1	50,8
Distrito Federal	210	5,3	22,8	69,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive sem declaração de rendimento. (2) Inclusive sem rendimento.

Tabela 6.23 - Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por número de horas trabalhadas por semana, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por número de horas trabalhadas por semana (%)		
		Até 39	40 a 44	45 ou mais
Brasil	16 548	30,4	43,1	26,5
Norte	1 303	35,9	36,6	27,5
Rondônia	153	29,7	44,9	25,3
Acre	63	37,1	29,7	33,2
Amazonas	259	34,8	34,8	30,4
Roraima	36	37,7	33,7	28,5
Pará	615	38,5	34,7	26,8
Região Metropolitana de Belém	154	43,8	34,1	22,1
Amapá	45	33,4	46,0	20,6
Tocantins	132	33,1	39,8	27,1
Nordeste	4 602	41,0	31,8	27,2
Maranhão	545	37,3	32,2	30,5
Piauí	298	57,9	28,0	14,1
Ceará	827	35,8	30,5	33,7
Região Metropolitana de Fortaleza	312	30,3	35,7	34,0
Rio Grande do Norte	273	39,8	30,8	29,4
Paraíba	272	36,5	39,9	23,6
Pernambuco	641	38,4	31,7	29,9
Região Metropolitana de Recife	229	35,5	37,8	26,7
Alagoas	244	43,5	27,3	29,2
Sergipe	176	39,0	35,5	25,5
Bahia	1 325	44,2	32,4	23,4
Região Metropolitana de Salvador	310	37,2	36,2	26,6
Sudeste	6 725	23,8	49,7	26,5
Minas Gerais	1 849	28,4	47,4	24,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	466	30,2	49,2	20,6
Espírito Santo	319	30,6	42,3	27,1
Rio de Janeiro	992	24,5	49,4	26,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	711	26,3	48,8	24,8
São Paulo	3 566	20,6	51,6	27,8
Região Metropolitana de São Paulo	1 711	21,9	49,1	29,0
Sul	2 646	26,9	49,3	23,8
Paraná	972	27,9	50,2	22,0
Região Metropolitana de Curitiba	310	27,0	50,7	22,3
Santa Catarina	681	20,9	53,9	25,3
Rio Grande do Sul	993	30,0	45,4	24,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	342	28,8	50,6	20,6
Centro-Oeste	1 272	28,2	43,4	28,5
Mato Grosso do Sul	215	25,4	47,6	27,1
Mato Grosso	285	29,6	43,8	26,6
Goiás	561	27,9	40,7	31,5
Distrito Federal	210	30,0	45,6	24,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 6.24 - Mulheres de 15 a 24 anos de idade que tiveram filhos nascidos vivos, total e respectiva proporção, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Mulheres de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade					
	15 a 17 anos			18 a 24 anos		
	Total (1 000 pessoas)	Que tiveram filhos nascidos vivos		Total (1 000 pessoas)	Que tiveram filhos nascidos vivos	
		Total (1 000 pessoas) (1)	Proporção (%)		Total (1 000 pessoas) (1)	Proporção (%)
Brasil	5 121	283	5,5	11 487	3 766	32,8
Norte	466	44	9,5	1 042	490	47,1
Nordeste	1 616	111	6,8	3 490	1 284	36,8
Sudeste	1 906	72	3,8	4 560	1 262	27,7
Sul	738	30	4,1	1 541	430	27,9
Centro-Oeste	395	26	6,5	854	299	35,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive as informações das mulheres que não souberam informar a pelo menos um dos quesitos de fecundidade.

Tabela 6.25 - Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental expostos a diferentes tipos de violência, segundo os municípios das capitais e o Distrito Federal - 2009

Municípios das capitais e Distrito Federal	Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental expostos a diferentes tipos de violência (%)						
	Não compareceram à escola por falta de segurança, nos últimos 30 dias			Que quase sempre ou sempre se sentiram humilhados por provo- cações de colegas da escola	Nos últimos 30 dias, estiveram envolvidos em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma branca	Nos últimos 30 dias, estiveram envolvidos em alguma briga na qual alguma pessoa usou arma de fogo	Nos últimos 30 dias, foram agre- didos fisi- camente por um adulto da família
	No trajeto casa- escola	Na escola privada	Na escola pública				
Total	6,4	5,5	9,7	5,4	6,1	4,0	9,5
Porto Velho	4,4	3,4	6,5	4,1	4,1	3,4	7,2
Rio Branco	6,3	5,4	9,2	5,8	7,9	3,7	8,5
Manaus	6,1	6,2	9,3	4,8	8,4	4,7	11,0
Boa Vista	5,7	5,7	8,4	6,5	9,5	6,4	9,0
Belém	7,8	5,6	10,1	4,2	7,0	4,3	10,5
Macapá	6,6	7,3	10,7	4,5	8,5	4,8	11,6
Palmas	5,2	5,4	8,6	3,5	5,8	3,6	7,4
São Luis	7,6	5,9	11,2	4,8	6,3	3,1	8,4
Teresina	6,1	4,9	9,9	4,8	5,3	2,5	9,1
Fortaleza	7,4	5,2	11,4	4,8	5,4	3,8	9,1
Natal	5,4	3,9	8,1	4,2	5,2	3,1	9,2
João Pessoa	5,0	3,8	6,7	5,5	4,8	2,8	9,0
Recife	6,8	6,1	10,7	5,7	5,6	3,8	11,7
Maceió	7,7	4,7	10,5	5,3	4,9	2,8	8,7
Aracaju	5,3	5,2	9,0	4,6	6,2	3,3	10,1
Salvador	7,0	5,2	9,9	4,2	5,8	3,1	11,0
Belo Horizonte	6,0	5,6	9,9	6,9	5,7	4,4	9,3
Vitória	5,3	4,3	9,5	5,6	5,5	4,4	9,6
Rio de Janeiro	6,8	5,3	10,0	5,6	6,5	4,0	11,0
São Paulo	6,5	6,2	9,9	5,6	5,3	3,8	8,9
Curitiba	5,2	4,8	8,5	5,7	8,3	5,9	10,3
Florianópolis	4,3	3,6	6,4	4,5	5,1	4,3	6,6
Porto Alegre	5,2	4,1	8,2	4,7	5,5	4,9	8,3
Campo Grande	4,5	4,3	7,1	5,4	7,0	5,1	8,2
Cuiabá	7,0	6,4	10,6	4,4	7,0	5,7	8,1
Goiânia	6,6	5,2	10,5	5,6	7,7	4,6	9,1
Distrito Federal	5,3	4,5	7,8	6,5	5,4	4,0	8,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009.

Tabela 6.26 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares					
	Total					
	Total (1 000 pessoas) (2)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	56 766	19,3	26,3	27,4	14,5	7,8
Norte	5 768	25,0	32,0	24,0	9,2	4,6
Rondônia	511	19,3	27,4	28,4	13,2	7,9
Acre	273	28,3	26,8	22,3	11,7	7,4
Amazonas	1 303	23,3	33,2	24,8	10,2	4,2
Roraima	169	19,2	32,3	25,8	11,9	8,2
Pará	2 812	27,7	33,0	22,5	7,2	3,0
Região Metropolitana de Belém	656	16,7	30,9	27,2	10,3	5,1
Amapá	244	23,6	30,6	23,5	9,8	7,8
Tocantins	457	20,8	31,2	26,4	12,0	6,9
Nordeste	17 904	35,2	32,2	18,9	6,2	3,4
Maranhão	2 398	35,7	33,7	18,4	5,5	2,8
Piauí	1 054	37,9	31,1	18,3	5,4	3,4
Ceará	2 851	35,7	30,8	19,7	6,4	3,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1 117	20,5	33,3	25,5	9,9	6,8
Rio Grande do Norte	973	29,4	33,6	22,4	5,9	4,8
Paraíba	1 236	34,6	33,7	19,1	6,0	3,1
Pernambuco	2 838	35,1	32,4	17,9	6,0	2,8
Região Metropolitana de Recife	1 040	22,4	31,8	23,0	9,8	5,7
Alagoas	1 148	41,0	32,9	14,7	5,2	2,6
Sergipe	670	34,3	29,8	19,7	8,3	5,0
Bahia	4 735	34,1	31,8	19,4	6,8	3,6
Região Metropolitana de Salvador	1 054	20,4	27,8	28,6	11,1	7,8
Sudeste	21 250	9,9	22,2	32,7	19,2	10,2
Minas Gerais	5 605	15,1	26,9	31,3	15,3	7,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 355	9,8	22,6	32,6	18,9	10,8
Espírito Santo	1 011	14,2	32,5	27,9	13,7	8,3
Rio de Janeiro	3 906	9,4	22,2	33,1	17,5	10,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 821	9,5	20,6	32,7	17,3	11,5
São Paulo	10 728	7,0	18,7	33,7	22,5	11,8
Região Metropolitana de São Paulo	5 265	7,5	18,7	32,4	20,9	12,2
Sul	7 592	8,8	19,9	32,4	23,6	12,1
Paraná	3 046	9,2	21,4	33,3	21,6	11,5
Região Metropolitana de Curitiba	890	6,1	17,8	30,3	26,9	15,3
Santa Catarina	1 655	4,7	14,5	31,0	30,9	15,5
Rio Grande do Sul	2 891	10,9	21,5	32,1	21,6	10,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 098	8,9	19,9	33,5	21,6	11,7
Centro-Oeste	4 252	10,7	25,6	32,7	16,0	10,6
Mato Grosso do Sul	754	11,2	28,8	33,4	15,4	9,3
Mato Grosso	948	12,4	25,2	32,5	17,1	8,2
Goiás	1 806	10,6	26,7	34,2	16,2	7,8
Distrito Federal	744	8,1	20,0	28,7	14,7	21,9

Tabela 6.26 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares					
	0 a 5 anos					
	Total (1 000 pessoas) (2)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	16 172	21,0	26,8	25,0	12,9	7,5
Norte	1 790	26,8	29,9	22,1	8,6	4,4
Rondônia	145	20,7	26,5	27,8	12,1	6,3
Acre	87	33,0	25,5	21,1	10,6	5,8
Amazonas	395	25,5	31,5	21,6	9,9	4,0
Roraima	50	17,5	31,6	26,1	11,3	9,6
Pará	911	29,2	30,3	20,9	6,8	3,3
Região Metropolitana de Belém	206	18,4	31,3	23,3	9,4	4,5
Amapá	70	24,0	27,5	20,6	9,8	6,7
Tocantins	131	21,9	29,9	25,6	10,7	7,0
Nordeste	5 173	37,5	30,9	15,9	5,7	3,4
Maranhão	722	36,7	34,7	13,6	4,8	3,0
Piauí	277	43,3	24,4	17,1	5,5	2,6
Ceará	805	37,0	30,3	17,0	5,4	4,1
Região Metropolitana de Fortaleza	327	21,2	32,5	22,9	8,5	7,6
Rio Grande do Norte	291	31,9	30,6	19,3	5,0	5,6
Paraíba	365	36,7	33,6	14,0	5,9	2,9
Pernambuco	822	38,6	31,6	14,8	5,6	2,8
Região Metropolitana de Recife	298	22,4	34,3	20,0	9,6	5,6
Alagoas	313	40,2	33,5	12,5	5,3	2,3
Sergipe	211	36,7	29,1	16,1	7,1	5,8
Bahia	1 366	37,3	29,3	17,3	6,3	3,1
Região Metropolitana de Salvador	295	21,3	27,0	24,9	11,7	8,4
Sudeste	5 881	10,6	23,8	30,9	17,2	10,2
Minas Gerais	1 512	17,1	27,2	28,6	14,0	7,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	365	10,5	22,3	31,6	16,8	11,7
Espírito Santo	289	13,3	32,8	28,2	12,7	7,9
Rio de Janeiro	1 025	9,7	24,4	32,1	15,1	10,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	744	9,9	23,2	31,1	14,9	11,3
São Paulo	3 056	7,5	21,1	31,9	20,0	11,9
Região Metropolitana de São Paulo	1 529	7,9	21,4	30,7	17,5	12,5
Sul	2 053	9,8	22,1	30,5	21,3	11,6
Paraná	816	9,5	23,3	31,6	20,0	10,7
Região Metropolitana de Curitiba	252	8,0	17,6	30,8	23,2	15,1
Santa Catarina	451	4,5	17,7	30,3	28,7	14,5
Rio Grande do Sul	786	13,2	23,4	29,6	18,5	11,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	304	10,7	22,3	32,0	17,9	12,0
Centro-Oeste	1 275	12,1	27,5	30,5	14,8	9,9
Mato Grosso do Sul	225	13,9	28,4	32,5	12,9	9,0
Mato Grosso	298	11,5	25,1	31,0	17,5	8,3
Goiás	531	12,8	30,2	30,9	14,2	7,3
Distrito Federal	221	9,1	23,7	27,0	14,1	18,9

Tabela 6.26 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares					
	6 a 14 anos					
	Total (1 000 pessoas) (2)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	30 214	20,2	26,8	27,6	14,1	7,4
Norte	3 017	26,1	33,4	23,5	8,8	4,5
Rondônia	269	21,2	28,9	26,7	12,5	7,9
Acre	148	27,6	27,4	22,0	11,7	7,5
Amazonas	688	24,3	34,1	24,8	10,1	3,9
Roraima	94	20,5	33,7	25,3	11,6	7,2
Pará	1 440	28,8	35,0	22,2	6,4	2,9
Região Metropolitana de Belém	336	17,3	32,6	27,3	9,7	4,9
Amapá	132	24,8	30,7	23,9	9,4	8,8
Tocantins	246	22,4	32,4	24,5	11,6	7,3
Nordeste	9 464	36,7	32,5	18,6	6,0	3,2
Maranhão	1 265	38,0	33,3	18,4	5,5	2,7
Piauí	590	38,1	31,9	18,6	5,4	3,3
Ceará	1 518	37,6	31,2	19,4	6,2	3,0
Região Metropolitana de Fortaleza	584	21,3	34,6	25,4	9,9	6,1
Rio Grande do Norte	487	31,4	35,0	21,9	5,8	4,0
Paraíba	645	36,3	33,7	19,8	5,7	3,0
Pernambuco	1 505	37,1	32,0	17,4	6,0	2,7
Região Metropolitana de Recife	548	25,1	29,8	23,3	9,0	5,5
Alagoas	604	45,2	31,6	13,1	5,0	2,6
Sergipe	332	35,4	30,5	20,5	7,6	4,4
Bahia	2 518	34,4	33,0	19,0	6,6	4,0
Região Metropolitana de Salvador	562	21,0	28,6	29,2	10,5	7,5
Sudeste	11 501	10,6	22,9	33,0	18,8	9,6
Minas Gerais	3 052	15,7	28,2	31,1	14,6	6,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	751	10,5	25,0	32,4	17,4	10,3
Espírito Santo	551	15,8	33,9	27,2	12,8	8,1
Rio de Janeiro	2 139	9,8	22,4	33,0	17,3	10,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 535	10,0	20,4	33,0	16,9	11,2
São Paulo	5 760	7,6	19,1	34,6	22,1	10,9
Região Metropolitana de São Paulo	2 799	8,1	19,0	33,3	21,2	11,2
Sul	4 039	9,6	20,0	33,5	22,9	11,4
Paraná	1 646	10,0	21,5	34,3	20,4	11,5
Região Metropolitana de Curitiba	476	6,2	18,6	30,1	27,6	14,2
Santa Catarina	859	5,4	14,6	31,6	30,5	14,3
Rio Grande do Sul	1 535	11,5	21,4	33,6	21,4	9,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	585	9,7	19,7	34,9	21,9	10,0
Centro-Oeste	2 193	11,2	26,3	32,8	15,4	10,5
Mato Grosso do Sul	391	11,4	29,7	32,5	16,1	9,3
Mato Grosso	472	13,3	27,6	31,7	15,9	8,0
Goiás	946	10,9	27,1	34,9	15,4	7,7
Distrito Federal	384	9,0	19,5	29,1	14,0	22,0

Tabela 6.26 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares					
	15 a 17 anos (1)					
	Total (1 000 pessoas) (2)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)				
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	10 379	14,1	23,9	30,5	17,9	9,1
Norte	962	18,2	31,2	28,7	11,8	5,1
Nordeste	3 267	27,0	33,3	24,5	7,6	3,8
Sudeste	3 868	7,0	17,7	34,3	23,6	11,8
Sul	1 500	5,5	16,7	31,9	28,6	14,9
Centro-Oeste	783	7,1	20,3	36,2	19,9	12,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Para este grupo de idade, os dados para Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas não apresentaram significância estatística e, por isso, não foram disponibilizados. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 6.27 - Famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade (%)			
	Total			
	Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em salário mínimo)		Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em reais)	
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Até 70	Mais de 70 a 140
Brasil	13,2	23,0	5,9	11,6
Norte	16,8	29,1	6,6	15,7
Rondônia	13,3	22,3	5,1	12,4
Acre	18,0	24,5	7,3	15,3
Amazonas	15,2	29,7	5,8	14,8
Roraima	12,8	28,5	4,7	13,2
Pará	18,9	30,9	7,5	17,6
Região Metropolitana de Belém	12,0	28,0	4,8	12,2
Amapá	14,8	28,7	4,5	15,6
Tocantins	14,0	27,7	6,5	12,2
Nordeste	26,3	32,0	13	20,3
Maranhão	26,7	32,8	15,3	18,7
Piauí	30,4	30,5	14,2	23
Ceará	27,0	30,6	13,4	20,2
Região Metropolitana de Fortaleza	15,2	30,8	6,3	15,1
Rio Grande do Norte	22,6	32,4	10	20,1
Paraíba	26,2	33,8	12,4	23,2
Pernambuco	26,0	32,8	13,5	18,6
Região Metropolitana de Recife	16,0	29,8	7,9	13,3
Alagoas	30,7	34,9	15,7	22,4
Sergipe	25,1	29,6	10,9	20,8
Bahia	25,0	31,5	11,4	20,3
Região Metropolitana de Salvador	14,4	25,3	6,2	12
Sudeste	6,4	17,7	2,3	7
Minas Gerais	10,3	22,7	3,8	10,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	6,3	18,2	2,2	6,6
Espírito Santo	10,0	26,7	3,9	10,9
Rio de Janeiro	5,8	18,4	1,7	6,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5,8	16,7	1,7	6,7
São Paulo	4,4	14,1	1,7	4,8
Região Metropolitana de São Paulo	4,6	14,5	1,8	5,3
Sul	5,4	15,9	1,9	5,8
Paraná	5,9	17,3	2,1	6,8
Região Metropolitana de Curitiba	3,7	13,4	1,1	4,1
Santa Catarina	2,8	10,9	0,9	2,8
Rio Grande do Sul	6,3	17,3	2,4	6,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	4,7	15,1	1,6	5,5
Centro-Oeste	7,4	21,2	2,7	7,7
Mato Grosso do Sul	7,9	22,9	2,5	7,7
Mato Grosso	8,7	21,3	3,3	8,5
Goiás	7,6	22,5	3,1	7,8
Distrito Federal	4,9	16,3	1,3	6,5

Tabela 6.27 - Famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade (%)			
	0 a 5 anos			
	Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em salário mínimo)		Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em reais)	
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Até 70	Mais de 70 a 140
Brasil	17,8	25,9	8,2	14,9
Norte	21,7	29,7	8,9	18,9
Rondônia	17,8	24,3	6,2	16
Acre	27,2	25,2	11,6	20,5
Amazonas	20,5	31,2	8	18,9
Roraima	14,1	27,9	6,2	11,8
Pará	23,7	30,7	10,1	20,2
Região Metropolitana de Belém	15,0	30,7	6	14,4
Amapá	19,5	27,7	6,2	18,6
Tocantins	17,6	29,2	7,4	16,1
Nordeste	33,1	31,7	17	23,7
Maranhão	33,2	33,2	20,8	21,2
Piauí	39,0	26,6	19,5	25,9
Ceará	32,9	31,2	16	24,4
Região Metropolitana de Fortaleza	17,9	32,4	7,2	17
Rio Grande do Norte	28,7	30,5	13,5	22,5
Paraíba	33,0	34,5	15,7	28,4
Pernambuco	33,1	33,3	18,1	21,3
Região Metropolitana de Recife	19,9	32,9	10,8	14,7
Alagoas	36,5	34,2	20,2	24,6
Sergipe	32,4	30,0	13,6	26,1
Bahia	32,4	30,5	15,7	23,9
Região Metropolitana de Salvador	18,4	26,9	7,5	15,3
Sudeste	9,0	21,8	3,5	9,4
Minas Gerais	14,9	25,8	5,9	14
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,9	20,9	3,6	8,7
Espírito Santo	12,5	29,9	5,4	13,9
Rio de Janeiro	7,8	22,7	2,1	9,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,0	21,4	1,9	9,9
São Paulo	6,3	18,9	2,7	6,6
Região Metropolitana de São Paulo	6,8	18,9	2,7	7,7
Sul	8,2	20,6	3	8,9
Paraná	8,1	21,8	2,7	9,9
Região Metropolitana de Curitiba	5,8	16,3	1,8	6,3
Santa Catarina	4,4	15,9	1,4	4,4
Rio Grande do Sul	10,5	22,0	4,3	10,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,1	20,7	3,1	8,9
Centro-Oeste	10,2	25,7	3,5	10,6
Mato Grosso do Sul	11,8	26,5	4	11
Mato Grosso	10,3	22,8	3,8	10,1
Goiás	10,7	28,3	4,1	10,8
Distrito Federal	7,1	22,8	1,3	10,7

Tabela 6.27 - Famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade (%)			
	6 a 14 anos			
	Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em salário mínimo)		Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em reais)	
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Até 70	Mais de 70 a 140
Brasil	15,4	24,5	6,6	13,8
Norte	19,6	31,3	7,2	19
Rondônia	16,0	25,1	6,2	15,2
Acre	20,1	24,5	8,3	15,6
Amazonas	18,1	31,8	6,2	18,1
Roraima	15,2	30,4	5,9	16,1
Pará	22,0	33,5	8	21,5
Região Metropolitana de Belém	13,5	30,2	5,1	14,5
Amapá	18,3	27,2	5,1	19,4
Tocantins	16,1	30,4	7,5	14,5
Nordeste	30,1	32,7	14,6	23,3
Maranhão	31,2	33,8	17,3	21,8
Piauí	33,4	31,0	14,2	27,2
Ceará	31,4	31,4	15,8	22,6
Região Metropolitana de Fortaleza	17,6	33,1	7,4	17,3
Rio Grande do Norte	25,2	35,3	11,4	22,9
Paraíba	30,3	33,5	15,1	25,7
Pernambuco	29,8	32,9	14,9	22,1
Região Metropolitana de Recife	19,4	29,3	9,5	16,1
Alagoas	36,8	33,6	19	26,5
Sergipe	29,3	29,9	12,1	24
Bahia	27,7	32,8	12,4	23
Região Metropolitana de Salvador	16,3	26,1	6,4	14,2
Sudeste	7,7	19,7	2,6	8,7
Minas Gerais	11,9	24,9	4,1	13,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	7,6	20,8	2,4	8,7
Espírito Santo	11,9	30,1	4,6	12,7
Rio de Janeiro	7,0	20,1	2,1	8,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7,1	18,3	2,1	8,1
São Paulo	5,5	16,1	1,9	6,2
Região Metropolitana de São Paulo	6,0	16,2	2,2	6,8
Sul	6,7	17,5	2,4	7,1
Paraná	7,2	18,8	2,4	8,4
Região Metropolitana de Curitiba	4,5	15,5	1,3	4,7
Santa Catarina	3,8	12,5	1,3	3,7
Rio Grande do Sul	7,9	18,9	3	7,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	6,3	17,3	2	7,3
Centro-Oeste	8,8	23,0	3,1	9,3
Mato Grosso do Sul	8,1	26,5	2,3	8,7
Mato Grosso	11,2	23,3	4,3	11
Goiás	9,0	23,9	3,6	9,3
Distrito Federal	6,2	17,0	1,5	7,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 6.27 - Famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios particulares, por grupos de idade e classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Proporção de famílias com pessoas de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade (%)			
	15 a 17 anos (1)			
	Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em salário mínimo)		Por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em reais)	
	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Até 70	Mais de 70 a 140
Brasil	13,3	23,0	5,8	12,0
Norte	17,2	30,3	6,7	16,4
Nordeste	25,8	32,8	12,5	21,0
Sudeste	6,7	16,9	2,4	7,4
Região Metropolitana de Belém	5,3	16,0	1,8	5,7
Centro-Oeste	6,9	19,7	3,0	6,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Para este grupo de idade, os dados para Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas não apresentaram significância estatística e, por isso, não foram disponibilizados.

Tabela 6.28 - Distribuição percentual das famílias com pessoas de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares, por condição de ocupação da pessoa de referência e cônjuge, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Distribuição percentual das famílias com pessoas de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares, por condição de ocupação da pessoa de referência e cônjuge (%)			
	Pessoa de referência ocupada	Cônjuge ocupado	Chefe e cônjuge ocupados	Nem chefe e nem cônjuge ocupados
Brasil	15,9	6,0	65,0	13,1
Norte	16,9	6,6	62,4	14,1
Rondônia	14,5	6,2	67,4	11,9
Acre	15,6	6,8	64,8	12,8
Amazonas	17,6	7,8	59,8	14,9
Roraima	18,9	7,9	58,9	14,3
Pará	16,8	6,1	62,9	14,1
Região Metropolitana de Belém	21,7	7,9	54,0	16,4
Amapá	16,8	6,6	56,9	19,7
Tocantins	18,9	5,7	63,5	11,9
Nordeste	15,5	5,0	62,9	16,6
Maranhão	15,4	3,6	63,4	17,6
Piauí	19,6	3,6	66,5	10,4
Ceará	17,3	5,3	63,2	14,2
Região Metropolitana de Fortaleza	19,3	7,0	58,1	15,6
Rio Grande do Norte	13,3	4,6	63,6	18,4
Paraíba	12,2	4,7	63,0	20,0
Pernambuco	13,5	5,2	61,2	20,1
Região Metropolitana de Recife	16,5	8,4	51,7	23,4
Alagoas	11,1	4,9	62,5	21,6
Sergipe	18,5	6,0	61,4	14,0
Bahia	16,6	5,7	62,7	14,9
Região Metropolitana de Salvador	20,3	7,5	57,2	15,0
Sudeste	16,3	6,6	65,1	12,0
Minas Gerais	16,9	4,9	65,3	12,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	20,1	7,1	60,6	12,2
Espírito Santo	18,1	5,2	64,2	12,4
Rio de Janeiro	17,0	5,7	64,3	13,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	17,5	6,6	62,8	13,1
São Paulo	15,5	7,9	65,5	11,1
Região Metropolitana de São Paulo	17,4	9,2	61,4	12,1
Sul	14,1	5,9	70,6	9,4
Paraná	14,2	5,0	71,0	9,8
Região Metropolitana de Curitiba	16,6	7,5	66,4	9,6
Santa Catarina	11,6	6,0	75,2	7,1
Rio Grande do Sul	15,4	6,7	67,5	10,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	17,5	8,9	61,6	12,0
Centro-Oeste	17,7	6,1	65,3	10,9
Mato Grosso do Sul	18,0	3,2	69,3	9,5
Mato Grosso	18,5	7,8	62,6	11,1
Goiás	16,3	5,5	67,4	10,8
Distrito Federal	19,9	8,1	59,8	12,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui-se as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 6.29 - Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - período 2008-2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade						
	Total (1 000 famílias) (1)(2)	Distribuição percentual, por avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar (%)					
		Muita dificuldade	Dificuldade	Alguma dificuldade	Alguma facilidade	Facilidade	Muita facilidade
Brasil	27 438	20,7	23,8	36,7	11,3	6,9	0,6
Norte	2 395	22,9	22,9	35,7	12,1	5,6	0,7
Rondônia	252	15,7	20,0	40,7	12,5	10,3	0,9
Acre	119	24,5	23,8	32,4	13,0	5,9	0,5
Amazonas	522	19,6	22,1	37,6	16,2	3,8	0,7
Roraima	69	26,8	21,3	30,4	10,3	5,4	5,7
Pará	1 126	25,8	22,9	35,6	10,2	4,9	0,5
Amapá	103	16,3	21,6	39,0	15,0	8,1	-
Tocantins	205	26,0	29,4	27,6	9,7	6,9	0,4
Nordeste	8 149	29,0	27,6	30,5	7,8	4,5	0,6
Maranhão	1 019	33,6	26,1	30,3	7,0	2,7	0,3
Piauí	494	26,2	31,4	30,2	8,5	3,7	0,1
Ceará	1 340	23,5	29,4	33,2	8,0	5,3	0,6
Rio Grande do Norte	481	27,0	23,4	36,6	7,9	4,5	0,5
Paraíba	564	27,1	29,1	29,7	9,5	4,1	0,6
Pernambuco	1 276	27,9	29,2	29,7	7,5	5,0	0,8
Alagoas	491	32,9	26,6	29,0	7,2	3,8	0,5
Sergipe	319	28,0	27,5	31,4	7,0	6,1	-
Bahia	2 165	31,8	26,3	28,3	8,0	4,9	0,7
Sudeste	10 816	17,8	23,2	39,3	11,7	7,6	0,5
Minas Gerais	2 810	18,5	23,0	38,1	11,4	8,3	0,8
Espírito Santo	475	18,0	19,1	39,5	13,3	9,5	0,7
Rio de Janeiro	2 019	22,2	20,9	37,0	12,6	6,5	0,9
São Paulo	5 512	15,7	24,5	40,8	11,3	7,5	0,2
Sul	4 014	12,4	19,7	41,7	16,2	9,1	0,8
Paraná	1 542	10,7	21,9	42,7	14,1	9,8	0,8
Santa Catarina	926	9,7	17,8	43,4	18,5	10,1	0,5
Rio Grande do Sul	1 546	15,8	18,8	39,6	16,9	7,9	1,0
Centro-Oeste	2 064	17,2	21,4	38,5	12,7	9,2	1,0
Mato Grosso do Sul	368	15,6	22,5	37,9	13,5	9,6	0,9
Mato Grosso	463	14,0	19,2	41,4	16,7	8,2	0,6
Goiás	882	19,7	21,4	38,7	10,7	8,8	0,6
Distrito Federal	351	17,0	23,1	34,9	11,4	11,1	2,4

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Notas: 1. O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo.

2. As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família.

(1) Exclusive as famílias sem declaração do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês. (2) Inclusive sem rendimento.

Tabela 6.30 - Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por avaliação da quantidade de alimento consumido pela família, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - período 2008-2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade			
	Total (1 000 famílias) (1)(2)	Distribuição percentual, por avaliação da quantidade de alimento consumido pela família (%)		
		Normalmente insuficiente	Às vezes insuficiente	Sempre suficiente
Brasil	27 438	11,3	31,9	56,8
Norte	2 395	12,8	44,8	42,4
Rondônia	252	8,2	32,0	59,8
Acre	119	12,8	39,9	47,3
Amazonas	522	16,1	45,7	38,2
Roraima	69	17,0	47,2	35,9
Pará	1 126	11,9	49,2	38,9
Amapá	103	7,1	40,8	52,1
Tocantins	205	15,9	38,6	45,5
Nordeste	8 149	15,7	41,1	43,2
Maranhão	1 019	12,5	45,2	42,4
Piauí	494	15,2	45,1	39,8
Ceará	1 340	15,6	41,8	42,6
Rio Grande do Norte	481	16,2	37,7	46,1
Paraíba	564	9,4	36,2	54,4
Pernambuco	1 276	16,3	40,0	43,7
Alagoas	491	23,3	38,3	38,5
Sergipe	319	16,4	49,8	33,8
Bahia	2 165	16,8	39,8	43,5
Sudeste	10 816	9,8	27,1	63,1
Minas Gerais	2 810	9,3	24,4	66,3
Espírito Santo	475	9,9	29,0	61,2
Rio de Janeiro	2 019	12,9	31,6	55,5
São Paulo	5 512	9,0	26,6	64,4
Sul	4 014	6,3	21,4	72,3
Paraná	1 542	7,6	24,1	68,3
Santa Catarina	926	5,9	18,3	75,8
Rio Grande do Sul	1 546	5,3	20,4	74,3
Centro-Oeste	2 064	9,5	26,7	63,8
Mato Grosso do Sul	368	5,1	21,3	73,6
Mato Grosso	463	8,3	27,1	64,6
Goiás	882	9,0	28,5	62,5
Distrito Federal	351	16,8	27,1	56,1

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Notas: 1. O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo.

2. As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família.

(1) Exclusive as famílias sem declaração do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês. (2) Inclusive sem rendimento.

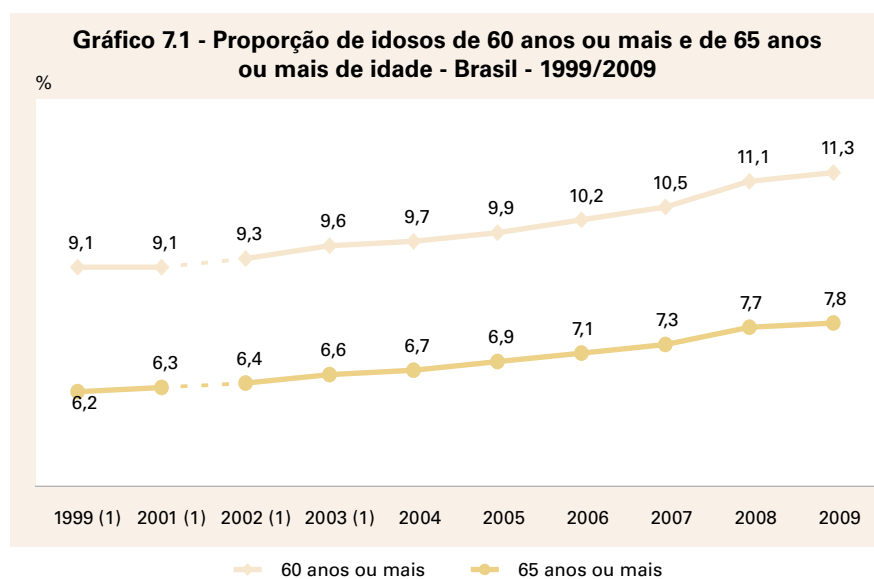
Tabela 6.31 - Municípios, total e com política para crianças e adolescentes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com política para crianças e adolescentes (%)									
		Total	A política inclui programas, ações ou medidas de								
			Reti- rada de crian- ças e adoles- centes em si- tuaçã o de rua	Lazer	Desa- briga- mento	Com- bate ao tra- balho infantil	Com- bate à explo- ração sexual	Com- bate ao turismo sexual com explora- ção de crianças e adoles- centes	Atendi- mento à criança e ado- lescente com defi- ciência	Atendi- mento ao adoles- cente em conflito com a lei	Outros
Brasil	5 565	88,2	42,8	63,4	18,3	66,5	44,8	16,1	55,2	46,3	12,9
Norte	449	92,0	39,2	55,2	10,4	87,4	57,9	20,8	46,7	40,7	11,4
Rondônia	52	94,2	49,0	57,1	24,5	89,8	55,1	20,4	65,3	55,1	12,2
Acre	22	95,5	28,6	52,4	4,8	100,0	81,0	52,4	71,4	61,9	-
Amazonas	62	90,3	41,1	66,1	8,9	87,5	55,4	23,2	50,0	51,8	7,1
Roraima	15	93,3	35,7	85,7	14,3	100,0	35,7	21,4	42,9	35,7	7,1
Pará	143	88,1	50,8	50,0	14,3	81,0	71,4	20,6	42,9	40,5	16,7
Amapá	16	100,0	25,0	56,3	6,3	100,0	37,5	-	31,3	50,0	-
Tocantins	139	94,2	27,5	51,9	3,1	87,8	48,1	17,6	40,5	26,7	11,5
Nordeste	1 794	89,5	35,9	61,4	5,9	81,4	46,7	16,9	50,6	37,8	9,9
Maranhão	217	82,0	31,5	49,4	6,7	87,6	40,4	12,9	49,4	32,6	18,0
Piauí	224	96,4	28,7	64,4	0,9	92,1	44,0	17,1	48,1	33,3	6,9
Ceará	184	100,0	39,1	74,5	8,7	85,9	37,0	20,1	58,2	52,7	10,9
Rio Grande do Norte	167	91,0	21,7	56,6	2,6	86,2	28,9	14,5	38,8	23,0	7,2
Paraíba	223	89,2	31,7	51,8	1,5	93,0	39,2	7,0	44,7	30,2	3,0
Pernambuco	185	97,3	47,2	64,4	11,7	93,9	81,1	31,1	61,1	47,8	6,7
Alagoas	102	83,3	31,8	57,6	7,1	95,3	64,7	17,6	49,4	35,3	9,4
Sergipe	75	94,7	42,3	54,9	21,1	88,7	67,6	18,3	46,5	39,4	15,5
Bahia	417	81,8	43,4	67,2	4,4	48,7	42,2	15,8	52,8	41,3	12,9
Sudeste	1 668	85,4	46,9	67,6	24,1	48,1	36,9	14,0	54,9	49,9	14,8
Minas Gerais	853	81,0	35,4	53,5	10,4	39,6	31,4	12,1	40,4	31,4	6,9
Espírito Santo	78	92,3	44,9	52,6	26,9	84,6	50,0	28,2	60,3	43,6	19,2
Rio de Janeiro	92	93,5	54,3	62,0	37,0	68,5	52,2	20,7	64,1	55,4	22,8
São Paulo	645	89,3	43,7	63,4	30,9	33,8	26,5	8,5	51,5	55,5	18,0
Sul	1 188	90,0	43,4	54,8	29,2	50,4	40,1	10,7	59,2	50,0	15,7
Paraná	399	94,2	55,1	56,6	32,3	57,9	38,8	10,5	61,9	56,4	14,8
Santa Catarina	293	95,9	41,3	61,8	31,4	69,6	53,9	15,4	64,8	54,9	14,7
Rio Grande do Sul	496	83,1	35,3	49,2	25,4	33,1	32,9	8,1	53,6	41,9	16,9
Centro-Oeste	466	85,2	38,4	60,7	15,2	66,5	45,1	23,2	47,2	42,1	6,7
Mato Grosso do Sul	78	82,1	50,0	60,3	35,9	78,2	60,3	32,1	56,4	46,2	10,3
Mato Grosso	141	87,9	42,6	56,0	19,1	66,7	62,4	34,0	53,9	37,6	4,3
Goiás	246	84,6	32,1	63,4	6,1	62,6	30,1	14,2	40,2	43,1	6,9
Distrito Federal	1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-

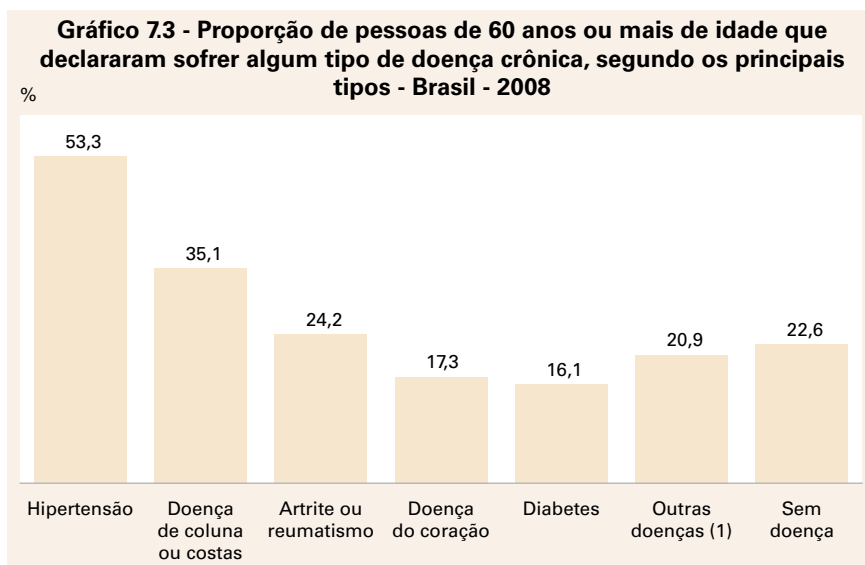
Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Idosos

Em vários países, as populações estão envelhecendo. Estudos mostram que o número de pessoas idosas cresce em ritmo maior do que o número de pessoas que nascem, acarretando um conjunto de situações que modificam a estrutura de gastos dos países em uma série de áreas importantes. No Brasil, o ritmo de crescimento da população idosa tem sido sistemático e consistente. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, o País contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Com uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição populacional, combinada ainda com outros fatores, tais como os avanços da tecnologia, especialmente na área da saúde, atualmente o grupo de idosos ocupa um espaço significativo na sociedade brasileira. No período de 1999 a 2009, o peso



relativo dos idosos (60 anos ou mais de idade) no conjunto da população passou de 9,1% para 11,3%. O Gráfico 7.1 mostra, também, a evolução do peso relativo das pessoas 65 anos ou mais de idade, faixa etária considerada para fins de estudos demográficos e, também, como limite da condição de velhice nos países mais desenvolvidos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Inclui depressão (9,2%), asma ou bronquite (5,9%), tendinite ou tenossinovite (5,0%), insuficiência renal crônica (3,3%) e câncer (2,5%).

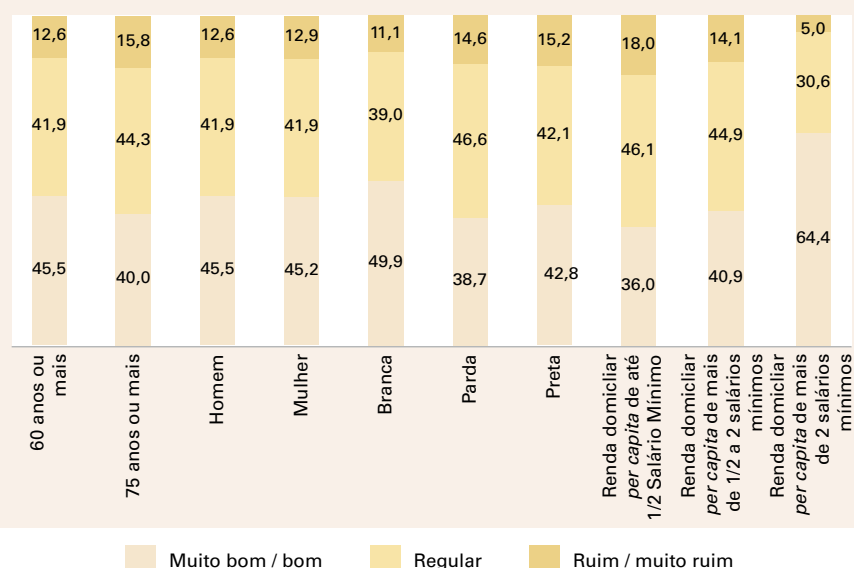
Quase metade (48,9%) dos idosos sofria de mais de uma doença crônica e, no subgrupo de 75 anos ou mais de idade, a proporção atingia mais da metade (54,0%). Entre as doenças crônicas, a hipertensão é a que mais se destaca em todos os subgrupos de idosos, com proporções em torno de 50%. Doenças como dores de coluna (ou costas) e artrite ou reumatismo aparecem, também, com bastante frequência entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade: 35,1% e 24,2%, respectivamente.

Pode-se dizer que envelhecer sem doença crônica é uma exceção, entretanto ter a doença não significa necessariamente exclusão social. Se o idoso continua ativo na sociedade, mantendo sua autoestima, é considerado “saúdável” pelos estudiosos. Nas avaliações sobre o seu estado geral de saúde, os idosos, além de considerar propriamente a doença, levam em conta, também, sua participação na sociedade.

Cabe esclarecer que, para avaliar o estado de saúde através de sua própria percepção, era necessário que o idoso fosse o informante do questionário do referido levantamento suplementar da PNAD 2008. Desta maneira, visando aos objetivos da presente análise, foram elaboradas tabulações especiais desses resultados, considerado-se, apenas, as informações respondidas pelos próprios idosos. Esse conjunto totaliza cerca de 15 milhões de idosos, que representavam 71% do conjunto de idosos residentes no País.

Assim, na avaliação subjetiva do estado de saúde, mesmo que 77,4% dos idosos tenham declarado sofrer de doenças crônicas, 45,5% declararam seu estado de saúde como muito bom ou bom. Apenas 12,6% disseram ter a saúde ruim ou muito ruim, em especial, os idosos com 75 anos ou mais, os de cor preta ou parda e os que viviam com renda familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Tais dados mostram que justamente aqueles com perfil esperado de maior vulnerabilidade têm, de fato, uma percepção do seu estado de saúde como ruim ou muito ruim (Tabelas 7.26, 7.28 e 7.29, e Gráfico 7.4).

Gráfico 7.4 - Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por percepção do próprio estado de saúde, segundo algumas características - Brasil - 2008

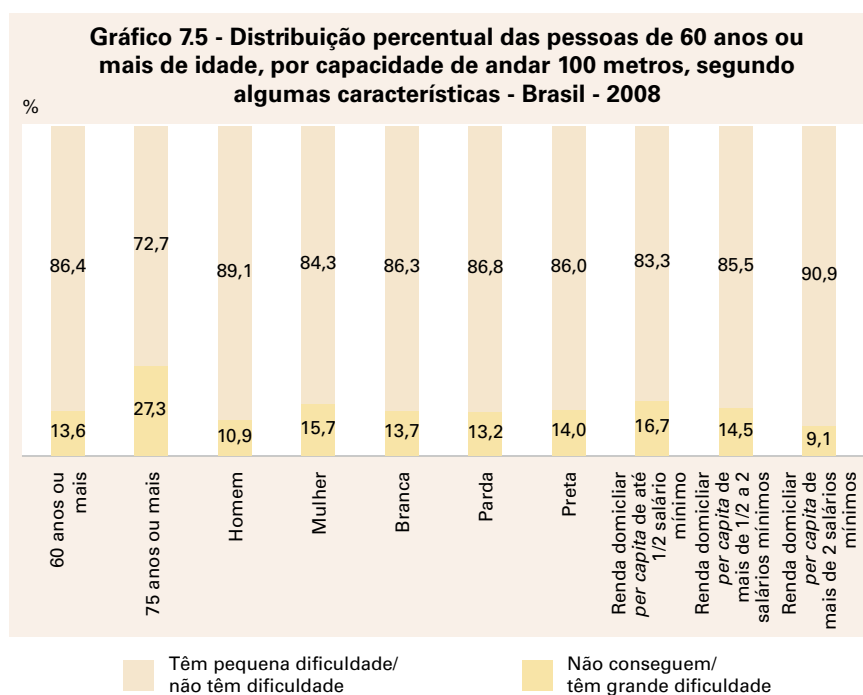


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

A atenção à saúde dos idosos é primordial para preservar a sua autonomia pelo maior tempo possível. O envelhecimento do organismo por si só já diminui a capacidade funcional do ser humano. As doenças crônicas tendem a acelerar este processo, principalmente, se não houver acompanhamento médico. Neste capítulo, considerou-se como *proxy* para “incapacidade funcional” a incapacidade de caminhar 100 metros, o que gera dificuldades para realização de várias tarefas da vida diária.

Na comparação com os dados da PNAD 2003, que também investigou essa questão, a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade que não conseguiam ou tinham grande dificuldade de caminhar 100 metros era de 12,2%, passando, em 2008, para 13,6%. Estes resultados confirmam o que os estudos vêm observando: à medida que os índices de esperança de vida crescem, há uma tendência de aumento da incapacidade funcional da população idosa. De fato, a maior frequência de declaração de incapacidade funcional foi verificada entre idosos de 75 anos ou mais de idade (27,2%).

O gênero também tem grande influência nessa questão, uma vez que 15,9% das mulheres tinham dificuldade de caminhar 100 metros, contra 10,9% dos homens. Não se pode esquecer que a esperança de vida feminina é superior à masculina (77 anos e 69 anos, respectivamente), o que torna as mulheres mais vulneráveis a esse tipo de dificuldade. A renda *per capita* domiciliar é de igual importância, decrescendo a declaração de incapacidade à medida que aumenta a renda. Uma possível explicação para essa diferenciação reside no fato de que maiores níveis de renda permitem aquisição de melhores serviços de acompanhamento, equipamentos de apoio e uma inserção social mais ativa (Tabelas 7.32 e 7.34 e Gráfico 7.5).



Ainda com relação ao tema saúde, cabe mencionar que as estratégias das políticas no Brasil passaram por uma importante reorientação no início da década de 1990, com a implementação de ações de prevenção e promoção de saúde. Somente em 1994 foi lançado o Programa Saúde da Família, que, além das ações de prevenção, inclui a recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. Este programa prevê implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009 informa que 5 290 municípios brasileiros (95,1%), possuem o Programa Saúde da Família, ou seja, o programa está bastante disseminado entre os municípios, com o número de equipes alcançando 31 759. Em várias Unidades da Federação¹, o programa cobriu todos os municípios, mas em São Paulo e no Rio Grande de Sul apenas 76,4% e 85,3% dos municípios, respectivamente, tinham esse programa implementado.

Todavia, os registros da MUNIC devem ser analisados em conjunto com as informações de cobertura da população potencialmente alvo do Programa Saúde da Família. Nesse sentido, a PNAD 2008 investigou se os domicílios estavam cadastrados no referido programa e se as pessoas tinham plano de saúde. Há um número expressivo de idosos (32,5%) que não tinham seu domicílio cadastrado no programa nem tinham plano de saúde particular. Essa situação de desproteção não se altera até o rendimento domiciliar per capita de até 2 salários mínimos, perfazendo $\frac{2}{3}$ de idosos sem qualquer cobertura de saúde pública, pelo programa, ou privada, via plano de saúde. Chama atenção que, no Estado do Rio de Janeiro, 49,1% estavam nessa situação, ou seja, quase que a metade.

¹ Rondônia, Roraima, Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Ainda segundo os dados da PNAD 2008, 48,7% dos idosos viviam em domicílios cadastrados pelo Programa Saúde da Família, sendo 63% com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que constitui sua população-alvo. Na Região Nordeste, 67,8% dos idosos em geral e quase 75% dos mais pobres estavam cobertos pelo Programa Saúde da Família. Na Região Sudeste, esta proporção é um pouco inferior a 50% (Tabelas 7.35 e 7.39).

O IBGE vem alertando por meio dos indicadores sociais e demográficos, divulgados anualmente, que a estrutura etária do País está mudando e que o grupo de idosos é, hoje, um contingente populacional expressivo em termos absolutos e de crescente importância relativa no conjunto da sociedade brasileira, daí decorrendo uma série de novas exigências e demandas em termos de políticas públicas de saúde e inserção ativa dos idosos na vida social.

Tabela 7.1 - População residente total e pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População residente							
	Total (1 000 pessoas)	60 anos ou mais de idade						
		Total		Distribuição percentual, por grupos de idade (%)				
		Absoluto (1 000 pessoas)	Relativo (%)	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Brasil	191 796	21 736	11,3	3,5	2,8	2,1	1,4	1,5
Norte	15 555	1 134	7,3	2,4	2,1	1,2	0,8	0,8
Rondônia	1 531	112	7,3	2,7	1,8	1,3	(1)0,7	(1)0,7
Acre	705	47	6,7	2,0	1,9	1,4	(1)0,8	(1)0,7
Amazonas	3 455	225	6,5	2,1	1,9	1,2	0,6	0,7
Roraima	430	20	4,8	(1)1,5	(1)1,2	(1)1,0	(1)0,8	(1)0,3
Pará	7 479	556	7,4	2,4	2,2	1,1	0,9	0,9
Região Metropolitana de Belém	2 117	184	8,7	2,9	2,1	1,4	1,1	1,1
Amapá	640	39	6,1	(1)2,1	(1)2,0	(1)0,6	(1)0,8	(1)0,6
Tocantins	1 316	135	10,3	3,2	2,6	1,9	1,3	1,3
Nordeste	54 020	5 646	10,5	3,0	2,6	1,9	1,3	1,6
Maranhão	6 469	589	9,1	2,4	2,4	1,8	1,2	1,3
Piauí	3 193	365	11,4	3,6	2,8	1,9	1,4	1,7
Ceará	8 569	903	10,5	3,0	2,5	2,0	1,3	1,7
Região Metropolitana de Fortaleza	3 580	318	8,9	2,8	2,1	1,6	1,0	1,3
Rio Grande do Norte	3 188	331	10,4	3,1	2,4	1,8	1,1	2,0
Paraíba	3 826	437	11,4	3,1	2,9	2,1	1,4	2,0
Pernambuco	8 820	961	10,9	3,2	2,9	2,1	1,3	1,5
Região Metropolitana de Recife	3 774	414	11,0	3,4	2,7	2,1	1,3	1,4
Alagoas	3 206	321	10,0	3,0	2,4	1,9	1,3	1,4
Sergipe	2 052	172	8,4	3,2	1,7	1,3	0,8	1,5
Bahia	14 697	1 566	10,7	3,0	2,8	1,9	1,4	1,6
Região Metropolitana de Salvador	3 781	331	8,8	2,9	2,1	1,4	1,2	1,2
Sudeste	80 466	10 225	12,7	3,9	3,0	2,4	1,6	1,7
Minas Gerais	20 088	2 445	12,2	3,7	3,0	2,3	1,5	1,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 121	569	11,1	3,6	2,7	1,9	1,4	1,5
Espírito Santo	3 480	375	10,8	3,6	2,5	2,0	1,2	1,4
Rio de Janeiro	15 801	2 376	15,0	4,5	3,6	2,9	2,0	2,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 582	1 784	15,4	4,7	3,6	3,0	2,0	2,2
São Paulo	41 097	5 029	12,2	3,8	2,9	2,4	1,6	1,6
Região Metropolitana de São Paulo	19 653	2 223	11,3	3,6	2,7	2,1	1,4	1,5
Sul	27 776	3 406	12,3	3,9	3,0	2,2	1,6	1,6
Paraná	10 700	1 238	11,6	3,6	2,9	2,2	1,4	1,4
Região Metropolitana de Curitiba	3 272	361	11,0	3,5	2,9	2,2	1,3	1,2
Santa Catarina	6 159	669	10,9	3,6	2,5	2,0	1,3	1,5
Rio Grande do Sul	10 917	1 499	13,7	4,3	3,4	2,3	1,9	1,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 054	506	12,5	4,3	3,0	1,9	1,5	1,7
Centro-Oeste	13 978	1 326	9,5	3,1	2,4	1,8	1,1	1,1
Mato Grosso do Sul	2 399	248	10,3	3,3	2,3	2,1	1,2	1,5
Mato Grosso	3 057	281	9,2	2,9	2,6	1,8	1,1	0,9
Goiás	5 951	593	10,0	3,3	2,5	1,9	1,2	1,1
Distrito Federal	2 571	204	7,9	2,9	1,9	1,4	0,9	0,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.2 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Situação do domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homem	Mulher
Brasil	21 736	83,5	16,5	44,2	55,8
Norte	1 134	76,4	23,6	49,0	51,0
Rondônia	112	69,8	30,2	51,9	48,1
Acre	47	82,6	(1)17,4	47,8	52,2
Amazonas	225	81,1	18,9	45,8	54,2
Roraima	20	78,9	(1)21,1	53,7	46,3
Pará	556	76,6	23,4	48,5	51,5
Região Metropolitana de Belém	184	96,9	(1)3,1	42,4	57,6
Amapá	39	97,7	(1)2,3	51,1	48,9
Tocantins	135	64,3	35,7	53,4	46,6
Nordeste	5 646	70,2	29,8	45,1	54,9
Maranhão	589	67,5	32,5	49,2	50,8
Piauí	365	62,1	37,9	46,7	53,3
Ceará	903	74,0	26,0	44,8	55,2
Região Metropolitana de Fortaleza	318	95,9	4,1	38,4	61,6
Rio Grande do Norte	331	70,7	29,3	44,7	55,3
Paraíba	437	76,7	23,3	43,7	56,3
Pernambuco	961	77,7	22,3	42,7	57,3
Região Metropolitana de Recife	414	98,5	(1)1,5	37,8	62,2
Alagoas	321	65,6	34,4	44,6	55,4
Sergipe	172	78,5	21,5	42,8	57,2
Bahia	1 566	64,3	35,7	45,4	54,6
Região Metropolitana de Salvador	331	98,3	(1)1,7	38,4	61,6
Sudeste	10 225	92,2	7,8	42,9	57,1
Minas Gerais	2 445	83,9	16,1	44,1	55,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	569	98,9	(1)1,1	42,3	57,7
Espírito Santo	375	79,3	20,7	46,2	53,8
Rio de Janeiro	2 376	96,7	3,3	40,7	59,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 784	99,0	(1)1,0	40,3	59,7
São Paulo	5 029	95,1	4,9	43,2	56,8
Região Metropolitana de São Paulo	2 223	97,3	2,7	41,8	58,2
Sul	3 406	80,8	19,2	44,1	55,9
Paraná	1 238	84,0	16,0	44,9	55,1
Região Metropolitana de Curitiba	361	90,0	10,0	41,5	58,5
Santa Catarina	669	77,6	22,4	44,7	55,3
Rio Grande do Sul	1 499	79,6	20,4	43,1	56,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	506	94,6	5,4	40,2	59,8
Centro-Oeste	1 326	85,3	14,7	47,1	52,9
Mato Grosso do Sul	248	84,8	15,2	48,7	51,3
Mato Grosso	281	75,2	24,8	49,9	50,1
Goiás	593	87,1	12,9	46,6	53,4
Distrito Federal	204	94,3	(1) 5,7	42,6	57,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.3 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 65 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)			
		Situação do domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homem	Mulher
Brasil	15 088	83,4	16,6	43,3	56,7
Norte	767	77,0	23,0	48,5	51,5
Rondônia	70	69,6	30,4	53,9	46,1
Acre	33	82,4	(1)17,6	48,5	51,5
Amazonas	152	81,8	18,2	43,5	56,5
Roraima	14	79,9	(1)20,1	(1)52,1	(1)47,9
Pará	379	77,3	22,7	47,6	52,4
Região Metropolitana de Belém	122	96,8	(1)3,2	38,7	61,3
Amapá	26	97,7	(1)2,3	(1)55,1	(1)44,9
Tocantins	93	65,4	34,6	54,0	46,0
Nordeste	4 012	70,4	29,6	44,7	55,3
Maranhão	437	66,8	33,2	48,0	52,0
Piauí	249	65,8	34,2	45,8	54,2
Ceará	643	73,6	26,4	45,0	55,0
Região Metropolitana de Fortaleza	219	96,4	(1)3,6	36,9	63,1
Rio Grande do Norte	233	72,1	27,9	44,4	55,6
Paraíba	319	78,6	21,4	43,2	56,8
Pernambuco	678	77,1	22,9	42,6	57,4
Região Metropolitana de Recife	286	98,6	(1)1,4	37,5	62,5
Alagoas	224	66,3	33,7	44,7	55,3
Sergipe	107	76,0	24,0	42,4	57,6
Bahia	1 120	64,5	35,5	45,0	55,0
Região Metropolitana de Salvador	223	98,3	(1)1,7	37,1	62,9
Sudeste	7 098	92,3	7,7	41,7	58,3
Minas Gerais	1 711	84,1	15,9	42,7	57,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	385	98,9	(1)1,1	40,4	59,6
Espírito Santo	248	78,6	21,4	45,0	55,0
Rio de Janeiro	1 659	96,7	3,3	39,3	60,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 244	99,0	(1)1,0	38,6	61,4
São Paulo	3 480	95,2	4,8	42,1	57,9
Região Metropolitana de São Paulo	1 516	97,7	(1)2,3	40,7	59,3
Sul	2 321	80,3	19,7	42,7	57,3
Paraná	848	84,1	15,9	44,3	55,7
Região Metropolitana de Curitiba	248	89,2	10,8	42,2	57,8
Santa Catarina	447	75,3	24,7	43,7	56,3
Rio Grande do Sul	1 027	79,3	20,7	41,0	59,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	332	94,7	5,3	38,9	61,1
Centro-Oeste	890	85,1	14,9	47,1	52,9
Mato Grosso do Sul	169	84,2	15,8	48,8	51,2
Mato Grosso	192	75,5	24,5	50,0	50,0
Goiás	399	87,1	12,9	46,4	53,6
Distrito Federal	130	94,3	(1)5,7	42,3	57,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.4 - População residente de 60 e 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	População residente de 60 e 65 anos ou mais de idade						
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)					
		60 anos e mais			65 anos e mais		
		Branca	Parda	Preta	Branca	Parda	Preta
Brasil	36 824	55,4	36,1	7,2	56,2	35,3	7,2
Norte	1 902	25,4	67,0	6,6	26,3	66,0	6,7
Nordeste	9 658	32,0	58,8	8,9	33,4	57,5	8,8
Sudeste	17 322	64,0	26,7	7,6	64,8	25,8	7,5
Sul	5 727	82,0	13,4	3,6	82,4	12,9	3,7
Centro-Oeste	2 216	46,9	44,7	7,2	48,1	43,6	7,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 7.5 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)			
			Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
Brasil	21 722	4,2	30,7	19,5	32,3	17,4
Norte	1 133	3,2	40,4	22,7	24,3	12,6
Rondônia	112	2,9	46,5	19,6	23,5	10,4
Acre	47	2,7	58,0	10,9	(2)17,4	(2)13,7
Amazonas	224	3,6	35,1	23,7	26,2	15,0
Roraima	20	3,2	48,0	11,6	(2)27,4	(2)13,0
Pará	556	3,3	37,7	23,9	26,1	12,2
Região Metropolitana de Belém	184	5,4	16,8	22,4	35,0	25,7
Amapá	39	4,1	25,7	(2)36,9	(2)17,0	(2)20,4
Tocantins	135	2,4	51,9	20,0	18,4	9,7
Nordeste	5 641	2,8	50,0	17,9	20,0	12,2
Maranhão	589	2,1	55,6	19,9	17,3	7,1
Piauí	365	2,4	58,2	16,6	13,0	12,1
Ceará	902	2,9	50,3	17,9	19,6	12,2
Região Metropolitana de Fortaleza	318	5,1	29,4	17,3	26,7	26,5
Rio Grande do Norte	331	3,0	45,7	18,9	22,8	12,6
Paraíba	437	3,1	47,9	17,4	21,6	13,1
Pernambuco	960	3,6	43,3	16,0	24,0	16,7
Região Metropolitana de Recife	413	5,7	23,5	14,2	31,5	30,8
Alagoas	320	2,3	53,7	21,9	16,1	8,4
Sergipe	172	3,3	40,8	22,9	22,7	13,6
Bahia	1 565	2,7	51,5	17,2	19,8	11,5
Região Metropolitana de Salvador	331	6,0	20,0	15,3	33,0	31,6

Tabela 7.5 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)			
			Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
Sudeste	10 219	5,0	22,1	18,6	38,0	21,2
Minas Gerais	2 443	3,9	29,6	21,6	34,1	14,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	569	5,4	18,5	17,4	39,5	24,6
Espírito Santo	375	4,1	33,2	18,9	29,3	18,7
Rio de Janeiro	2 375	6,0	15,4	16,2	39,7	28,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 783	6,4	13,9	14,3	40,4	31,4
São Paulo	5 027	5,0	20,9	18,2	39,8	21,1
Região Metropolitana de São Paulo	2 221	5,7	18,8	13,4	42,1	25,8
Sul	3 403	4,6	19,9	23,0	40,2	16,8
Paraná	1 237	4,2	26,1	24,9	32,7	16,3
Região Metropolitana de Curitiba	361	5,6	14,8	20,0	39,4	25,9
Santa Catarina	668	4,4	18,1	24,3	41,3	16,4
Rio Grande do Sul	1 499	5,0	15,7	20,9	46,0	17,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	506	6,1	11,6	17,6	44,9	25,9
Centro-Oeste	1 325	3,9	34,8	21,4	27,5	16,4
Mato Grosso do Sul	247	3,3	35,2	24,4	30,7	9,7
Mato Grosso	281	3,2	40,6	22,8	23,1	13,5
Goiás	593	3,4	38,3	21,5	27,1	13,1
Distrito Federal	204	6,8	15,9	15,4	30,8	37,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.6 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total, com indicação da média de anos de estudo e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade		
	Total (1 000 pessoas) (1)	Média de anos de estudo	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)
			Sem instrução e menos de 1 ano
Brasil	15 083	3,8	34,4
Norte	767	2,7	44,4
Nordeste	4 011	2,5	53,7
Sudeste	7 095	4,5	25,3
Sul	2 320	4,1	23,4
Centro-Oeste	889	3,3	39,6
Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade		
	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)		
	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 anos ou mais
Brasil	20,1	30,9	14,6
Norte	23,5	23,0	9,1
Nordeste	17,8	18,5	10,0
Sudeste	19,5	36,9	18,3
Sul	24,0	38,7	13,9
Centro-Oeste	21,7	25,8	13,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

Tabela 7.7 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classe de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	21 698	11,2	32,0	29,0	22,9
Norte	1 132	18,9	40,4	23,6	13,2
Rondônia	111	10,3	(2)39,1	29,8	18,9
Acre	47	13,2	(2)39,9	28,4	15,6
Amazonas	225	20,9	37,0	27,0	12,0
Roraima	20	17,4	(2)35,9	(2)19,8	(2)24,0
Pará	555	20,2	41,2	20,8	12,3
Região Metropolitana de Belém	184	16,5	31,7	23,0	21,6
Amapá	39	28,7	(2)39,3	(2)16,3	(2)14,4
Tocantins	135	16,6	45,2	25,6	11,7
Nordeste	5 637	20,9	44,6	20,7	11,1
Maranhão	588	28,7	45,4	17,8	7,2
Piauí	365	17,2	44,2	24,5	11,8
Ceará	901	19,3	47,3	21,2	9,8
Região Metropolitana de Fortaleza	317	18,1	33,9	22,4	22,7
Rio Grande do Norte	331	19,1	44,1	23,7	13,0
Paraíba	437	22,2	45,2	18,5	13,3
Pernambuco	961	21,3	41,1	19,7	12,7
Região Metropolitana de Recife	414	17,8	32,2	22,2	22,0
Alagoas	321	24,9	49,6	15,2	8,0
Sergipe	172	17,8	41,2	24,7	15,2
Bahia	1 562	18,9	44,4	21,8	11,5
Região Metropolitana de Salvador	330	13,9	31,3	22,6	29,9
Sudeste	10 210	6,8	25,6	32,1	28,7
Minas Gerais	2 442	9,7	33,7	30,2	22,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	568	7,0	26,5	29,6	32,3
Espírito Santo	375	11,9	31,2	30,2	25,0
Rio de Janeiro	2 371	5,8	23,0	29,9	32,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 781	5,2	20,9	29,0	34,1
São Paulo	5 022	5,5	22,4	34,1	30,3
Região Metropolitana de São Paulo	2 220	6,1	18,7	30,3	34,4
Sul	3 395	6,0	26,8	35,2	28,8
Paraná	1 236	8,1	31,3	33,4	25,0
Região Metropolitana de Curitiba	360	5,7	21,7	32,3	37,6
Santa Catarina	666	3,7	23,7	38,2	30,2
Rio Grande do Sul	1 492	5,4	24,4	35,4	31,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	504	5,1	19,3	33,0	37,2
Centro-Oeste	1 324	11,5	33,6	28,7	21,7
Mato Grosso do Sul	248	12,6	36,8	30,2	19,9
Mato Grosso	281	14,6	35,4	28,0	17,6
Goiás	592	10,8	36,3	32,1	16,5
Distrito Federal	204	7,7	19,2	18,2	44,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive pessoas de 60 anos ou mais de idade sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.8 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	15 068	10,2	33,6	29,3	22,0
Norte	766	17,1	42,8	23,7	12,9
Nordeste	4 006	18,8	47,2	20,8	10,7
Sudeste	7 092	6,2	26,3	32,7	27,9
Sul	2 314	5,6	29,1	35,7	26,7
Centro-Oeste	889	9,9	35,2	29,6	21,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive pessoas de 65 anos ou mais de idade sem declaração de rendimento e sem rendimento.

Tabela 7.9 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição no domicílio (%)		
		Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
Brasil	21 698	64,1	23,8	12,1
Norte	1 132	64,3	23,2	12,5
Rondônia	111	63,5	25,1	11,4
Acre	47	67,2	19,6	(1)13,2
Amazonas	225	63,4	21,9	14,6
Roraima	20	63,9	(1)19,4	(1)16,7
Pará	555	64,4	23,2	12,3
Região Metropolitana de Belém	184	64,0	19,1	16,9
Amapá	39	64,2	(1)22,2	(1)13,6
Tocantins	135	64,4	25,9	9,7
Nordeste	5 637	65,6	23,0	11,4
Maranhão	588	64,9	21,2	13,9
Piauí	365	65,1	23,4	11,5
Ceará	901	62,9	25,3	11,8
Região Metropolitana de Fortaleza	317	62,4	21,7	15,9
Rio Grande do Norte	331	63,8	24,0	12,3
Paraíba	437	63,7	22,8	13,6
Pernambuco	961	67,0	21,9	11,1
Região Metropolitana de Recife	414	64,7	20,6	14,7
Alagoas	321	65,4	23,4	11,2
Sergipe	172	70,8	20,7	(1)8,5
Bahia	1 562	67,1	23,0	9,9
Região Metropolitana de Salvador	330	65,1	21,6	13,3

Tabela 7.9 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição no domicílio (%)		
		Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
Sudeste	10 210	63,7	24,0	12,3
Minas Gerais	2 442	66,5	22,9	10,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	568	67,0	22,4	10,7
Espírito Santo	375	64,3	24,7	11,0
Rio de Janeiro	2 371	65,3	22,4	12,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 781	64,6	22,2	13,2
São Paulo	5 022	61,5	25,3	13,2
Região Metropolitana de São Paulo	2 220	62,3	25,2	12,5
Sul	3 395	62,2	25,1	12,8
Paraná	1 236	62,4	24,3	13,3
Região Metropolitana de Curitiba	360	61,8	24,7	13,5
Santa Catarina	666	61,2	26,3	12,5
Rio Grande do Sul	1 492	62,4	25,1	12,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	504	63,9	24,2	11,9
Centro-Oeste	1 324	65,1	23,3	11,6
Mato Grosso do Sul	248	63,7	21,6	14,7
Mato Grosso	281	64,8	24,4	10,8
Goiás	592	66,3	23,5	10,2
Distrito Federal	204	64,2	23,2	12,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.10 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por condição no domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares			
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição no domicílio (%)		
		Pessoa de referência	Cônjuge	Outra condição
Brasil	15 068	64,6	21,2	14,2
Norte	766	65,2	20,0	14,8
Rondônia	70	67,5	19,0	(1)13,5
Acre	33	65,1	(1)18,1	(1)16,9
Amazonas	151	62,3	20,3	17,4
Roraima	14	62,8	(1)18,7	(1)18,5
Pará	379	65,7	19,9	14,4
Região Metropolitana de Belém	122	63,9	16,6	19,5
Amapá	26	66,7	(1)17,9	(1)15,4
Tocantins	93	66,3	21,8	11,9
Nordeste	4 006	66,2	20,7	13,1
Maranhão	436	63,9	20,7	15,4
Piauí	249	67,3	19,7	12,9
Ceará	642	63,9	22,7	13,5
Região Metropolitana de Fortaleza	218	62,7	18,6	18,7
Rio Grande do Norte	233	62,9	22,2	14,9
Paraíba	319	62,8	21,1	16,1
Pernambuco	678	67,9	19,8	12,3
Região Metropolitana de Recife	286	65,7	17,5	16,8
Alagoas	224	65,8	21,1	13,2
Sergipe	107	72,8	18,4	(1)8,9
Bahia	1 117	68,4	19,9	11,7
Região Metropolitana de Salvador	222	64,8	19,1	16,1
Sudeste	7 092	64,3	21,5	14,3
Minas Gerais	1 708	67,1	20,8	12,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	384	68,5	19,8	11,7
Espírito Santo	248	65,8	21,7	12,5
Rio de Janeiro	1 657	66,1	19,7	14,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 242	65,1	19,6	15,3
São Paulo	3 478	61,8	22,6	15,5
Região Metropolitana de São Paulo	1 516	63,1	22,2	14,7
Sul	2 314	62,3	22,0	15,7
Paraná	846	62,8	21,2	16,0
Região Metropolitana de Curitiba	247	62,9	21,2	15,9
Santa Catarina	447	59,8	23,4	16,8
Rio Grande do Sul	1 022	63,0	22,0	15,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	331	65,8	20,0	14,3
Centro-Oeste	889	65,8	20,8	13,4
Mato Grosso do Sul	169	64,1	19,1	16,9
Mato Grosso	192	66,0	21,4	12,6
Goiás	399	66,7	21,4	11,9
Distrito Federal	130	65,3	20,0	14,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.11 - Domicílios particulares, total e proporção de pessoas de referência de 60 e 65 anos ou mais de idade residentes nos domicílios, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares		
	Total (1 000 domicílios)	Proporção de pessoas de referências de 60 e 65 anos ou mais de idade residentes nos domicílios (%)	
		60 anos ou mais	65 anos ou mais
Brasil	58 646	23,7	16,6
Norte	4 122	17,6	12,1
Rondônia	449	15,7	10,5
Acre	185	17,1	11,7
Amazonas	858	16,6	11,0
Roraima	119	11,0	7,4
Pará	1 975	18,1	12,6
Região Metropolitana de Belém	573	20,6	13,6
Amapá	153	16,4	11,2
Tocantins	384	22,6	16,0
Nordeste	15 356	24,1	17,3
Maranhão	1 701	22,4	16,4
Piauí	896	26,5	18,7
Ceará	2 395	23,7	17,1
Região Metropolitana de Fortaleza	1 020	19,4	13,4
Rio Grande do Norte	923	22,9	15,9
Paraíba	1 080	25,8	18,5
Pernambuco	2 577	25,0	17,9
Região Metropolitana de Recife	1 168	22,9	16,1
Alagoas	886	23,7	16,6
Sergipe	595	20,5	13,1
Bahia	4 303	24,4	17,8
Região Metropolitana de Salvador	1 176	18,2	12,2
Sudeste	25 745	25,2	17,7
Minas Gerais	6 229	26,1	18,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 602	23,7	16,4
Espírito Santo	1 090	22,1	15,0
Rio de Janeiro	5 387	28,7	20,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3 949	29,1	20,5
São Paulo	13 039	23,7	16,5
Região Metropolitana de São Paulo	6 117	22,6	15,6
Sul	9 067	23,3	15,9
Paraná	3 437	22,5	15,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 051	21,2	14,8
Santa Catarina	1 971	20,7	13,5
Rio Grande do Sul	3 659	25,5	17,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 375	23,4	15,8
Centro-Oeste	4 357	19,8	13,4
Mato Grosso do Sul	752	21,0	14,4
Mato Grosso	957	19,0	13,2
Goiás	1 860	21,1	14,3
Distrito Federal	787	16,6	10,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 7.12 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar (%)					Outros (7)
		Uni- pessoal (2)	Casal sem filhos (3)	Morando sem filhos e com outros (4)	Morando com filhos e/ou com outros (5)		
					Com filhos menores de 25 anos (6)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
Brasil	21 698	13,8	23,8	10,5	12,5	30,7	8,7
Norte	1 132	10,0	17,2	12,5	19,6	30,9	9,9
Nordeste	5 637	11,9	16,8	13,0	18,2	32,4	7,8
Sudeste	10 210	15,0	26,0	9,3	9,8	31,3	8,6
Sul	3 395	14,9	30,6	8,9	9,7	26,1	9,8
Centro-Oeste	1 324	13,7	25,7	11,1	10,8	29,9	8,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico. (2) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. (3) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma de 60 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados. (4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 60 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos. (5) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 60 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade. (6) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade. (7) Domicílio com pessoas de 60 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

Tabela 7.13 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por tipo de arranjo domiciliar (%)					Outros (7)
		Uni- pessoal (2)	Casal sem filhos (3)	Morando sem filhos e com outros (4)	Morando com filhos e/ou com outros (5)		
					Com filhos menores de 25 anos (6)	Todos os filhos com 25 anos ou mais	
Brasil	15 068	15,7	24,0	10,2	7,8	30,5	11,8
Norte	766	11,5	16,5	12,4	13,5	33,2	12,8
Nordeste	4 006	13,2	17,1	12,9	12,8	33,3	10,7
Sudeste	7 092	17,0	26,6	9,0	5,4	30,3	11,7
Sul	2 314	17,4	29,6	8,5	5,1	25,7	13,8
Centro-Oeste	889	15,3	26,6	10,8	6,8	29,2	11,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico. (2) Domicílio com pessoas de 65 anos ou mais de idade morando sem cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. (3) Domicílio com pessoa responsável e cônjuge, tendo ao menos uma de 65 anos ou mais de idade, sem filhos, outros parentes e agregados. (4) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 65 anos ou mais de idade, morando com outros parentes e/ou agregados de qualquer idade e sem filhos. (5) Domicílio com pessoa responsável com ou sem cônjuge, tendo ao menos uma de 65 anos ou mais de idade, morando com filhos e/ou com outros parentes e/ou agregados, de qualquer idade. (6) Domicílio com ao menos um filho com menos de 25 anos de idade. (7) Domicílio com pessoas de 65 anos ou mais de idade somente na condição de outro parente e/ou agregado.

Tabela 7.14 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas (%)			
		Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
Brasil	21 736	57,9	11,4	8,1	22,6
Norte	1 134	55,3	8,4	5,2	31,1
Nordeste	5 646	64,6	8,2	7,6	19,6
Sudeste	10 225	55,1	13,4	7,8	23,7
Sul	3 406	58,6	11,7	12,0	17,7
Centro-Oeste	1 326	51,2	10,5	5,3	33,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão.

Tabela 7.15 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas (%)			
		Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
Homens					
Brasil	9 615	75,2	1,4	2,8	20,6
Norte	556	61,8	(2)2,3	(2)2,0	33,9
Nordeste	2 544	75,8	1,9	3,0	19,3
Sudeste	4 390	76,9	1,0	2,6	19,5
Sul	1 501	78,7	(2)1,1	4,0	16,2
Centro-Oeste	624	64,0	(2)2,1	(2)1,7	32,2
Mulheres					
Brasil	12 122	44,1	19,3	12,3	24,3
Norte	578	(2)49,0	14,4	8,3	28,3
Nordeste	3 102	55,3	13,4	11,4	19,9
Sudeste	5 835	38,7	22,8	11,6	26,9
Sul	1 905	42,7	20,1	18,2	19,0
Centro-Oeste	702	(2)39,8	17,9	8,5	33,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.16 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas (%)			
		Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
Brasil	15 088	62,8	13,0	9,8	9,7
Norte	767	63,3	9,8	6,7	6,9
Nordeste	4 012	69,6	9,0	9,0	9,3
Sudeste	7 098	59,7	15,7	9,4	9,0
Sul	2 321	61,4	13,3	14,8	15,4
Centro-Oeste	890	58,8	12,4	6,7	5,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão.

Tabela 7.17 - Pessoas de 65 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 65 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual em aposentados e/ou pensionistas (%)			
		Aposentados	Pensionistas	Aposentados e pensionistas (1)	Outros
Homens					
Brasil	6 536	85,2	1,5	3,6	9,7
Norte	372	74,5	(2)2,7	(2)2,7	20,1
Nordeste	1 794	84,9	2,0	3,7	9,4
Sudeste	2 959	87,0	(2)1,0	3,3	8,7
Sul	992	87,5	(2)1,0	5,2	6,3
Centro-Oeste	419	77,6	(2)2,7	(2)2,2	17,5
Mulheres					
Brasil	8 552	45,6	21,9	14,6	17,9
Norte	395	52,8	16,4	10,4	20,4
Nordeste	2 218	57,3	14,7	13,4	14,6
Sudeste	4 138	40,2	26,2	13,7	19,9
Sul	1 329	41,9	22,4	22,0	13,7
Centro-Oeste	471	42,2	21,1	10,6	26,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Pessoas que acumulam tanto aposentadoria quanto pensão. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.18 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	29,3	42,4	18,9	21,9	32,9	13,4	16,1	25,3	9,4
Norte	35,2	47,2	23,7	26,0	34,8	17,7	16,8	22,4	12,0
Nordeste	32,2	46,5	20,5	25,1	37,5	15,0	19,2	29,6	11,2
Sudeste	25,2	37,5	15,9	18,0	28,2	10,7	12,8	21,2	7,1
Sul	33,1	46,2	22,8	25,1	36,5	16,6	19,2	29,4	12,2
Centro-Oeste	33,3	47,0	21,1	26,1	37,0	16,4	19,8	29,2	11,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 7.19 - Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60, 65 e 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas na semana de referência, por sexo (%)								
	60 anos ou mais			65 anos ou mais			70 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	17,9	26,7	11,0	17,0	27,1	9,2	13,4	22,4	6,8
Norte	17,0	21,4	12,8	17,4	22,9	12,2	13,0	17,9	8,7
Nordeste	22,3	32,0	14,3	20,9	32,2	11,7	16,7	26,5	9,3
Sudeste	14,1	22,6	7,8	13,3	23,0	6,4	10,4	18,8	4,6
Sul	23,4	33,3	15,5	21,2	32,6	12,7	16,9	27,8	9,5
Centro-Oeste	15,3	22,4	9,0	16,5	25,0	8,8	13,8	21,9	6,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 7.20 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade							
	Total (1 000 pessoas)	Proporção, por algumas doenças selecionadas (%)						
		Hiper- tensão	Doença de coluna ou costas	Artrite ou reuma- tismo	Doença do coração	Diabetes	Outras (1)	Sem doença
Brasil	21 039	53,3	35,1	24,2	17,3	16,1	20,9	22,6
Norte	1 083	47,7	33,0	32,7	13,5	14,0	13,7	25,4
Nordeste	5 441	50,3	34,4	24,4	12,5	13,6	14,1	25,6
Sudeste	9 922	55,3	34,2	22,8	18,3	17,7	22,8	21,7
Sul	3 333	53,7	37,8	25,5	22,3	15,8	28,9	19,9
Centro-Oeste	1 261	54,2	39,6	24,2	20,7	15,8	20,8	21,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Depressão, asma ou bronquite, tendinite ou tenossinovite, insuficiência renal crônica e câncer.

Tabela 7.21 - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 75 anos ou mais de idade							
	Total (1 000 pessoas)	Proporção, por algumas doenças selecionadas (%)						
		Hiper- tensão	Doença de coluna ou costas	Artrite ou reuma- tismo	Doença do coração	Diabetes	Outras (1)	Sem doença
Brasil	5 529	57,1	35,1	29,9	23,6	16,3	22,0	19,7
Norte	256	55,9	32,1	39,0	18,8	17,7	14,9	21,7
Nordeste	1 506	54,8	32,8	29,4	16,5	14,3	14,4	23,1
Sudeste	2 636	57,8	35,4	28,7	24,8	17,5	24,7	18,6
Sul	831	58,0	37,4	31,6	32,3	16,0	30,8	17,0
Centro-Oeste	301	60,7	39,8	31,4	28,8	15,2	19,2	17,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Depressão, asma ou bronquite, tendinite ou tenossinovite, insuficiência renal crônica e câncer.

Tabela 7.22 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por sexo e algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade							
	Total (1 000 pessoas)	Proporção,por algumas doenças selecionadas (%)						
		Hiper- tensão	Doença de coluna ou costas	Artrite ou reuma- tismo	Doença do coração	Diabetes	Outras (1)	Sem doença
Homens								
Brasil	9 215	46,3	30,5	16,3	16,6	14,1	17,1	28,9
Norte	520	40,9	30,6	25,4	12,9	10,4	11,7	31,7
Nordeste	2 396	42,9	31,9	17,6	12,0	11,1	12,1	32,1
Sudeste	4 234	49,1	28,6	14,5	18,3	16,6	18,3	27,7
Sul	1 467	45,6	32,1	15,9	19,8	13,1	23,6	27,0
Centro-Oeste	598	46,0	34,6	17,0	18,2	14,3	17,1	26,8
Mulheres								
Brasil	11 825	58,7	38,7	30,4	17,9	17,6	23,9	19,6
Norte	563	53,9	35,2	39,5	14,0	17,3	15,7	20,2
Nordeste	3 045	56,1	36,3	29,7	12,9	15,6	15,7	22,0
Sudeste	5 688	59,9	38,5	28,9	18,4	18,6	26,2	19,5
Sul	1 866	60,0	42,2	33,1	24,2	18,0	33,0	16,7
Centro-Oeste	663	61,5	44,1	30,8	23,0	17,2	24,1	17,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Depressão, asma ou bronquite, tendinite ou tenossinovite, insuficiência renal crônica e câncer.

Tabela 7.23 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por cor ou raça e algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade							
	Total (1 000 pessoas)	Proporção, por algumas doenças selecionadas (%)						
		Hiper- tensão	Doença de coluna ou costas	Artrite ou reuma- tismo	Doença do coração	Diabetes	Outras (1)	Sem doença
Branca								
Brasil	11 781	52,6	35,3	23,8	18,6	16,6	23,7	23,5
Norte	267	51,2	33,3	32,7	16,5	16,0	14,5	23,5
Nordeste	1 794	50,8	34,2	25,4	13,2	15,4	16,5	24,6
Sudeste	6 404	53,0	34,1	22,2	18,2	17,4	23,8	24,1
Sul	2 718	53,1	38,2	25,8	22,4	15,7	29,7	21,1
Centro-Oeste	598	50,8	38,7	23,8	21,8	15,8	21,9	23,9
Parda								
Brasil	7 393	53,0	35,2	24,7	15,3	15,1	17,4	24,6
Norte	719	46,7	32,9	32,7	12,1	13,1	13,5	26,5
Nordeste	3 124	49,7	34,3	23,6	12,1	13,0	13,2	27,4
Sudeste	2 546	57,9	35,4	24,2	18,3	18,0	21,5	21,8
Sul	458	54,1	37,2	23,5	20,6	16,2	25,7	22,3
Centro-Oeste	546	56,1	40,8	24,4	19,6	15,1	20,4	20,6
Preta								
Brasil	1 555	61,0	35,0	26,4	18,3	16,6	17,1	20,0
Norte	75	46,3	34,9	33,7	15,1	13,3	13,6	27,3
Nordeste	488	53,2	36,1	26,5	13,3	10,9	11,0	25,7
Sudeste	783	66,7	33,8	25,2	20,3	19,8	20,6	16,4
Sul	114	64,0	34,8	28,9	25,2	17,7	21,6	17,7
Centro-Oeste	94	62,3	40,2	27,0	21,3	20,8	16,7	16,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Depressão, asma ou bronquite, tendinite ou tenossinovite, insuficiência renal crônica e câncer.

Tabela 7.24 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva proporção, por classes de renda domiciliar *per capita* e algumas doenças selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade							
	Total (1 000 pessoas)	Proporção, por algumas doenças selecionadas (%)						
		Hiper- tensão	Doença de coluna ou costas	Artrite ou reuma- tismo	Doença do coração	Diabetes	Outras (1)	Sem doença
Até 1/2 salário mínimo								
Brasil	3 044	52,2	34,1	23,6	15,2	14,4	17,2	26,4
Norte	254	45,4	30,5	33,1	12,8	13,9	12,6	27,9
Nordeste	1 397	47,9	31,8	21,6	10,6	12,0	12,2	31,0
Sudeste	943	59,2	36,2	23,1	19,1	17,4	21,0	21,3
Sul	275	55,0	39,1	26,5	24,0	17,6	30,7	21,6
Centro-Oeste	175	55,2	39,1	23,6	19,7	13,5	21,9	23,3
Mais de 1/2 a 2 salários mínimos								
Brasil	13 248	54,5	36,3	25,3	17,9	16,4	21,1	22,4
Norte	699	48,0	34,0	33,8	13,1	13,7	14,3	25,0
Nordeste	3 507	51,2	35,5	25,6	12,9	14,1	14,3	24,8
Sudeste	6 066	56,9	35,3	23,5	19,1	18,3	23,3	21,8
Sul	2 177	54,5	39,1	26,4	23,0	16,1	28,5	19,8
Centro-Oeste	799	55,7	41,0	26,4	21,9	15,6	20,6	20,4
Mais de 2 salários mínimos								
Brasil	4 737	50,6	32,5	21,8	17,0	16,1	22,9	25,5
Norte	130	50,1	32,3	26,1	16,4	15,1	13,1	25,8
Nordeste	535	50,5	34,1	23,9	14,8	14,7	18,1	25,3
Sudeste	2 908	50,6	31,4	21,1	16,5	16,6	22,5	25,8
Sul	878	51,2	33,8	23,0	20,0	14,6	29,1	24,6
Centro-Oeste	286	49,2	36,1	18,6	18,2	17,8	20,9	25,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Depressão, asma ou bronquite, tendinite ou tenossinovite, insuficiência renal crônica e câncer.

Tabela 7.25 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde (%)		
		Muito bom / bom	Regular	Ruim / muito ruim
Brasil	14 948	45,5	41,9	12,6
Norte	793	37,6	48,0	14,4
Nordeste	4 000	37,1	46,5	16,4
Sudeste	6 802	50,8	38,6	10,6
Sul	2 436	47,9	40,6	11,5
Centro-Oeste	917	42,9	44,0	13,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Exclusive as pessoas que não informaram a percepção do próprio estado de saúde.

Tabela 7.26 - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 75 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde (%)		
		Muito bom / bom	Regular	Ruim / muito ruim
Brasil	3 542	40,0	44,3	15,8
Norte	164	31,2	50,0	18,9
Nordeste	987	30,4	48,7	20,9
Sudeste	1 649	45,5	41,6	12,9
Sul	551	44,0	42,3	13,7
Centro-Oeste	191	36,8	45,7	17,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Exclusive as pessoas que não informaram a percepção do próprio estado de saúde.

Tabela 7.27 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde (%)		
		Muito bom / bom	Regular	Ruim / muito ruim
Homens				
Brasil	5 930	45,2	41,9	12,9
Norte	362	36,0	50,4	13,6
Nordeste	1 608	36,9	46,6	16,5
Sudeste	2 578	50,9	38,0	11,2
Sul	975	47,8	40,4	11,8
Centro-Oeste	408	43,3	44,3	12,4
Mulheres				
Brasil	9 018	45,7	41,9	12,5
Norte	431	38,9	46,1	15,1
Nordeste	2 393	37,2	46,5	16,3
Sudeste	4 224	50,7	39,0	10,3
Sul	1 461	47,9	40,8	11,3
Centro-Oeste	509	42,6	43,8	13,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Exclusive as pessoas que não informaram a percepção do próprio estado de saúde.

Tabela 7.28 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição, por cor ou raça e percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde (%)		
		Muito bom / bom	Regular	Ruim / muito ruim
Branca				
Brasil	8 237	49,9	39,0	11,1
Norte	184	42,2	44,0	13,9
Nordeste	1 265	39,6	44,9	15,5
Sudeste	4 372	54,1	36,4	9,5
Sul	1 992	48,8	39,8	11,4
Centro-Oeste	425	47,2	42,2	10,6
Parda				
Brasil	5 414	38,7	46,6	14,6
Norte	543	35,5	50,0	14,5
Nordeste	2 352	35,6	48,0	16,4
Sudeste	1 780	43,3	44,3	12,4
Sul	334	41,4	45,5	13,1
Centro-Oeste	406	39,1	45,2	15,6
Preta				
Brasil	1 098	42,8	42,1	15,2
Norte	53	42,6	44,2	13,2
Nordeste	361	38,2	42,9	18,9
Sudeste	535	45,5	40,5	14,0
Sul	80	49,2	42,4	8,4
Centro-Oeste	69	38,3	47,8	13,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Exclusive as pessoas que não informaram a percepção do próprio estado de saúde.

Tabela 7.29 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por classes de renda domiciliar *per capita* e percepção do próprio estado de saúde, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por percepção do próprio estado de saúde (%)		
		Muito bom / bom	Regular	Ruim / muito ruim
Até 1/2 salário mínimo				
Brasil	2 122	36,0	46,1	18,0
Norte	186	33,2	47,8	19,0
Nordeste	994	34,1	47,3	18,6
Sudeste	624	39,0	45,0	16,0
Sul	189	40,0	40,4	19,6
Centro-Oeste	129	33,9	47,2	18,8
Mais de 1/2 a 2 salários mínimos				
Brasil	9 492	40,9	44,9	14,1
Norte	515	36,5	49,5	14,0
Nordeste	2 625	35,2	47,8	17,1
Sudeste	4 165	45,1	42,4	12,5
Sul	1 605	41,8	45,0	13,3
Centro-Oeste	581	39,1	46,3	14,6
Mais de 2 salários mínimos				
Brasil	3 325	64,4	30,6	5,0
Norte	92	52,7	40,0	(2)7,3
Nordeste	380	58,2	36,0	5,8
Sudeste	2 010	66,2	28,8	5,0
Sul	638	65,5	30,0	4,5
Centro-Oeste	205	59,3	35,8	(2)4,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Exclusive as pessoas que não informaram a percepção do próprio estado de saúde. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.30 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde (%)	Distribuição percentual por dificuldade de andar 100 metros (%)	
			Não conseguem / Tem grande dificuldade	Tem pequena dificuldade / Não tem dificuldade
Brasil	21 039	14,2	13,6	86,4
Norte	1 083	17,4	11,8	88,2
Nordeste	5 441	14,4	14,5	85,5
Sudeste	9 922	13,5	13,3	86,7
Sul	3 333	15,1	13,6	86,4
Centro-Oeste	1 261	15,0	13,3	86,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela 7.31 - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 75 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde (%)	Distribuição percentual por dificuldade de andar 100 metros (%)	
			Não conseguem / Tem grande dificuldade	Tem pequena dificuldade / Não tem dificuldade
Brasil	5 529	17,5	27,3	72,7
Norte	256	16,2	26,0	74,0
Nordeste	1 506	19,8	29,0	71,0
Sudeste	2 636	16,4	26,7	73,3
Sul	831	17,4	26,4	73,6
Centro-Oeste	301	16,2	27,5	72,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela 7.32 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde (%)	Distribuição percentual por dificuldade de andar 100 metros (%)	
			Não conseguem / Tem grande dificuldade	Tem pequena dificuldade / Não tem dificuldade
Homens				
Brasil	9 215	13,8	10,9	89,1
Norte	520	18,3	8,3	91,7
Nordeste	2 396	14,4	11,8	88,2
Sudeste	4 234	12,8	10,8	89,2
Sul	1 467	14,3	10,8	89,2
Centro-Oeste	598	13,7	10,2	89,8
Mulheres				
Brasil	11 825	14,6	15,7	84,3
Norte	563	16,6	15,0	85,0
Nordeste	3 045	14,3	16,6	83,4
Sudeste	5 688	13,9	15,2	84,8
Sul	1 866	15,7	15,8	84,2
Centro-Oeste	663	16,2	16,0	84,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela 7.33 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde (%)	Distribuição percentual por dificuldade de andar 100 metros (%)	
			Não conseguem / Tem grande dificuldade	Tem pequena dificuldade / Não tem dificuldade
Branca				
Brasil	11 781	14,0	13,7	86,3
Norte	267	17,8	13,7	86,3
Nordeste	1 794	14,7	16,0	84,0
Sudeste	6 404	13,3	13,2	86,8
Sul	2 718	15,0	13,9	86,1
Centro-Oeste	598	14,0	12,5	87,5
Parda				
Brasil	7 393	14,6	13,2	86,8
Norte	719	17,3	10,5	89,5
Nordeste	3 124	14,3	13,6	86,4
Sudeste	2 546	13,9	13,7	86,3
Sul	458	15,0	12,4	87,6
Centro-Oeste	546	15,7	12,9	87,1
Preta				
Brasil	1 555	14,4	14,0	86,0
Norte	75	17,7	15,4	84,6
Nordeste	488	13,4	13,4	86,6
Sudeste	783	13,9	13,8	86,2
Sul	114	17,2	13,3	86,7
Centro-Oeste	94	18,2	18,6	81,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela 7.34 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual das que não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde e as que não conseguem andar 100 metros, por classes de renda domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Não realizaram atividades nas duas últimas semanas por motivo de saúde (%)	Distribuição percentual por dificuldade de andar 100 metros (%)	
			Não conseguem / Tem grande dificuldade	Tem pequena dificuldade / Não tem dificuldade
Até 1/2 salário mínimo				
Brasil	3 044	14,7	16,7	83,3
Norte	254	17,0	12,6	87,4
Nordeste	1 397	14,8	15,9	84,1
Sudeste	943	13,9	17,3	82,7
Sul	275	15,7	20,9	79,1
Centro-Oeste	175	16,1	17,9	82,1
Mais de 1/2 a 2 salários mínimos				
Brasil	13 248	11,5	14,5	85,5
Norte	699	12,6	11,9	88,1
Nordeste	3 507	10,0	14,8	85,2
Sudeste	6 066	11,7	14,6	85,4
Sul	2 177	11,9	14,6	85,4
Centro-Oeste	799	10,4	14,0	86,0
Mais de 2 salários mínimos				
Brasil	4 737	12,6	9,1	90,9
Norte	130	15,3	9,7	90,3
Nordeste	535	12,5	8,7	91,3
Sudeste	2 908	12,2	9,4	90,6
Sul	878	12,8	8,7	91,3
Centro-Oeste	286	13,0	8,3	91,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Tabela 7.35 - Pessoas de 60 anos ou mais de idade, total e proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade em domicílios cadastrados no Programa de Saúde da Família, com plano de saúde ou sem nenhum dos dois, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2008

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 60 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade (%) (1)		
		Tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família	Tenham plano de saúde	Não tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e nem plano de saúde
Brasil	21 039	48,7	29,7	30,5
Norte	1 083	(2) 54,0	15,0	36,0
Rondônia	106	47,8	16,1	43,7
Acre	45	49,9	19,1	40,4
Amazonas	214	53,2	14,2	35,8
Roraima	20	53,1	(2)15,2	37,6
Pará	545	49,6	15,8	39,7
Região Metropolitana de Belém	162	31,4	37,9	39,0
Amapá	30	(2)30,5	(2)12,9	62,5
Tocantins	121	94,4	10,8	(2)4,3
Nordeste	5 441	67,8	15,1	23,2
Maranhão	553	67,6	(2)6,4	27,8
Piauí	349	83,0	18,4	12,7
Ceará	920	65,2	15,0	24,6
Região Metropolitana de Fortaleza	322	41,2	33,0	34,1
Rio Grande do Norte	333	65,9	13,0	25,9
Paraíba	438	85,8	12,7	8,1
Pernambuco	887	71,0	18,4	19,1
Região Metropolitana de Recife	381	57,3	30,9	21,8
Alagoas	303	64,8	10,0	27,6
Sergipe	161	80,1	19,7	12,7
Bahia	1 497	58,5	17,5	29,5
Região Metropolitana de Salvador	303	15,6	40,1	46,8
Sudeste	9 922	35,6	38,3	35,2
Minas Gerais	2 343	65,4	34,0	18,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	545	62,1	45,7	14,1
Espírito Santo	378	64,9	29,0	22,3
Rio de Janeiro	2 330	17,0	37,8	49,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 779	11,2	40,4	51,0
São Paulo	4 871	28,0	41,4	37,7
Região Metropolitana de São Paulo	2 237	23,8	43,7	38,7
Sul	3 333	52,5	31,9	27,5
Paraná	1 185	53,9	27,1	29,4
Região Metropolitana de Curitiba	305	56,0	41,5	19,0
Santa Catarina	685	76,1	29,4	13,7
Rio Grande do Sul	1 463	40,3	37,0	32,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	494	23,8	38,8	43,2
Centro-Oeste	1 261	53,6	30,9	27,6
Mato Grosso do Sul	232	75,5	32,3	13,8
Mato Grosso	246	53,5	20,6	33,8
Goiás	585	58,2	31,4	23,5
Distrito Federal	198	14,2	40,5	48,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) As pessoas podem ter domicílio cadastrado no Programa Saúde da Família e ter plano de saúde. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.36 - Pessoas de 75 anos ou mais de idade, total e proporção de pessoas de 75 anos ou mais de idade em domicílios cadastrados no Programa de Saúde da Família, com plano de saúde ou sem nenhum dos dois, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 75 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas)	Proporção de pessoas de 75 anos ou mais de idade (%) (1)		
		Tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família	Tenham plano de saúde	Não tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e nem plano de saúde
Brasil	5 529	48,3	31,0	29,6
Norte	256	(2)54,0	16,7	36,0
Nordeste	1 506	69,9	14,5	21,1
Sudeste	2 636	34,0	40,6	34,6
Sul	831	51,2	35,2	26,9
Centro-Oeste	301	53,4	31,1	29,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) As pessoas podem ter domicílio cadastrado no Programa Saúde da Família e ter plano de saúde. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 7.37 - Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade moradoras em domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e/ou tenham plano de saúde ou nenhum dos dois, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por sexo (%) (1)					
	Tenham domicílio cadastrado no programa de Saúde da Família		Tenham plano de saúde		Não tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e nem plano de saúde	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	49,5	48,1	27,9	31,1	31,0	30,1
Norte	56,2	53,4	12,7	17,1	35,8	36,1
Nordeste	68,4	67,4	13,5	16,4	23,7	22,8
Sudeste	36,0	35,3	36,9	39,3	35,9	34,7
Sul	53,1	52,0	30,5	33,1	28,0	27,2
Centro-Oeste	54,5	52,8	27,9	33,6	28,6	26,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) As pessoas podem ter domicílio cadastrado no Programa Saúde da Família e ter plano de saúde.

Tabela 7.38 - Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade moradoras em domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e/ou tenham plano de saúde ou nenhum dos dois, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%) (1)								
	Tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família			Tenham plano de saúde			Não tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e nem plano de saúde		
	Branca	Parda	Preta	Branca	Parda	Preta	Branca	Parda	Preta
Brasil	41,9	59,7	51,6	38,6	17,5	16,3	29,6	30,1	38,5
Norte	52,1	55,5	60,3	22,9	11,9	12,0	32,7	37,5	33,0
Nordeste	63,8	71,1	62,1	22,8	11,5	9,8	21,7	22,6	31,7
Sudeste	30,5	47,3	43,6	45,5	24,9	19,0	33,2	37,5	44,4
Sul	51,2	61,4	53,9	34,3	17,7	26,0	27,1	29,3	33,9
Centro-Oeste	51,0	56,5	53,6	38,4	24,7	18,6	25,2	29,2	33,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) As pessoas podem ter domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e ter plano de saúde.

Tabela 7.39 - Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade moradoras de domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e/ou tenham plano de saúde ou nenhum dos dois, por classes de renda domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de renda domiciliar <i>per capita</i> (%)								
	Tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família			Tenham plano de saúde			Não tenham domicílio cadastrado no Programa de Saúde da Família e nem plano de saúde		
	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos
Brasil	62,9	53,6	25,8	8,2	20,7	68,4	32,5	33,8	19,7
Norte	60,4	(1) 55,3	40,4	4,4	11,6	53,9	37,2	38,2	21,6
Nordeste	74,6	69,9	36,7	3,4	11,6	67,6	24,0	24,1	14,8
Sudeste	48,6	41,5	19,1	15,4	26,3	70,9	42,1	40,9	21,0
Sul	56,7	58,4	36,4	9,8	21,8	64,0	38,1	30,1	17,9
Centro-Oeste	60,1	59,6	32,6	10,3	23,3	65,0	33,4	28,8	20,6

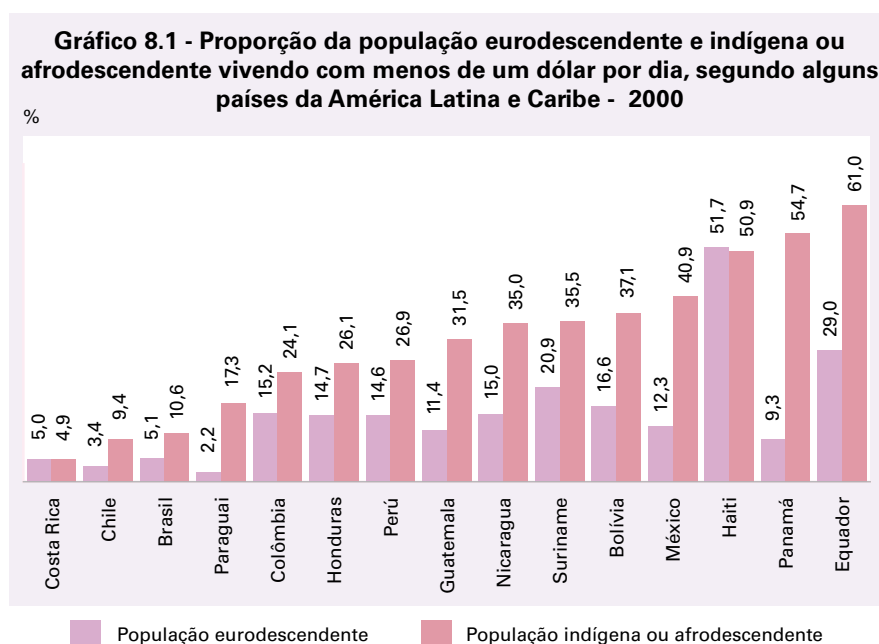
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Dados sem significância estatística.

Cor ou raça

A Síntese de Indicadores Sociais, alinhada com uma tendência crescente de atenção à temática de cor ou raça nas Américas, há mais de dez anos aborda essa questão em suas edições.

Constata-se, na região, que tanto as populações indígenas quanto as afrodescendentes estão sistematicamente mais vulneráveis. O Gráfico 8.1 ilustra como altas porcentagens destas populações vivem com menos de um dólar por dia em 15 países da América Latina e Caribe (BUSSO; CICOWIEZ; GASPARINI, 2005 apud INFORME..., 2010, p. 36).



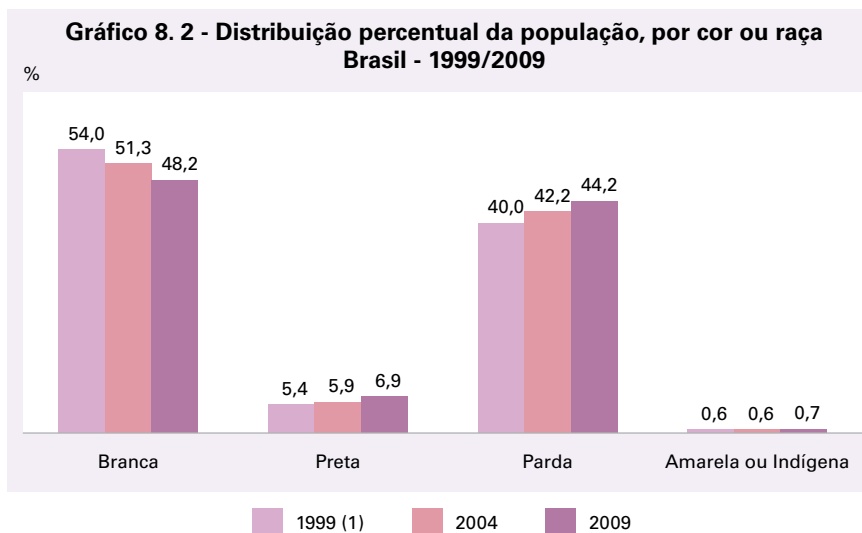
Fonte: Informe regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe 2010: actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad. Nueva York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2010. Disponível em: <<http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org/site/informe.php>>. Acesso em: ago. 2010.

Como ocorre na maioria dos países latino-americanos, as pesquisas do IBGE fazem uso da autoclassificação por parte de quem responde aos levantamentos, tanto por amostragem como nos censitários. Na região, além da autoidentificação, são usadas perguntas relativas a línguas faladas e origem geográfica. Esta forma de classificação está mais ligada à identificação da população indígena do que à população afrodescendente, em razão da própria configuração étnica da população destes países.

Mais recentemente, observam-se avanços para abordar a questão relacionada a afrodescendentes, como atestam os projetos financiados pelo Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (Programa GRPE)¹. Destacam-se, igualmente, movimentos sociais como o *Yungas* na Bolívia, *Palenqueros* na Colômbia, *Garifunas* em Honduras e Nicarágua, entre outros².

Vale sublinhar que o IBGE vem buscando aperfeiçoar o sistema de classificação, que atualmente é composto de cinco categorias: branca, preta, parda, amarela ou indígena.

No Brasil da primeira década do Século XXI, destaca-se uma mudança na distribuição da população, segmentada por cor ou raça, o que confirma uma tendência já detectada. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD mostram um crescimento da proporção da população que se declara preta ou parda nos últimos dez anos: respectivamente, 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9% e 44,2% em 2009 (Gráfico 8.2 e Tabela 8.1). Provavelmente, um dos fatores para esse crescimento é uma recuperação da identidade racial, já comentada por diversos estudiosos do tema.



Considerando as limitações de uma pesquisa por amostragem para descrever pequenas populações, vale destacar também um notório aumento da população

¹ A Organização Internacional do Trabalho - OIT desenvolve, mundialmente, o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (Programa GPE), com vistas à promoção da igualdade de oportunidades e à eliminação de todas as formas de discriminação. No Brasil, o Programa GPE foi ampliado para incorporar, também, a dimensão racial, sendo desenvolvido pela OIT em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, da Presidência da República.

² Esses movimentos buscam, especificamente, reconhecimento oficial (muitas vezes denegado) e atenção para as populações afrodescendentes.

indígena nos últimos anos, em áreas rural e urbana. A propósito, o Censo Demográfico 2010 irá aprofundar esta questão, com um questionário específico que aborda aspectos da língua e da etnia dos que se declararem indígenas em todo o Território Nacional.

No entanto, independentemente desse possível resgate da identidade racial por parte da população de cor preta, parda ou de indígenas, a situação de desigualdade que sofrem os grupos historicamente desfavorecidos subsiste. Uma série de indicadores revelam essas diferenças, dentre os quais: analfabetismo; analfabetismo funcional; acesso à educação; aspectos relacionados aos rendimentos; posição na ocupação; e arranjos familiares com maior risco de vulnerabilidade. Por se tratar de uma pesquisa por amostragem, como já destacado, na PNAD, as categorias com menor representação não são incluídas nas tabelas desagregadas por Unidade da Federação.

Estes são indicadores que estão em consonância com aqueles explorados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), no estudo *Society at a glance 2009: OECD social indicators*, publicado em 2009. Em relação à equidade, o hiato nos rendimentos e a apropriação de uma menor parcela do rendimento total concernem particularmente às populações de cor preta ou parda.

Quando se observam as taxas de analfabetismo, de analfabetismo funcional e de frequência escolar, verifica-se uma persistente diferença entre os níveis apresentados pela população branca, por um lado, e as populações preta ou parda, por outro.

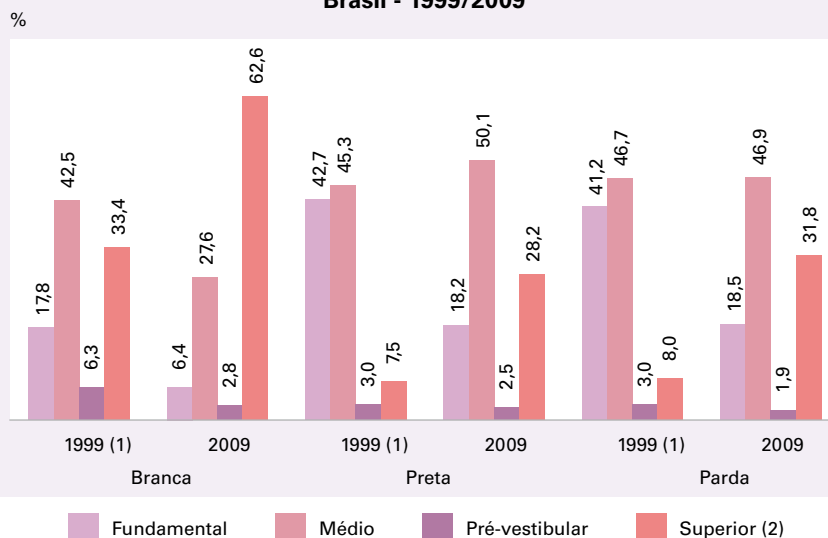
A taxa de analfabetismo diminuiu na última década, passando de 13,3%, em 1999, para 9,7%, em 2009, para o total da população, o que representa ainda um contingente de 14,1 milhões de analfabetos. Apesar de avanços, tanto a população de cor preta quanto a de cor parda ainda têm o dobro da incidência de analfabetismo observado na população branca: 13,3% dos pretos e 13,4% dos pardos, contra 5,9% dos brancos, são analfabetos.

Outro indicador importante é o analfabetismo funcional, que engloba as pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos completos de estudo, ou seja, que não concluíram a 4ª série do ensino fundamental. Essa taxa diminuiu mais fortemente nos últimos dez anos, passando de 29,4%, em 1999, para 20,3%, em 2009, o que representa ainda 29,5 milhões de pessoas. O analfabetismo funcional concerne mais fortemente aos pretos (25,4%) e aos pardos (25,7%) do que aos brancos (15,0%). São 2,7 milhões de pretos e 15,9 milhões de pardos que frequentaram escola, mas têm, de forma geral, dificuldade de exercer a plena cidadania através da compreensão de textos, indo além de uma rudimentar decodificação.

A média de anos de estudo é uma outra maneira de se avaliar o acesso à educação e as consequentes oportunidades de mobilidade social. A população branca de 15 anos ou mais de idade tem, em média, 8,4 anos de estudo em 2009, enquanto pretos e pardos têm, igualmente, 6,7 anos. Em 2009, os patamares são superiores aos de 1999 para todos os grupos, mas o nível atingido tanto pela população de cor preta quanto pela de cor parda, com relação aos anos de estudo, é atualmente inferior àquele alcançado pelos brancos em 1999, que era, em média, 7,0 anos de estudos.

A proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade que cursam o ensino superior também mostra uma situação em 2009 inferior para os pretos e para os pardos em relação à situação de brancos em 1999. Enquanto cerca de 2/3, ou 62,6%, dos estudantes brancos estão nesse nível de ensino em 2009, os dados mostram que há menos de 1/3 para os outros dois grupos: 28,2% dos pretos e 31,8% dos pardos (Gráfico 8.3 e Tabela 8.4). Em 1999, eram 33,4% de brancos, contra 7,5% de pretos e 8,0% de pardos.

**Gráfico 8.3 - Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, segundo a cor ou raça e o nível de ensino frequentado
Brasil - 1999/2009**



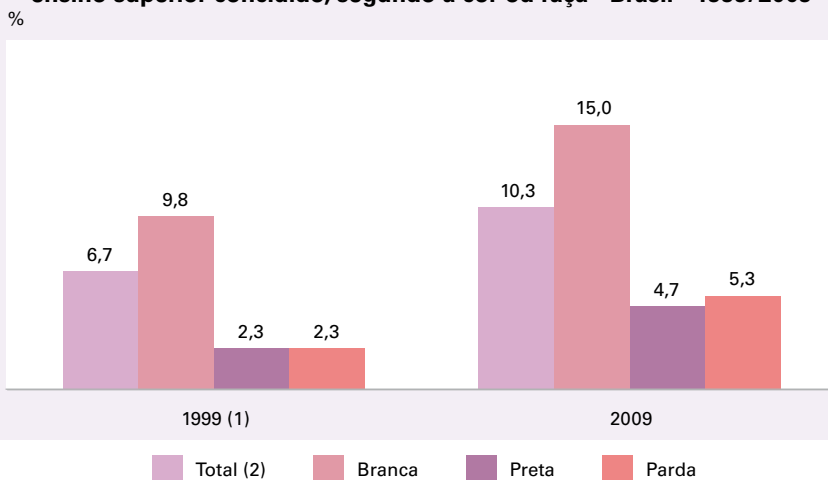
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive graduação, mestrado ou doutorado.

Em relação à população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído, a PNAD 2009 mostra que há um crescimento notório na proporção de pretos e de pardos graduados, com a ressalva de que o ponto de partida na comparação é 1999, com 2,3% tanto para pretos quanto para pardos. Isso posto, observa-se que a quantidade de pessoas que têm curso superior completo é hoje cerca de 1/3 em relação a brancos, ou seja: 4,7% de pretos e 5,3% de pardos contra 15,0% de brancos têm curso superior concluído nessa faixa etária (Gráfico 8.4).

Gráfico 8.4 - Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído, segundo a cor ou raça - Brasil - 1999/2009

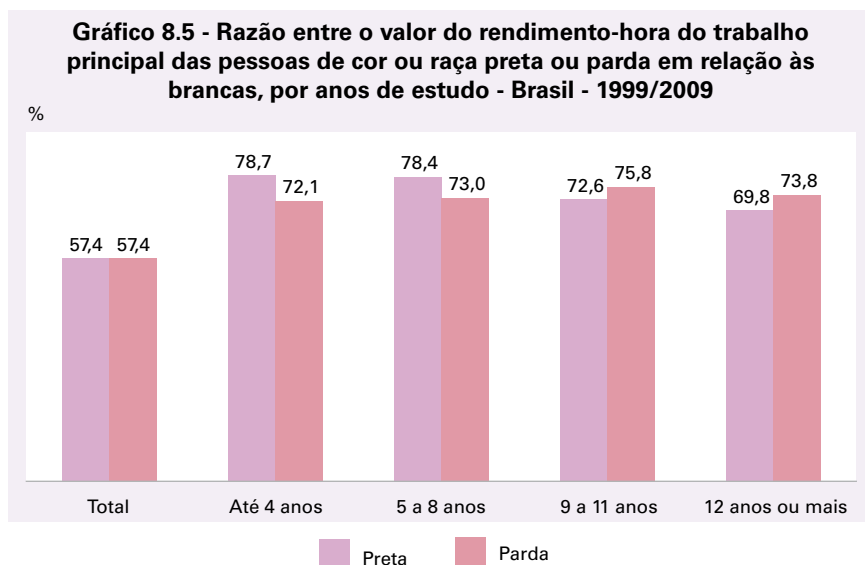


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

Nota: Exclusive as pessoas que frequentam escola.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Além das diferenças educacionais, a PNAD desvenda fortes diferenças nos rendimentos. Considerando os anos de estudo (Gráfico 8.5), vê-se que as disparidades concernem a todos os níveis. Faixa a faixa, os rendimentos-hora de pretos e de pardos são, pelo menos, 20% inferiores aos de brancos e, no total, cerca de 40% menores. Comparando com a situação de dez anos atrás, houve melhora concentrada na população com até 4 anos de estudo, pois, em 1999, os rendimentos-hora de pretos e de pardos com esse nível de escolaridade representavam, respectivamente, 47,0% e 49,6% do rendimento-hora de brancos, passando a 57,4% para os dois grupos em 2009.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

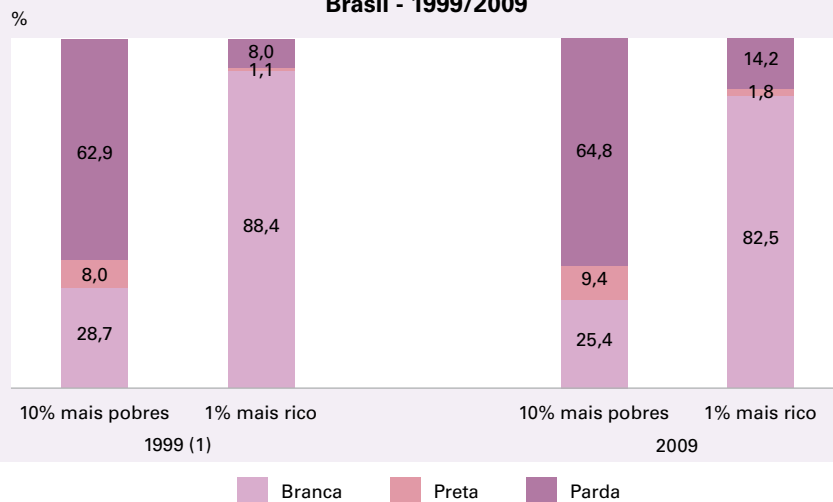
Nota: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Quando se observa a distribuição do rendimento relacionado às famílias 10% mais pobres e 1% mais ricas (Gráfico 8.6 e Tabela 8.10), houve melhora da desigualdade no extremo mais rico.

Eram 1,1% de pretos e 8,0% de pardos em 1999. Em 2009, pretos e pardos representam, respectivamente, 1,8% e 14,2%. Trata-se de uma cifra ainda bastante distante da representatividade na população; como dito anteriormente, pretos e pardos são 6,9% e 44,2% das pessoas em 2009, o que corresponde a uma maioria de 51,1%.

Gráfico 8.6 - Distribuição do rendimento familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, segundo a cor ou raça - Brasil - 1999/2009

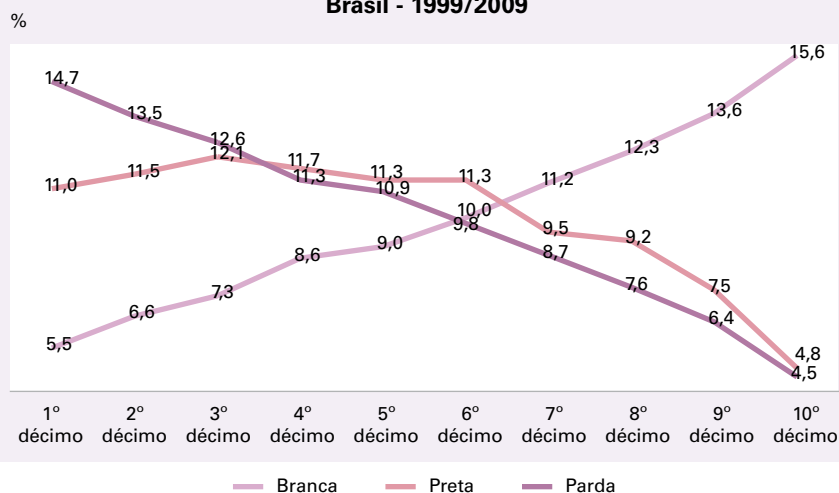


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A observação dos décimos de rendimento familiar *per capita* mostra uma linearidade na maior proporção de brancos nas parcelas mais elevadas. A população de cor preta mostra menor presença nos dois décimos de menor rendimento do que pardos, mas, apesar de flutuações, também está de forma consistente mais concentrada nos décimos inferiores. Em paralelo, comparando-se o Índice de Gini³ da distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* de 1999 e 2009, verifica-se uma diminuição na desigualdade total (de 0,588 para 0,537). A queda concerne a brancos (de 0,572 para 0,530), pretos (de 0,502 para 0,471) e pardos (de 0,531 para 0,497) de maneira similar⁴. Trata-se de uma questão que merece aprofundamento para buscar solução para os altos níveis de desigualdade que subsistem no Brasil.

Gráfico 8.7 - Distribuição percentual da população residente por décimos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo a cor ou raça Brasil - 1999/2009



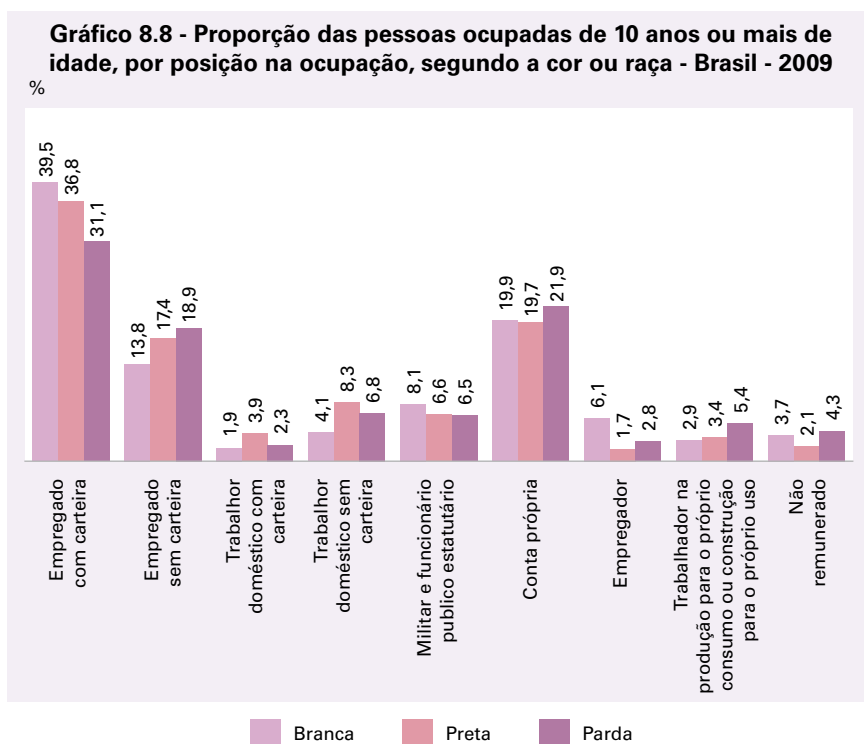
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A desigualdade entre brancos, pretos e pardos se exprime também na observação do “empoderamento”, relacionado ao número de pessoas em posições privilegiadas na ocupação. Na categoria de empregadores, estão 6,1% dos brancos, 1,7% dos pretos e 2,8% dos pardos em 2009. Ao mesmo tempo, pretos e pardos são, em maior proporção, empregados sem carteira e representam a maioria dos empregados domésticos (Gráfico 8.8 e Tabela 8.15).

³ Uma sociedade com total igualdade teria um coeficiente de 0, enquanto 1 representaria a desigualdade absoluta. Para ilustração, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, das Nações Unidas, traz como indicadores mais recentes: 0,743 para a Namíbia, e 0,247, para a Dinamarca (HUMAN..., 2009).

⁴ Exclusive pessoas sem rendimento.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A proteção das famílias e o desenvolvimento das crianças e adolescentes são pontos fundamentais de atenção para as políticas públicas. Vale destacar que famílias com pessoa de referência de cor preta ou parda, seja homem ou mulher, compõem, em maior proporção, casais com filhos menores de 14 anos. Além disso, um tipo de família considerado mais vulnerável – mulher sem cônjuge com filhos pequenos – é também composto, em maior proporção, por pessoa de referência de cor preta, 23,3%, e parda, 25,9%, enquanto a proporção para brancas é de 17,7% (Tabela 8.14). Essas configurações poderiam explicar os efeitos, em termos de melhoria da situação econômica tanto para pretos quanto para pardos na base da pirâmide de rendimentos, a partir de políticas aplicadas nos últimos anos e que merecem aprofundamento para combater não só a miséria, mas também a pobreza, e melhorar a coesão social.

Tabela 8.1 - População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)			
		Branca	Preta	Parda	Amarela ou indígena
Brasil	191 796	48,2	6,9	44,2	0,7
Norte	15 555	23,6	4,7	71,2	0,4
Rondônia	1 531	34,1	7,0	58,0	0,9
Acre	705	26,9	4,7	67,7	0,6
Amazonas	3 455	20,9	1,7	77,2	0,2
Roraima	430	26,4	6,1	65,6	1,9
Pará	7 479	21,9	5,0	72,6	0,4
Região Metropolitana de Belém	2 117	25,2	6,1	68,1	0,5
Amapá	640	26,2	6,6	66,9	0,3
Tocantins	1 316	24,2	6,7	68,8	0,3
Nordeste	54 020	28,8	8,1	62,7	0,3
Maranhão	6 469	23,9	6,6	68,6	0,9
Piauí	3 193	24,1	5,9	69,9	0,0
Ceará	8 569	31,0	2,7	66,1	0,2
Região Metropolitana de Fortaleza	3 580	33,0	3,0	63,8	0,2
Rio Grande do Norte	3 188	36,3	4,4	59,2	0,0
Paraíba	3 826	36,4	4,9	58,4	0,3
Pernambuco	8 820	36,6	5,4	57,6	0,3
Região Metropolitana de Recife	3 774	37,0	7,6	54,9	0,4
Alagoas	3 206	26,8	5,3	67,7	0,2
Sergipe	2 052	28,8	3,9	67,1	0,2
Bahia	14 697	23,0	16,8	59,8	0,3
Região Metropolitana de Salvador	3 781	17,7	29,4	52,5	0,4
Sudeste	80 466	56,7	7,7	34,6	0,9
Minas Gerais	20 088	44,2	8,8	46,6	0,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 121	38,6	10,7	50,2	0,4
Espírito Santo	3 480	41,2	9,1	49,1	0,6
Rio de Janeiro	15 801	55,8	11,1	32,6	0,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 582	55,0	11,3	33,1	0,5
São Paulo	41 097	64,4	5,8	28,3	1,4
Região Metropolitana de São Paulo	19 653	58,6	6,7	32,7	2,0
Sul	27 776	78,5	3,6	17,3	0,7
Paraná	10 700	71,3	2,9	24,5	1,3
Região Metropolitana de Curitiba	3 272	74,6	3,2	21,3	0,9
Santa Catarina	6 159	85,7	2,2	11,7	0,3
Rio Grande do Sul	10 917	81,4	5,0	13,3	0,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 054	81,3	6,8	11,4	0,5
Centro-Oeste	13 978	41,7	6,7	50,6	0,9
Mato Grosso do Sul	2 399	49,6		43,9	1,6
Mato Grosso	3 057	38,9	9,8	50,0	1,3
Goiás	5 951	40,1	5,8	53,4	0,6
Distrito Federal	2 571	41,2	6,8	51,2	0,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 8.2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)			
	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	9,7	5,9	13,3	13,4
Norte	10,6	7,2	14,6	11,3
Rondônia	9,8	7,0	14,3	10,8
Acre	15,4	10,4	26,8	16,4
Amazonas	7,0	4,4	12,1	7,6
Roraima	6,7	4,8	11,7	6,6
Pará	12,2	8,5	15,4	12,9
Região Metropolitana de Belém	4,5	3,4	6,8	4,5
Amapá	2,8	3,5	1,1	2,7
Tocantins	13,5	7,8	15,8	15,3
Nordeste	18,7	14,2	19,8	20,6
Maranhão	19,1	15,5	20,1	20,0
Piauí	23,4	17,0	25,3	25,3
Ceará	18,6	13,7	24,3	20,6
Região Metropolitana de Fortaleza	9,6	5,6	13,2	11,4
Rio Grande do Norte	18,1	12,4	16,8	21,7
Paraíba	21,6	15,4	30,1	24,7
Pernambuco	17,6	12,5	21,2	20,5
Região Metropolitana de Recife	8,2	5,5	13,3	9,3
Alagoas	24,6	18,4	31,6	26,4
Sergipe	16,3	11,9	17,8	18,1
Bahia	16,7	14,6	17,4	17,4
Região Metropolitana de Salvador	5,4	3,1	7,1	5,1
Sudeste	5,7	4,0	9,5	7,6
Minas Gerais	8,5	5,7	13,4	10,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4,7	2,9	7,5	5,3
Espírito Santo	8,5	6,2	14,7	9,3
Rio de Janeiro	4,0	3,0	6,7	4,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	3,2	2,4	5,4	3,9
São Paulo	4,7	3,7	8,0	6,5
Região Metropolitana de São Paulo	4,2	3,0	7,0	5,6
Sul	5,5	4,4	9,5	9,5
Paraná	6,7	5,1	13,9	10,6
Região Metropolitana de Curitiba	3,4	2,7	6,1	5,6
Santa Catarina	4,9	4,3	9,2	9,0
Rio Grande do Sul	4,6	4,0	6,8	7,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	3,0	2,6	6,1	3,9
Centro-Oeste	8,0	6,0	11,3	9,2
Mato Grosso do Sul	8,7	6,8	11,2	10,6
Mato Grosso	10,2	7,1	13,7	11,8
Goiás	8,6	6,6	12,2	9,6
Distrito Federal	3,4	2,3	5,8	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 8.3 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxas de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)			
	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	20,3	15,0	25,4	25,7
Norte	23,1	17,7	27,9	24,4
Rondônia	23,6	20,1	28,5	25,0
Acre	26,1	19,6	45,7	26,7
Amazonas	17,8	12,8	27,8	18,9
Roraima	15,9	10,7	24,1	16,3
Pará	25,7	19,5	27,7	27,3
Região Metropolitana de Belém	13,5	10,5	16,7	14,0
Amapá	16,1	15,6	18,7	15,8
Tocantins	25,3	17,5	26,2	27,9
Nordeste	30,8	24,9	31,7	33,4
Maranhão	31,7	26,6	30,4	33,4
Piauí	37,5	28,4	41,0	40,2
Ceará	29,5	23,5	36,9	32,0
Região Metropolitana de Fortaleza	17,8	12,4	22,4	20,3
Rio Grande do Norte	28,0	21,4	27,2	32,0
Paraíba	33,4	24,9	43,6	37,8
Pernambuco	27,8	21,5	32,5	31,3
Região Metropolitana de Recife	14,7	10,4	21,6	16,6
Alagoas	36,5	28,7	46,4	38,8
Sergipe	28,6	23,0	29,3	31,0
Bahia	30,6	28,4	29,0	32,0
Região Metropolitana de Salvador	13,2	7,9	15,8	13,5
Sudeste	15,2	12,2	21,6	19,0
Minas Gerais	19,6	15,4	25,8	22,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	12,0	8,3	15,9	13,9
Espírito Santo	20,0	17,3	26,4	21,2
Rio de Janeiro	14,1	11,5	21,1	16,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	12,3	9,7	18,4	14,3
São Paulo	13,2	11,1	18,3	17,1
Região Metropolitana de São Paulo	11,5	9,2	16,0	14,6
Sul	15,5	13,8	22,2	22,1
Paraná	18,0	15,6	27,8	24,0
Região Metropolitana de Curitiba	11,8	10,3	17,5	16,3
Santa Catarina	14,0	13,3	21,0	18,1
Rio Grande do Sul	14,1	12,7	19,0	20,6
Região Metropolitana de Porto Alegre	10,6	9,6	15,0	15,0
Centro-Oeste	18,5	15,1	23,7	20,6
Mato Grosso do Sul	21,5	18,4	27,5	24,6
Mato Grosso	21,9	17,5	26,0	24,7
Goiás	19,7	16,2	26,8	21,4
Distrito Federal	8,9	6,2	11,5	10,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 8.4 - Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Estudantes de 18 a 24 anos de idade, por cor ou raça				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental ou 1º grau	Médio ou 2º grau	Pré-vestibular	Superior ou 3º grau (1)
Branca					
Brasil	3 696	6,4	27,6	2,8	62,6
Norte	177	11,8	33,5	3,5	50,4
Nordeste	685	14,4	37,8	3,4	43,7
Sudeste	1 779	3,7	25,4	2,8	67,6
Sul	793	4,5	24,3	2,4	68,1
Centro-Oeste	262	5,5	22,5	2,7	69,0
Preta					
Brasil	417	18,2	50,1	2,5	28,2
Norte	34	21,4	47,7	1,2	29,2
Nordeste	168	23,9	50,2	2,6	22,1
Sudeste	158	13,9	53,6	2,7	29,6
Sul	22	11,9	35,1	2,1	47,1
Centro-Oeste	35	11,9	45,8	2,9	38,5
Parda					
Brasil	2 826	18,5	46,9	1,9	31,8
Norte	474	20,0	50,2	3,0	26,2
Nordeste	1 254	24,0	49,0	2,0	24,1
Sudeste	741	12,0	42,7	1,5	42,7
Sul	120	12,6	45,6	0,7	40,0
Centro-Oeste	237	9,9	42,7	1,5	45,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Inclusive as pessoas sem declaração de nível de ensino frequentado.

(1) Inclusive graduação, mestrado ou doutorado.

Tabela 8.5 - Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade			
	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	7,6	8,4	6,7	6,7
Norte	7,2	8,1	6,7	6,9
Rondônia	7,0	7,5	6,5	6,8
Acre	7,4	8,6	5,3	7,1
Amazonas	7,8	9,0	7,1	7,5
Roraima	8,2	9,3	7,4	7,9
Pará	6,7	7,6	6,5	6,4
Região Metropolitana de Belém	8,3	9,2	7,9	8,0
Amapá	8,3	8,7	8,3	8,1
Tocantins	7,3	8,5	7,0	6,8
Nordeste	6,3	7,3	6,2	5,9
Maranhão	6,2	6,9	6,2	5,9
Piauí	5,8	7,1	5,3	5,3
Ceará	6,6	7,5	5,8	6,1
Região Metropolitana de Fortaleza	8,0	9,0	7,2	7,5
Rio Grande do Norte	6,5	7,4	6,6	6,0
Paraíba	6,1	7,3	5,0	5,5
Pernambuco	6,6	7,6	6,1	6,1
Região Metropolitana de Recife	8,3	9,3	7,2	7,8
Alagoas	5,7	6,8	4,6	5,3
Sergipe	6,7	7,7	6,5	6,3
Bahia	6,3	6,9	6,5	6,1
Região Metropolitana de Salvador	8,5	9,9	7,9	8,3
Sudeste	8,2	8,9	7,0	7,3
Minas Gerais	7,4	8,2	6,4	6,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,5	9,5	7,4	7,9
Espírito Santo	7,6	8,2	6,5	7,1
Rio de Janeiro	8,4	9,1	6,9	7,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,7	9,5	7,2	7,9
São Paulo	8,5	9,0	7,6	7,5
Região Metropolitana de São Paulo	8,8	9,4	7,9	7,8
Sul	8,0	8,3	6,9	6,7
Paraná	7,9	8,4	6,4	6,7
Região Metropolitana de Curitiba	8,8	9,3	7,5	7,4
Santa Catarina	8,2	8,4	7,2	7,1
Rio Grande do Sul	7,8	8,1	7,1	6,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,6	8,8	7,8	7,4
Centro-Oeste	7,9	8,6	7,2	7,3
Mato Grosso do Sul	7,4	8,0	6,6	6,7
Mato Grosso	7,4	8,3	6,9	6,8
Goiás	7,5	8,2	6,7	7,1
Distrito Federal	9,6	10,6	8,8	9,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 8.6 - Média de anos de estudo e rendimento médio mensal de todos os trabalhos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça					
	Branca		Preta		Parda	
	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)	Média de anos de estudo	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)
Brasil	9,2	3,2	7,4	1,8	7,2	1,8
Norte	8,8	2,8	7,3	2,0	7,3	1,8
Rondônia	8,2	3,1	7,1	2,0	7,3	2,0
Acre	9,4	3,7	6,1	3,6	7,4	2,3
Amazonas	9,7	3,0	7,4	2,1	7,9	1,9
Roraima	9,8	3,1	7,8	2,2	8,4	2,0
Pará	8,3	2,4	7,2	1,8	6,9	1,6
Região Metropolitana de Belém	9,7	2,8	8,2	2,0	8,5	1,8
Amapá	9,6	2,9	8,6	1,9	8,5	2,2
Tocantins	9,2	2,9	7,9	1,9	7,4	1,8
Nordeste	8,0	2,3	6,8	1,5	6,3	1,4
Maranhão	7,7	2,1	6,7	1,4	6,4	1,4
Piauí	7,4	2,2	5,5	1,4	5,5	1,3
Ceará	8,0	2,0	6,4	1,5	6,4	1,3
Região Metropolitana de Fortaleza	9,6	2,7	7,9	1,8	8,0	1,8
Rio Grande do Norte	8,2	2,4	6,9	1,6	6,6	1,5
Paraíba	8,2	2,4	5,6	1,2	6,1	1,5
Pernambuco	8,5	2,3	6,8	1,4	6,6	1,3
Região Metropolitana de Recife	10,3	3,4	8,1	1,6	8,5	1,7
Alagoas	8,0	2,3	5,3	1,6	5,9	1,4
Sergipe	8,5	2,4	6,7	2,1	6,7	1,6
Bahia	7,6	2,4	7,1	1,5	6,5	1,5
Região Metropolitana de Salvador	10,7	4,8	8,4	1,8	8,8	2,2
Sudeste	9,7	3,4	7,7	2,0	7,9	2,1
Minas Gerais	8,9	3,0	6,9	1,6	7,2	1,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	10,3	4,1	8,2	2,0	8,5	2,3
Espírito Santo	8,9	3,1	7,2	1,8	7,8	1,9
Rio de Janeiro	10,0	3,9	7,6	2,2	8,3	2,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	10,3	4,2	7,8	2,4	8,6	2,3
São Paulo	10,0	3,5	8,4	2,2	8,2	2,3
Região Metropolitana de São Paulo	10,3	3,9	8,8	2,2	8,5	2,5
Sul	9,0	3,1	7,5	1,9	7,3	1,9
Paraná	9,1	3,1	6,9	2,1	7,3	1,8
Região Metropolitana de Curitiba	10,0	3,7	8,1	2,2	7,9	2,0
Santa Catarina	9,2	3,3	8,0	2,1	7,6	2,2
Rio Grande do Sul	8,7	3,0	7,7	1,7	7,0	1,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	9,5	3,3	8,4	1,9	7,9	2,1
Centro-Oeste	9,3	3,8	7,7	2,2	7,8	2,4
Mato Grosso do Sul	8,7	3,2	7,1	2,0	7,3	2,0
Mato Grosso	8,9	3,2	7,6	1,9	7,2	2,0
Goiás	8,9	3,0	7,1	1,9	7,6	2,1
Distrito Federal	11,3	7,1	9,3	3,7	9,6	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 8.7 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade e pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo, total e sua distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Pessoas de 25 anos ou mais de idade				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Com 15 anos ou mais de estudo			
		Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)		
			Branca	Preta	Parda
Brasil	111 952	11 274	73,7	3,5	20,9
Norte	7 745	527	42,6	5,5	51,2
Nordeste	29 205	1 775	50,7	5,5	43,2
Sudeste	49 920	6 087	79,3	3,3	14,9
Sul	17 060	1 934	90,5	1,4	6,3
Centro-Oeste	8 022	950	63,2	4,6	30,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Tabela 8.8 - Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade, com 15 anos ou mais de estudo (%)			
	Total (1)	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	10,1	14,7	4,7	5,1
Norte	10,1	14,7	4,7	5,1
Nordeste	6,1	10,7	3,6	4,3
Sudeste	12,2	16,5	4,9	5,6
Sul	11,3	12,9	4,1	4,4
Centro-Oeste	11,8	17,6	7,2	7,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Tabela 8.9 - Razão entre o valor do rendimento-hora do trabalho principal que as pessoas de cor preta ou parda recebem, em relação ao valor recebido pelas pessoas de cor branca, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Razão entre o valor do rendimento-hora do trabalho principal que as pessoas de cor preta ou parda recebem, em relação ao valor recebido pelas pessoas de cor branca (%)				
	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Preta					
Brasil	57,4	78,7	78,4	72,6	69,8
Norte	69,1	72,3	82,4	76,8	87,7
Rondônia	64,2	48,7	83,7	69,7	92,3
Acre	80,2	99,7	66,6	84,4	169,3
Amazonas	67,1	70,5	87,4	76,6	82,1
Roraima	78,6	84,2	123,8	62,3	120,9
Pará	79,1	87,5	84,8	81,6	102,1
Região Metropolitana de Belém	78,9	93,3	90,8	99,1	93,8
Amapá	60,9	99,4	79,0	70,2	50,5
Tocantins	53,6	79,3	72,1	71,4	54,2
Nordeste	62,8	96,8	93,4	79,9	64,5
Maranhão	60,2	102,6	119,4	68,3	39,9
Piauí	66,9	108,2	81,8	86,4	80,1
Ceará	67,1	88,5	108,6	98,6	59,9
Região Metropolitana de Fortaleza	62,3	80,2	113,7	87,4	61,0
Rio Grande do Norte	65,4	85,3	96,2	90,6	58,8
Paraíba	45,2	82,4	55,5	78,7	34,2
Pernambuco	60,0	89,9	113,8	76,6	60,0
Região Metropolitana de Recife	48,0	56,1	119,0	71,5	53,2
Alagoas	62,0	112,8	73,1	101,5	58,0
Sergipe	93,4	118,5	189,5	88,1	99,3
Bahia	58,6	91,6	75,0	72,6	62,2
Região Metropolitana de Salvador	35,8	80,3	84,5	60,3	47,6
Sudeste	56,9	84,1	80,3	74,0	71,1
Minas Gerais	56,8	82,8	80,8	69,3	68,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	50,0	86,5	86,6	73,7	62,4
Espírito Santo	59,0	86,6	87,6	74,5	60,7
Rio de Janeiro	61,0	94,3	90,8	74,0	98,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	60,5	97,0	93,8	72,8	107,1
São Paulo	58,4	89,1	78,2	77,2	62,4
Região Metropolitana de São Paulo	46,1	78,1	68,3	70,2	49,4
Sul	61,1	71,8	80,1	77,7	56,4
Paraná	63,8	73,8	93,7	89,6	62,6
Região Metropolitana de Curitiba	59,6	67,8	79,6	85,0	61,6
Santa Catarina	69,6	78,2	95,7	80,6	57,5
Rio Grande do Sul	57,6	70,3	70,8	72,0	51,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	57,2	81,5	88,1	65,2	52,5
Centro-Oeste	61,0	89,8	81,9	73,3	69,0
Mato Grosso do Sul	56,1	65,2	78,5	64,1	64,8
Mato Grosso	63,4	109,3	69,1	66,7	56,9
Goiás	64,1	87,0	81,1	66,7	70,7
Distrito Federal	54,8	79,6	98,2	84,3	78,7

Tabela 8.9 - Razão entre o valor do rendimento-hora do trabalho principal que as pessoas de cor preta ou parda recebem, em relação ao valor recebido pelas pessoas de cor branca, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Razão entre o valor do rendimento-hora do trabalho principal que as pessoas de cor preta ou parda recebem, em relação ao valor recebido pelas pessoas de cor branca (%)				
	Total	Grupos de anos de estudo			
		Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Parda					
Brasil	57,4	72,1	73,0	75,8	73,8
Norte	63,9	79,8	88,2	72,8	71,8
Rondônia	65,6	54,1	85,6	73,9	76,6
Acre	61,8	86,5	77,5	96,1	76,6
Amazonas	60,4	93,0	81,8	78,1	66,9
Roraima	63,4	78,3	104,7	75,5	74,5
Pará	69,7	101,2	95,7	68,1	73,4
Região Metropolitana de Belém	65,2	111,6	88,5	68,9	80,5
Amapá	76,1	112,1	76,3	71,2	110,2
Tocantins	53,3	87,1	71,7	74,8	60,7
Nordeste	62,2	88,4	80,2	80,3	76,4
Maranhão	67,8	96,6	86,0	87,2	69,8
Piauí	61,6	85,1	86,5	79,8	84,2
Ceará	68,5	89,4	91,4	85,2	92,4
Região Metropolitana de Fortaleza	68,4	85,8	92,0	84,4	94,5
Rio Grande do Norte	65,1	85,7	86,9	74,2	82,1
Paraíba	65,4	90,1	70,2	104,5	79,9
Pernambuco	57,0	85,6	89,9	72,5	68,3
Região Metropolitana de Recife	50,9	69,3	93,1	70,2	63,9
Alagoas	59,2	103,7	59,1	81,6	69,4
Sergipe	67,2	101,2	74,8	78,9	87,9
Bahia	58,3	85,8	72,0	74,7	67,3
Região Metropolitana de Salvador	44,8	79,1	81,4	70,6	58,1
Sudeste	60,0	81,1	77,3	81,0	74,7
Minas Gerais	64,3	81,2	81,0	82,4	72,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	55,0	83,4	89,7	74,7	67,4
Espírito Santo	67,6	89,6	85,4	83,8	78,6
Rio de Janeiro	58,0	85,0	80,9	73,4	71,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	55,1	83,7	77,0	69,1	73,0
São Paulo	63,2	86,9	77,4	84,6	84,5
Região Metropolitana de São Paulo	56,2	90,5	76,0	83,0	74,9
Sul	62,7	78,4	78,8	78,2	63,7
Paraná	59,7	80,3	85,6	73,4	57,3
Região Metropolitana de Curitiba	57,7	80,1	87,3	81,7	51,0
Santa Catarina	65,6	77,6	79,4	76,2	73,3
Rio Grande do Sul	65,0	81,1	72,7	89,1	70,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	65,8	90,4	82,8	85,4	80,5
Centro-Oeste	62,4	79,9	83,7	77,7	75,3
Mato Grosso do Sul	61,9	69,3	85,8	77,5	69,2
Mato Grosso	59,4	67,9	69,9	75,6	66,6
Goiás	68,1	86,8	85,7	73,2	76,4
Distrito Federal	57,9	101,1	97,4	82,6	78,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho.

Tabela 8.10 - Distribuição do rendimento mensal familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Distribuição do rendimento mensal familiar <i>per capita</i> das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)		
	Branca	Preta	Parda
Com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres, em relação ao total de pessoas			
Brasil	25,4	9,4	64,8
Norte	14,8	7,3	77,3
Nordeste	21,2	8,3	70,2
Sudeste	35,4	13,7	50,4
Sul	62,7	7,1	29,6
Centro-Oeste	29,2	9,8	59,9
Com rendimento de trabalho, entre o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas			
Brasil	82,5	1,8	14,2
Norte	56,0	3,9	39,2
Nordeste	60,3	3,6	35,4
Sudeste	88,7	1,0	8,5
Sul	94,7	0,4	3,5
Centro-Oeste	70,2	2,3	25,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 8.11 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo décimos de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 2009

Décimos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	População residente			
	Total (1 000 pessoas) (1) (2)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)		
		Branca	Preta	Parda
Total	182 033	100,0	100,0	100,0
1º décimo	18 203	5,5	11,0	14,7
2º décimo	18 203	6,6	11,5	13,5
3º décimo	18 203	7,3	12,1	12,6
4º décimo	18 204	8,6	11,7	11,3
5º décimo	18 203	9,0	11,3	10,9
6º décimo	18 203	10,0	11,3	9,8
7º décimo	18 203	11,2	9,5	8,7
8º décimo	18 203	12,3	9,2	7,6
9º décimo	18 203	13,6	7,5	6,4
10º décimo	18 204	15,6	4,8	4,5
Acumulado				
Até 1º décimo	18 203	5,5	11,0	14,7
Até 2º décimo	36 406	12,2	22,5	28,2
Até 3º décimo	54 609	19,5	34,6	40,9
Até 4º décimo	72 813	28,1	46,4	52,1
Até 5º décimo	91 016	37,1	57,7	63,0
Até 6º décimo	109 220	47,2	69,0	72,8
Até 7º décimo	127 423	58,4	78,5	81,5
Até 8º décimo	145 626	70,7	87,7	89,1
Até 9º décimo	163 829	84,4	95,2	95,5
Até 10º décimo	182 033	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive as pessoas sem rendimento. (2) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Tabela 8.12 - Proporção das pessoas de 18 a 25 anos de idade frequentando curso superior, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 18 a 25 anos de idade frequentando curso superior (%)			
	Total (1)	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	14,1	20,6	7,4	8,4
Norte	10,9	17,9	9,8	8,6
Nordeste	9,1	14,6	6,5	6,9
Sudeste	16,5	22,5	6,6	9,3
Sul	18,4	20,9	10,1	8,5
Centro-Oeste	16,9	24,8	11,1	11,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Inclusive mestrado ou doutorado.

(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Tabela 8.13 - Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade que não frequentam escola e concluíram curso superior, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade que não frequentam escola e concluíram curso superior (%)			
	Total (1)	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	10,3	15,0	4,7	5,3
Norte	6,8	11,9	6,2	5,1
Nordeste	6,1	10,6	3,6	4,3
Sudeste	12,6	17,1	5,0	5,9
Sul	11,5	13,0	4,2	4,7
Centro-Oeste	11,9	17,5	7,7	7,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Tabela 8.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e cor ou raça da pessoa de referência e tipo de arranjo, segundo as Grandes Regiões - 2009

(continua)

Grandes Regiões	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 arranjos)	Tipo de arranjo (%)				
		Unipessoal	Casal sem filhos menores de 14 anos	Casal com filhos menores de 14 anos	Pessoa de referência sem cônjuge com filhos menores de 14 anos	Pessoa de referência sem cônjuge sem filhos menores de 14 anos
Pessoa de referência homem de cor ou raça branca						
Brasil	19 804	8,3	49,0	37,4	0,9	4,4
Norte	683	8,5	40,6	44,9	1,5	4,6
Nordeste	2 974	7,5	44,2	43,2	1,1	4,1
Sudeste	9 951	8,8	51,1	34,5	0,7	4,8
Sul	4 967	7,6	49,7	38,1	0,7	3,8
Centro-Oeste	1 228	9,2	45,8	39,1	1,2	4,8
Pessoa de referência homem de cor ou raça preta						
Brasil	3 127	11,3	41,6	39,5	1,4	6,3
Norte	194	10,9	36,8	43,5	2,3	6,6
Nordeste	1 016	12,5	38,9	41,9	1,7	5,1
Sudeste	1 442	10,8	44,1	37,1	1,2	6,9
Sul	235	10,6	41,1	38,5	1,0	8,7
Centro-Oeste	240	10,2	41,3	42,0	1,4	5,0
Pessoa de referência homem de cor ou raça parda						
Brasil	17 146	8,6	41,4	44,2	1,4	4,5
Norte	2 090	7,7	36,3	49,1	2,3	4,6
Nordeste	6 810	8,1	41,1	45,4	1,4	4,1
Sudeste	5 709	9,3	43,4	41,4	1,1	4,7
Sul	1 094	8,6	41,7	44,6	0,5	4,5
Centro-Oeste	1 443	9,7	42,2	41,5	1,7	4,8

Tabela 8.14 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo e cor ou raça da pessoa de referência e tipo de arranjo, segundo as Grandes Regiões - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 arranjos)	Tipo de arranjo (%)				
		Unipessoal	Casal sem filhos menores de 14 anos	Casal com filhos menores de 14 anos	Pessoa de referência sem cônjuge com filhos menores de 14 anos	Pessoa de referência sem cônjuge sem filhos menores de 14 anos
Pessoa de referência mulher de cor ou raça branca						
Brasil	10 626	20,5	15,4	10,9	17,7	35,5
Norte	389	10,5	15,2	15,3	27,3	31,7
Nordeste	1 618	15,3	10,9	8,8	23,4	41,5
Sudeste	5 479	22,4	15,8	10,4	15,5	35,9
Sul	2 430	22,3	18,0	12,2	16,3	31,3
Centro-Oeste	709	17,9	14,9	12,0	19,9	35,2
Pessoa de referência mulher de cor ou raça preta						
Brasil	2 028	12,6	12,8	13,3	23,3	38,0
Norte	97	9,5	10,6	18,4	28,9	32,5
Nordeste	665	11,4	12,9	13,1	23,8	38,7
Sudeste	968	13,2	12,4	12,5	23,0	38,9
Sul	160	13,9	13,1	15,8	21,6	35,6
Centro-Oeste	138	14,0	16,3	13,6	21,1	35,0
Pessoa de referência mulher de cor ou raça parda						
Brasil	9 082	13,0	13,3	12,6	25,9	35,3
Norte	1 106	8,6	12,9	16,6	30,1	31,8
Nordeste	3 484	12,3	11,6	10,3	28,1	37,8
Sudeste	3 182	14,9	14,2	13,1	23,0	34,9
Sul	503	17,8	15,4	14,3	23,7	28,7
Centro-Oeste	807	12,1	15,9	13,7	23,6	34,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tabela 8.15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2009

(continua)

Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana referência				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
Branca					
Brasil	44 805	39,5	13,8	1,9	4,1
Norte	1 582	25,9	17,8	0,9	4,5
Nordeste	6 564	24,6	18,9	0,8	4,6
Sudeste	22 262	45,4	12,9	2,2	4,0
Sul	11 530	39,6	11,7	1,8	3,9
Centro-Oeste	2 868	34,4	15,5	2,1	4,9
Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana referência				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar e funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
Branca					
Brasil	8,1	19,9	6,1	2,9	3,7
Norte	12,7	23,9	6,1	3,3	4,8
Nordeste	9,1	24,1	5,3	6,5	6,1
Sudeste	7,8	18,4	5,8	1,4	2,0
Sul	6,8	19,8	6,7	3,7	5,8
Centro-Oeste	11,0	19,5	7,1	3,2	2,3

Tabela 8.15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2009

(continuação)

Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana referência				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
Preta					
Brasil	6 861	36,8	17,4	3,9	8,3
Norte	387	23,2	21,8	1,3	8,8
Nordeste	2 214	27,0	20,6	1,9	7,2
Sudeste	3 220	44,2	15,1	5,4	9,1
Sul	518	43,1	14,2	5,6	9,2
Centro-Oeste	522	36,6	17,9	3,4	6,6
Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana referência				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar e funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
Preta					
Brasil	6,6	19,7	1,7	3,4	2,1
Norte	10,4	23,5	2,6	4,4	4,0
Nordeste	6,5	25,7	2,2	5,3	3,7
Sudeste	5,8	16,0	1,2	2,0	1,1
Sul	6,4	15,5	1,2	3,6	1,1
Centro-Oeste	9,8	18,6	2,3	3,4	1,4

Tabela 8.15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana referência				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
Parda					
Brasil	38 440	31,1	18,9	2,3	6,8
Norte	4 668	22,1	21,2	1,0	6,5
Nordeste	14 663	20,8	21,7	1,2	6,6
Sudeste	13 287	42,9	16,0	3,7	6,9
Sul	2 385	41,6	15,8	3,3	6,6
Centro-Oeste	3 437	34,0	17,4	2,9	7,7
Grandes Regiões	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana referência				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar e funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
Parda					
Brasil	6,5	21,9	2,8	5,4	4,3
Norte	9,2	26,6	3,2	4,2	6,1
Nordeste	6,3	26,0	2,5	8,4	6,5
Sudeste	5,6	17,1	2,8	3,0	2,1
Sul	4,5	17,6	3,0	4,4	3,2
Centro-Oeste	8,0	20,0	3,7	4,1	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Mulheres

A Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic Commission for Europe - Unece) iniciou, em 1985, discussões sobre as estatísticas de gênero, quando ainda não podia prever os muitos desenvolvimentos recentes, tais como o forte foco nas mulheres, traçado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ou a estagnação na redução das disparidades salariais entre homens e mulheres.

Agora, ¼ de século depois, a discriminação de gênero não foi eliminada, mas as identidades e os comportamentos de homens e mulheres se tornaram mais complexos. Formas de medir os progressos rumo à eliminação da discriminação contra as mulheres têm sido analisadas em várias reuniões da UNECE em diferentes fóruns.

Um dos resultados mais importantes desta discussão foi a elaboração de um manual sobre as estatísticas de gênero, *Developing gender statistics: a practical tool*, que tem como objetivo orientar as organizações estatísticas no uso e produção de estatísticas de gênero. Essas informações são consideradas vitais para a formulação de políticas públicas para o alcance da igualdade de gênero. O manual foi aprovado pela Conference of European Statisticians, realizada em Paris, em junho de 2010.

As estatísticas também contribuem para a erradicação da violência contra as mulheres, fornecendo subsídios para a concepção das políticas e serviços necessários. Um projeto liderado pela UNECE desenvolveu um questionário que servirá de padrão para a coleta de dados sobre este tema¹. Muitas características específicas foram

¹ Para informações complementares sobre o projeto, consultar o endereço: <<http://www1.unece.org/stat/platform/display/VAW/Measuring+violence+against+women>>.

discutidas e incentivaram os institutos nacionais de estatística participantes a testar o questionário.

Um outro evento importante a ser destacado é a resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 2 de julho de 2010, que, em um movimento histórico, aprovou, por unanimidade, a criação de uma nova entidade para acelerar o progresso na satisfação das necessidades das mulheres no mundo inteiro. A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher (United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - UNWOMEN), a ser conhecida como “ONU Mulheres”, irá aumentar significativamente os esforços das Nações Unidas para promover a igualdade de gênero, expandir as oportunidades e combater a discriminação em todo o globo, segundo o Secretário-Geral Ban Ki-moon. A ONU Mulheres² começará a operar em 2011.

O IBGE, através da Síntese de Indicadores Sociais, tem procurado descrever o papel de homens e mulheres na sociedade, na economia e na família, fornecendo assim subsídios para formulação e monitoramento de políticas específicas além de acompanhar as mudanças, informando a sociedade em diversos níveis.

O eixo escolhido para conduzir os indicadores sobre mulher a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009 foi o trabalho decente. Um dos pontos retomados na 99ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em junho de 2010, foi a discussão sobre trabalho doméstico no sentido de valorizar e fortalecer os direitos de trabalhadores nestas atividades.

Segundo a OIT, a demanda por trabalho doméstico tem crescido no mundo todo. Contribuíram para isso as mudanças na estrutura familiar, na organização do trabalho, na entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, entre outros fatores. As dificuldades de integração da vida profissional com a vida doméstica têm causado um crescimento das desigualdades entre segmentos de mulheres. A responsabilidade pelos cuidados com crianças ou idosos atinge fundamentalmente as mulheres, e é nesse ponto que as políticas públicas têm um papel fundamental.

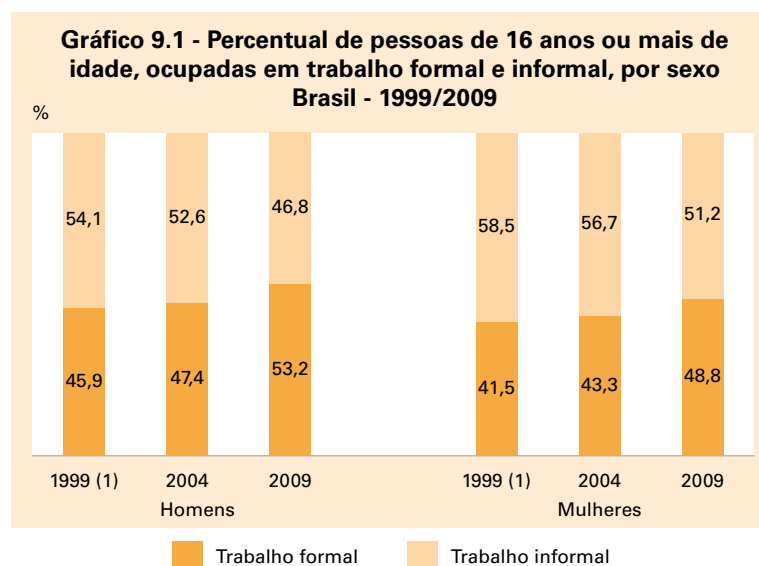
A formulação do conceito de trabalho decente abrange diferentes aspectos que combinam oportunidade de emprego, rendimentos e jornada de trabalho adequados, proteção social e promoção de diálogo social. Este caráter multifacetado reflete-se numa diversidade de indicadores para a mensuração de trabalho decente. Na caracterização do trabalho decente, a ênfase utilizada neste capítulo está relacionada à formalização do trabalho.

O conceito de trabalho formal é o mesmo definido no estudo *Perfil do trabalho decente no Brasil*, publicado pela OIT em 2009, que considera como trabalho formal aquele realizado por trabalhadores com carteira de trabalho assinada, inclusive os trabalhadores domésticos; militares e funcionários públicos estatutários; empregadores; e trabalhadores por conta própria que contribuíam para a previdência social. Essa definição está de acordo com os aspectos presentes na Constituição Federal do Brasil e nas legislações trabalhista e previdenciária. Entretanto, vale registrar que

² A ONU Mulheres vai congrega quatro entidades das Nações Unidas: Division for the Advancement of Women - DAW, criada em 1946; International Research and Training Institute for the Advancement of Women - INSTRAW e United Nations Development Fund for Women - UNIFEM, ambas de 1976; e Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women - OSAGI, de 1997. Para informações complementares sobre a nova entidade, consultar o endereço: <<http://www.unwomen.org/2010/07/un-creates-new-structure-for-empowerment-of-women/>>.

o conceito de formalidade *versus* informalidade pode trazer diferentes especificações nas suas definições como também na interpretação dos resultados. O objetivo neste texto foi a caracterização das condições de trabalho das mulheres no Brasil.

De 1999 a 2009, pode-se observar o aumento da participação do trabalho formal para ambos os sexos, sendo que, em 2009, a proporção de homens em trabalhos formais atingia 53,2%, enquanto para as mulheres essa proporção chegava a 48,8%. Tais resultados refletem a criação de novos postos de trabalho criados nos últimos anos, impulsionada pelo crescimento econômico observado no período. De fato, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, que acompanha a situação do mercado de emprego formal no Brasil, a criação de empregos formais (diferença entre admissões e desligamentos) passou de cerca de 1 milhão de postos no período de 2004 a 2008. Mesmo em 2009, ano de desaceleração econômica em função da recessão mundial, foram criados cerca de 995 mil postos de trabalho (Gráfico 9.1 e Tabela 9.1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

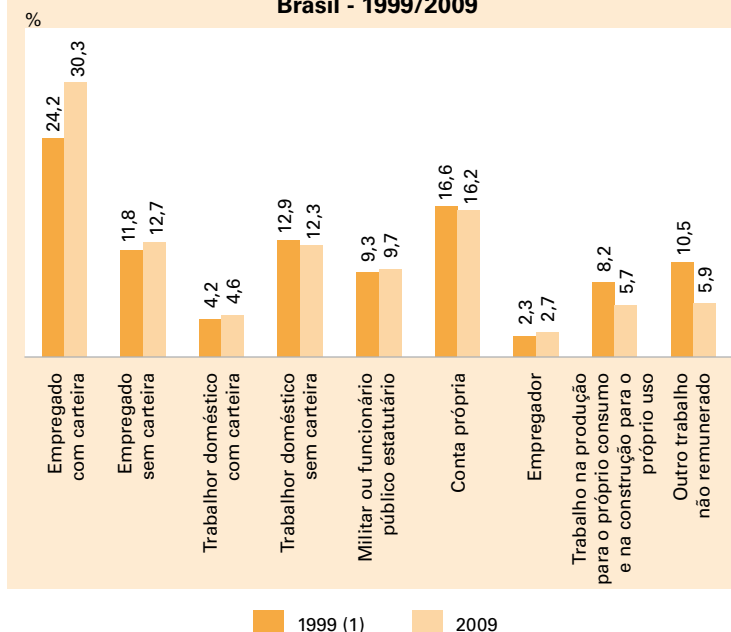
Notas: 1. Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

2. Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O aumento da participação na categoria empregado com carteira de trabalho assinada, entre as mulheres, passa de 24,2%, em 1999, para 30,3%, em 2009, sendo um resultado esperado em tempos de crescimento econômico e criação de empregos, que afeta, principalmente, aqueles que historicamente têm acesso mais difícil ao mercado de trabalho, como os jovens e as mulheres. Para as categorias de trabalhadoras não remuneradas e trabalhadoras para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, a proporção diminui neste período, de 18,7%, em 1999, para 11,6%, em 2009. Essa redução tem aspectos positivos para a questão de gênero em função da desvalorização de tais situações de trabalho (Gráfico 9.2 e Tabela 9.2).

Gráfico 9.2 - Distribuição percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, por posição na ocupação Brasil - 1999/2009



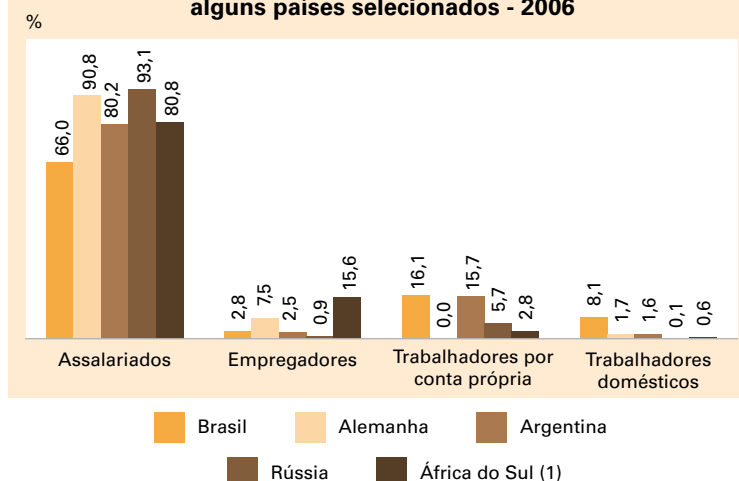
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Com o objetivo de situar os indicadores brasileiros sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, utilizou-se uma comparação internacional a partir dos dados mais recentes da OIT³. Foram escolhidos alguns países com nível de

desenvolvimento semelhante ao do Brasil e um representante de um país com economia mais desenvolvida. As categorias de posição na ocupação foram agrupadas ou excluídas, pela OIT, para permitir a comparabilidade. A categoria “trabalhadores assalariados”, segundo a OIT, refere-se aos indivíduos que possuem um emprego regular numa base contínua, com garantias e contratos “estáveis”. A proporção de “trabalhadoras assalariadas” no Brasil ainda é baixa se comparada à de países selecionados. Em contrapartida, o número de trabalhadoras domésticas e por conta própria é bastante elevado (8,1% e 16,1%, respectivamente) mesmo quando comparado com países como Argentina, África do Sul e Rússia (Gráfico 9.3).

Gráfico 9.3 - Posição na ocupação das mulheres, segundo alguns países selecionados - 2006



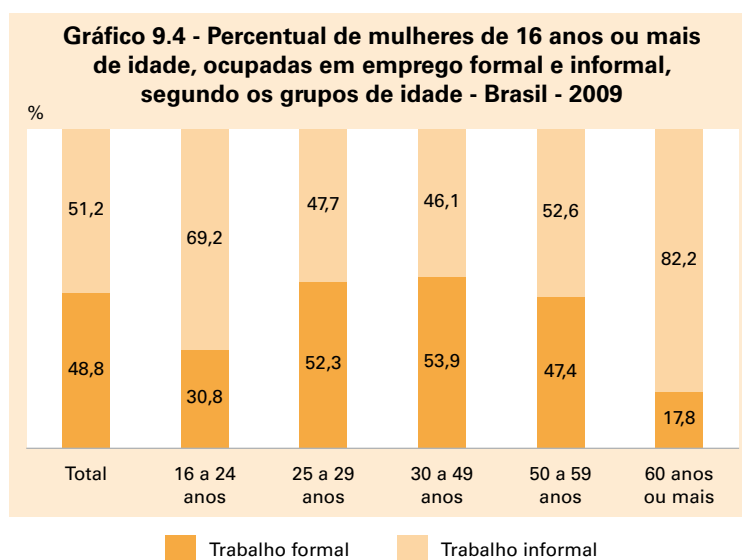
Fonte: International Labour Office. Laborstat internet. Genebra, 2010. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org/>>. Acesso em: ago. 2010.

Nota: Idade limite - Rússia e África do Sul (15 anos ou mais) e demais países (10 anos ou mais).

(1) Dados referentes a 2007.

³ Para informações complementares sobre as categorias de posição na ocupação consideradas pela OIT, consultar o endereço: <<http://laborsta.ilo.org/applv8/data/icsee.html>>.

Entre as mulheres jovens, de 16 a 24 anos de idade, 69,2% estão em trabalhos informais. Outro grupo etário em que a participação é elevada é o das mulheres de 60 anos ou mais, cuja proporção é de 82,2%. A alta participação desses dois segmentos etários em trabalhos informais pode estar relacionada com a baixa escolaridade. Também pode estar relacionada, no caso das mais jovens, com a dificuldade de acesso a um primeiro trabalho formal onde possam conciliar emprego e estudo e, no caso das mais idosas, com o retorno de aposentadas e pensionistas ao mercado de trabalho, especialmente, em trabalhos informais. Ao fazer a análise por Grandes Regiões, as diferenças são ainda mais expressivas: na Região Sudeste, 57,2% das mulheres jovens estavam inseridas em trabalhos informais e, na Região Nordeste, essa proporção chega a 90,5% (Gráfico 9.4 e Tabela 9.3).



No que tange às desigualdades raciais, a inserção das mulheres se dá de forma diferenciada: entre as de cor branca, verifica-se que cerca de 44,0% estão em trabalhos informais, enquanto para as de cor parda esta proporção é de 60,0%, e para as de cor preta é de 54,1%. A maior diferença na taxa de formalidade entre as mulheres, segundo sua cor ou raça, ocorre na Região Norte, enquanto a menor é na Região Sul, como pode ser observado no Gráfico 9.5 e na Tabela 9.4, que mostram essas diferenças extremas.

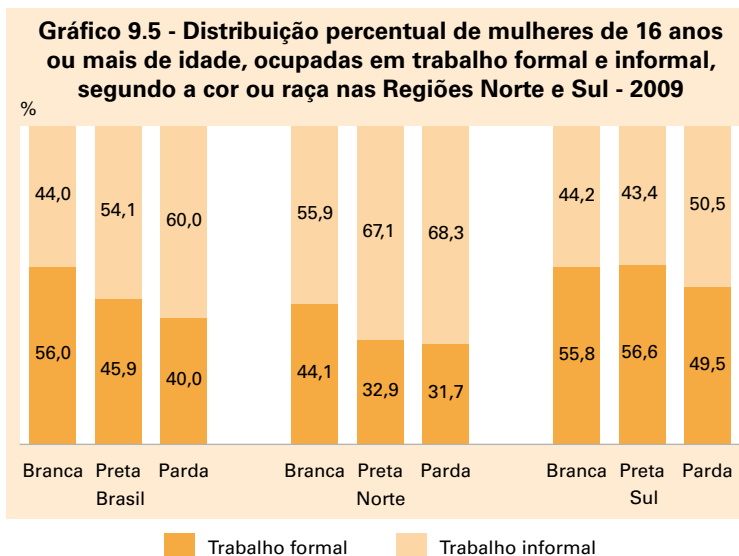
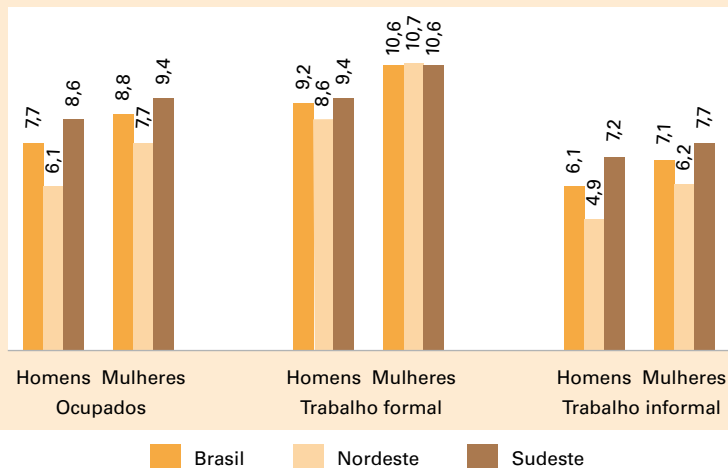


Gráfico 9.6 - Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas e ocupadas em trabalhos formal e informal, segundo o sexo nas Regiões Nordeste e Sudeste - 2009

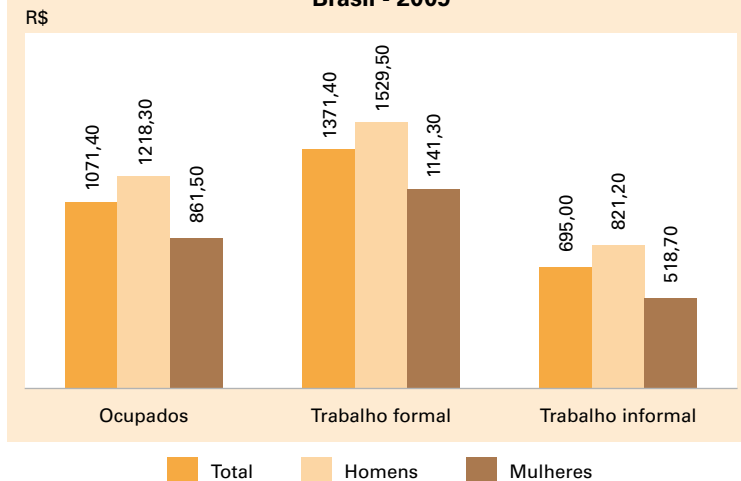


O nível de escolarização de mulheres não apresenta diferenças regionais no caso do trabalho formal. Ao observar a escolaridade média dos trabalhadores do mercado informal, verifica-se a reprodução das diferenças regionais, especialmente entre as Regiões Nordeste e Sudeste: as mulheres nordestinas apresentavam, em 2009, uma média de 6,2 anos de estudo enquanto as mulheres residentes no Sudeste atingiram 7,7 anos de estudo (Gráfico 9.6 e Tabela 9.5).

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

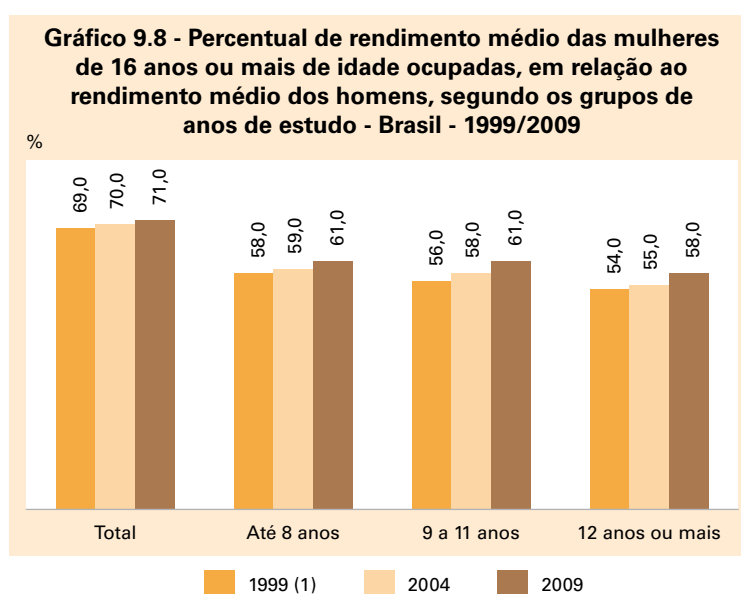
Mesmo com maior escolaridade, as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens. Em 2009, o total de mulheres ocupadas recebia cerca de 70,7% do rendimento médio dos homens ocupados. No mercado formal essa razão chega a 74,6%, enquanto no mercado informal o diferencial entre o rendimento de homens e mulheres é ainda maior: as mulheres no mercado informal recebem somente 63,2% do rendimento médio dos homens. Este diferencial no rendimento está certamente relacionado com a maior qualificação das pessoas no trabalho formal e com a média de horas trabalhadas, que é inferior para as mulheres em trabalhos informais (Gráfico 9.7 e Tabela 9.6).

Gráfico 9.7 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, total, ocupadas e ocupadas em emprego formal e informal, por sexo Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A proporção de rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens, por grupos de anos de estudo, mostra que, em 2009, as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam, em média, 58% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de escolaridade. Nas outras faixas de escolaridade, a razão é um pouco mais alta (61%). Uma possível explicação para isso é que, para o grupo com escolaridade mais elevada, a formação profissional das mulheres ainda se insere nos tradicionais nichos femininos, como as atividades relacionadas ao serviço social, à saúde e à educação, que ainda são pouco valorizados no mercado de trabalho. Além disso, percebe-se que, de 1999 a 2009, as disparidades pouco se reduziram (Gráfico 9.8 e Tabela 9.7).



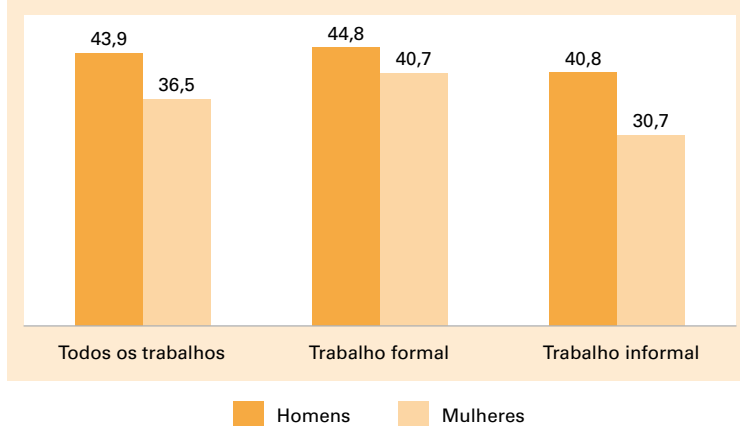
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Outro aspecto relevante para a compreensão do diferencial de rendimento entre homens e mulheres é o número de horas trabalhadas na jornada semanal. Enquanto a média, em 2009, para as mulheres foi de 36,5 horas semanais (em todos os trabalhos), para os homens foi de 43,9 horas. Como esperado, os homens, culturalmente responsáveis pelo trabalho produtivo, apresentaram um número de horas trabalhadas maior do que as mulheres (Gráfico 9.9).

Nos trabalhos informais, o número foi de 30,7 horas semanais, em contraste com os homens, 40,8 horas. Esse tipo de inserção para as mulheres, por um lado reflete a precarização do trabalho, mas, em função da menor jornada, permite à mulher compatibilizar atividades laborais e domésticas, além dos cuidados com crianças ou idosos. Chama-se atenção para o fato de que, tanto para as mulheres quanto para os homens, a média de horas trabalhadas nas ocupações formais é maior do que as 40 horas semanais regulamentais na maioria dos trabalhos: para os homens, o número médio é de 44,8 horas; para as mulheres, a média é de 40,7 horas (Gráfico 9.9 e Tabela 9.8).

**Gráfico 9.9 - Média de horas trabalhadas em todos os trabalhos, no trabalho formal e informal, por sexo
Brasil - 2009**

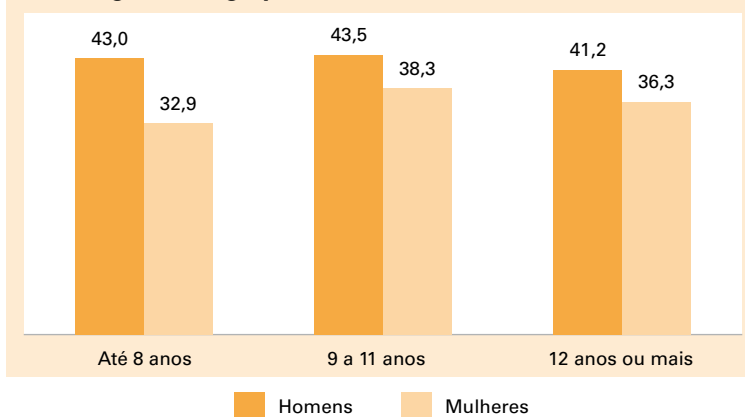


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Quando se analisa a média de horas trabalhadas por grupos de escolaridade, chama a atenção o fato de que tanto os homens quanto as mulheres com 9 a 11 anos de estudo trabalham mais do que os seus pares nos demais grupos.

As mulheres com escolaridade mais baixa trabalham menos do que aquelas com 12 anos ou mais de estudo, enquanto o inverso ocorre para os homens. Uma possível explicação é que as mulheres com menos estudo estão alocadas em trabalhos precários, muitas vezes devido somente à necessidade de complementar a renda familiar. Enquanto isso, para as mulheres mais escolarizadas, a relação entre a formalização do trabalho e a escolaridade resulta em um maior número de horas trabalhadas devido às próprias exigências dos postos de trabalho. No caso dos homens, aqueles com maior escolaridade trabalham menos do que os outros (Gráfico 9.10 e Tabela 9.9).

Gráfico 9.10 - Média de horas trabalhadas das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo - Brasil - 2009

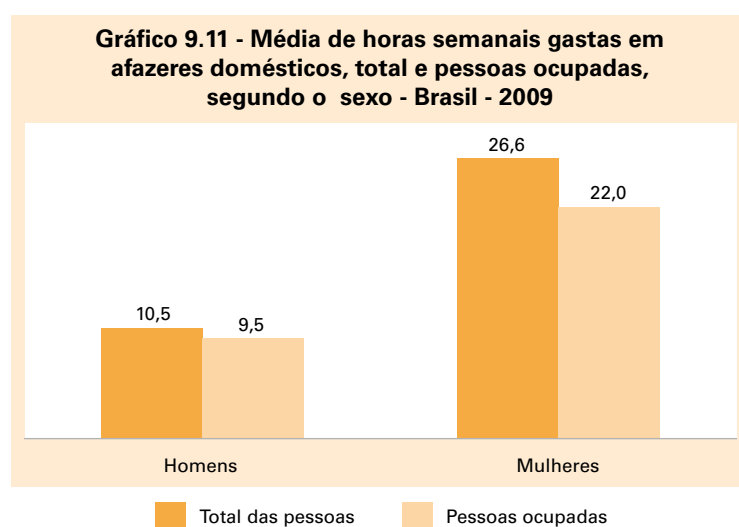


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Reflexo do menor tempo dedicado ao trabalho produtivo pelas mulheres é o maior tempo dedicado aos afazeres domésticos e aos cuidados com familiares que, por constituírem um trabalho não valorizado pela sociedade, acabam se tornando um “trabalho invisível”. O esforço em construir contas-satélites, que contabilizem no cálculo do Produto Interno Bruto - PIB o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, é extremamente válido e importante para promover sua valorização na sociedade. No entanto, no Brasil, este ainda é um esforço incipiente.

Apesar do aumento da taxa de atividade das mulheres, essas permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

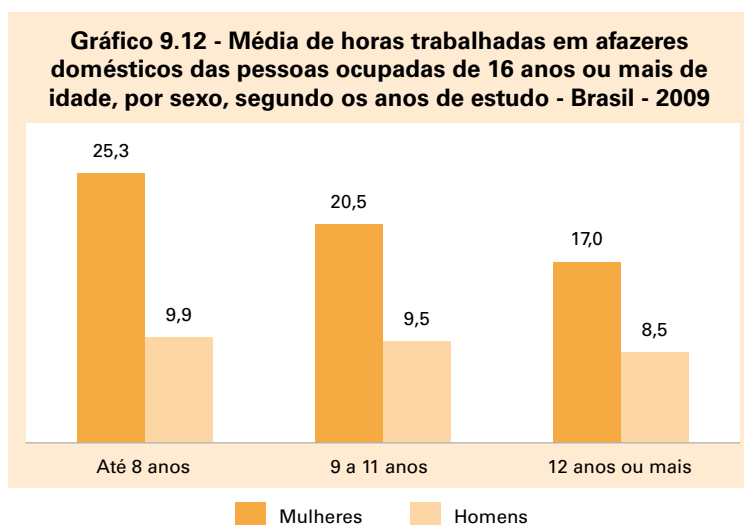
No Brasil, a média de horas gastas pelas mulheres em afazeres domésticos é mais do que o dobro da média de horas despendidas pelos homens. Em 2009, enquanto as mulheres ocupadas gastaram, em média, 22,0 horas semanais em afazeres domésticos, a média entre os homens foi de 9,5 horas (Gráfico 9.11 e Tabela 9.10). Este tipo de informação é relevante, uma vez que, de acordo com o estudo *Perfil do trabalho decente no Brasil*, da OIT, a análise da conciliação entre trabalho produtivo, vida pessoal e vida familiar é um dos aspectos da agenda de trabalho decente.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

As informações estatísticas acerca do uso do tempo gasto nas diversas atividades do dia a dia é de fundamental importância para a obtenção de estimativas mais precisas sobre a chamada “dupla jornada”, possibilitando, assim, a elaboração de políticas públicas que promovam maior qualidade de vida às pessoas, em especial às mulheres, que ainda hoje são as principais responsáveis pelos cuidados do lar.

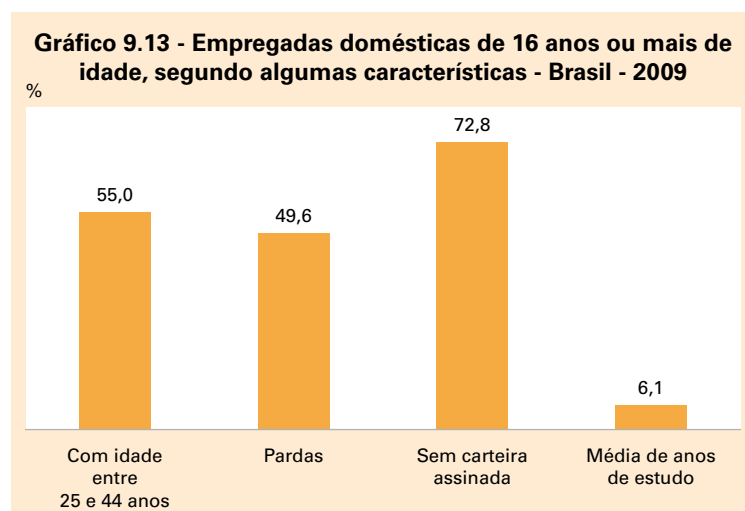
A questão dos afazeres domésticos sob a perspectiva da escolaridade mostra que as mulheres com 12 anos ou mais de estudo passam menos tempo se dedicando a esses afazeres, 17,0 horas semanais, quando comparadas àquelas com até 8 anos de estudo, que despendem cerca de 25,3 horas semanais nesse sentido (Gráfico 9.12 e Tabela 9.11).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Esse resultado ocorre, por um lado, porque as mulheres com maior escolaridade dedicam mais horas ao trabalho produtivo do que as mulheres com menor escolaridade (Gráfico 9.10 e Tabela 9.9) e, por outro lado, considerando a correlação entre escolaridade e renda, mulheres com maior escolaridade possuem mais recursos econômicos que permitem, por exemplo, a contratação de serviços de outras mulheres trabalhadoras domésticas, o que acaba por, cada vez mais, gerar desigualdades entre segmentos de mulheres. Tal dilema vem sendo estudado por especialistas, que têm observado a questão da imigração de mulheres mais pobres para serem domésticas de mulheres empoderadas dos países desenvolvidos. Essa situação das trabalhadoras domésticas tem sido também muito discutida, tendo em vista que, além das atividades que executam no mercado de trabalho, também são responsáveis pelas tarefas domésticas em seus domicílios. Surge também dessa realidade um outro fenômeno que é a transferência do trabalho doméstico para as crianças. Tais situações são mais adversas especialmente nos domicílios mais pobres, onde é muito frequente a ocupação de mulheres como trabalhadoras domésticas.

Conforme mencionado acima, o debate sobre os aspectos inerentes ao trabalho doméstico merece aqui uma caracterização geral dessa categoria. O trabalho doméstico é um nicho ocupacional feminino por excelência, no qual 93,0% dos trabalhadores são mulheres. Em 2009, 55,0% delas tinham de 25 a 44 anos e a proporção de pardas era de 49,6%, mostrando uma interseção de desvantagens para as mulheres pardas, cujo peso relativo na ocupação era de 40,6%. Um contingente expressivo de trabalhadoras domésticas (72,8%) não possuía carteira de trabalho assinada, o que evidencia a precariedade das condições de trabalho da maioria dessas mulheres. A escolaridade média encontrada foi de 6,1 anos de estudo e o rendimento médio foi da ordem de R\$ 395,20. Em relação à questão de gênero, o grande desafio está ligado à implementação de políticas públicas para a formalização do trabalho doméstico (Gráfico 9.13).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Rendimento médio: R\$ 395,00.

Na sociedade brasileira, apesar de avanços na legislação do trabalho doméstico, ainda permanecem questões pendentes, como o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que é um benefício ainda opcional para esta categoria de trabalhadoras; a jornada de trabalho fixada em lei; o pagamento de hora extra; e os direitos ao seguro desemprego e ao salário-família. Esse perfil das trabalhadoras domésticas mostra o tamanho do desafio a ser vencido para melhorar as condições de seguridade e remuneração dessas mulheres nessa categoria de emprego, garantindo-lhes mais dignidade, reconhecimento e melhores condições de vida.

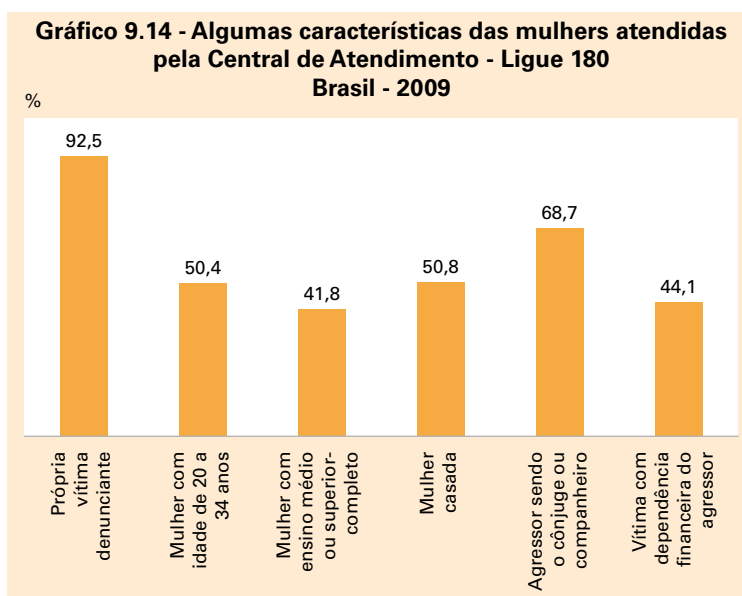
Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, a questão da igualdade de gênero é o "direito das mulheres de ter direito". Neste prisma, o Estado tem um papel insubstituível como indutor da igualdade de gênero, utilizando os avanços alcançados na esfera econômica para que estes se traduzam também na esfera dos cuidados, além de fazer visível o nexo entre trabalho produtivo e reprodutivo e entre o trabalho de cuidado e o desempenho produtivo da economia.

Nesta perspectiva, o Estado brasileiro tem procurado promover políticas públicas afirmativas para a mulher. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009 mostra que 1 043 municípios brasileiros já possuem uma estrutura organizacional para a formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres. É interessante observar que a proporção de municípios com este tipo de infraestrutura está mais presente na Região Nordeste do que na Região Sudeste (23,2% e 15,7%, respectivamente). Em torno de 400 municípios no País já possuem delegacias de polícia especializadas no atendimento à mulher e 274 possuem juizado especializado no atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Entretanto, são poucos os municípios que possuem casa abrigo para atendimento de mulheres vítimas de violência (262). Dentre estes, em 114 municípios do Brasil já existe pelo menos uma casa abrigo com endereço sigiloso, sendo que, no Estado de São Paulo, 19 municípios informaram possuir este tipo de atendimento (Tabelas 9.12, 9.13, 9.14 e 9.15).

Por último, selecionou-se um conjunto de informações sobre um serviço de atendimento à mulher, ofertado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - é um serviço com o objetivo de receber denúncias ou relatos de violência, bem como reclamações sobre os serviços da rede, e orientar as mulheres sobre seus direitos e a legislação vigente, encaminhando-as para os serviços de atendimento específico quando necessário. Além da importância de um serviço nacional e gratuito, que pode constituir uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, essa central tem se revelado bastante útil não só para o levantamento de informações que subsidiam o desenho da política de enfrentamento da violência como também para o monitoramento dos serviços que integram a rede em todo o País.

Atualmente, a Secretaria de Políticas para as Mulheres conta com informações atualizadas mensalmente sobre a oferta de serviços especializados em todas as Unidades da Federação; o perfil das mulheres que procuram os serviços; os principais problemas identificados nos serviços integrantes da rede de atendimento; o número de relatos de violência recebidos por Unidades da Federação; o tipo de violência reportada, entre outros aspectos.

Os dados obtidos - tipo de atendimento; características da vítima, do agressor e da agressão, nos casos de violência; e tipos de encaminhamentos - são subsídios essenciais para a formulação de políticas públicas voltadas para a erradicação da violência contra as mulheres. Em 2009, a Central de Atendimento à Mulher registrou 401 729 atendimentos, a maioria dos quais referentes à solicitação de informação (52,3%). O tema que despertou mais interesse das mulheres foi sobre violência doméstica e familiar (81,8%). Entre os relatos, 52,2% eram concernentes à lesão corporal leve; 22,2%, ameaças sofridas; e 9%, dano moral e diminuição de autoestima. As principais características das mulheres atendidas podem ser observadas no Gráfico 9.14 e outras informações, nas Tabelas 9.16, 9.17, 9.18 e 9.19.



Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Tabela 9.1 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e respectiva proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo					
	Total (1 000 pessoas) (1)			Proporção em trabalhos formais (%) (2)		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	90 751	51 890	38 861	51,3	53,2	48,8
Norte	6 674	3 970	2 704	36,8	38,1	35,1
Rondônia	746	441	305	47,1	49,0	44,2
Acre	311	180	131	43,8	44,1	43,4
Amazonas	1 421	841	580	42,0	43,3	40,0
Roraima	181	105	76	42,5	41,3	44,1
Pará	3 116	1 877	1 239	31,3	33,0	28,7
Região Metropolitana de Belém	937	517	421	40,4	44,5	35,4
Amapá	244	147	97	44,4	41,1	49,5
Tocantins	656	379	276	33,0	33,8	31,8
Nordeste	23 523	13 823	9 700	33,7	34,4	32,6
Maranhão	2 637	1 604	1 033	27,1	27,6	26,3
Piauí	1 584	876	709	22,7	23,3	21,9
Ceará	3 948	2 242	1 706	31,9	32,8	30,6
Região Metropolitana de Fortaleza	1 613	876	736	48,4	53,0	43,0
Rio Grande do Norte	1 430	863	567	40,0	39,5	40,8
Paraíba	1 512	938	574	36,2	36,4	35,9
Pernambuco	3 485	2 100	1 385	39,1	39,8	37,9
Região Metropolitana de Recife	1 507	862	645	54,4	56,8	51,0
Alagoas	1 214	743	471	38,4	38,2	38,6
Sergipe	900	515	385	41,0	42,5	39,0
Bahia	6 814	3 943	2 871	33,3	34,3	31,8
Região Metropolitana de Salvador	1 851	986	866	54,1	58,7	48,8
Sudeste	39 129	22 069	17 059	61,5	64,4	57,8
Minas Gerais	10 179	5 678	4 500	52,5	55,5	48,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2 631	1 384	1 247	64,1	67,9	59,9
Espírito Santo	1 737	980	757	52,0	55,7	47,2
Rio de Janeiro	7 217	4 085	3 132	62,0	65,7	57,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5 306	2 964	2 342	62,3	66,7	56,8
São Paulo	19 996	11 326	8 670	66,7	69,1	63,6
Região Metropolitana de São Paulo	9 477	5 222	4 256	65,8	67,9	63,1
Sul	14 531	8 088	6 444	58,7	61,7	54,9
Paraná	5 461	3 054	2 407	56,7	59,3	53,4
Região Metropolitana de Curitiba	1 712	939	774	63,6	65,7	61,1
Santa Catarina	3 347	1 885	1 462	65,8	68,9	61,8
Rio Grande do Sul	5 723	3 149	2 575	56,4	59,6	52,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 003	1 084	919	64,4	66,5	61,9
Centro-Oeste	6 895	3 940	2 955	52,2	54,7	48,7
Mato Grosso do Sul	1 198	677	521	51,2	55,7	45,2
Mato Grosso	1 523	905	618	47,8	51,0	43,0
Goiás	2 961	1 693	1 268	48,7	51,2	45,4
Distrito Federal	1 213	666	547	67,1	68,0	66,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada. (2) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 9.2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, total e respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continua)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Homens				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
Brasil	51 890	39,7	18,9	0,4	0,5
Norte	3 970	26,6	24,0	(2) 0,2	0,6
Rondônia	441	31,9	18,8	(2) 0,2	(2) 0,2
Acre	180	27,9	21,1	(2) 0,3	(2) 0,3
Amazonas	841	30,9	18,5	(2) 0,2	(2) 0,6
Roraima	105	21,3	23,1	(2) 0,5	(2) 2,6
Pará	1 877	24,7	26,0	(2) 0,2	(2) 0,5
Região Metropolitana de Belém	517	34,2	20,9	(2) 0,5	(2) 0,9
Amapá	147	24,4	28,2	(2) 0,0	(2) 1,2
Tocantins	379	22,3	32,0	(2) 0,3	(2) 0,4
Nordeste	13 823	25,6	24,9	0,3	0,5
Maranhão	1 604	20,2	21,2	(2) 0,1	(2) 0,3
Piauí	876	15,6	26,6	(2) 0,4	(2) 1,1
Ceará	2 242	25,3	28,0	(2) 0,2	(2) 0,8
Região Metropolitana de Fortaleza	876	42,2	22,1	(2) 0,4	(2) 0,9
Rio Grande do Norte	863	28,1	22,1	(2) 0,7	(2) 0,7
Paraíba	938	23,7	27,2	(2) 0,5	(2) 0,3
Pernambuco	2 100	30,5	20,4	(2) 0,2	(2) 0,8
Região Metropolitana de Recife	862	45,3	14,7	(2) 0,4	(2) 1,1
Alagoas	743	28,8	21,7	(2) 0,1	(2) 0,6
Sergipe	515	30,6	26,6	(2) 0,2	(2) 0,1
Bahia	3 943	26,1	27,0	(2) 0,2	(2) 0,3
Região Metropolitana de Salvador	986	47,5	16,8	(2) 0,6	(2) 0,4
Sudeste	22 069	49,7	16,1	0,6	0,5
Minas Gerais	5 678	41,1	20,3	(2) 0,5	(2) 0,4
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 384	52,5	13,6	(2) 0,7	(2) 0,5
Espírito Santo	980	43,2	20,2	(2) 0,3	(2) 0,1
Rio de Janeiro	4 085	47,2	15,2	1,2	(2) 0,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 964	48,3	14,3	(2) 0,7	(2) 0,6
São Paulo	11 326	55,4	13,9	0,5	(2) 0,4
Região Metropolitana de São Paulo	5 222	55,7	14,9	(2) 0,5	(2) 0,2
Sul	8 088	43,3	13,7	(2) 0,3	0,5
Paraná	3 054	44,0	15,2	(2) 0,3	(2) 0,6
Região Metropolitana de Curitiba	939	51,5	12,6	(2) 0,6	(2) 0,5
Santa Catarina	1 885	48,0	11,2	(2) 0,2	(2) 0,3
Rio Grande do Sul	3 149	39,9	13,8	(2) 0,3	(2) 0,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 084	48,9	15,5	(2) 0,5	(2) 0,5
Centro-Oeste	3 940	39,2	19,5	0,5	0,5
Mato Grosso do Sul	677	38,2	16,9	(2) 0,3	(2) 0,4
Mato Grosso	905	38,1	20,7	(2) 0,3	(2) 0,4
Goiás	1 693	38,4	21,7	(2) 0,4	(2) 0,5
Distrito Federal	666	43,9	14,7	(2) 1,4	(2) 1,1

Tabela 9.2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, total e respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Homens				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na pro- dução para o pró- prio consumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
Brasil	5,5	24,2	5,7	2,8	2,3
Norte	7,8	30,0	5,0	2,4	3,5
Rondônia	9,1	27,6	5,1	3,8	(2) 3,2
Acre	11,6	28,1	(2) 4,0	(2) 2,2	(2) 4,5
Amazonas	8,6	32,3	3,4	(2) 1,5	3,9
Roraima	16,2	29,4	(2) 3,2	(2) 2,5	(2) 1,1
Pará	5,7	32,0	5,8	(2) 1,4	3,7
Região Metropolitana de Belém	7,2	30,5	4,0	(2) 0,4	(2) 1,4
Amapá	16,0	21,8	(2) 4,7	(2) 1,7	(2) 2,0
Tocantins	7,8	21,5	4,9	8,2	(2) 2,6
Nordeste	5,0	29,8	4,2	5,6	4,1
Maranhão	(2) 4,4	36,2	4,6	7,6	5,3
Piauí	4,9	38,0	4,6	(2) 3,2	5,5
Ceará	4,3	27,8	4,6	5,2	3,8
Região Metropolitana de Fortaleza	6,1	21,6	5,0	(2) 0,7	(2) 1,0
Rio Grande do Norte	6,6	25,7	5,2	7,1	3,6
Paraíba	7,8	25,1	3,6	9,0	(2) 2,8
Pernambuco	5,2	32,0	4,0	3,6	3,2
Região Metropolitana de Recife	6,7	25,8	4,8	(2) 0,2	(2) 0,9
Alagoas	6,3	24,0	(2) 3,1	11,3	(2) 4,0
Sergipe	7,7	25,6	(2) 3,5	(2) 1,7	(2) 4,0
Bahia	3,9	28,8	4,2	5,1	4,3
Região Metropolitana de Salvador	5,5	22,7	4,9	(2) 0,5	(2) 1,1
Sudeste	5,2	19,9	5,7	1,2	1,1
Minas Gerais	5,1	21,4	6,3	3,2	1,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5,8	18,9	6,0	(2) 1,5	(2) 0,6
Espírito Santo	4,3	20,6	6,5	(2) 1,8	3,1
Rio de Janeiro	8,0	21,5	5,3	(2) 0,2	(2) 0,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,3	21,7	5,4	(2) 0,1	(2) 0,5
São Paulo	4,3	18,4	5,6	0,5	0,8
Região Metropolitana de São Paulo	3,8	19,3	4,7	(2) 0,3	(2) 0,6
Sul	5,0	24,3	7,7	2,6	2,6
Paraná	4,9	23,7	7,0	2,3	2,1
Região Metropolitana de Curitiba	4,7	22,1	6,2	(2) 1,3	(2) 0,5
Santa Catarina	3,9	23,0	8,4	2,2	2,8
Rio Grande do Sul	5,7	25,6	7,9	3,2	3,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	5,5	19,7	7,4	1,3	(2) 0,7
Centro-Oeste	7,5	22,7	6,8	1,9	1,4
Mato Grosso do Sul	7,2	24,4	8,9	(2) 2,0	(2) 1,7
Mato Grosso	5,5	23,3	6,5	3,5	(2) 1,8
Goiás	5,2	24,1	6,7	1,6	1,4
Distrito Federal	16,2	16,7	5,2	(2) 0,4	(2) 0,5

Tabela 9.2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, total e respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(continuação)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Mulheres				
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)			
		Empregado		Trabalhador doméstico	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira
Brasil	38 861	30,3	12,7	4,6	12,3
Norte	2 704	17,7	15,2	2,1	14,3
Rondônia	305	21,9	8,8	(2) 3,2	11,9
Acre	131	23,4	13,6	(2) 2,4	13,9
Amazonas	580	23,1	14,0	(2) 1,4	15,1
Roraima	76	17,5	20,4	(2) 3,6	13,2
Pará	1 239	14,4	16,9	(2) 2,0	14,2
Região Metropolitana de Belém	421	21,5	15,9	3,9	17,1
Amapá	97	22,5	(2) 10,0	(2) 4,4	21,2
Tocantins	276	12,2	18,0	(2) 2,0	13,2
Nordeste	9 700	18,0	15,0	2,3	14,0
Maranhão	1 033	12,1	15,5	(2) 1,1	15,7
Piauí	709	10,7	11,7	(2) 1,4	12,9
Ceará	1 706	20,2	15,9	1,5	14,3
Região Metropolitana de Fortaleza	736	31,1	16,7	2,8	14,9
Rio Grande do Norte	567	23,5	13,0	(2) 2,7	13,1
Paraíba	574	14,9	14,8	(2) 3,1	17,0
Pernambuco	1 385	21,5	15,3	3,3	13,8
Região Metropolitana de Recife	645	33,9	13,2	5,3	14,8
Alagoas	471	17,2	11,8	(2) 3,1	13,5
Sergipe	385	20,3	13,4	(2) 2,4	13,8
Bahia	2 871	18,2	16,1	2,7	13,1
Região Metropolitana de Salvador	866	31,2	12,9	6,0	14,5
Sudeste	17 059	37,5	11,6	6,0	11,8
Minas Gerais	4 500	29,7	11,8	4,8	12,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 247	38,4	11,3	6,6	11,0
Espírito Santo	757	29,7	15,0	4,7	10,4
Rio de Janeiro	3 132	34,9	11,6	6,3	14,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 342	36,1	11,8	6,1	13,6
São Paulo	8 670	43,2	11,1	6,7	10,7
Região Metropolitana de São Paulo	4 256	44,4	12,5	6,6	10,3
Sul	6 444	35,9	11,0	4,7	9,5
Paraná	2 407	35,2	11,7	4,3	11,5
Região Metropolitana de Curitiba	774	40,9	11,1	5,0	9,7
Santa Catarina	1 462	42,6	10,5	3,8	6,7
Rio Grande do Sul	2 575	32,6	10,7	5,5	9,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	919	41,0	13,4	6,9	10,3
Centro-Oeste	2 955	27,8	13,0	5,4	14,2
Mato Grosso do Sul	521	26,8	10,1	5,7	15,1
Mato Grosso	618	23,8	14,4	5,7	15,4
Goiás	1 268	25,5	14,0	4,7	14,9
Distrito Federal	547	38,5	11,8	6,2	10,6

Tabela 9.2 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, total e respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo				
	Mulheres				
	Distribuição percentual, por posição na ocupação (%)				
	Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador	Trabalho na pro- dução para o pró- prio consumo e na construção para o próprio uso	Outro trabalho não remunerado
Brasil	9,7	16,2	2,7	5,7	5,9
Norte	13,5	19,8	2,2	6,3	8,9
Rondônia	17,1	11,2	(2) 2,6	13,0	10,3
Acre	15,8	12,8	(2) 2,2	(2) 7,5	(2) 8,4
Amazonas	13,8	19,4	(2) 1,8	(2) 1,9	9,5
Roraima	21,5	14,8	(2) 1,4	(2) 5,2	(2) 2,4
Pará	10,5	24,6	2,4	4,7	10,2
Região Metropolitana de Belém	8,1	27,0	(2) 2,3	(2) 1,0	3,0
Amapá	22,6	(2) 13,3	(2) 1,9	(2) 1,4	(2) 2,7
Tocantins	15,4	15,0	(2) 2,6	17,0	(2) 4,4
Nordeste	10,1	19,3	1,8	10,4	9,0
Maranhão	10,8	21,7	(2) 1,5	10,6	11,0
Piauí	8,6	25,3	(2) 1,0	16,2	12,2
Ceará	7,2	19,9	1,9	11,6	7,6
Região Metropolitana de Fortaleza	6,4	20,3	2,7	2,1	3,0
Rio Grande do Norte	12,2	16,5	(2) 2,2	10,6	6,1
Paraíba	15,6	14,9	(2) 2,3	10,4	7,0
Pernambuco	10,6	19,7	2,2	6,2	7,5
Região Metropolitana de Recife	8,7	19,2	2,9	(2) 0,0	2,1
Alagoas	16,6	14,4	(2) 1,1	14,4	7,8
Sergipe	14,8	21,3	(2) 1,9	6,0	6,1
Bahia	8,6	18,5	1,9	10,1	10,7
Região Metropolitana de Salvador	7,8	22,4	2,4	(2) 0,4	2,4
Sudeste	9,1	15,1	2,8	2,9	3,1
Minas Gerais	10,1	14,4	2,9	8,7	5,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,8	15,2	3,1	2,7	2,0
Espírito Santo	9,1	13,4	(2) 2,4	5,1	10,1
Rio de Janeiro	10,5	18,2	2,7	(2) 0,3	1,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	9,3	19,4	2,5	(2) 0,1	(2) 1,2
São Paulo	8,1	14,6	2,9	0,7	2,0
Região Metropolitana de São Paulo	6,9	14,6	2,7	(2) 0,2	1,7
Sul	8,3	13,1	3,7	5,4	8,4
Paraná	8,8	13,6	3,6	4,8	6,5
Região Metropolitana de Curitiba	9,5	15,1	3,8	(2) 2,2	2,7
Santa Catarina	8,0	10,6	4,6	4,6	8,7
Rio Grande do Sul	8,0	14,1	3,3	6,4	10,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	7,5	14,4	3,2	1,5	1,9
Centro-Oeste	12,0	15,6	2,8	6,1	3,2
Mato Grosso do Sul	9,5	19,8	(2) 3	6,3	3,7
Mato Grosso	10,3	13,9	(2) 2,9	9,8	(2) 3,8
Goiás	11,4	16,6	2,8	6,6	3,5
Distrito Federal	17,6	11,1	2,5	(2) 0,4	(2) 1,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 9.3 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade (%)					
	Total	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Total						
Brasil	48,7	71,3	45,3	42,9	48,5	77,6
Norte	63,2	85,3	59,8	58,7	63,9	82,6
Nordeste	66,3	90,7	66,1	60,6	65,2	86,8
Sudeste	38,5	60,1	32,8	32,7	39,6	70,7
Sul	41,3	59,9	36,3	33,7	42,3	76,7
Centro-Oeste	47,8	67,6	41,4	42,1	50,6	77,6
Homens						
Brasil	46,8	72,6	43,6	40,3	45,4	75,0
Norte	61,9	85,5	56,9	56,6	64,2	80,8
Nordeste	65,6	90,8	64,0	58,7	65,4	86,2
Sudeste	35,6	62,0	31,1	29,4	34,6	67,7
Sul	38,3	59,5	34,7	30,6	37,3	71,7
Centro-Oeste	45,3	66,4	37,9	38,8	47,6	73,9
Mulheres						
Brasil	51,2	69,2	47,7	46,1	52,6	82,2
Norte	64,9	85,1	64,1	61,7	63,4	86,0
Nordeste	67,4	90,5	69,3	63,1	64,9	88,0
Sudeste	42,2	57,2	35,1	36,9	46,0	76,1
Sul	45,1	60,3	38,3	37,5	48,6	84,7
Centro-Oeste	51,3	69,7	46,1	46,2	54,7	85,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

Tabela 9.4 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça (%)							
	Trabalhos formais (1)				Trabalhos informais			
	Total	Branca	Preta	Parda	Total	Branca	Preta	Parda
Brasil	48,8	56,0	45,9	40,0	51,2	44,0	54,1	60,0
Norte	35,1	44,1	32,9	31,7	64,9	55,9	67,1	68,3
Nordeste	32,6	39,7	34,3	28,8	67,4	60,3	65,7	71,2
Sudeste	57,8	62,2	52,8	51,4	42,2	37,8	47,2	48,6
Sul	54,9	55,8	56,6	49,5	45,1	44,2	43,4	50,5
Centro-Oeste	48,7	52,7	48,8	45,3	51,3	47,3	51,2	54,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social. (2) Dados sem significância estatística.

Tabela 9.5 - Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo					
	Ocupadas		Trabalhos formais (1)		Trabalhos informais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	7,7	8,8	9,2	10,6	6,1	7,1
Norte	7,0	8,5	9,0	11,0	5,8	7,1
Rondônia	7,0	8,0	8,4	10,6	5,6	6,0
Acre	7,1	8,5	9,5	11,3	5,3	6,3
Amazonas	7,7	8,9	9,6	10,9	6,3	7,5
Roraima	7,9	9,6	10,1	11,6	6,4	8,0
Pará	6,5	8,2	8,6	10,9	5,5	7,1
Região Metropolitana de Belém	8,5	9,2	9,8	11,1	7,5	8,2
Amapá	8,3	9,6	9,7	11,4	7,3	7,9
Tocantins	7,1	8,7	9,4	12,0	6,0	7,1
Nordeste	6,1	7,7	8,6	10,7	4,9	6,2
Maranhão	5,9	7,5	9,3	10,9	4,7	6,3
Piauí	5,2	6,7	8,9	10,9	4,1	5,6
Ceará	6,2	7,6	9,1	10,7	4,9	6,2
Região Metropolitana de Fortaleza	8,1	9,0	9,4	10,9	6,7	7,6
Rio Grande do Norte	6,4	8,1	8,3	10,3	5,1	6,6
Paraíba	5,9	8,0	8,1	10,8	4,6	6,5
Pernambuco	6,6	8,2	8,6	10,8	5,4	6,5
Região Metropolitana de Recife	8,8	9,7	9,9	11,1	7,4	8,2
Alagoas	5,6	7,3	7,2	10,2	4,6	5,5
Sergipe	6,5	8,1	9,0	11,0	4,7	6,2
Bahia	6,2	7,6	8,5	10,5	4,9	6,2
Região Metropolitana de Salvador	8,7	9,5	9,5	10,8	7,6	8,3
Sudeste	8,6	9,4	9,4	10,6	7,2	7,7
Minas Gerais	7,5	8,4	8,6	10,2	6,1	6,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,9	9,5	9,4	10,4	7,8	8,1
Espírito Santo	7,8	8,6	8,7	10,1	6,6	7,4
Rio de Janeiro	9,0	9,6	9,8	10,8	7,5	8,1
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	9,4	9,8	10,1	11,0	7,9	8,3
São Paulo	9,1	9,8	9,7	10,8	7,9	8,2
Região Metropolitana de São Paulo	9,4	10,0	10,0	10,9	8,2	8,4
Sul	8,2	9,0	9,1	10,4	6,8	7,3
Paraná	8,2	9,0	9,2	10,7	6,8	7,2
Região Metropolitana de Curitiba	9,2	9,8	9,8	10,9	7,9	8,1
Santa Catarina	8,7	9,2	9,3	10,4	7,1	7,3
Rio Grande do Sul	8,0	8,8	8,9	10,2	6,7	7,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	9,0	9,6	9,6	10,4	7,8	8,4
Centro-Oeste	7,9	9,1	8,9	10,7	6,7	7,5
Mato Grosso do Sul	7,6	8,5	8,4	10,4	6,5	7,0
Mato Grosso	7,4	8,6	8,5	10,5	6,3	7,1
Goiás	7,5	8,8	8,5	10,5	6,5	7,5
Distrito Federal	9,9	10,8	10,6	11,6	8,4	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 9.6 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo (R\$) (1)								
	Ocupadas			Trabalhos formais (2)			Trabalhos informais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	1 071,40	1 218,30	861,50	1 371,40	1 529,50	1 141,30	695,00	821,20	518,70
Norte	889,00	975,20	748,60	1 219,10	1 296,90	1 094,90	661,30	756,20	504,40
Rondônia	1 065,70	1 211,30	811,80	1 256,80	1 437,30	968,20	836,10	958,20	599,30
Acre	1 179,90	1 254,40	1 065,40	1 696,80	1 823,50	1 517,40	684,60	742,70	587,80
Amazonas	930,50	1 007,90	810,80	1 237,90	1 321,10	1 107,90	674,30	745,00	565,90
Roraima	989,50	1 055,50	894,90	1 375,50	1 469,40	1 255,10	674,30	744,70	563,80
Pará	781,70	862,50	645,20	1 086,80	1 120,90	1 026,80	622,30	724,50	453,00
Região Metropolitana de Belém	859,70	975,40	714,80	1 185,50	1 246,70	1 090,50	628,50	749,80	497,90
Amapá	1 035,80	1 130,90	890,30	1 323,30	1 436,10	1 180,70	788,30	903,40	579,30
Tocantins	886,40	968,80	758,00	1 282,30	1 376,90	1 144,30	633,00	718,60	493,70
Nordeste	703,60	766,30	603,50	1 099,80	1 187,70	967,20	448,80	504,90	355,80
Maranhão	699,30	785,50	550,40	1 179,90	1 335,50	922,80	469,50	528,90	364,60
Piauí	567,10	614,50	493,00	1 207,20	1 335,40	1 038,40	321,20	363,00	251,40
Ceará	655,30	713,10	569,60	1 036,10	1 102,60	942,10	432,60	492,40	341,40
Região Metropolitana de Fortaleza	893,80	1 020,10	737,70	1 160,70	1 233,40	1 053,90	625,50	770,00	475,20
Rio Grande do Norte	769,30	852,00	634,30	1 101,70	1 239,70	898,70	484,70	543,90	378,50
Paraíba	768,70	832,40	657,00	1 213,80	1 345,90	994,10	444,60	471,00	396,30
Pernambuco	717,60	771,70	629,20	1 052,30	1 118,90	946,30	460,70	510,10	378,00
Região Metropolitana de Recife	960,70	1 090,50	787,10	1 216,40	1 310,40	1 076,80	644,20	789,50	473,50
Alagoas	730,90	763,40	674,80	1 014,70	1 037,60	978,90	480,90	537,90	373,40
Sergipe	776,20	857,90	659,10	1 158,20	1 247,40	1 028,00	465,50	536,90	364,60
Bahia	712,90	774,10	617,00	1 100,60	1 173,40	993,20	465,00	528,30	362,10
Região Metropolitana de Salvador	1 019,60	1 178,50	837,60	1 328,80	1 414,30	1 212,20	636,20	827,50	459,20
Sudeste	1 217,00	1 411,10	957,40	1 428,10	1 601,40	1 179,50	841,90	1 043,30	603,90
Minas Gerais	964,20	1 109,90	761,80	1 196,10	1 337,50	993,70	645,90	788,20	455,80
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 235,00	1 466,00	972,50	1 433,10	1 631,50	1 184,10	842,30	1 087,80	612,80
Espírito Santo	996,80	1 142,80	784,50	1 217,20	1 364,00	992,60	699,90	829,90	523,50
Rio de Janeiro	1 305,30	1 518,50	1 026,50	1 585,40	1 779,30	1 294,60	837,20	1 006,80	659,90
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 409,70	1 651,50	1 104,20	1 724,40	1 935,80	1 409,50	881,90	1 070,00	700,90
São Paulo	1 326,40	1 545,90	1 038,10	1 486,70	1 668,00	1 231,30	985,40	1 259,90	674,10
Região Metropolitana de São Paulo	1 462,70	1 698,40	1 174,40	1 622,20	1 810,00	1 378,30	1 146,70	1 458,40	807,80
Sul	1 213,80	1 423,20	925,10	1 411,20	1 619,20	1 117,80	852,50	1 054,70	585,20
Paraná	1 187,00	1 389,20	911,00	1 413,10	1 608,40	1 138,20	826,90	1 028,10	565,50
Região Metropolitana de Curitiba	1 406,80	1 646,90	1 105,00	1 634,20	1 872,20	1 323,40	967,70	1 189,70	708,20
Santa Catarina	1 334,40	1 571,10	1 000,80	1 479,50	1 726,20	1 125,50	956,70	1 156,50	687,70
Rio Grande do Sul	1 168,20	1 367,50	894,50	1 362,50	1 555,70	1 093,00	832,20	1 036,10	559,90
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 291,20	1 511,30	1 027,90	1 495,40	1 700,20	1 233,70	889,80	1 105,00	663,50
Centro-Oeste	1 277,40	1 461,90	1 016,20	1 610,50	1 779,40	1 357,60	862,20	1 045,10	620,60
Mato Grosso do Sul	1 113,40	1 335,20	804,90	1 373,30	1 558,10	1 077,10	799,30	1 028,30	529,60
Mato Grosso	1 104,00	1 260,60	855,00	1 381,00	1 525,50	1 131,50	798,20	948,20	579,70
Goiás	1 053,30	1 232,90	795,20	1 281,40	1 454,80	1 021,20	805,80	983,10	563,10
Distrito Federal	2 176,50	2 446,70	1 848,40	2 605,70	2 876,60	2 268,00	1 263,70	1 498,20	993,80

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo. (2) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 9.7 - Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, por grupos de anos de estudo (%) (1)			
	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	70,8	61,3	61,1	57,7
Norte	76,9	57,4	64,1	66,4
Rondônia	67,1	57,9	60,6	51,2
Acre	85,5	69,9	60,6	69,1
Amazonas	80,6	64,8	71,7	68,2
Roraima	84,8	65,8	76,5	63,6
Pará	74,9	53,1	61,3	75,8
Região Metropolitana de Belém	73,3	60,6	67,2	68,1
Amapá	78,7	68,9	58,1	74,1
Tocantins	78,2	48,9	63,6	57,9
Nordeste	78,9	63,3	63,0	54,4
Maranhão	70,2	59,2	58,6	43,7
Piauí	80,4	61,0	58,5	56,5
Ceará	79,9	64,9	67,0	53,6
Região Metropolitana de Fortaleza	72,4	63,7	68,5	57,9
Rio Grande do Norte	74,5	64,5	68,3	45,6
Paraíba	79,1	69,2	61,4	48,9
Pernambuco	81,6	71,5	64,1	53,5
Região Metropolitana de Recife	72,2	68,3	62,3	58,4
Alagoas	88,5	63,1	66,3	62,3
Sergipe	77,0	59,4	61,5	59,5
Bahia	79,8	60,7	62,1	61,1
Região Metropolitana de Salvador	71,1	57,9	60,8	64,3
Sudeste	67,9	59,7	62,3	59,2
Minas Gerais	68,7	58,5	59,5	55,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	66,4	58,1	62,8	57,7
Espírito Santo	68,7	64,0	55,4	59,2
Rio de Janeiro	67,6	62,7	61,5	60,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	66,9	62,4	61,0	63,0
São Paulo	67,2	57,8	64,2	60,6
Região Metropolitana de São Paulo	69,1	62,3	67,8	61,8
Sul	65,1	57,6	58,0	56,4
Paraná	65,9	57,2	58,3	58,0
Região Metropolitana de Curitiba	67,1	61,9	64,3	56,0
Santa Catarina	63,7	60,7	59,4	54,8
Rio Grande do Sul	65,4	56,4	57,0	55,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	67,9	62,5	62,9	60,4
Centro-Oeste	69,6	56,3	58,0	56,8
Mato Grosso do Sul	60,5	48,2	58,1	47,5
Mato Grosso	67,8	62,7	56,5	56,5
Goiás	64,6	54,5	55,0	52,7
Distrito Federal	75,6	65,9	63,3	66,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclui as informações das pessoas sem declaração de rendimento e de pessoas com rendimento nulo.

Tabela 9.8 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas, em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas, em trabalhos formais e informais, por sexo								
	Total			Trabalhos formais (1)			Trabalhos informais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	39,8	42,9	35,6	43,1	44,8	40,7	36,2	40,8	30,7
Norte	38,9	42,2	34,0	42,4	44,0	39,9	36,8	41,1	30,9
Rondônia	39,6	43,3	34,3	43,2	44,5	41,2	36,5	42,2	28,8
Acre	39,4	43,2	34,1	42,0	44,8	37,9	37,3	41,9	31,2
Amazonas	39,1	41,3	35,8	41,9	43,5	39,4	37,1	39,7	33,5
Roraima	38,5	41,0	35,0	39,3	41,0	37,1	37,9	41,1	33,3
Pará	38,9	42,4	33,6	43,1	44,5	40,6	37,0	41,3	30,8
Região Metropolitana de Belém	38,6	41,7	34,8	42,4	43,4	40,8	36,0	40,3	31,5
Amapá	39,2	41,1	36,4	39,4	40,0	38,6	39,1	41,9	34,1
Tocantins	37,4	42,4	30,7	42,4	44,5	39,4	35,0	41,3	26,6
Nordeste	37,7	41,1	33,0	42,5	44,4	39,6	35,3	39,3	29,9
Maranhão	38,8	42,0	33,9	42,5	45,3	38,0	37,5	40,7	32,5
Piauí	31,9	36,6	26,0	40,9	43,4	37,7	29,2	34,6	22,7
Ceará	38,2	41,7	33,6	43,4	45,1	41,0	35,7	40,0	30,3
Região Metropolitana de Fortaleza	41,5	43,7	38,8	43,8	44,9	42,2	39,3	42,3	36,2
Rio Grande do Norte	38,2	41,7	32,9	42,1	44,3	38,9	35,6	40,0	28,8
Paraíba	38,3	40,9	34,0	41,6	43,9	37,7	36,4	39,2	32,0
Pernambuco	39,2	41,7	35,3	42,8	44,3	40,4	36,9	40,1	32,2
Região Metropolitana de Recife	40,4	42,4	37,8	42,7	43,5	41,5	37,8	41,1	33,9
Alagoas	38,5	41,4	33,9	40,9	43,3	37,2	36,9	40,2	31,8
Sergipe	37,4	40,4	33,3	41,4	43,3	38,5	34,6	38,3	30,0
Bahia	37,4	40,8	32,7	42,9	44,6	40,3	34,7	38,9	29,1
Região Metropolitana de Salvador	40,1	43,3	36,5	43,5	44,8	41,7	36,1	41,1	31,6
Sudeste	40,8	43,8	37,0	43,3	44,9	41,0	36,8	41,8	31,4
Minas Gerais	39,0	43,2	33,9	43,2	45,2	40,3	34,5	40,6	27,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	39,4	42,6	35,8	42,2	43,8	40,2	34,3	40,1	29,2
Espírito Santo	39,3	42,8	34,8	43,0	44,9	40,3	35,3	40,2	29,9
Rio de Janeiro	40,9	43,7	37,4	42,9	44,5	40,5	37,8	42,2	33,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	40,8	43,5	37,4	42,9	44,3	40,7	37,4	41,9	33,0
São Paulo	41,8	44,3	38,6	43,5	45,0	41,5	38,4	42,7	33,6
Região Metropolitana de São Paulo	42,1	44,3	39,3	43,3	44,7	41,5	39,7	43,6	35,5
Sul	40,3	43,6	36,3	43,5	45,2	41,1	35,9	41,0	30,4
Paraná	40,1	43,5	35,7	43,3	45,0	41,0	35,8	41,3	29,8
Região Metropolitana de Curitiba	41,0	43,6	37,9	43,4	44,6	41,8	36,9	41,5	31,9
Santa Catarina	41,7	44,4	38,2	43,8	45,6	41,4	37,6	41,9	33,2
Rio Grande do Sul	39,8	43,2	35,6	43,4	45,2	40,9	35,1	40,3	29,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	40,5	42,8	37,7	42,9	44,4	41,1	36,1	39,6	32,4
Centro-Oeste	40,3	43,9	35,7	43,2	44,8	40,8	37,2	42,7	30,8
Mato Grosso do Sul	39,3	43,5	33,9	43,6	45,4	40,8	34,9	41,1	28,3
Mato Grosso	40,1	43,6	34,8	43,4	44,8	41,0	37,0	42,4	30,2
Goiás	40,9	44,7	35,7	43,9	45,8	41,0	38,0	43,6	31,3
Distrito Federal	40,4	42,3	38,2	41,6	42,6	40,3	38,1	41,6	34,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Tabela 9.9 - Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de anos de estudo							
	Homens				Mulheres			
	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	42,9	43,0	43,5	41,2	35,6	32,9	38,3	36,3
Norte	42,2	42,3	42,7	40,3	34,1	30,9	36,8	36,1
Rondônia	43,3	43,4	43,5	42,6	34,4	30,6	38,4	37,6
Acre	43,2	43,9	43,5	40,4	34,2	31,8	36,7	34,8
Amazonas	41,3	40,8	42,6	39,9	35,9	34,2	38,0	34,8
Roraima	41,0	42,2	41,3	(1) 35,9	35,0	(1) 34,6	36,9	(1) 32,4
Pará	42,4	42,4	42,7	40,6	33,6	30,7	36,1	36,6
Região Metropolitana de Belém	41,7	42,5	42,1	37,9	34,8	33,2	35,6	36,4
Amapá	41,1	42,1	41,1	37,5	36,4	34,3	37,3	37,4
Tocantins	42,4	42,7	42,7	39,9	30,7	23,6	35,1	37,1
Nordeste	41,1	40,8	42,3	38,9	33,0	30,2	36,8	34,2
Maranhão	42,0	41,7	43,8	37,6	33,9	31,8	36,8	34,7
Piauí	36,6	36,0	38,8	37,3	26,0	22,3	32,0	30,5
Ceará	41,7	41,5	43,0	38,8	33,6	29,8	38,8	35,5
Região Metropolitana de Fortaleza	43,7	44,9	43,9	39,1	38,8	38,1	40,9	36,1
Rio Grande do Norte	41,7	41,8	42,1	39,2	33,0	29,9	36,8	33,0
Paraíba	40,9	40,8	41,6	39,7	34,0	32,7	36,5	32,8
Pernambuco	41,7	41,9	42,2	39,1	35,3	33,5	38,1	35,2
Região Metropolitana de Recife	42,5	43,4	43,0	39,0	37,8	37,8	38,9	36,0
Alagoas	41,4	41,9	40,7	38,8	33,9	33,0	36,6	32,4
Sergipe	40,4	40,0	42,4	37,7	33,4	30,8	37,3	32,8
Bahia	40,8	40,3	42,3	39,7	32,7	29,7	36,0	34,7
Região Metropolitana de Salvador	43,3	44,2	43,5	40,0	36,5	35,4	37,6	35,9
Sudeste	43,8	44,4	44,1	41,8	37,0	34,8	39,3	36,7
Minas Gerais	43,2	43,5	43,6	40,5	33,8	30,7	37,8	34,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	42,6	43,4	43,0	40,0	35,8	33,9	38,3	34,5
Espírito Santo	42,8	43,3	42,9	40,4	34,8	32,5	38,1	34,3
Rio de Janeiro	43,7	44,5	44,3	40,9	37,4	36,3	39,1	36,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	43,5	44,2	44,5	40,8	37,4	36,3	38,9	36,6
São Paulo	44,3	45,1	44,2	42,6	38,6	37,5	40,1	37,8
Região Metropolitana de São Paulo	44,3	45,5	44,2	42,7	39,3	38,5	40,5	38,6
Sul	43,6	43,9	44,1	41,7	36,3	34,1	38,7	36,8
Paraná	43,5	43,8	44,0	41,8	35,8	33,1	38,6	36,5
Região Metropolitana de Curitiba	43,6	44,0	44,1	41,7	37,9	35,8	39,8	38,0
Santa Catarina	44,4	44,8	44,7	43,1	38,2	36,6	39,9	38,3
Rio Grande do Sul	43,2	43,6	43,7	40,7	35,6	33,7	38,1	36,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	42,8	43,3	43,3	40,9	37,7	37,1	39,2	36,7
Centro-Oeste	43,9	44,8	43,6	41,1	35,7	33,1	37,8	36,8
Mato Grosso do Sul	43,5	43,9	43,5	41,8	33,9	31,1	36,8	35,7
Mato Grosso	43,6	44,5	43,1	41,2	34,9	31,9	37,2	36,8
Goiás	44,7	45,5	44,4	42,1	35,7	33,4	37,8	37,0
Distrito Federal	42,3	44,3	42,5	39,8	38,2	38,1	39,1	37,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 9.10 - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo					
	Total			Ocupadas na semana de referência		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	21,2	10,5	26,6	16,7	9,5	22,0
Norte	19,4	10,2	24,2	15,7	9,5	20,5
Rondônia	21,2	11,1	27,4	17,2	10,3	23,5
Acre	19,8	10,6	23,5	16,9	9,5	21,0
Amazonas	17,2	10,1	21,3	13,7	9,5	17,5
Roraima	23,0	13,5	27,4	17,8	13,1	21,0
Pará	19,3	9,4	24,0	15,3	8,8	20,2
Região Metropolitana de Belém	18,7	10,1	22,5	15,2	9,4	18,8
Amapá	25,4	16,3	29,4	19,9	15,1	23,0
Tocantins	19,8	10,0	26,1	17,0	9,4	23,4
Nordeste	23,8	11,2	29,4	19,0	10,3	24,8
Maranhão	28,2	13,2	32,6	22,7	12,2	27,5
Piauí	22,2	10,7	27,4	19,8	10,1	25,9
Ceará	24,8	11,9	30,8	20,4	11,0	26,8
Região Metropolitana de Fortaleza	23,0	11,7	28,2	17,4	10,5	22,0
Rio Grande do Norte	23,1	11,6	27,5	18,7	10,7	23,6
Paraíba	26,7	12,9	32,8	19,3	10,9	26,1
Pernambuco	26,7	11,8	31,5	20,4	11,0	25,5
Região Metropolitana de Recife	25,4	11,7	30,4	18,4	10,6	23,1
Alagoas	24,0	11,6	28,6	18,9	10,7	23,9
Sergipe	21,9	10,1	27,8	17,6	9,4	23,4
Bahia	20,5	9,9	26,3	16,6	9,3	22,6
Região Metropolitana de Salvador	18,5	9,9	23,7	15,0	9,2	19,7
Sudeste	20,9	10,5	26,3	16,2	9,4	21,3
Minas Gerais	20,7	9,8	26,3	17,0	9,0	22,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	20,6	10,2	26,0	16,7	9,2	21,7
Espírito Santo	18,9	9,4	24,0	16,0	8,7	21,3
Rio de Janeiro	22,5	12,1	27,0	17,6	11,0	22,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	22,4	12,2	26,8	17,6	10,9	21,8
São Paulo	20,6	10,3	26,2	15,4	9,1	20,3
Região Metropolitana de São Paulo	20,4	10,7	25,6	15,4	9,3	19,8
Sul	19,0	9,8	24,6	15,2	8,9	20,5
Paraná	19,3	9,6	24,7	15,2	8,7	20,2
Região Metropolitana de Curitiba	19,3	10,0	24,8	15,0	9,2	19,6
Santa Catarina	20,3	10,5	26,1	16,0	9,3	21,4
Rio Grande do Sul	18,0	9,7	23,6	14,9	9,0	20,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	16,6	9,2	21,5	13,2	8,5	17,4
Centro-Oeste	20,0	10,3	24,6	16,3	9,5	20,8
Mato Grosso do Sul	17,3	8,5	21,7	14,4	7,9	18,8
Mato Grosso	20,1	11,0	24,5	16,5	10,3	20,9
Goiás	20,9	10,5	25,6	17,1	9,7	21,9
Distrito Federal	20,5	10,6	25,2	15,9	10,0	19,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 9.11 - Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupos de anos de estudo							
	Homens				Mulheres			
	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Total	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	9,5	9,9	9,5	8,5	22,0	25,3	20,5	17,0
Norte	9,5	9,7	9,5	8,7	20,5	22,8	19,4	16,6
Rondônia	10,3	10,5	10,3	9,3	23,5	26,7	21,4	17,1
Acre	9,5	10,7	9,0	6,9	21,0	24,2	19,2	16,7
Amazonas	9,5	9,8	9,3	9,1	17,5	18,8	17,5	14,3
Roraima	13,1	13,5	13,0	(1) 12,5	21,0	21,5	21,2	19,8
Pará	8,8	8,8	9,0	7,5	20,2	22,0	19,2	16,0
Região Metropolitana de Belém	9,4	9,5	9,6	7,6	18,8	20,8	18,5	14,4
Amapá	15,1	15,4	15,0	(1) 14,9	23,0	23,9	22,5	22,9
Tocantins	9,4	10,0	8,6	8,6	23,4	27,9	20,9	18,1
Nordeste	10,3	10,7	10,1	8,6	24,8	28,1	22,1	18,6
Maranhão	12,2	12,4	12,2	(1) 10,7	27,5	31,1	24,1	20,6
Piauí	10,1	10,6	9,3	(1) 7,5	25,9	29,2	21,4	19,1
Ceará	11,0	11,4	10,6	9,6	26,8	31,1	22,3	18,6
Região Metropolitana de Fortaleza	10,5	10,6	10,9	8,7	22,0	25,0	20,8	16,9
Rio Grande do Norte	10,7	11,0	10,4	9,8	23,6	26,4	21,5	19,8
Paraíba	10,9	11,5	10,0	8,1	26,1	29,5	24,1	19,5
Pernambuco	11,0	11,5	10,9	8,7	25,5	28,8	23,7	19,0
Região Metropolitana de Recife	10,6	11,0	11,4	8,0	23,1	27,2	22,7	16,9
Alagoas	10,7	11,6	9,9	(1) 6,8	23,9	26,5	22,3	17,2
Sergipe	9,4	9,8	9,1	7,8	23,4	26,3	21,4	18,8
Bahia	9,3	9,5	9,3	8,1	22,6	25,1	20,7	17,3
Região Metropolitana de Salvador	9,2	9,5	9,4	7,4	19,7	22,4	19,7	14,8
Sudeste	9,4	9,7	9,4	8,6	21,3	24,6	20,4	16,9
Minas Gerais	9,0	9,4	9,0	7,5	22,6	26,2	20,4	17,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	9,2	9,9	9,2	7,6	21,7	26,3	20,4	15,7
Espírito Santo	8,7	9,0	8,8	7,7	21,3	24,7	19,1	16,3
Rio de Janeiro	11,0	11,5	11,1	9,8	22,0	24,1	22,4	18,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	10,9	11,4	11,3	9,6	21,8	23,4	22,6	18,0
São Paulo	9,1	9,4	9,2	8,6	20,3	23,6	19,8	16,6
Região Metropolitana de São Paulo	9,3	9,5	9,5	8,8	19,8	23,4	19,1	16,2
Sul	8,9	9,2	9,0	8,2	20,5	23,5	19,1	16,3
Paraná	8,7	8,8	9,0	7,9	20,2	23,4	18,6	16,3
Região Metropolitana de Curitiba	9,2	9,6	9,4	8,3	19,6	23,5	18,9	15,7
Santa Catarina	9,3	9,7	9,2	8,2	21,4	24,3	20,7	17,0
Rio Grande do Sul	9,0	9,1	8,9	8,4	20,2	23,2	18,6	15,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,5	8,7	8,5	8,0	17,4	20,0	16,6	14,3
Centro-Oeste	9,5	10,0	9,5	8,0	20,8	24,0	20,0	15,9
Mato Grosso do Sul	7,9	8,1	7,8	6,7	18,8	20,7	18,5	15,1
Mato Grosso	10,3	10,7	10,2	9,0	20,9	24,3	19,5	16,0
Goiás	9,7	10,2	9,2	8,4	21,9	25,2	20,3	16,9
Distrito Federal	10,0	11,5	10,8	7,7	19,9	24,5	20,9	14,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Dados sem significância estatística.

Tabela 9.12 - Municípios, total e com estrutura na área de política de gênero, por caracterização do órgão gestor e com orçamento próprio para a política, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com estrutura na área de política de gênero, por caracterização do órgão gestor e com orçamento próprio para a política						Não possui estrutura específica	Órgão gestor da política para mu- lheres com orça- mento próprio
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordi- nado a outra secretaria	Setor subordi- nado dire- tamente à chefia do executivo	Órgão da admi- nistração indireta		
Brasil	5 565	1 043	68	92	736	142	5	4 522	379
Norte	449	71	6	10	42	13	-	71	28
Rondônia	52	12	1	2	7	2	-	12	3
Acre	22	3	-	-	1	2	-	3	2
Amazonas	62	9	1	1	7	-	-	9	3
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	19	3	3	11	-	-	19	6
Amapá	16	15	-	2	6	2	-	15	13
Tocantins	139	13	1	2	10	7	-	13	1
Nordeste	1 794	417	27	38	320	30	2	417	152
Maranhão	217	69	10	5	50	4	-	69	18
Piauí	224	107	1	12	91	3	-	107	42
Ceará	184	41	-	2	36	2	1	41	15
Rio Grande do Norte	167	9	1	1	7	-	-	9	2
Paraíba	223	15	-	-	13	2	-	15	4
Pernambuco	185	70	9	8	41	12	-	70	26
Alagoas	102	13	1	2	9	1	-	13	8
Sergipe	75	16	-	2	10	4	-	16	6
Bahia	417	77	5	6	63	2	1	77	31
Sudeste	1 668	262	18	4	192	47	1	262	102
Minas Gerais	853	102	1	3	80	18	-	102	43
Espírito Santo	78	21	-	1	20	-	-	21	7
Rio de Janeiro	92	46	5	-	36	5	-	46	19
São Paulo	645	93	12	-	56	24	1	93	33
Sul	1 188	213	14	23	134	40	2	213	71
Paraná	399	67	7	10	38	12	-	67	26
Santa Catarina	293	55	5	7	39	2	2	55	13
Rio Grande do Sul	496	91	2	6	57	26	-	91	32
Centro-Oeste	466	80	3	17	48	12	-	80	26
Mato Grosso do Sul	78	26	1	10	10	5	-	26	9
Mato Grosso	141	28	-	2	24	2	-	28	7
Goiás	246	25	2	4	14	5	-	25	9
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 9.13 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com unidades de Segurança Pública, por tipo						
		Delegacia de Polícia Civil	Delegacia de Polícia Especiali- zada no Atendi- mento à Mulher	Delegacia de proteção ao Idoso	Delegacia de Proteção à Criança e ao Ado- lescente - DPCA	Delegacia da Criança e do Ado- lescente - DCA	Delegacia da Criança e do Ado- lescente (especiali- dades não separadas)	Delegacia de proteção ao Meio Ambiente
Brasil	5 565	4 660	397	34	119	87	52	72
Norte	449	384	40	3	14	12	9	7
Rondônia	52	35	8	1	4	2	1	1
Acre	22	22	2	-	1	-	1	-
Amazonas	62	56	5	1	3	2	1	2
Roraima	15	10	1	-	1	1	-	-
Pará	143	132	10	-	1	2	2	2
Amapá	16	13	3	-	3	3	-	-
Tocantins	139	116	11	1	1	2	4	2
Nordeste	1 794	1 581	65	8	30	23	12	16
Maranhão	217	179	13	-	5	3	-	-
Piauí	224	222	5	1	1	2	1	1
Ceará	184	103	7	-	2	1	1	2
Rio Grande do Norte	167	107	5	1	3	2	3	1
Paraíba	223	210	7	2	2	1	2	1
Pernambuco	185	185	8	2	2	2	1	2
Alagoas	102	94	2	-	2	2	1	2
Sergipe	75	75	5	1	3	5	1	1
Bahia	417	406	13	1	10	5	2	6
Sudeste	1 668	1 371	192	16	36	21	15	30
Minas Gerais	853	578	49	6	19	7	8	16
Espírito Santo	78	72	9	-	2	-	1	1
Rio de Janeiro	92	79	14	1	2	1	-	1
São Paulo	645	642	120	9	13	13	6	12
Sul	1 188	954	69	5	23	21	7	8
Paraná	399	341	16	-	5	7	2	3
Santa Catarina	293	289	22	2	8	7	4	2
Rio Grande do Sul	496	324	31	3	10	7	1	3
Centro-Oeste	466	370	31	2	16	10	9	11
Mato Grosso do Sul	78	74	13	-	3	1	2	2
Mato Grosso	141	123	9	1	7	5	2	3
Goiás	246	172	8	1	5	3	5	5
Distrito Federal	1	1	1	-	1	1	-	1

Tabela 9.13 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com unidades de Segurança Pública, por tipo							
	Presídio exclusiva- mente feminino	Presídio com carce- ragem ex- clusiva feminina	Instituto Médico Legal	Instituição especia- lizada no atendimen- to ao idoso vítima de violência	Centros in- tegrados de atenção e prevenção à violência contra o idoso	Centro de reintegra- ção social da associa- ção e prote- ção e assis- tência ao condenado	Centro de atendimen- to especiali- zado para população de lésbicas, gays, bisse- xuais, tra- vestis e transsexuais (LGBT)	Conselho comunitário de segurança
Brasil	65	191	271	114	68	94	24	931
Norte	5	20	22	6	4	7	-	18
Rondônia	1	6	4	-	1	3	-	2
Acre	-	2	1	-	-	-	-	-
Amazonas	1	3	1	2	1	-	-	2
Roraima	-	-	1	-	-	1	-	-
Pará	1	5	7	3	1	3	-	11
Amapá	-	1	1	-	-	-	-	1
Tocantins	2	3	7	1	1	-	-	2
Nordeste	11	32	39	44	30	13	11	75
Maranhão	1	3	5	3	4	2	-	2
Piauí	2	1	1	2	2	1	1	2
Ceará	1	6	6	7	6	3	1	22
Rio Grande do Norte	1	1	2	3	1	1	-	-
Paraíba	1	6	4	5	2	2	1	3
Pernambuco	2	3	3	7	7	2	3	8
Alagoas	1	-	2	2	-	-	-	4
Sergipe	1	1	1	3	2	1	1	4
Bahia	1	11	15	12	6	1	4	30
Sudeste	34	75	109	40	15	59	8	413
Minas Gerais	5	35	30	13	5	35	3	149
Espírito Santo	1	4	4	3	2	3	2	17
Rio de Janeiro	3	4	15	9	1	2	-	36
São Paulo	25	32	60	15	7	19	3	211
Sul	6	32	63	13	8	7	3	317
Paraná	1	6	21	4	3	4	-	153
Santa Catarina	2	10	22	4	2	2	1	66
Rio Grande do Sul	3	16	20	5	3	1	2	98
Centro-Oeste	9	32	38	11	11	8	2	108
Mato Grosso do Sul	6	4	14	2	3	2	-	10
Mato Grosso	1	5	9	2	1	1	2	18
Goiás	1	22	14	6	6	4	-	80
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 9.14 - Municípios, total, com serviço de assistência jurídica e com juizado especial, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com serviço de assistên- cia jurídica	Com juizado especial, por tipo		
			Especializado no atendimento à criança e ao adolescente	Especializado no atendimento ao idoso	Especializado no atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher
Brasil	5 565	2 741	821	196	274
Norte	449	189	68	22	31
Rondônia	52	12	12	1	3
Acre	22	8	2	2	2
Amazonas	62	34	12	3	4
Roraima	15	9	3	2	2
Pará	143	78	31	12	19
Amapá	16	3	1	-	-
Tocantins	139	45	7	2	1
Nordeste	1 794	1 254	199	53	70
Maranhão	217	140	23	7	11
Piauí	224	109	15	6	9
Ceará	184	155	21	2	6
Rio Grande do Norte	167	119	11	5	7
Paraíba	223	103	20	11	10
Pernambuco	185	156	20	7	6
Alagoas	102	76	18	1	3
Sergipe	75	68	11	4	4
Bahia	417	328	60	10	14
Sudeste	1 668	705	336	73	96
Minas Gerais	853	427	106	27	26
Espírito Santo	78	56	25	2	8
Rio de Janeiro	92	44	37	21	21
São Paulo	645	178	168	23	41
Sul	1 188	391	151	35	56
Paraná	399	201	51	11	15
Santa Catarina	293	90	37	12	21
Rio Grande do Sul	496	100	63	12	20
Centro-Oeste	466	202	67	13	21
Mato Grosso do Sul	78	10	15	2	1
Mato Grosso	141	46	23	3	7
Goiás	246	145	28	8	13
Distrito Federal	1	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 9.15 - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

[illegible]

Tabela 9.15 - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência								
	Atividades realizadas pela Casa Abrigo					Capacitação das equipes que atuam na Casa Abrigo			
	Acompa- nhamento pedagó- gico das crianças	Encami- nhamento para pro- gramas de emprego e geração de renda	Garantia de inserção/ permanên- cia das crianças na escola	Outras atividades	Não sabe informar	Somente na oca- sião do ingresso	Perma- nente- mente (1)	Perio- dica- mente (2)	Ocasio- nalmente (3)
Brasil	86	104	107	51	51	7	55	42	29
Norte	13	9	10	5	4	27	5	3	4
Rondônia	2	1	1	-	1	3	1	-	-
Acre	2	2	1	-	-	5	-	1	1
Amazonas	2	2	2	-	1	4	1	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Pará	4	1	3	3	2	9	1	-	2
Amapá	1	1	1	1	-	1	-	1	-
Tocantins	2	2	2	1	-	4	1	-	1
Nordeste	13	11	12	6	14	119	7	5	4
Maranhão	3	2	3	3	7	17	1	2	1
Piauí	1	2	1	-	-	7	1	-	1
Ceará	1	1	1	-	-	20	1	-	-
Rio Grande do Norte	1	1	-	-	-	7	-	-	1
Paraíba	-	-	-	-	-	12	-	-	-
Pernambuco	3	2	2	1	-	27	3	1	-
Alagoas	-	-	-	-	-	4	-	-	1
Sergipe	2	2	2	1	5	5	-	1	-
Bahia	2	1	3	1	2	20	1	1	-
Sudeste	27	36	39	14	15	124	22	12	10
Minas Gerais	6	9	8	2	3	39	8	1	2
Espírito Santo	1	1	2	-	-	8	1	1	1
Rio de Janeiro	5	4	5	2	3	24	2	4	1
São Paulo	15	22	24	10	9	53	11	6	6
Sul	26	38	38	22	11	89	16	17	9
Paraná	12	18	17	11	3	31	8	9	1
Santa Catarina	7	8	8	6	3	25	2	4	2
Rio Grande do Sul	7	12	13	5	5	33	6	4	6
Centro-Oeste	7	10	8	4	7	51	5	6	2
Mato Grosso do Sul	1	2	-	1	-	8	1	1	1
Mato Grosso	2	3	3	1	4	18	1	4	-
Goiás	3	4	4	1	3	24	2	1	1
Distrito Federal	1	1	1	1	-	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Capacitação continuada/supervisão (2) Mais de uma vez por ano (3) Pelo menos uma vez por ano.

Tabela 9.16 - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de atendimento - Brasil - 2009

Tipo de atendimento	Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher	
	Total	Distribuição percentual (%)
Total	401 729	100,0
Informação	209 910	52,3
Relatos de violência	40 857	10,2
Serviços	146 962	36,6
Reclamação, sugestão e elogio	4 000	1,0

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Tabela 9.17 - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de informação - Brasil - 2009

Tipo de informação	Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher	
	Total	Distribuição percentual (%)
Total	209 910	100,0
Violência doméstica e familiar	171 714	81,8
Tipos de crimes contra a mulher	18 132	8,6
Leis, decretos e direitos	11 225	5,3
Informações gerais	8 809	4,2
Tráfico de pessoas	30	0,0

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Tabela 9.18 - Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de relato - Brasil - 2009

Tipo de relato	Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher	
	Total	Distribuição percentual (%)
Total	40 857	100,0
Violência Física - lesão corporal leve, grave e gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio	22 006	53,9
Violência Psicológica - ameaça, dano emocional, perseguições, assédio moral no trabalho	13 547	33,2
Violência Moral - difamação, calúnia e injúria	3 595	8,8
Violência Patrimonial	817	2,0
Violência Sexual - estupro, exploração sexual e assédio no trabalho	576	1,4
Outros tipos de violência	316	0,8

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Tabela 9.19 - Registros de Atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, total e respectiva distribuição percentual, segundo o tipo de encaminhamento - Brasil - 2009

Tipo de encaminhamento	Registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher	
	Total	Distribuição percentual (%)
Total	146 962	100,0
Corpo de bombeiros, conselho tutelar, Polícia Militar, SAMU e outros	70 152	47,7
Delegacias de Mulheres	47 868	32,6
Centros de Referência	21 540	14,7
Delegacias Comum e Corregedorias de Polícia (civil e militar)	4 058	2,8
Conselhos da Mulher (estadual e municipal)	1 729	1,2
Juizados especiais, Ongs de mulheres e outros serviços	1 615	1,1

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Saúde

O Brasil vem consolidando um processo de mudanças demográficas a partir dos anos de 1940. Nesta época, teve início o declínio dos níveis de mortalidade no País, resultante dos avanços obtidos no sistema de saúde pública, na previdência social, na infraestrutura urbana, nas legislações trabalhistas, bem como nos conhecimentos científicos da área químico-farmacêutica, que levaram ao controle e à redução de várias doenças, principalmente as infectocontagiosas e pulmonares, as quais contribuíam fortemente para os altos níveis de mortalidade daquela época (INDICADORES..., 2009).

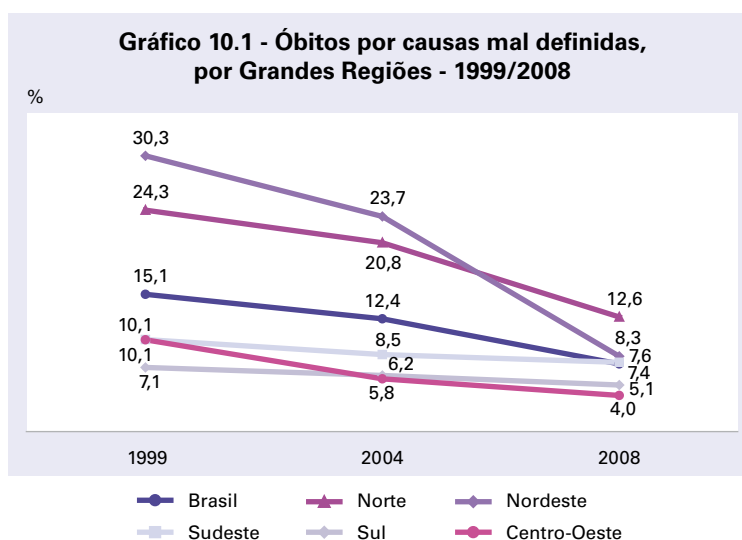
As transformações no padrão demográfico brasileiro se intensificaram a partir da metade da década de 1970, marcadas pela significativa queda da fecundidade, processo que se acentuou nos últimos 20 anos, atingindo todas as regiões do País e estratos sociais. Concorrem também para as alterações neste quadro a redução da mortalidade infantil, as migrações e a urbanização, as transformações econômica e cultural, a reorganização na composição e tamanho da família, entre outros fatores. Um dos resultados desse conjunto de mudanças é o progressivo envelhecimento da população, gerando impactos e novas demandas para o sistema de saúde.

Naturalmente, o perfil epidemiológico do País também teve importante alteração com reflexos na morbimortalidade, cujo padrão caracterizado por doenças e óbitos por causas infecciosas e transmissíveis vem sendo progressivamente substituído pelo de doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e violência. Contudo, há que se atentar para a permanência e reemergência de algumas doenças transmissíveis, por seu potencial de impactar a vida, social e economicamente, e os sistemas de saúde.

A redução da desnutrição em crianças e adultos e o aumento da prevalência de excesso de peso e obesidade na população em geral são também resultados dos processos em curso.

A análise das informações de mortalidade, inseridas no contexto arrolado, permite avaliar o perfil epidemiológico atual da população por meio de sua estrutura e causas. Os dados de mortalidade proporcionam elementos de suma importância para o conhecimento dos níveis de saúde da população, além de fornecerem subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde dos distintos segmentos populacionais.

Com a grande melhora que vem ocorrendo nos registros de óbitos, no que se refere à cobertura e à definição das causas de morte, tornou-se possível investigar alguns padrões de mortalidade. Faz-se relevante destacar a redução das causas maldefinidas dos óbitos, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, como mostra o Gráfico 10.1. Este avanço possibilita conhecimento mais aprofundado do perfil da mortalidade da população brasileira, mantendo-se ainda a necessidade de aumentar a cobertura, especialmente no que concerne aos óbitos infantis.



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 1999/2008.

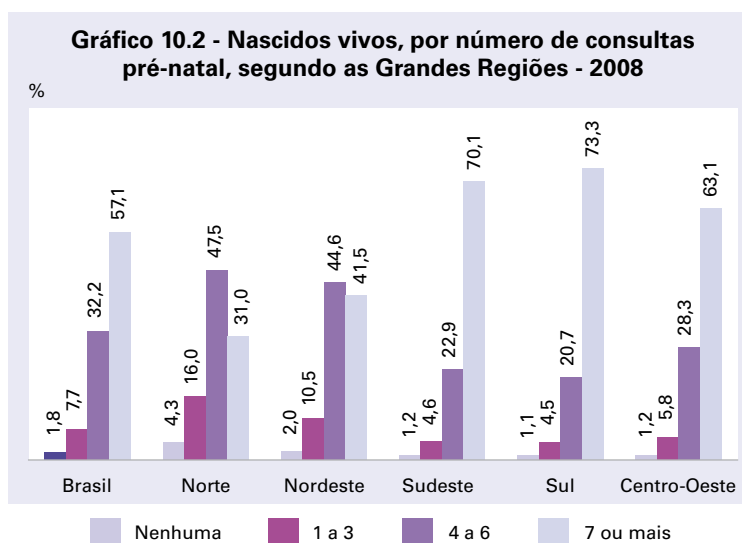
A avaliação das proporções de óbitos por grupos de idade para os anos de 1999 e 2008 ressalta a consolidação das alterações demográficas observadas, com destaques para a redução da mortalidade nas primeiras idades e a elevação de óbitos de indivíduos de 60 anos ou mais de idade (Tabela 10.6). Mesmo nas Regiões Norte e Nordeste, cujas proporções de subnotificação de óbitos têm sido tradicionalmente mais elevadas, tais mudanças foram observadas.

Os dados também revelam as diferenças regionais existentes na estrutura etária da mortalidade. Em 1999, 15,4% dos óbitos da Região Norte eram de menores de 1 ano de idade, enquanto na Região Sul esta proporção era de 5,4%. A proporção observada de óbitos infantis na Região Nordeste foi, em 2008, ligeiramente maior que a registrada na Região Sul há dez anos: respectivamente, 5,6% e 5,4%.

A Tabela 10.6 mostra ainda que a redução das proporções de óbitos de menores de 1 ano de idade ocorreu em um contexto de elevação do total de óbitos, significando

o envelhecimento da estrutura da mortalidade, reflexo do aumento da longevidade da população. Em 2008, na Região Sul, 63,8% das mortes notificadas ao Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, foram de indivíduos de 60 anos ou mais de idade. Na Região Norte, este indicador atingiu 47,6% dos óbitos.

Os diferenciais observados, especialmente, nas proporções de óbitos infantis apontam para as realidades das condições socioeconômicas de cada uma dessas áreas e, mais especificamente, para as desigualdades existentes nas condições sanitária e de acesso aos serviços de saúde. O atendimento pré-natal é um exemplo a ser destacado: na Região Norte, se encontram as menores proporções de consultas pré-natais¹ (Gráfico 10.2 e Tabela 10.1).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Na avaliação dos óbitos infantis através da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID 10², destaca-se que as principais causas de mortes neste segmento da população são as afecções originadas no período perinatal e as malformações congênitas, as quais atingiram, respectivamente, 58,7% e 18,3% do total de mortes de menores de 1 ano de idade, em 2008.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitária e infecciosa ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte do País atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008, consolidando a mudança no padrão da mortalidade infantil, a qual se encontra em processo de declínio em todas as regiões (Tabela 10.3). Os níveis de óbitos infantis e sua predominância entre as causas perinatais refletem, em parte, a necessidade de universalização de serviços de saúde de qualidade³.

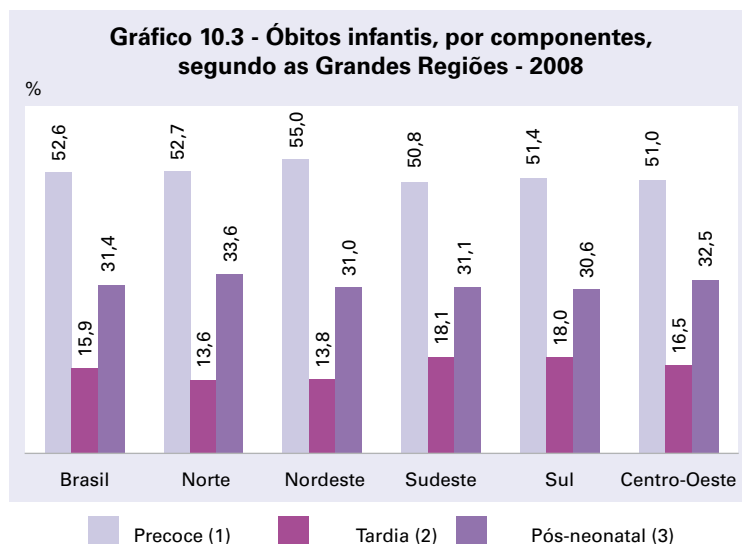
Outro fator importante a ser destacado é a prevalência da componente neonatal, especialmente a neonatal precoce, isto é, de criança de 0 a 6 dias, nos óbitos infantis (Tabela 10.2). Esse é um comportamento esperado, que se associa a causas congênitas e tende a se assemelhar ao padrão de mortalidade infantil comum ao dos países cujos

¹ A recomendação do Ministério da Saúde é de que ocorram pelo menos seis consultas pré-natais.

² Corresponde à décima revisão da Classificação Internacional de Doenças - CID.

³ Nos países com baixas taxas de mortalidade infantil, a principal causa é a malformação congênita. No Brasil, esta causa ainda é relativamente pequena, apesar de seu crescimento, indicando a evitabilidade de óbitos de menores de 1 ano de idade (INDICADORES..., 2009, p. 45).

desenvolvimentos econômico e social propiciam à população condições de saúde favoráveis à redução dos óbitos infantis. Em 2008, 52,6% dos óbitos de menores de 1 ano de idade ocorreram até seis dias de vida da criança (Gráfico 10.3).



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

(1) De 0 a 6 dias de vida. (2) De 7 a 27 dias de vida. (3) De 28 a 364 dias de vida.

A análise das estruturas de causas dos óbitos para a população como um todo, em 2008, confirma as diversas transformações nos padrões demográfico e epidemiológico experimentados no País. Destaca-se que as doenças do aparelho circulatório constituem o principal grupo de causas de mortes no Brasil, seguido, no caso dos homens, pelas causas externas (acidentes e violências) e as neoplasias. Entre as mulheres, o segundo grupo de causas de mortes foi o das neoplasias, acompanhado em seguida pelas doenças do aparelho respiratório (Tabela 10.5).

Merecem atenção também as proporções de mortes de indivíduos do sexo masculino por doenças dos aparelhos respiratório e digestivo, respectivamente, 9,1% e 5,7%. As mortes relacionadas às doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, entre as mulheres, correspondem a 7,8% do total de óbitos femininos. As mortes por causas externas ocupam o sexto lugar entre os grupos de causas de óbitos femininos (Tabela 10.5).

O novo quadro epidemiológico decorrente da transição da estrutura etária brasileira requer adequação da infraestrutura de saúde para atender à crescente população idosa, de modo que profissionais relacionados às principais causas de enfermidades na população de 60 anos ou mais de idade sejam mais frequentes.

No que tange à mortalidade, pela crescente concentração dos óbitos em idades mais elevadas, o perfil para os idosos reproduz, em parte, os principais grupos de causas de mortes da população como um todo, sendo as doenças do aparelho circulatório, com 37,5% das mortes, a causa majoritária. Os óbitos por neoplasias representaram 16,9% do total de mortes de idosos e, em seguida, a maior proporção foram daqueles relacionados às doenças do aparelho respiratório.

As agressões (homicídios) representaram parcela significativa das mortes entre os jovens e adultos jovens. Para o conjunto de óbitos de homens de 15 a 19 anos de

idade, os homicídios foram causas de 57,4% das mortes. Entre os adultos jovens de 20 a 29 anos, do mesmo sexo, a proporção atingiu 53,8%, no ano de 2008. Para as mulheres dos grupos etários abordados, a principal causa externa foi o acidente de trânsito, sendo observados, respectivamente, 41,8% e 40,0 % das mortes por causas externas neste segmento da população. Os homicídios foram causas de 1/3 das mortes de mulheres da faixa etária de 20 a 29 anos (Tabela 10.7).

A sobremortalidade masculina⁴ por causas externas parece ser um fenômeno que vem se generalizando em todo o Território Nacional, afetando, exatamente, um segmento populacional em plena fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância (Tabela 10.8). Esse quadro epidemiológico, cuja magnitude dos óbitos por acidentes de trânsito, homicídios e suicídios se destaca, é fator de grande impacto para as emergências e os demais serviços de saúde no País.

⁴ Número médio de vezes que a probabilidade de morte masculina é maior que a feminina.

Tabela 10.1 - Nascidos vivos, por número de consultas pré-natal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Nascidos vivos, por número de consultas pré-natal (%)				
	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Ignorada
Brasil	1,8	7,7	32,2	57,1	1,2
Norte	4,3	16,0	47,5	31,0	1,2
Rondônia	1,5	12,9	43,9	39,0	2,8
Acre	8,9	20,8	39,0	28,2	3,1
Amazonas	6,4	19,2	41,6	31,4	1,5
Roraima	4,6	19,9	38,5	35,6	1,5
Pará	3,4	14,4	53,4	28,0	0,8
Amapá	8,2	22,4	41,5	27,3	0,7
Tocantins	0,9	10,1	45,9	42,4	0,7
Nordeste	2,0	10,5	44,6	41,5	1,4
Maranhão	2,5	20,2	52,0	24,3	1,0
Piauí	0,8	9,4	42,2	46,0	1,6
Ceará	1,2	6,6	40,7	50,1	1,4
Rio Grande do Norte	1,3	7,1	43,9	46,6	1,1
Paraíba	1,2	5,8	42,1	49,7	1,2
Pernambuco	1,7	7,9	43,2	46,3	0,9
Alagoas	2,4	9,4	42,4	44,0	1,7
Sergipe	1,6	11,8	41,4	44,3	0,9
Bahia	3,2	11,6	46,1	37,2	1,9
Sudeste	1,2	4,6	22,9	70,1	1,3
Minas Gerais	1,0	5,7	28,7	63,4	1,2
Espírito Santo	1,0	5,3	28,2	63,7	1,8
Rio de Janeiro	2,2	6,1	27,5	62,4	1,7
São Paulo	1,0	3,5	18,2	76,3	1,1
Sul	1,1	4,5	20,7	73,3	0,5
Paraná	0,7	3,1	18,0	77,9	0,4
Santa Catarina	0,8	4,6	25,8	68,2	0,6
Rio Grande do Sul	1,7	6,1	20,5	71,3	0,4
Centro-Oeste	1,2	5,8	28,3	63,1	1,5
Mato Grosso do Sul	1,7	6,9	27,2	63,2	1,0
Mato Grosso	1,0	5,4	30,9	62,5	0,3
Goiás	1,0	5,1	28,0	63,7	2,1
Distrito Federal	1,5	6,4	27,1	62,7	2,2

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Tabela 10.2 - Óbitos infantis, por componentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Óbitos infantis, por componentes (%)		
	Neonatal precoce	Neonatal tardia	Pós-neonatal
Brasil	52,6	15,9	31,4
Norte	52,7	13,6	33,6
Rondônia	50,5	15,1	34,4
Acre	44,8	13,2	42,0
Amazonas	47,3	13,7	39,0
Roraima	49,4	9,6	41,0
Pará	56,1	12,3	31,4
Amapá	60,5	25,2	14,2
Tocantins	50,0	13,4	36,4
Nordeste	55,0	13,8	31,0
Maranhão	55,9	11,6	32,4
Piauí	56,8	16,3	26,6
Ceará	53,6	14,0	32,2
Rio Grande do Norte	56,9	14,2	28,8
Paraíba	51,9	16,3	31,7
Pernambuco	51,1	13,8	34,8
Alagoas	50,3	15,5	34,1
Sergipe	55,5	16,2	28,0
Bahia	58,9	12,7	28,3
Sudeste	50,8	18,1	31,1
Minas Gerais	56,2	15,3	28,5
Espírito Santo	52,1	17,8	30,1
Rio de Janeiro	48,6	18,0	33,3
São Paulo	48,9	19,5	31,6
Sul	51,4	18,0	30,6
Paraná	54,6	15,7	29,7
Santa Catarina	50,1	19,2	30,7
Rio Grande do Sul	48,5	19,9	31,6
Centro-Oeste	51,0	16,5	32,5
Mato Grosso do Sul	51,0	17,3	31,7
Mato Grosso	49,2	16,6	34,1
Goiás	53,1	15,5	31,3
Distrito Federal	49,2	17,2	33,6

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Tabela 10.3 - Óbitos infantis, por causas selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 1999/2008

Grandes Regiões	Óbitos infantis, por causas selecionadas (%)								
	Algumas doenças infecciosas e parasitárias			Doenças do aparelho respiratório			Afecções originadas no período perinatal		
	1999	2004	2008	1999	2004	2008	1999	2004	2008
Brasil	9,1	6,9	5,3	7,2	6,2	5,4	53,2	57,0	58,7
Norte	8,5	8,1	7,1	7,1	7,6	6,8	55,9	54,7	55,8
Nordeste	13,4	9,3	7,3	6,4	5,8	5,6	45,4	57,2	60,2
Sudeste	6,5	5,1	3,8	8,0	6,1	5,0	58,5	58,6	59,2
Sul	6,0	4,4	2,3	7,7	5,8	4,3	54,8	56,2	57,9
Centro-Oeste	8,0	5,8	4,4	6,2	7,3	5,9	56,4	53,9	56,3

Grandes Regiões	Óbitos infantis, por causas selecionadas (%)					
	Malformações congênitas			Maldefinidas		
	1999	2004	2008	1999	2004	2008
Brasil	10,9	14,9	18,3	11,5	6,9	4,0
Norte	8,3	11,3	14,8	13,4	11,6	7,0
Nordeste	6,3	10,3	16,0	20,7	10,1	3,4
Sudeste	13,2	18,0	19,8	5,8	3,7	3,7
Sul	17,0	20,8	23,0	5,4	3,6	4,0
Centro-Oeste	15,3	20,4	20,7	4,9	2,9	2,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 1999/2008.

Tabela 10.4 - Óbitos, por grupos de causas selecionadas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Óbitos, por grupos de causas selecionadas (%)			
	Doenças do aparelho circulatório	Neoplasias	Causas externas	Doenças do aparelho respiratório
Brasil	29,5	15,6	12,5	9,8
Norte	22,6	11,9	17,2	8,2
Rondônia	24,4	13,7	20,6	6,5
Acre	23,3	11,7	12,1	9,1
Amazonas	18,6	13,5	15,4	8,5
Roraima	22,7	12,3	22,5	8,8
Pará	22,0	11,2	17,6	8,4
Amapá	16,9	10,4	18,5	8,3
Tocantins	33,3	11,0	16,1	7,3
Nordeste	29,7	12,6	14,1	7,9
Maranhão	31,9	10,7	13,7	6,2
Piauí	37,4	12,4	11,5	6,7
Ceará	30,9	15,3	13,2	9,6
Rio Grande do Norte	30,6	15,5	13,0	8,6
Paraíba	32,4	13,2	11,1	7,6
Pernambuco	31,2	12,7	14,9	9,1
Alagoas	28,8	9,4	18,2	8,4
Sergipe	27,9	13,3	14,2	7,1
Bahia	24,8	11,5	15,0	6,9
Sudeste	30,0	16,4	10,7	10,8
Minas Gerais	28,0	15,0	10,7	10,1
Espírito Santo	31,0	16,0	19,2	7,8
Rio de Janeiro	30,2	15,2	11,7	10,1
São Paulo	30,7	17,7	9,6	11,6
Sul	30,2	19,4	12,1	10,3
Paraná	30,7	17,2	14,2	10,3
Santa Catarina	28,6	19,2	13,0	9,4
Rio Grande do Sul	30,5	21,5	10,0	10,7
Centro-Oeste	28,8	14,8	16,7	10,1
Mato Grosso do Sul	31,7	16,3	15,1	9,3
Mato Grosso	27,6	14,1	19,4	9,0
Goiás	28,4	13,5	15,7	11,5
Distrito Federal	27,6	18,0	17,9	8,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Tabela 10.5 - Óbitos, total e respectiva distribuição percentual, por sexo, segundo os grupos de causas - Brasil - 2008

Grupos de causas (Capítulo CID-10)	Óbitos					
	Total			Distribuição percentual (%)		
	Total (1)	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Total	1 066 842	612 858	453 524	100,0	100,0	100,0
I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	46 920	27 578	19 334	4,4	4,5	4,3
II - Neoplasias	166 317	89 424	76 882	15,6	14,6	17,0
III - Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	5 793	2 949	2 842	0,5	0,5	0,6
IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	63 742	28 485	35 249	6,0	4,6	7,8
V - Transtornos mentais e comportamentais	11 560	8 661	2 896	1,1	1,4	0,6
VI - Doenças do sistema nervoso	21 341	10 703	10 636	2,0	1,7	2,3
VII - Doenças dos olhos e anexos	40	21	19	0,0	0,0	0,0
VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	121	62	59	0,0	0,0	0,0
IX - Doenças do aparelho circulatório	314 506	165 023	149 453	29,5	26,9	33,0
X - Doenças do aparelho respiratório	104 459	55 853	48 594	9,8	9,1	10,7
XI - Doenças do aparelho digestivo	54 826	34 914	19 911	5,1	5,7	4,4
XII - Doenças da pele e tecido subcutâneo	2 631	1 145	1 486	0,2	0,2	0,3
XIII - Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	4 051	1 377	2 674	0,4	0,2	0,6
XIV - Doenças do aparelho geniturinário	19 769	10 091	9 676	1,9	1,6	2,1
XV - Gravidez, parto e puerpério	1 517	0	1 517	0,1	0,0	0,3
XVI - Algumas fecções originadas no período perinatal	25 820	14 568	11 174	2,4	2,4	2,5
XVII - Malformações congênitas, deformações e anormalidades cromossômicas	10 413	5 402	4 898	1,0	0,9	1,1
XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais clínicos e laboratoriais	79 372	45 537	33 777	7,4	7,4	7,4
XX - Causas externas de morbidade e mortalidade	133 644	111 065	22 447	12,5	18,1	4,9

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

(1) Inclusive óbitos sem definição do sexo.

Tabela 10.6 - Óbitos, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 1999/2008

Grandes Regiões	Óbitos									
	Total		Distribuição percentual, por grupos de idade (%)							
			Menor de 1 ano		1 a 4 anos		5 a 9 anos		10 a 14 anos	
	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008
Brasil	938 658	1 066 842	7,4	4,1	1,3	0,7	0,6	0,4	0,7	0,5
Norte	45 485	59 067	15,4	9,4	3,2	1,9	1,4	0,9	1,3	1,1
Nordeste	221 640	269 870	10,7	5,6	1,9	1,0	0,7	0,6	0,9	0,7
Sudeste	467 149	502 039	5,6	3,0	0,9	0,5	0,4	0,3	0,6	0,4
Sul	149 925	169 321	5,4	2,8	0,9	0,5	0,5	0,3	0,6	0,5
Centro-Oeste	54 459	66 545	8,3	4,8	1,6	0,8	0,8	0,5	0,9	0,7

Grandes Regiões	Óbitos									
	Distribuição percentual, por grupos de idade (%)									
	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos	
	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008
Brasil	2,0	1,7	5,5	5,1	6,7	5,5	9,0	8,6	11,6	12,5
Norte	3,1	3,0	7,1	8,4	7,2	7,4	8,4	8,8	9,8	11,2
Nordeste	2,1	2,2	5,4	6,4	6,2	6,1	7,7	8,1	10,2	10,9
Sudeste	2,0	1,4	5,6	4,1	7,0	5,0	9,7	8,8	12,1	13,3
Sul	1,5	1,5	4,2	4,3	5,7	4,9	8,5	8,3	12,7	12,9
Centro-Oeste	2,6	2,1	6,7	6,5	8,1	7,1	10,1	9,9	12,5	12,9

Grandes Regiões	Óbitos							
	Distribuição percentual, por grupos de idade (%)							
	60 a 69 anos		70 a 79 anos		80 anos ou mais		Idade ignorada	
	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008
Brasil	16,2	16,0	19,2	20,3	19,1	24,1	0,7	0,4
Norte	13,0	13,9	14,8	16,1	15,1	17,6	0,2	0,3
Nordeste	13,6	14,4	17,9	18,2	22,1	25,7	0,7	0,2
Sudeste	17,0	16,6	19,8	21,3	18,4	24,8	0,9	0,5
Sul	18,7	17,5	21,8	22,3	19,3	23,9	0,2	0,2
Centro-Oeste	16,2	16,6	16,7	19,0	14,8	18,8	0,7	0,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 1999/2008.

Tabela 10.7 - Óbitos das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as causas externas de mortes - Brasil - 2008

Causas externas de mortes	Óbitos das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por sexo e grupos de idade (%)			
	Homens		Mulheres	
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos
Acidentes de transporte	21,5	25,6	41,8	40,0
Quedas	0,7	0,9	0,8	0,7
Afogamento e submersões acidentais	5,3	2,9	4,5	1,9
Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	0,1	0,2	0,6	0,9
Envenenamento, intoxicação por exposição a substâncias nocivas	0,1	0,1	0,7	0,2
Lesões autoprovocadas voluntariamente	3,5	5,4	12,0	10,3
Agressões	57,4	53,8	29,4	33,5
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	7,6	7,3	6,8	8,4
Intervenções legais e operações de guerra	0,8	0,6	0,0	0,0
Todas as outras causas externas	2,9	3,2	3,4	4,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Tabela 10.8 - Óbitos de causas externas dos jovens de 15 a 19 anos de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Óbitos de causas externas dos jovens de 15 a 19 anos de idade, por sexo (%)	
	Homens	Mulheres
Brasil	87,8	12,2
Norte	87,3	12,7
Rondônia	80,9	19,1
Acre	84,8	15,2
Amazonas	84,9	15,1
Roraima	86,2	13,8
Pará	89,3	10,7
Amapá	91,7	8,3
Tocantins	84,5	15,5
Nordeste	88,8	11,2
Maranhão	84,4	15,6
Piauí	79,6	20,4
Ceará	89,0	11,0
Rio Grande do Norte	87,8	12,2
Paraíba	89,2	10,8
Pernambuco	89,3	10,7
Alagoas	93,2	6,8
Sergipe	91,3	8,7
Bahia	89,2	10,8
Sudeste	87,8	12,2
Minas Gerais	86,9	13,1
Espírito Santo	88,6	11,4
Rio de Janeiro	92,8	7,2
São Paulo	84,3	15,7
Sul	87,1	12,9
Paraná	86,5	13,5
Santa Catarina	87,6	12,1
Rio Grande do Sul	87,7	12,3
Centro-Oeste	85,6	14,4
Mato Grosso do Sul	84,4	15,6
Mato Grosso	85,4	14,6
Goiás	85,8	14,2
Distrito Federal	87,1	12,9

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Referências

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/genero/trabajo_genero_brasil.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

DEVELOPING gender statistics: a practical tool. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - UNECE, 2010. 175 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/stats/gender/manual/Welcome.html>>. Acesso em: ago. 2010.

ESTADÍSTICAS e indicadores sociales. Hogares por condición de tenencia de la vivienda, por área urbana y rural. 2007. In: COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. Estadísticas de América Latina y el Caribe – CEPALSTAT. Santiago de Chile, [2010?]. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp>>. Acesso em: ago. 2010.

GUÍA para el monitoreo de la Meta 11. Nairobi: Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos – UN-HABITAT, 2003. Disponível em: <<http://ww2.unhabitat.org/programmes/guo/documents/Guia%20Para%20Monitorear%20Meta%2011.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

HOUSEHOLDS with access to home computers. In: OECD Factbook 2010: economic, environmental and social statistics. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/825881036804>>. Acesso em: set. 2010.

HUMAN development report 2009: economy and inequality: Gini index. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2009. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/161.html>>. Acesso em: set. 2010.

INDICADORES básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSa: Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS Brasil, 2002. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2005/indicadores.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

INDICADORES sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 441 p.

INDICADORES sociais: uma análise da década de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 361 p.

INDICADORES sociodemográficos e de saúde no Brasil 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 25). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicosaude.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

INFORMAÇÕES de saúde. Estatísticas vitais. Nascidos vivos. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Informática do SUS - DATASUS. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: set. 2010.

INFORME regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe 2010: actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad. Nueva York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD, 2010. Disponível em: <<http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org/site/informe.php>>. Acesso em: ago. 2010.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Laborstat internet*. Genebra, 2010. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org/>>. Acesso em: ago. 2010.

JANUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001. 141 p.

MEASURING violence against women. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - UNECE, [2010?]. Disponível em: <<http://www1.unece.org/stat/platform/display/VAW/Measuring+violence+against+women>>. Acesso em: set. 2010.

MERCOSUL educacional. Estatísticas. Indicadores educacionais do Mercosul 2007. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/>>. Acesso em: set. 2010.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, [2010?]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi#>>. Acesso em: ago. 2010.

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatoriiodm.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

UM PANORAMA da saúde no Brasil: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/panorama_saude_brasil_2003_2008/PNAD_2008_saude.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho – OIT; Genebra: International Labour Office, 2009. 57 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/topic/decent_work/doc/perfiltdbrasil_129.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

PROGRAMA saúde da família. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2010?]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149>. Acesso em: ago. 2010.

RESULTADOS e metas. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF, [2010?]. Disponível em: < <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: set. 2010.

RESULTS of the electronic consultation on the report on measurement of different emerging forms of households and families. Paris: United Nations Economic Commission for Europe - UNECE, 2010. 11 p. Nota técnica aprovada na Conference of European Statisticians, Paris, jun. 2010, contendo comentários dos países e organizações internacionais sobre o relatório Measurement of different emerging forms of households and families. Disponível em: <<http://www.unece.org/stats/documents/ece/ces/2010/8.add.1.e.pdf>>. Acesso em: set. 2010.

SCHWARTZMAN, S. Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, v. 2, p. 9-38, dez. 1997. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>>. Acesso em: ago. 2010.

SOCIETY at a glance 2009: OECD social indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE, 2009. 131 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/els/social/indicators/SAG>>. Acesso em: ago. 2010.

THE STATE of the world's children special edition: statistical tables. New York: United Nations Children's Fund - UNICEF, 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/publications/files/SOWC_Spec_Ed_CRC_Statistical_Tables_EN_11809.pdf>. Acesso em: ago.2010.

UN creates new structure for empowerment of women. New York: United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women – UNWOMEN, 2010. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/2010/07/un-creates-new-structure-for-empowerment-of-women/>>. Acesso em: set. 2010.

WORLD population prospects: the 2008 revision. In: ONU, Population Division. Population Database. New York, 2010. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp>>. Acesso em: set. 2010.

Anexos

1 Nota técnica

1.1 No capítulo *Cor ou Raça* e em indicadores dos demais capítulos que utilizam o cruzamento da variável cor ou raça, os coeficientes de variação calculados mostraram-se mais elevados para a população que se declara de cor preta, em função da sua baixa representatividade no conjunto do País (6,9%). Assim, indicadores mais elaborados que exigem o cruzamento de um maior número de informações para sua construção acabam por tornar o evento mais raro e reduzir sua significância estatística.

1.2 Sobre as Tabelas 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.6, 7.8, 7.9, 7.14, 7.16, 7.28, 7.34 e 7.38 do capítulo *Idosos*.

Nas tabelas do capítulo *Idosos*, optou-se por divulgar alguns dados que tinham baixo grau de precisão (coeficiente de variação estimado superior a 15%). Isso ocorreu especialmente nas informações dos Estados de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá, cuja população residente de 60 anos ou mais em cada Unidade da Federação é inferior a 120 mil. As regiões metropolitanas e Brasília são áreas basicamente urbanas, apresentando assim um número não significativo de moradores rurais e, por consequência, um coeficiente de variação mais alto (Tabelas 7.2 e 7.3).

Considerou-se que as informações relativas à previdência são importantes para subsidiar políticas públicas relativas a este segmento populacional. Por considerar, também, que há diferenças importantes entre homens e mulheres em relação a este tema, optou-se por manter as Tabelas 7.14 e 7.16 mesmo que os dados apresentados em algumas Grandes Regiões tenham baixa significância estatística.

1.3 Sobre as Tabelas 9.2, 9.4, 9.9 e 9.11 do capítulo *Mulheres*.

Nas tabelas do capítulo *Mulheres*, optou-se por divulgar os dados que tinham baixo grau de precisão (coeficiente de variação estimado superior a 15%). Isso ocorreu especialmente nas informações sobre a distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e sexo. Por considerar que este tipo de informação é importante para refletir diferenças entre homens e mulheres, os dados foram apresentados com uma chamada para alertar o usuário quanto ao nível de significância estatística.

Na literatura sobre mercado de trabalho, a classificação da população ocupada por posição na ocupação é bastante relevante, inclusive com indicação de presença ou não de carteira de trabalho assinada nas categorias de empregado e trabalhador doméstico. Verificou-se que para algumas categorias (principalmente para trabalhadores domésticos - com e sem carteira de trabalho assinada - empregadores, trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, e outros trabalhadores não remunerados) haviam algumas informações com baixo grau de precisão, dado que o evento é considerado raro e a fonte dos dados é advinda de pesquisa amostral.

2 Notas sobre a PNAD

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971 os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Na década de 1970, os principais temas investigados na PNAD, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, foram migração e fecundidade. Em 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF o levantamento básico da PNAD foi interrompido.

As pesquisas realizadas na década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico, visando, com isso, a gerar uma série

histórica de resultados. Ademais, a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas, a partir de 1987, e a existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes, a partir de 1988. Por meio de pesquisas suplementares foram investigados os seguintes temas: saúde em 1981; educação em 1982; mão-de-obra e previdência em 1983; fecundidade feminina em 1984; situação do menor em 1985; anticoncepção, acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo em 1986; participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia em 1988; e trabalho em 1989 e 1990.

A pesquisa da PNAD de 1992, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, agregou os temas suplementares: migração, fecundidade e nupcialidade. Essa mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. Em 1996, para possibilitar a inclusão do tema suplementar mobilidade social, foram retirados dois tópicos (trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade) suplementares da pesquisa. Em 1997, além dos tópicos e do tema excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos o tema suplementar saúde e o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1999, foi excluído o tema saúde e mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998. Em 2001, em relação aos aspectos pesquisados em 1999, foi ampliado o conteúdo do tema domicílio e retirado o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, uma vez que foi incluída pesquisa suplementar sobre trabalho das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Em 2002, foram retirados os temas e aspectos agregados para a investigação da pesquisa suplementar sobre o trabalho infantil. Em 2003, além do que foi pesquisado em 2002, foram investigados o tema saúde e, para o contingente de 5 a 17 anos de idade, o tópico participação em programas sociais voltados para a educação. Em 2004, as modificações em relação ao que foi pesquisado em 2003 foram: a exclusão de três das quatro características de domicílios introduzidas em 2002, a retirada do tema saúde e do tópico participação em programas sociais voltados para educação e a inclusão do tópico complementar de educação e de acesso à merenda escolar, para o contingente de menos de 18 anos de idade, e dos temas segurança alimentar e acesso a algumas transferências de renda de programas sociais.

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

A abrangência geográfica da PNAD vem se ampliando gradativamente. Iniciada em 1967, na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960, a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal.

Reiniciada em 1971, nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973, já cobria as Regiões

Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste. Essa cobertura foi mantida até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001, 2002 e 2003, essa abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte.

Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD, realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste.

No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa grande região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas. Entretanto, os resultados referentes ao Estado do Tocantins retrataram a sua totalidade, uma vez que agregam as informações das áreas urbana e rural. Ademais, as estatísticas apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

A comparação dos resultados da PNAD a partir de 2001 com os das décadas anteriores deve levar em conta que a classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para as pesquisas da PNAD deste década. Consequentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

Na PNAD 2009, foram pesquisadas 399 387 pessoas e 153 837 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

3 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

Membros superiores e dirigentes do poder público

Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)

Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

Profissionais policientíficos

Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia

Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins

Profissionais do ensino (com formação de nível superior)

Profissionais das ciências jurídicas

Profissionais das ciências sociais e humanas

Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

Técnicos polivalentes

Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins

Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins

Professores leigos e de nível médio

Técnicos de nível médio em serviços de transportes

Técnicos de nível médio nas ciências administrativas

Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

Escriturários

Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

- Produtores na exploração agropecuária
- Trabalhadores na exploração agropecuária
- Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
- Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção

- Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
- Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
- Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
- Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
- Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
- Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
- Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
- Trabalhadores de funções transversais
- Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
- Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
- Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
- Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
- Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
- Outros trabalhadores elementares industriais
- Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
- Polimantenedores
- Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

- Militares da aeronáutica
- Militares do exército
- Militares da marinha
- Policiais militares
- Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas ou não declaradas

Ocupações maldefinidas ou não declaradas

4 Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com essas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com essas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com essas atividades

Indústria

Indústria de transformação

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Outras atividades industriais

Extração de carvão mineral

Extração de petróleo e serviços correlatos

Extração de minerais radioativos

Extração de minerais metálicos

Extração de minerais não metálicos

Eletricidade, gás e água quente

Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

Construção

Comércio e reparação

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis

Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

Transporte terrestre

Transporte aquaviário

Transporte aéreo

Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem

Correios e telecomunicações

Administração pública

Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

Educação

Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas

Atividades associativas

Atividades recreativas, culturais e desportivas

Serviços pessoais

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outras atividades

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

Seguros e previdência privada

Atividades auxiliares da intermediação financeira

Atividades imobiliárias

Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores
e de objetos pessoais e domésticos

Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas ou não declaradas

Atividades maldefinidas ou não declaradas

5. Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio, segundo o tamanho da estimativa - Brasil - 2009

Tabela 1 - Coeficientes de regressão, por tipo de estimativa, segundo a situação do domicílio - Brasil - 2009

Situação do domicílio	Coeficientes de regressão	
	A	B
Pessoas		
Total 1	913,7128	(-) 0,4682
Urbana	770,7994	(-) 0,4064
Rural	304,5823	(-) 0,3050
Famílias e domicílios		
Total 3	033,6896	(-) 0,4953
Urbana	1 524,2050	(-) 0,4444
Rural	873,5733	(-) 0,3733

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 2 - Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio, segundo o tamanho da estimativa - Brasil - 2009

Tamanho da estimativa	Coeficientes de variação (%)					
	Pessoas			Famílias e domicílios		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1 000	75,4	46,5	37,0	99,1	70,8	66,3
2 000	54,5	35,1	30,0	70,3	52,0	51,2
3 000	45,1	29,8	26,5	57,5	43,4	44,0
4 000	39,4	26,5	24,3	49,9	38,2	39,5
5 000	35,5	24,2	22,7	44,7	34,6	36,3
10 000	25,6	18,3	18,3	31,7	25,4	28,1
20 000	18,5	13,8	14,9	22,5	18,7	21,7
30 000	15,3	11,7	13,1	18,4	15,6	18,6
40 000	13,4	10,4	12,0	16,0	13,7	16,7
50 000	12,1	9,5	11,2	14,3	12,4	15,4
100 000	8,7	7,2	9,1	10,1	9,1	11,9
200 000	6,3	5,4	7,4	7,2	6,7	9,2
300 000	5,2	4,6	6,5	5,9	5,6	7,9
400 000	4,6	4,1	6,0	5,1	4,9	7,1
500 000	4,1	3,7	5,6	4,6	4,5	6,5
1 000 000	3,0	2,8	4,5	3,2	3,3	5,0
2 000 000	2,1	2,1	3,6	2,3	2,4	3,9
3 000 000	1,8	1,8	3,2	1,9	2,0	3,3
4 000 000	1,6	1,6	3,0	1,6	1,8	3,0
5 000 000	1,4	1,5	2,8	1,5	1,6	2,8
10 000 000	1,0	1,1	2,2	1,0	1,2	2,1
20 000 000	0,7	0,8	1,8	0,7	0,9	1,6
30 000 000	0,6	0,7	1,6	0,6	0,7	(1)
40 000 000	0,5	0,6	1,5	0,5	0,6	(1)
50 000 000	0,5	0,6	(1)	0,5	0,6	(1)
100 000 000	0,3	0,4	(1)	0,3	(1)	(1)
200 000 000	0,3	0,4	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Não existe estimativa com dimensão maior que a anterior.

Glossário¹

abastecimento de água Abastecimento com canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio particular permanente, decorrente de rede geral de distribuição ou outra proveniência (poço, nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, chuva etc.); ou sem canalização interna para pelo menos um cômodo do domicílio particular permanente, decorrente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade em que se localiza o domicílio, ou outra proveniência.

afazeres domésticos Tarefas realizadas, no domicílio de residência, que não se enquadram no conceito de trabalho, tais como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

alfabetização funcional Alfabetização definida operacionalmente, segundo critérios da UNESCO e do MOBIL, como o domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade mínima de quatro séries completas (antigo ensino primário).

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a últi-

¹ Para classificação dos trabalhos decente, formal e informal, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

ma série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou do elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração.

arranjo familiar Ver em família

autoavaliação do estado de saúde Estado de saúde da pessoa, avaliado segundo seu próprio ponto de vista, ou, no caso de criança pequena, do ponto de vista do seu responsável, foi classificado em uma escala de cinco graus: muito bom, bom, regular, ruim ou muito ruim.

casamento Ato, cerimônia ou processo pelo qual é constituída a relação legal entre o homem e a mulher. A legalidade da união pode ser estabelecida no casamento civil ou religioso com efeito civil e reconhecida pelas leis de cada país.

condição na família Classificação dos componentes da família quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge: pessoa de referência - pessoa responsável pela família ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da família, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer grau de parentesco com a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação à família; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge e paga pela sua hospedagem ou alimentação à família; empregado doméstico - pessoa que presta serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da família; parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviços domésticos remunerados a membro(s) da família. Para efeito de divulgação, os agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos constituem o grupo denominado "sem parentesco".

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (pessoa indígena ou índia).

densidade demográfica Número de pessoas por unidade de superfície (hab./km²).

destino do lixo Destino dado ao lixo do domicílio particular permanente: coletado diretamente - quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro; coletado indiretamente - quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, para coleta posterior; ou outro - quando o lixo é queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar etc.

doença crônica Aquela que acompanhava a pessoa por um longo período de tempo, podendo ter fases agudas, momentos de piora ou melhora sensível. Foram pesquisadas as seguintes doenças crônicas, diagnosticadas por médico ou profissional de saúde que a pessoa consultou: doença de coluna ou costas, artrite ou reumatismo, câncer, diabetes, bronquite ou asma, hipertensão, doença do coração, doença renal crônica, depressão, tuberculose, tendinite ou tenossinovite e cirrose.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação caracteriza-se quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência caracteriza-se quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente - localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado - localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado Ver em domicílio particular

domicílio particular permanente Ver em domicílio particular

dormitório Cômodo que está em caráter permanente sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

educação de jovens e adultos Modalidade da educação oferecida às pessoas de 15 anos ou mais de idade que não tiveram acesso ou continuidade de estudo, na idade apropriada, no ensino fundamental ou no ensino médio. No passado, a educação de jovens e adultos teve as seguintes denominações: artigo 99 e supletivo.

educação profissional Conjunto de atividades educativas, para formação ou aperfeiçoamento profissional, desenvolvidas com pelo menos um instrutor ou professor responsável pelos alunos e podendo ser ministradas em escola, empresa ou em qualquer outra instituição.

emigrante Pessoa que muda de residência habitual de uma área administrativa de origem e fixa-se em outra.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente

em benefícios (moradia, comida, roupas etc.), inclusive a que presta serviço militar obrigatório, sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

emprego formal De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, compreende pessoas no mercado de trabalho celetista.

esgotamento sanitário Escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores do domicílio particular permanente classificado, quanto ao tipo, em: rede coletora - quando a canalização das águas servidas ou dos dejetos é ligada a um sistema de coleta que os conduz para o desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não tenha estação de tratamento da matéria esgotada; outro - quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, séptica ou rudimentar, ou diretamente para uma vala, lago ou mar ou outro escoadouro que não se enquadre nos tipos descritos anteriormente.

esperança de vida ao nascer Número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

família Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar.

família reconstituída Arranjo formado quando os indivíduos separados ou divorciados iniciam uma nova união, especialmente no caso da presença de crianças.

grupos de atividade Agrupamentos das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar em: agrícola; indústria; indústrias de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividades; atividades maldefinidas ou não declaradas.

horas trabalhadas na semana Número de horas que as pessoas ocupadas normalmente trabalham por semana.

imigrante Pessoa que chega em uma nova área administrativa deixando a residência administrativa habitual de origem.

índice de envelhecimento Razão entre o grupo de idosos (idade igual ou superior a 65 anos) e o grupo infante-juvenil (menores de 15 anos). A população é considerada envelhecida se esta razão é superior a 1.

média de anos de estudo Total de anos de estudo das pessoas de uma determinada idade dividido pelo número total de pessoas nesta referida idade.

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, foi setembro de 2009.

nascido vivo Expulsão ou a extração completa de um produto da concepção do corpo materno, independentemente da duração da gestação, o qual, depois da separação do corpo materno, respire ou dê qualquer outro sinal de vida, tais como: batimento do coração, pulsação do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos da contração voluntária, estando ou não cortado o cordão umbilical e estando ou não desprendida a placenta.

número médio de pessoas por domicílio Resultado da divisão do número de moradores pelo número de domicílios particulares permanentes.

número médio de pessoas por dormitório Resultado da divisão do número de moradores pelo número de dormitórios do domicílio particular permanente.

outro trabalhador não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração pelo menos uma hora na semana como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

pensionista Pessoa que, na semana de referência, recebe pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL, deixada por pessoa da qual é beneficiária.

pessoa de referência Pessoa responsável pelo domicílio/família ou assim considerada pelos demais membros.

pessoa desocupada Pessoa sem trabalho, mas que havia tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência.

pessoa em idade ativa Pessoa de 10 anos ou mais de idade.

pessoa ocupada Pessoa com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população economicamente ativa Pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.

população ocupada Ver em pessoa ocupada

população projetada População estimada através do método das componentes demográficas, que leva em consideração a fecundidade, a mortalidade e a migração.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, as pessoas são classificadas em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso. Para efeito de divulgação, o trabalhador não remunerado membro da

unidade domiciliar e o outro trabalhador não remunerado constituem o grupo denominado “não remunerado”.

projeção da população Ver em população projetada

proporção de pessoas idosas Porcentagem da população residente de 60 anos ou mais de idade em relação ao total da população.

razão de dependência Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

razão de sexo Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias (de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009); em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o rendimento proveniente de outras fontes.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, relativo ao mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia; abono de permanência; aluguel; doação ou mesada recebida de pessoa não moradora na unidade domiciliar; rendimento proveniente de aplicação financeira, parceria; e rendimento recebido de programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros).

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro, produtos ou mercadorias, proveniente do trabalho principal e de outros trabalhos, exceto a produção para consumo próprio. Para empregados - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Para empregadores e trabalhadores conta própria - retirada mensal (rendimento bruto menos as despesas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, excluindo pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal familiar Soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, excluindo pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento per capita Relação entre o rendimento total dos moradores do domicílio ou dos componentes da família e o número de pessoas do domicílio ou da família.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, considerou-se o valor do salário em vigor no mês de referência da pesquisa, cujo valor era R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) em setembro de 2009.

semana de referência Semana fixada para a investigação da condição de atividade e das características de trabalho. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, foi a semana de 20 a 26 de setembro de 2009.

serviços de saneamento Conjunto de serviços simultâneos de saneamento do domicílio, que compreendem: acesso à rede geral de abastecimento de água, com canalização interna; ligação à rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial; e coleta de lixo diretamente no domicílio.

situação do domicílio Situação urbana ou rural, conforme definida por lei municipal vigente por ocasião do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas; a situação rural abrange toda área situada fora desses limites.

taxa bruta de mortalidade Quociente entre o número de óbitos ocorridos durante um ano civil e a população total ao meio do ano civil. Representa a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população.

taxa bruta de natalidade Número de nascidos vivos por 1 000 habitantes em determinado ano.

taxa de analfabetismo Porcentagem de pessoas analfabetas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. É considerada analfabeta a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que apreendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome é, também, considerada analfabeta.

taxa de analfabetismo funcional Porcentagem de pessoas de uma determinada faixa etária que tem escolaridade de até 3 anos de estudo em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

taxa de atividade Porcentagem de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas em idade ativa.

taxa de crescimento geométrico anual Taxa de crescimento da população, dada pela expressão:

$$i = \sqrt[n]{\frac{P_{(t+n)}}{P_t}} - 1$$

sendo $P(t+n)$ e $P(t)$ populações correspondentes a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano.

taxa de desocupação Porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas economicamente ativas.

taxa de escolarização Ver em taxa de frequência escolar bruta

taxa de fecundidade total Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, em ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil.

taxa de formalidade Porcentagem de pessoas em trabalhos formais em relação ao total de pessoas ocupadas. Pode ser desagregada por determinadas características, como sexo, grupo etário e raça ou cor.

taxa de frequência escolar bruta Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa de frequência escolar líquida Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola na série adequada, conforme a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa de informalidade Porcentagem de pessoas em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas. Pode ser desagregada por determinadas características, como sexo, grupo etário e raça ou cor.

taxa de mortalidade Ver em taxa bruta de mortalidade

taxa de mortalidade de menores de 5 anos Frequência com que ocorrem os óbitos de menores de 5 anos de idade, em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

taxa de mortalidade infantil Frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de 1 ano de idade) em uma população em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

taxa de urbanização Porcentagem da população da área urbana em relação à população total.

taxa geral de divórcio Número de divórcios por 1 000 habitantes em determinado ano.

taxa geral de nupcialidade legal Número de casamentos por 1 000 habitantes em determinado ano.

taxa geral de separações judiciais Número de separações judiciais por 1 000 habitantes em determinado ano.

tempo transcorrido entre as datas do casamento e da sentença Tempo, em anos completos, de duração legal do casamento.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras

benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente às reformas, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho decente Oportunidades para mulheres e homens de obter trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Destacam-se as aspirações das pessoas em sua vida produtiva – aspirações por oportunidades e renda; direitos, voz e reconhecimento; estabilidade familiar e desenvolvimento pessoal; e justiça e igualdade de gênero. O trabalho decente compreende quatro objetivos estratégicos: princípios e direitos fundamentais no trabalho e padrões de trabalho internacionais; oportunidade de emprego e renda; proteção e segurança social; diálogo social e “tripartidarismo”.

trabalho formal Conjunto dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, e dos empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuíam para a previdência social.

trabalho informal Conjunto dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, dos empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuíam para a previdência social, dos trabalhadores não remunerados e dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Coordenação geral da Síntese de Indicadores Sociais

Ana Lúcia Saboia

Revisão final dos textos

Ana Lucia Saboia

Barbara Cobo

Revisão de tabelas e gráficos

Ivo Monsores Cardoso

Programação, processamento e tabulação dos resultados

João Raposo Belchior - coordenador

Cíntia Simões Agostinho

Gilson Gonçalves de Matos

Leonardo Queiroz Athias

Lucia Maria Cunha

Maira Andrade Paulo

Monique Pinheiro Santos

Análise dos resultados

Aspectos demográficos

Juarez Oliveira

Antônio Roberto Garcez

Fernando Roberto Pires Carvalho Albuquerque

Educação

Ana Lucia Saboia

Ennio Mello

Domicílios

Barbara Cobo

Rubem Magalhães

Famílias

Ana Lúcia Saboia

Casamentos, separações judiciais e divórcios

Cláudio Dutra Crespo

Crianças, adolescentes e jovens

Barbara Cobo

Idosos

Lucia Maria Cunha

Cor ou raça

Leonardo Athias

José Luís Petruccelli

Mulheres

Ana Lucia Saboia

Cíntia Simões Agostinho

Maira Andrade Paulo

Saúde

Cláudio Dutra Crespo

Estagiário

Guilherme Xavier Santana

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

Julia Felipe

Katia Vaz Cavalcanti

Leonardo Martins

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Leonardo Martins

Igonzaga

Beth Fontoura

Maria do Carmo da Costa Cunha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Maria da Graça Fernandes de Lima

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Aline Oliveira da Rocha (Estagiária)
Bruno Klein
Catia Vasconcellos Marques
Hector Rodrigo Brandão Oliveira (Estagiário)
Lioara Mandoju
Solange de Oliveira Santos

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas-capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Lioara Mandoju

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte